Universidade do Minho
Instituto de Educação

Evelyn Lauria Noronha

As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus: um olhar a partir da Sociologia da Infância

Setembro de 2010

As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus: um olhar a partir da Sociologia da Infância
Evelyn Lauria Noronha
UMinho | 2010

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Evelyn Lauria Noronha

As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus: um olhar a partir da Sociologia da Infância

Tese de Doutoramento em Estudos da Criança
Especialidade de Sociologia da Infância

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Jacinto Sarmento

Setembro de 2010

DECLARAÇÃO

Nome: Evelyn Lauria Noronha

Endereço eletrônico:evelynlaurianoronha@hotmail.com

Título da Tese de Doutoramento: As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus: Um olhar a partir da Sociologia da Infância.

Orientador: Professor Doutor Manuel Sarmento

Ano de Conclusão: 2010

Designação do Doutoramento: Estudos da Criança, Especialidade de Sociologia da Infância.

É autorizada a reprodução parcial dessa Tese, assim como a consulta, apenas para efeito de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Universidade do Minho, ____/____/____

_____

Evelyn Lauria Noronha

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a todas as crianças de Manaus.

AGRADECIMENTOS

Escrevi esta tese, com as vibrações de muitas pessoas queridas...

Ao Professor Dr. Manuel Sarmento que encantou minha mente desde os primeiros momentos em que li seus escritos sobre a Sociologia da Infância e especialmente sobre o trabalho das crianças. Sou grata pelo estímulo, respeito, acolhimento no seu país, carinho e atenção constantes com todos que assim como eu, chegam de terras distantes.

Ao Márcio meu querido, meu amor, por todos os dias neste caminho. O carinho, a atenção, o apoio, a compreensão, foram determinantes no processo.

Ao Sullyvan e ao Diego por terem entrado na minha vida durante este período cantando suas inquietações com uma música de esperança.

Ao meu pai que dança a vida encarando seus impactos.

A minha mãe amada que vive dentro de mim sorrindo, cantando belas músicas e dançando.

Aos meus seis lindos irmãos: Alexandre (o Grande), por ter um coração gigante e por fazer minha vida ficar ainda melhor com suas risadas que ressoam; André e Carlos porque são um pouco das minhas crianças eternas; Jean, por me escolher como “sua irmã preferida”; Marco, porque é o “tal” da minha vida; Tiago, por ser o equilíbrio desta família que ri, canta, dança, bebe, come e encanta.

A toda minha família...

Aos meus amigos e amigas, especialmente ao Evandro que no ano de 2004 incentivou-me a pesquisar nas feiras de Manaus porque entendia minhas inquietações; À Claudia, Inês, Ester, Mazé, porque são o “bom perfume de Cristo pra mim”.

À Janaina, que foi meu apoio durante parte deste percurso.

À Thamires, que cooperou comigo quando os tempos eram difíceis (portanto em quase todos os tempos (risos); A Mariana nos momentos dos resultados estatísticos; Ao Carlinhos de madrugada na feira sendo meu vigia e motorista; A Ivanilza quando incentivou-me para

fazer trabalho estatístico; Ao Felicién no relatório de resultados; A Luzelúcia nos socorros das últimas horas de entrega da primeira versão; A Eliza pela revisão ortográfica e textual.

À Eliane e Nayanna que em Portugal foram verdadeiras amigas.

À querida Angêla Coutinho que dividia a sala de investigação todos os dias comigo na Universidade do Minho e soube acolher e compreender minhas dores da existência.

À Tânia, à Natalia Pessoa e Clarice por partilharem momentos significativos comigo de aprendizados e ansiedades e por cuidarem de mim com tanto carinho.

Às professoras portuguesas e lindas da Casa do Professor em Braga, por todo o carinho.

À Universidade do Estado do Amazonas, à Faculdade Salesiana Dom Bosco e à Fundação de Amparo a Pesquisa no Amazonas.

Aos feirantes de Manaus e aos Conselheiros Tutelares que por solidariedade e compromisso com a terra participaram da minha pesquisa.

Às crianças que me ensinaram muito a respeito da vida, das pessoas e da necessária resistência para continuar lutando. Muito obrigada.

Um trabalho como este é marcado por muitas partilhas. Por isto, sintam-se contemplados também todas as pessoas que me acolheram de inúmeras maneiras, mas aqui não foram citadas. Muito obrigada.

NORONHA, E. L. (2011). *As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus: um olhar a partir da Sociologia da Infância.* Tese de Doutoramento em Estudos da Criança, área de especialização em Sociologia da Infância. Universidade do Minho, Braga, 365p.

RESUMO

A Tese intitulada: *As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus: um olhar a partir da Sociologia da Infância, realizou-se* durante o Doutoramento em Estudos da Criança, na área de conhecimento Sociologia da Infância teve como objetivo investigar e analisar a imagem da infância que circula nas feiras de Manaus, a partir de um estudo etnográfico em algumas feiras e mercado de Manaus, no Estado do Amazonas, Brasil e se objetivou, ainda, compreender em que medida isto torna natural o trabalho das crianças. A observação e entrevistas contou com a participação de crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares. Com as crianças foram feitas entrevistas informais não-estruturadas e em sua maioria gravadas. Com os adultos (feirantes e Conselheiros Tutelares), foram realizadas entrevistas formais estruturadas, com perguntas abertas. A amostra utilizada na análise foi composta por 117 feirantes distribuídos em diferentes feiras da cidade de Manaus – AM e por 20 conselheiros tutelares, dentre os quais foi escolhido um Conselho de cada região geográfica onde se localizava a feira. Desta análise, realizou-se um trabalho estatístico. A análise dos dados obtidos demonstrou que as piores formas de trabalho das crianças nas feiras fazem parte de um modo de compreender a infância pobre e de uma moldagem do próprio sistema e de suas relações com a pobreza. Evidencia-se que é necessário colocar a infância no centro de debates, garantindo a participação das crianças trabalhadoras enquanto sujeitos de direitos, no exercício da cidadania e na escuta das crianças.

Palavras-chave: Crianças, Imagem, Infância, Trabalho, Participação, Direitos.

NORONHA, E. L. (2011). *The ramble-worker kids, worker-ramble at the fairs of Manaus: a view from the Infantile Sociology*. Doctor's thesis at Kids' Study, specialization area at Infantile Sociology. Universidade do Minho, Braga, 365p.

ABSTRACT

The entitled thesis: The ramble-worker kids, worker-ramble at the fairs of Manaus: a view from the Sociology of Childhood, was carried out during the Doctor Degree at Children's Study, at the Infantile Sociology area and it had as objective to investigate and analyze the childhood image that is aroud the fairs of Manaus, from an ethnographic study at some fairs and at the Market of Manaus in the state of Amazonas, Brazil and it also has as an objective to understand how far it becomes the kids work natural. The observation and the interview had the participation of the kids, fair workers and Councils of Guardianships. With the kids it was done informal interviews not structured and most of them were recorded. With the adults, fair workers and Councils of Guardianships, it was done formal and structured interviews, with opened questions. The sample used at the analysis was composed by 117 fair workers among different fairs of the city of Manaus – AM and by 20 Councils of Guardianships, and among all, it was chosen one guardian of each geographic region where the fair was localized. From the analysis, it was done a statistic study. The data analysis showed that the worst forms of kid's work at the fairs are part of a way to understand the poor childhood and of molding of the own system and its relations with the poverty. It is exposed that it is necessary to focus the childhood at the debates. And guarantee the participation of the worker kids as subjects of rights, at the citizenship practice and at the kids listening.

Keywords: Kids, View, Childhood, Work, Participation, Rights

NORONHA, E.L. (2011). *Les enfants flâneurs-travailleurs, travailleurs-flâneurs, sur les marchés de Manaus: un regard à partir de la Sociologie de l'Enfance*. Thèse de Doctorat en Etudes de l'Enfance, axe de spécialisation en Sociologie de l'Enfance. Université de Minho, Braga, 365p.

RÉSUMÉ

La thèse - nommée "Les enfants flãneurs/travailleurs, travailleurs/flâneurs sur les marchés de Manaus: un regard à partir de la Sociologie de l''Enfance", qui a eu lieu pendant les classes de Doctorat en Etudes de l'Enfant, dans l'axe de connaissance Sociologie de l'Enfance- a le but de faire une recherche et une analyse de l'enfance qui flãne sur les marchés de Manaus, selon une étude ethnographique dans quelques foires-marchés de Manaus, dans la région de Amazonas, Brésil. On a encore le but de comprendre la mesure sur laquelle le travail des enfants devient naturalisi. Des enfants, des marcheurs et des Conseilleurs de l'Enfance ont tous participé de l'observation et des interviews. Les interviews informelles non-structurées, faites avec les enfants, ont été, aussi, dans la plupart, enrégistrées. Avec les adultes (marcheurs et Conseilleurs de l'Enfance), on a réalisé des interviews formelles structurées, avec des questions "ouvertes". L'exposition utilisée dans l'analyse a été composée de 117 marcheurs distribués dans de différents marchés sur la ville de Manaus - AM (région de Amazonas, Brésil) et de 20 Conseilleurs de l'Enfance, parmi lesquels il a été choisi un Conseil de chaque région géographique où se trouvait le marché. A partir de cette analyse, un travail statistique a été réalisé. L'analyse des éléments obtenus a démontré que les pires formes de travail des enfants sur les marchés font partie d'une façon de comprendre l'enfance pas aisée, d'un contour du systéme-même et de ses rapports avec la pauvreté. On met en relief qu'il faut arranger l'enfance dans le centre des débats, à fin de garantir la participation des enfants travailleurs en tant que sujet de droits, des citoyens et, surtout, des citoyens qui doivent être entendus.

Mots-clés: Enfants. Image. Enfance. Travail. Participation. Droits.

NORONHA, E. L. (2011). *Los niños ambulantes-trabajadores, trabajadores-ambulantes en los mercados de Manaos: una visión dentro de la Sociología de la infancia*. Universidad de Minho, Braga, 365p.

Resumen

La tésis titulada: Los niños ambulantes- trabajadores en los mercados de Manaos: Una visión dentro de la Sociología de la Infancia, se estructura durante El Doctorado en Estudios Del Nino, en El área de la Sociología de la infancia, tuvo como objetivo investigar y analizar la imagen de infancia que circula en los mercados de Manos, a partir de un estudio etnográfico realizado en algunas mercado y dentro del mercado central de Manaos en el Estado de Amazonas, Brasil, tentando comprender en que medida se torna natural el trabajo de los niños. La observación y las entrevistas se realizaran con la participación de niños, vendedores y consejeros tutelares. Con los niños fueran hechas entrevistas informales no estructuradas, en su majoria grabadas. Con los adultos, (vendedores y consejeros tutelares, se realizaran entrevistas formales estructuradas, con preguntas abiertas la muestra utilizada en El análisis consistió de 117 vendedores de diferentes mercados de la ciudad de Manaos-Am, y 20 consejeros tutelares, de un Consejo de cada región geográfica donde estaba el mercado. De este análisis, fué realizado una estadística. El análisis de los datos obtenidos demostró que las peores formas Del trabajo de niños en los mercados, hacen parte de un modo de entender la infancia pobre y de un modelo del propio sistema y de sus relaciones con la pobreza. Se hace evidente que es necesario colocar la infancia en el centro de los debates, garantizando la participación de los niños trabajadores, como sujetos de derechos, en el ejercicio de la ciudadanía y en la escucha de los niños.

Palabras Llave: niños, imagen, infancia, trabajo, participación, derechos.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA..... iii

AGRADECIMENTOS..... vi

RESUMO..... vii

ABSTRACT..... ix

RÉSUMÉ..... xi

RESUMEN..... xiii

TÁBUA DE SIGLAS..... xxi

ÍNDICE DE IMAGENS xxiv

ÍNDICE DE FIGURAS (MAPAS) xxv

ÍNDICE DE FOTOS xxvi

ÍNDICE DE TABELAS xxvii

ÍNDICE DE GRÁFICOS xxix

INTRODUÇÃO..... 1

Roteiro da tese..... 4

CAPÍTULO I – A Cidade de Manaus e as Paisagens do Campo de Pesquisa..... 7

1.1 Breve histórico da cidade de Manaus..... 9

1.2 Localização: Brasil - Amazônia Legal - Amazonas – Manaus..... 11

1.3 Informações IBGE - População - Área territorial | Manaus..... 14

Da composição e mobilidade Social..... 15

Situação educacional..... 16

Quanto ao trabalho infantil segundo dados do IBGE 2008..... 16

1.4 Espaço das feiras..... 20

A construção da imagem da infância..... 23

1.5 Quem são as crianças?..... 25

1.6 Os feirantes..... 26

1.7 Os Conselheiros Tutelares..... 26

1.8 As feiras..... 28

Feira Modelo da Compensa..... 28

Feira Municipal do Produtor..... 30

Feira Municipal do Parque Dez de Novembro..... 31

Feira Municipal Alvorada I Ceasa..... 32

Feira Comunitária da Cidade Nova I..... 33

Feira Manaus-Moderna..... 34

Feira da Banana..... 36

1.9 Início do Trabalho de campo: Feiras..... 36

Síntese..... 49

CAPÍTULO II - Bebendo Na Fonte da Sociologia da Infância..... 53

2.1 A infância na história..... 55

2.1.1 O percurso histórico da criança no Brasil..... 57

2.2 A imagem da Infância na sociedade moderna..... 60

2.2.1 Na Psicologia do Desenvolvimento..... 63

2.2.2 Na antropologia..... 64

2.3 Na Sociologia..... 64

2.3.1 A contribuição de Émile Durkheim para a concepção social de criança..... 65

2.3.2 A questão do trabalho para Durkheim..... 69

2.3.3 A contribuição de Max Weber para concepção social de criança..... 73

2.3.4 A questão do trabalho em Weber..... 74

2.3.5 A contribuição de Karl Max para a concepção social de criança..... 75

2.3.6 A questão do trabalho e da criança trabalhadora em Karl Max..... 77

2.3.7 A contribuição do interacionismo simbólico para a concepção social de criança..... 82

2.3.8 A Sociologia da Família..... 86

2.4 A Infância na sociologia da infância 86

2.4.1 Socialização, as correntes..... 86

2.4.2 A organização do tempo da criança..... 98

2.4.3 A infância nos dias de hoje..... 104

2.5 Trabalho Infantil..... 106

2.5.1 O conceito de trabalho..... 106

2.5.2 O trabalho infantil..... 109

Síntese..... 114

CAPÍTULO III - Metodologia Caminhante... Percurso da Pesquisa..... 117

Percurso da Pesquisa..... 119

3.1 O mapeamento das feiras..... 120

3.2 A entrada no terreno..... 121

3.3 O perambular - As crianças..... 121

3.4 Caracterização da amostra com os feirantes..... 142

3.5 Caracterização da amostra com os Conselheiros Tutelares..... 151

3.6 Considerações éticas..... 156

Síntese..... 160

CAPÍTULO IV- O Direito e as Crianças, Do Direito Das Crianças, Das Crianças com Direitos..... 161

4.1 O Direito e as Crianças..... 163

4.1.1 O Direito e a Criança no Brasil - Percurso histórico até o Estatuto da Criança e do Adolescente..... 170

4.1.2 A Constituição Federal de 1988..... 174

4.2 Dos Direitos das Crianças..... 175

4.2.1 Dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente à vida e à saúde..... 178

4.2.1.1 Quanto ao Trabalho Infantil..... 180

4.2.1.2 Quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários..... 180

4.2.1.3 Quanto aos direitos ao adolescente portador de deficiência..... 181

4.2.1.4 Quanto às condições de trabalho..... 181

4.2.1.5 Quanto a Participação..... 182

4.3 Das Crianças com Direitos..... 183

4.3.1 A criança pobre e o mundo globalizado..... 183

4.3.2 Desafios com relação a disparidades..... 186

4.3.3 Desafios em relação à proteção..... 186

4.3.4 Para efetivar os Direitos das Crianças e dos adolescentes..... 188

4.3.5 Trabalho Das Crianças..... 191

4.3.6 As Conseqüências Do Trabalho..... 192

Síntese..... 194

CAPÍTULO V - Trabalho Infantil Nas Feiras de Manaus..... 195

Dimensões, Categorias e Temas..... 197

5.1 Ofício..... 200

5.1.1Comércio..... 200

5.1.1.1 Crianças que trabalham sozinhas..... 200

5.1.1.2 Crianças que trabalham com a família..... 212

5.1.2 Exploração Sexual..... 221

5.2 Sentimentos e aspirações..... 223

5.2.1Silêncios..... 223

5.2.2 Indignação..... 224

5.3 Representações..... 225

5.3.1 Representações das Crianças..... 225

5.3.2 Conselheiros Tutelares..... 231

5.3.2.1 Sobre o Trabalho..... 234

5.3.2.2 Sobre quem trabalha..... 236

5.3.2.3 Sobre o direito..... 237

5.3.2.4 Sobre a escola e sobre a educação..... 239

5.3.2.5 Sobre a Infância..... 239

5.3.3 Os feirantes..... 240

5.3.3.1 Sobre o trabalho..... 244

5.3.3.2 Sobre quem trabalha..... 254

5.3.3.3 Sobre a escola/educação..... 260

5.3.3.4 Sobre a Infância..... 261

5.4 Práticas Sociais..... 263

Síntese..... 265

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 267

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 285

ANEXOS..... 307

Anexo A - Roteiro de Entrevista Realizado com as crianças..... 309

Anexo B - Roteiro de Entrevista Realizada com os Feirantes..... 310

Anexo C - Roteiro de Entrevista Realizada com os Conselheiros Tutelares..... 311

Anexo D - Experiências em Portugal..... 312

Anexo E - Foto de Satélite do Mercado Adolpho Lisboa..... 358

Anexo F - Foto de Satélite da Feira Do Coroado..... 359

Anexo G - Foto do Interior da Feira Manaus Moderna..... 360

Anexo H - Imagem da Reportagem: Blitz Resgata 11 na Manaus Moderna..... 361

Anexo I - Imagem da Reportagem: Riscos nas Feiras..... 362

Anexo J – Tabela: Distribuição Segundo os Motivos dos Feirantes que são Contra ou a Favor do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus|AM..... 363

Anexo L – Tabela: Distribuição Segundo os Motivos dos Conselheiros Tutelares de Quem é Contra ou a Favor do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus|Am..... 364

Anexo M - Tabela: Semaga | Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. 365

TÁBUA DAS SIGLAS

SIGLAS	
ADCL	Associação para o Desenvolvimento de Comunidades Locais
AIDS | SIDA	Acquired Immune Deficiency Syndrome | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial infantil
CEASA	Centro de Abastecimento do Amazonas
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CGTP	Confederação Geral Dos Trabalhadores Portugueses
CNASTI	Confederação de Acção Nacional sobre o Trabalho Infantil
CNCETI	Conselho Nacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil
CNDH	Comissão Nacional dos Direitos Humanos
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DHESCAs	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América

FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
HIV	Human Immunodeficiency Virus | Vírus da Imunodeficiência Humana
IAC	Instituto de Apoio à Criança
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	Programa Internacional para eliminação do trabalho infantil
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MSE	Movimento dos Sem-Educação
NAPCR	Agência Nacional para a Protecção dos Direitos das Crianças
NATs	Working Children and Adolescents´ Movements | Movimento de Crianças Trabalhadoras
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil no Território Brasileiro.
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PEETI	Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil
PIEF´s	Plano Integrado de Educação e Formação

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNDA	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SEMAGA	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SEMDIH	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
SEMINF	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SIETI	Sistema de Informação de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICE	União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa
UNICEF	The United Nations Children´s Fund | Fundo das Nações Unidas para a Infância
VHC	Vírus da Hepatite C

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1	Localização da Cidade de Manaus - IBGE - Abril de 2009
Imagem 2	Feira Modelo da Compensa - Google Earth - Abril de 2009
Imagem 3	Feira Municipal do Parque Dez de Novembro - Google Earth - Abril de 2009
Imagem 4	Caminho da Feira Comunitária da Cidade Nova I Google Earth - Abril de 2009
Imagem 5	Feira Comunitária da Cidade Nova I - Google Earth - Abril de 2009
Imagem 6	Feira Manaus-Moderna - Google Earth - Abril de 2009
Imagem 7	Feira da Banana Google Earth - Março de 2009
Imagem 8	Jornal Amazonas Em Tempo **Foto:** Michell Mello (2009, Outubro 11). Infância Perdida nas Ruas. p. C/2.
Imagem 9	Jornal Diário do Amazonas **Fotos:** Chico Batata (2007, Outubro 3). Feiras de Manaus são caso de Saúde Pública. p. 1.
Imagem 10	Jornal A Critica **Fotos:** Ione Moreno (2008 Julhos 26). Crianças Agenciadas na Manaus Moderna. Capa.

ÍNDICE DE FIGURAS (MAPAS)

Figura 1	Mapa da América Latina
Figura 2	Mapa do Brasil sendo deslocado da América Latina
Figura 3	Mapa da Amazônia Legal
Figura 4	Mapa: Amazonas dentro da Amazônia Legal – Wikipédia, a enciclopédia livre.

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1	Homem separando alimentos na lixeira – Manaus Moderna. Evelyn Lauria - Abril de 2008
Foto 2	Homens e mulheres separando alimento na lixeira – Manaus Moderna. Evelyn Lauria - Abril de 2008
Foto 3	Homens e mulheres separando alimento na lixeira – Manaus Moderna. Evelyn Lauria - Abril de 2008
Foto 4	Homem separando alimentos na lixeira – Manaus Moderna. Evelyn Lauria - Abril de 2008

ÍNDICE DE TABELAS

Quadro 1	Distribuição da população residente, por Grandes regiões, segundo o sexo e os grupos de idade – 2007- 2008
Quadro 2	Percentual de pessoas ocupadas, na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2008
Quadro 3	Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008
Quadro 4	Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, total e ocupadas na semana de referência segundo as Grandes Regiões - 2007 – 2008
Quadro 5	Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 2008
Quadro 6	Prefeitura de Manaus | Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGA
Quadro 7	Distribuição segundo os dados sócio-demográficos dos feirantes entrevistados em feiras das diferentes zonas de Manaus - AM.
Quadro 8	Escolaridade dos Feirantes.
Quadro 9	Idade dos Feirantes.
Quadro 10	Tempo de trabalho dos feirantes nas feiras
Quadro 11	Distribuição segundo os dados sócio-demográficos dos conselheiros tutelares, Manaus - AM.
Quadro 12	Sexo: Masculino | Feminino – Conselheiros Tutelares.

Quadro 13	Faixa Etária dos Conselheiros Tutelares
Quadro 14	Tempo de Experiência no Conselho Tutelar
Quadro 15	Dimensões, Categorias e Temas
Quadro 16	Distribuição segundo a freqüência de Conselheiros Tutelares que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.
Quadro 17	Distribuição segundo o que o Conselheiro Tutelar pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus – Am
Quadro 18	Distribuição segundo a freqüência de feirantes que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.
Quadro 19	Distribuição segundo o que o feirante pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus - AM.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões – 2007- 2008
Gráfico 2	Escolaridade dos Feirantes
Gráfico 3	Idade dos Feirantes
Gráfico 4	Tempo de Trabalho dos feirantes nas feiras
Gráfico 5	Distribuição segundo a frequência de feirantes que relataram ter filhos, Manaus – AM
Gráfico 6	Faixa Etária dos Conselheiros Tutelares
Gráfico 7	Tempo de Experiência no Conselho Tutelar
Gráfico 8	Distribuição segundo a frequência de conselheiros tutelares que relataram ter filhos, Manaus - AM.
Gráfico 9	Distribuição segundo a freqüência de Conselheiros Tutelares que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.
Gráfico 10	Motivos dos Conselheiros Tutelares Contra/Parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.
Gráfico 11	Motivos dos Conselheiros Tutelares a favor do trabalho infantil, Manaus-Am.
Gráfico 12	Distribuição segundo a freqüência de feirantes que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.
Gráfico 13	Motivos dos feirantes a favor do trabalho infantil.
Gráfico 14	Motivos dos Feirantes Contra/ Parcialmente Contra o Trabalho Infantil.

INTRODUÇÃO

> “Quando se pensava saber todas as respostas, mudaram-se todas as perguntas”.
>
> (Galeano)

Esta investigação foi realizada na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, em algumas feiras locais. Investigar e analisar a imagem da infância que circula nas feiras de Manaus, a partir de um estudo etnográfico, e compreender em que medida este contexto torna natural o trabalho infantil foi o principal objetivo desta tese. Para isso, fez-se necessário descrever os espaços das feiras, por meio deste estudo, identificar a imagem e a concepção de infância a partir das vozes destas crianças, tanto para as que trabalham perambulando, quanto para as que perambulam para trabalhar.

Procurou-se compreender o que as crianças pensam sobre a situação na qual estão inseridas como uma meta perseguida para o registro dos dados, baseados nas construções teóricas da Sociologia da Infância. Por outro lado, a partir das opiniões dos feirantes e dos Conselheiros Tutelares, registradas através de entrevistas em cada região onde as feiras se localizavam, foram evidenciadas categorias que permitiram um levantamento de dados estatísticos.

As questões norteadoras que balizaram a pesquisa foram: o que pensam as crianças que perambulam nas feiras para trabalhar e as que trabalham-perambulando sobre o trabalho infantil nas feiras? Que imagem acerca da infância evidenciam a partir de suas respostas? O que pensam os Conselheiros Tutelares e os feirantes sobre o trabalho infantil e nas feiras? Que imagem de infância evidenciam a partir de suas respostas?

Para compreender estas questões, partiu-se dos estudos sobre o trabalho infantil, considerando-se as piores formas do trabalho infantil como um problema mundial que se coloca a partir do fenômeno social da pobreza e, portanto das desigualdades sociais, nas quais a criança está imersa. Por outro lado, tornou-se imprescindível observar os modos de expressão sobre a infância para que o saber sobre a criança, por meio delas e dos adultos, pudesse se instaurar num processo comunicativo.

O aporte legal sobre os direitos das crianças favorece a compreensão e interpretação no espaço investigado sobre o efetivo cumprimento ou não destas leis. E, ainda, possibilita uma reflexão sobre a imagem da infância pobre nas feiras investigadas. As categorias e suas dimensões surgem a partir das vozes das crianças entrevistadas e dos adultos. As análises devem considerar a infância como um problema

social, como categoria social (construída socialmente), e as crianças como atores sociais nos seus mundos de vida (Sarmento, 2008).

Pensar a infância não é tarefa simples, na medida em que isto é articulado com muitas outras questões complexas e conectadas ao mundo em mudança. Por isto, foi construída uma etnografia que, de modo redundante, também apresentou-se como andante-perambulante, como as crianças das feiras investigadas são trabalhadoras-perambulantes, perambulantes-trabalhadoras. Partindo do entendimento de que as crianças trabalhadoras são construtoras da história destas feiras e que as suas vozes podem refletir sobre o seu trabalho e ao mesmo tempo criar um modo de viver trabalhando, em conseqüência da necessidade de sobrevivência.

Por outro lado, ao pensar a imagem da infância, estuda-se nestas feiras a ressonância das práticas destas crianças a partir do trabalho e das práticas sociais dos adultos entrevistados, procurando-se nas análises os simulacros, por meio das observações e dos resultados, consciente de que nem toda ressonância é para o bem-estar da criança.

O estudo elegeu as crianças destas feiras, porque o intuito seria o de trabalhar para além dos muros da escola, mas entende-se que as oscilações presentes nos ditos e inter-ditos sobre o trabalho infantil podem apontar para uma reflexão crítica sobre a escola na cidade. Embora não se pretenda fazer este aprofundamento por motivo de recorte no trabalho, o que se almeja é poder contribuir também para o despertar de uma consciência crítica sobre as piores formas do trabalho infantil.

Roteiro da Tese

A tese foi organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo, descreve-se o espaço, caracteriza-se os atores da pesquisa, resgata-se um breve resumo da cidade de Manaus e sua localização. São descritas sete das feiras investigadas: Feira Modelo da Compensa, Feira Municipal do Produtor, Feira Municipal do Parque Dez de Novembro, Feira Municipal Alvorada I Ceasa, Feira Comunitária da Cidade Nova I, Feira Manaus-Moderna e Feira da Banana. Foram apresentadas as reflexões a partir de algumas notas de campo. No segundo capítulo, percorreu-se um caminho “bebendo na fonte” da Sociologia da Infância para um aprofundamento desta temática. No terceiro capítulo procurou-se resgatar o percurso da pesquisa etnográfica, ou seja, traçou-se o caminho para apresentar as observações para conhecer as crianças perambulantes-trabalhadoras,

trabalhadoras-perambulantes das feiras. No quarto capítulo, a proposta foi a de compreender os direitos e a relação com as crianças, procurando evidenciar que a falta de observação destes fatores nega os direitos fundamentais às crianças trabalhadoras. No quinto capítulo é feita uma análise das categorias surgidas, a partir das entrevistas com as crianças, com os Conselheiros Tutelares e com os feirantes. Apresenta-se o resultado das análises estatísticas, a partir das entrevistas com os feirantes e Conselheiros Tutelares e ainda foram construídas a reflexões tendo como suporte a Sociologia da Infância. No sexto capítulo, nomeado como considerações finais, fez-se um resgate das teorias mescladas à interpretação dos dados para aprofundar as análises sobre a infância e as crianças trabalhadoras nestas feiras, finaliza-se com a ampliação de uma reflexão sobre educação e escola, com o intuito de defender a escola como lugar de trabalho para a criança e como um espaço onde elas possam ser verdadeiramente acolhidas como sujeitos de direitos [1].

[1] Adotamos a grafia em uso no Brasil, antes do acerto ortográfico luso-brasileiro.

CAPÍTULO I

A CIDADE DE MANAUS E AS PAISAGENS DO CAMPO DE PESQUISA

O presente capítulo faz um breve resgate histórico da cidade de Manaus e sua localização. Apresenta informações a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística quanto à população, à área territorial, à composição e mobilidade social, situação educacional, ao trabalho infantil no Brasil e principalmente na região Norte do País.

Foram descritos os espaços das feiras escolhidas, assim como os sujeitos da pesquisa: crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares. Nestes espaços, as crianças perambulantes-trabalhadoras e trabalhadoras-perambulantes constroem suas histórias, cuja rotina é marcada por uma forma brutalizada de trabalho.

1.1 Breve histórico da cidade de Manaus

O historiador Mário Ypiranga Monteiro (1969) afirma que a cidade de Manaus teve início com o assentamento de um arraial na região do Tarumã. Naquele logradouro turístico, foi afincada a Cruz do Tarumã e rezada uma missa com uma tropa, vinda do Maranhão, no dia 22 de junho 1657. Em 1660, ocorreu a fundação do primeiro núcleo populacional no Amazonas, quando foi criada pelos frades mercenários, da Companhia das Mercês, a aldeia Missionária de Sacará, onde hoje está localizada a cidade de Silves.

Em 1669, o capitão Francisco da Mota Falcão, juntamente com seu filho Manuel da Mota Siqueira, iniciou a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, destinado a combater os invasores holandeses, dentre outros, vindos do Suriname. Com o forte, deu-se início ao povoado da Barra, conhecido como Lugar da Barra, que permaneceu por quase um século.

Em 1755, por meio de Carta Régia em 13 de março, a antiga aldeia Mariuá foi escolhida como capital, passando a se chamar Vila de Barcelos. Posteriormente, a sede da capital transferiu-se para o Lugar da Barra.

> Este passou à categoria de Vila da Barra, em 1832, e dezesseis anos depois, em 24 de outubro de 1848, recebeu o título de Cidade da Barra de São José do Rio Negro. Porém com o advento da elevação da Comarca à Província, em 1850, a Cidade da Barra, passou a se chamar, em 04 de setembro de 1856, Cidade de Manaus, lembrando os índios Manaós que habitaram essa região, antes de serem extintos pelo colonizador europeu, e cujo significado quer dizer ‘mãe dos deuses’. (Pontes Filho, 2000, p. 114).

Pontes Filho (2000) afirma que na segunda metade do século XIX, o ciclo da borracha surge com a expansão do látex da Hevea brasiliensis, trazendo para o Amazonas um forte crescimento de implicações demográficas, políticas, culturais, dentre outras.

Também conforme historiadores do Amazonas, Manaus vivenciou a *Belle Époque* de 1892-1900, quando a economia passou a girar em torno dos lucros provenientes da extração e exportação da borracha. A cidade de Manaus passou, neste período, por grandes transformações, assumindo características cosmopolitas e típicas da *Belle Époque*.

Durante este período foram construídas muitas obras importantes, tais como: o Teatro Amazonas, considerado o prédio mais famoso e destacável da cidade, por seu aspecto arquitetônico por sua localização e por ter surgido no período áureo da borracha; o Palácio da Justiça, com linhas estruturais comprometidas com a tradição renascentista; o Mercado Adolpho Lisboa, com sua arquitetura de ferro e tombado em 1º de julho de 1987 pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os pavilhões de ferro foram importados da Europa, possue duas fachadas distintas, uma de frente para o Rio Negro e outra para a rua dos Barés.

Pontes Filho (2000) afirma que, durante este período, Manaus possuía uma vida cultural intensa. E assim resume todo o movimento da cidade durante aquele período da borracha: eficiente sistema portuário; qualificado serviço de coleta e disposição de lixo; eletricidade através da Manaus Light Company; serviço de telefonia; belos edifícios públicos; confortáveis e grandes residências; grandes e modernos hotéis (Grande Hotel, Hotel Restaurant Fraçaise), alguns com orquestra; praças limpas e arborizadas; espetáculos, companhias de óperas freqüentes no majestoso Teatro Amazonas e o Teatro Juliera, especializado em *comédie française*, e assim, muitas outras instituições e movimentos artísticos citados pelo autor.

No entanto, Pontes também afirma que embora a cidade de Manaus, durante aquele período tenha, vivido uma intensa vida cultural, diz:

> Porém a cidade que dependia comercialmente de Londres e, de certo modo, culturalmente de Paris, alicerçava-se no êxito de um produto da região no mercado externo e possuía, 'por debaixo de seus tapetes, cortiços nos quais predominavam a subnutrição, a pobreza e a miséria das classes excluídas (Pontes Filho, 2000, p. 144).

O mesmo autor diz que este período áureo encerrou-se a partir de 1913, com a perda do mercado mundial para a borracha asiática, retornando a cidade, com isso, a um novo período de isolamento até o advento, já na década de 70, da implantação da Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus foi criada como pólo de desenvolvimento industrial e comercial, assim ressurgiu o desenvolvimento com as novas perspectivas oferecidas aos habitantes de Manaus como atração de capital e recursos humanos, criação de novos tipos de trabalho, aumento no volume de empregos, incremento do turismo, etc.

Com as crises pelos quais o modelo Zona Franca vem passando, e entre outros problemas que aqui não se tem competência para descrever, a violência, a falta de escolas, exclusão social e outros problemas sociais têm sido agravados no Estado do Amazonas.

1.2 Localização: Brasil - Amazônia Legal - Amazonas - Manaus

O Brasil localiza-se na América Latina, a qual engloba 20 países que são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Ainda na América Latina existem mais 11 territórios que não são independentes, portanto não podem ser considerados países, mas, ainda assim são latinos.

Figura 1 – Mapa da América Latina

O Brasil é uma república federativa presidencialista, localizada na América do Sul, formada pela união de 26 estados federados e pelo Distrito Federal. O país conta com 5.565 de municípios, com uma população de 191.480.630 habitantes, bem como uma área de 8.514.876,599 Km2. Possui 15 e 20% de toda bioversidade mundial, sendo exemplo desta riqueza a Floresta Amazônica, com 3,6 milhões de quilômetros quadrados, a Mata Atlântica, o Pantanal e o Cerrado.

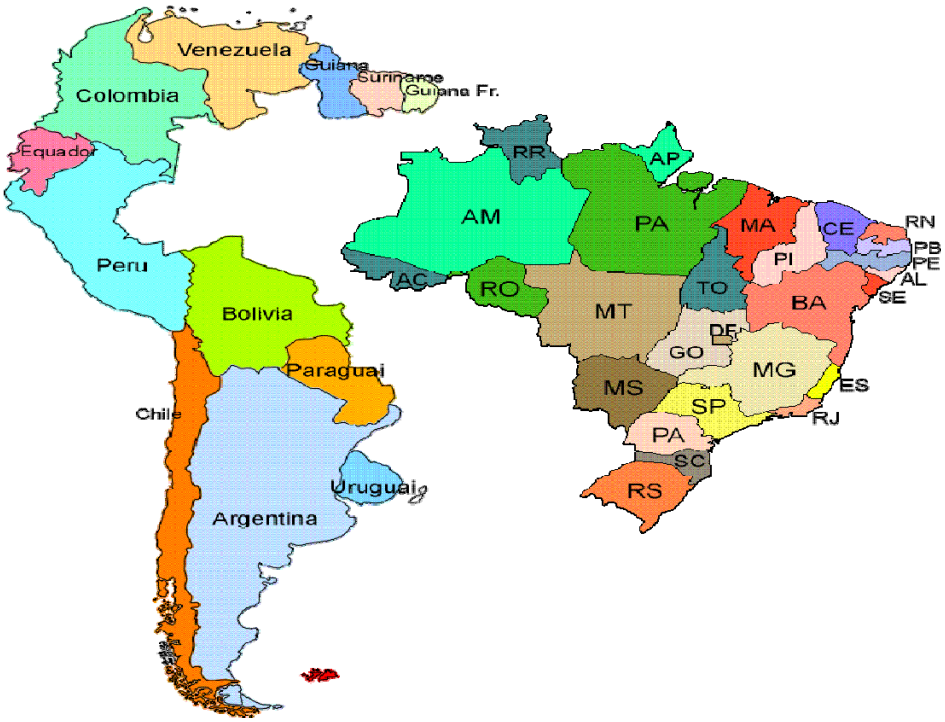


Figura 2 – Mapa do Brasil sendo deslocado da América Latina

A Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia amazônica e, conseqüentemente, possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica. O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro, a partir de análises estruturais e conjunturais de regiões com idênticos problemas econômicos, políticos e sociais, para que se pudesse planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica.

A Amazônia Legal corresponde à totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44º de longitude oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km2, correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Cerca de 85% da região, no entanto, fica em território brasileiro, onde ocupa

mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente 61% da área do país . Sua população, corresponde a 12,32% do total de habitantes do Brasil.

Figura 3 – Mapa da Amazônia Legal

O Amazonas encontra-se situado na região Norte do país, possui a maior bacia hidrográfica e o maior rio do mundo, a Bacia Amazônica e o Rio Amazonas. O nome Amazonas é de origem indígena, da palavra amassunu, que quer dizer “ruído de águas, água que retumba”. Tem 62 municípios e sua capital é Manaus .

Figura 4 – Mapa: Amazonas dentro da Amazônia Legal – Wikipédia, a enciclopédia livre.

1.3 Informações IBGE - População - Área territorial | Manaus

Manaus é uma cidade brasileira, que tem como capital o Estado do Amazonas, situada na região norte do Brasil. O seu nome gentílico é manaura.

LOCALIZAÇÃO DA SEDE DE MANAUS

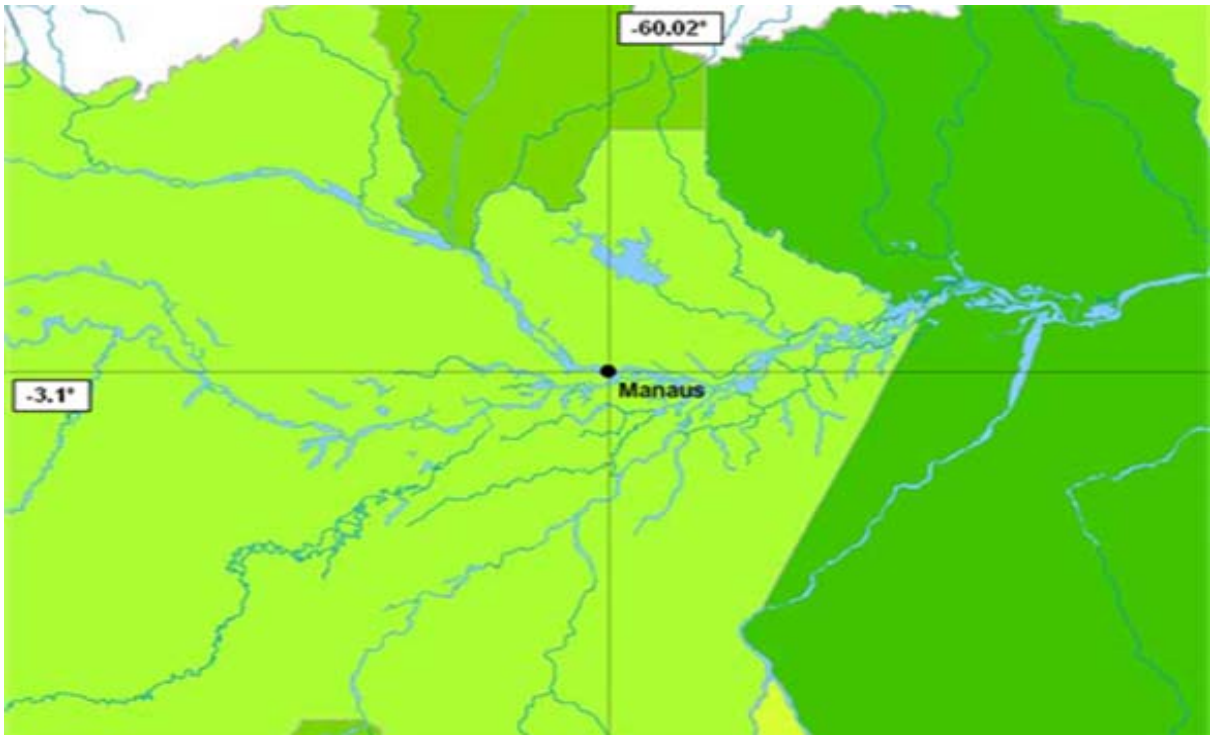


Imagem 1 – Localização da Cidade de Manaus - IBGE - Abril de 2009

Manaus é a maior cidade do Norte do País, ocupa uma área de 11.401,058Km2. Limita-se com os municípios de Presidente Figueiredo, Careiro, Iranduba, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Novo Airão. O clima é equatorial. A cidade é quente e úmida, possui uma vegetação tipicamente coberta pela floresta Amazônica. Passam por Manaus os rios: Negro e o Solimões os quais ao se encontrarem formam o grande Rio Amazonas.

Manaus divide-se em sete regiões: Norte, Sul, Centro-Sul, Oeste, Centro-Oeste e a Zona Rural. A Zona Leste da cidade é a mais populosa e a Região Centro-Sul é a de maior renda per capita[2]. A madeira é o principal produto extrativo do município.

O transporte fluvial na cidade é muito utilizado. Manaus possui um grande porto, localizado na zona costa-oeste do Rio Negro, na zona central da cidade de

[2] Informações retiradas do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manaus

Manaus e atende aos Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre e áreas do Norte do Mato Grosso.

Segundo o Censo do IBGE[3] em 2007, a população era constituída de 1.646.602 habitantes. A cidade, enquanto capital do Amazonas, tem como área da unidade territorial 11.401 Km2.

Da composição e mobilidade Social

Conforme dados do IBGE, o comportamento regional foi de redução da população mais jovem e aumento de percentual de pessoas com mais idade. A Região Norte, onde é situada a cidade de Manaus, registrou a maior queda da população de 0 a 14 anos de idade (de 32,7% em 2007 para 31,4%, em 2008). Apresentou o contingente de crianças de 0 a 4 anos de idade (1,4 milhão) maior que o de pessoas com 60 anos ou mais de idade (1,1 milhão). Ainda apresentou o menor percentual de pessoas nesta última faixa etária (7,1%).

Na análise feita por Unidade da Federação, confirmou-se que a Região Norte e Nordeste estão entre os de maiores percentuais de pessoas de 0 a 4 anos de idade. O Amazonas (10,1%), com destaque para o Acre (11,0%) e Roraima (10,2%). Assim observa-se nas tabelas do IBGE:

Distribuição da população residente, por Grandes regiões, segundo o sexo e os grupos de idade – 2007- 2008

Sexo e grupos de idade	Distribuição da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2007						
Sexo						
Homens	48,8	49,9	48,8	48,4	48,9	49,6
Mulheres	51,2	50,1	51,2	51,6	51,1	50,4
Grupos de idade						
0 a 14 anos	25,5	32,7	28,4	22,8	23,3	25,9
15 a 39 anos	41,4	43,6	42,3	40,6	39,7	43,3
40 anos ou mais	33,1	23,7	29,3	36,6	37,0	30,8
2008						
Sexo						
Homens	48,7	50,0	48,9	48,1	48,7	49,2
Mulheres	51,3	50,0	51,1	51,9	51,3	50,8
Grupos de idade						
0 a 14 anos	24,7	31,4	27,8	21,9	22,8	25,5
15 a 39 anos	41,0	43,5	42,0	40,2	39,1	42,6
40 anos ou mais	34,3	25,1	30,2	37,9	38,1	31,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Quadro 1 – Distribuição da população residente, por Grandes regiões, segundo o sexo e os grupos de idade – 2007- 2008

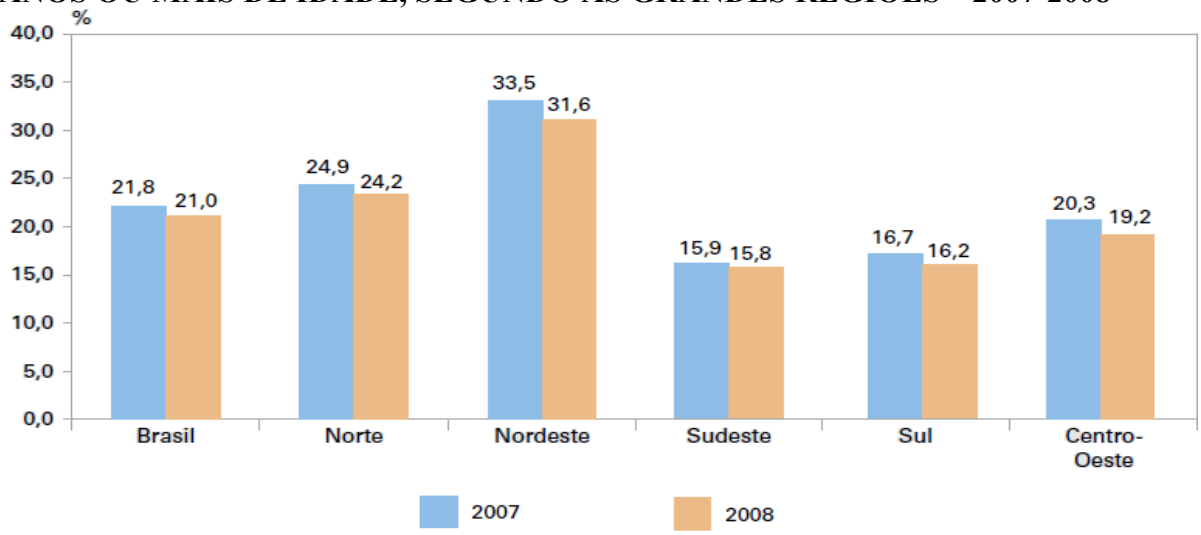
[3] Informações retiradas do site: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1

Situação educacional

Segundo o IBGE, por meio dos dados da PNDA 2008, o Brasil apresentou cerca de 14,2 milhões de analfabetos. Das pessoas com 15 anos de idade ou de mais idade a taxa foi estimada em 10,1%. Na faixa etária de 10 a 14 anos a taxa de analfabetismo foi estimada em 3,5% na Região Norte do País.

De qualquer maneira aumentou a taxa de escolarização da população na faixa etária de 6 a 14 anos, que passou de 97,0% em 2007, para 97,5% em 2008. Na Região Norte foi de 98,1%, nessa mesma faixa etária.

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DAS PESSOAL DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 2007-2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões – 2007- 2008

Quanto ao trabalho infantil segundo dados do IBGE 2008.

No Brasil, em 2008, segundo o IBGE, havia 92,5 milhões de pessoas ocupadas, com 5 anos ou mais de idade, destas, 4,5 milhões tinham de 5 a 17 anos de idade. As pessoas ocupadas representavam 10,2% da população, nesta faixa de idade. A taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade foi de 93,3%, em 2008. Dentre as pessoas ocupadas, a taxa de escolarização aumentou em 1.9 ponto percentual, pois em 2007 foi de 92,4%.

Das pessoas ocupadas de 5 a 17 anos de idade, 35,5% estavam em atividade agrícola e 51,6% eram empregados ou trabalhadores domésticos. Estas trabalhavam em média 26,8 horas habitualmente por semana, em todos os trabalhos. As pessoas de 5 a 13 anos de idade trabalhavam em média 16,1 horas, de 14 ou 15 anos de idade, 24,2 horas e de 16 ou de 17 anos de idade, 32,7 horas.

PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS, NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NA POPULAÇÃO DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 2008

Grandes Regiões	Percentual de pessoas ocupadas, na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade (%)		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	**10,2**	**13,1**	**7,1**
Norte	10,3	13,5	7,1
Nordeste	12,3	16,3	8,0
Sudeste	7,9	10,0	5,7
Sul	11,9	14,7	9,1
Centro-Oeste	10,2	12,7	7,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Quadro 2 – Percentual de pessoas ocupadas, na semana de referência, na população de 5 a 17 anos de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2008

PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR SEXO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência (1 000 pessoas)		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	**4 452**	**2 930**	**1 522**
Norte	451	299	152
Nordeste	1 676	1 143	533
Sudeste	1 294	836	457
Sul	703	438	265
Centro-Oeste	329	214	115

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Quadro 3 - Pessoas de 5 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2008

Das pessoas de 5 a 9 anos de idade ocupadas foi de 0,9% e dentre as de 10 a 13 anos de idade esse percentual foi de 6,1%. Das pessoas de 5 a 17 anos de idade 32,3% eram trabalhadoras não-remuneradas e entre as pessoas de 5 a 13 anos de idade esse percentual foi de 60,9%. Das pessoas de 14 ou 15 anos de idade, 34% eram trabalhadoras não- remuneradas e, dentre as pessoas ocupadas de 16 ou 17 anos de idade, era de 19,1% esse percentual.

O IBGE ainda salienta que o rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 5 a 17 anos de idade aumentou de R$ 262,00, em 2007, para R$ 269,00, em 2008. As pessoas de 5 a 13 anos de idade recebiam em média R$ 100,00, enquanto as de 14 ou 15 anos de idade recebiam R$ 190,00 e as de 16 ou 17 anos de idade recebiam R$ 319,00.

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, TOTAL E OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - 2007 – 2008

Grandes Regiões	Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)			
	Total		Ocupadas, na semana de referência	
	2007	2008	2007	2008
Brasil	**92,4**	**93,3**	**80,0**	**81,9**
Norte	90,2	91,2	76,7	80,6
Nordeste	92,4	93,3	82,1	84,0
Sudeste	93,8	94,5	78,1	80,9
Sul	91,1	92,2	81,0	79,4
Centro-Oeste	91,4	92,2	78,6	82,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2008.

Quadro 4 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, total e ocupadas na semana de referência segundo as Grandes Regiões - 2007 – 2008

Síntese do perfíl socioeconômico das crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho infantil.

INDICADORES DAS PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE - 2008

Especificação	Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade			
	Total	Grupos de idade		
		5 a 13 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos
Percentual de homens na população ocupada, na semana de referência (%)	65,8	68,9	66,3	64,2
Nível de ocupação (%)	10,2	3,3	16,5	33,6
Rendimento médio mensal domiciliar *per capita* das pessoas ocupadas na semana de referência (R$)	333	228	303	394
Rendimento médio mensal de trabalho (R$)	269	100	190	319
Número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	26,8	16,1	24,2	32,7
Taxa de escolarização das pessoas ocupadas na semana de referência (%)	81,9	96,2	88,4	72,5
Percentual de pessoas em atividade agrícola na população ocupada na semana de referência (%)	35,5	60,6	36,3	24,3
Percentual de não remunerados na população ocupada na semana de referência (%)	32,3	60,9	34,0	19,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Quadro 5 - Indicadores das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade - 2008

O rendimento médio mensal real de trabalho, segundo as informações do IBGE (das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas e com rendimento), estimado em R$ 1.036,00 para 2008, foi superior ao do ano anterior (R$ 1019,00).

No que se refere às regiões do País, de 2007 para 2008, para 10% das pessoas ocupadas com os rendimentos mais baixos, o crescimento do rendimento médio mensal foi de 4,3% e para os 10% que detinham os rendimentos mais elevados foi de 0,3%. A Região Sul apresentou comportamento similar; as Regiões Norte e Sudeste apresentaram queda no rendimento médio mensal real na classe de rendimento mais elevada da distribuição.

Por meio dos dados sobre as crianças trabalhadoras brasileiras, os impasses de um sistema capitalista de exploração são evidenciados e percebe-se o quanto se utiliza

do trabalho das crianças sem investir em suas potencialidades. Desta maneira, desconsidera-se as necessidades destas como um grupo social em si.

Os dados do IBGE acabam por possilitaram construir uma análise de que as crianças brasileiras são pouco consideradas enquanto grupo social com direitos. No que diz respeito a presença das crianças na escola pública, embora seja fator positivo, também evidencia uma massificação numa perspectiva homogeneizante que inculca um "modo de saber " que oculta as diferenças políticas, geográficas de cada região do País.

1.4 Espaço das feiras

O espaço escolhido para a coleta de dados foram sete feiras. Feira Modelo da Compensa, Feira Municipal do Produtor, Feira Municipal do Parque Dez de Novembro, Feira Municipal Alvorada I Ceasa, Feira Comunitária da Cidade Nova I, Feira Manaus-Moderna e Feira da Banana.

A feira onde destinou-se o maior tempo de observação foi a Feira Manaus-Moderna, porque em todos os momentos era apontada pelos feirantes e pelos principais jornais da cidade como a feira onde ocorriam os maiores problemas, envolvendo crianças e adolescentes, dentre eles: trabalho das crianças, pedofilia, prostituição infantil, uso de drogas e abandono de crianças. Isto talvez se deva a sua localização, enquanto ponto turístico da cidade, e local de onde partem e chegam vários barcos para outras cidades no interior do Amazonas.

A Feira da Banana fica ao lado da Feira Manaus-Moderna por isso, foi um local observado, mas não houve entrevistas com os feirantes, visto que foi escolhida apenas uma feira de cada região da cidade, já que a Feira da Banana também localiza-se na região sul.

A descrição do espaço é fundamental, porque possibilita a compreensão crítica de como a imagem da infância vai se construindo por meio dos sentidos dados na rede de relações estabelecidas pelas crianças que ali trabalham. As crianças perdem os espaços da cidade, ficam segregadas em casas de papelões nas calçadas nos arredores das feiras, principalmente na Feira Manaus Moderna.

O espaço das feiras contribuiu para possibilitar que as crianças pudessem manifestar o que faziam ali. Buscou-se compreender através da investigação sobre a construção da imagem da criança trabalhadora, nestas feiras, como elas interferiam no espaço destinado aos os adultos. E por outro lado, embora o trabalho não pudesse focalizar tantos outros aspectos, as crianças valem-se do espaço de trabalho também como um espaço de brincadeiras. Ou seja, percebeu-se que a cultura lúdica das crianças está sempre presente.

O espaço das feiras não é um espaço bem definido e muito menos de forma lógica. Quase tudo é sujo na maioria das feiras. Não há segurança visível, a não ser os próprios feirantes e sua demonstração de força, quando carregam toneladas nas costas, quando enfrentam o dia sorrindo, quando estão com seus instrumentos cortantes de trabalho.

As demarcações territoriais dos espaços das feiras ocorrem de maneira significativa. As crianças estabelecem o recorte geográfico, para estabelecer as relações desejadas, perambulando para obter trabalho. Para muitas crianças, na cidade de Manaus, a vivência é pobre em relação à exploração do espaço urbano . O cotidiano duro de trabalho, as pressões do ambiente social ganham um significado complexo e ameaçador para estas crianças trabalhadoras. O modo de apropriação do trabalho das crianças que perambulam nestas feiras demonstra a necessidade de um processo educativo para a cidadania. É certo que há um simulacro do uso daqueles espaços, em nome da sobrevivência. Ali, “prevalecem os espaços redutores, que já não são espaços de vida, mas espaços ressecados, de relações sociais e afetivas reduzidas”. (Damiani, 2007, p. 52)

As feiras também são lugares dos despossuídos, muitas vezes de gente sem emprego. Observa-se que nos arredores de todas estas feiras que fazem parte da investigação, havia um cenário como “uma feira em pedaços”. Músicas tocavam com CDS piratas à venda, demarcando identidades distintas, reforçando territórios, até muitas vezes religiosos. Nas feiras, percebia-se que pulsava a vida e a morte. As apreensões e incertezas quanto ao futuro foram evidenciadas nas respostas dos feirantes e principalmente nas respostas das crianças. O lema “cada um que se cuide” parece estar na atmosfera das feiras. Cada um sobrevive como pode. A pobreza é evidenciada em suas múltiplas dimensões na construção do espaço geográfico. Como por exemplo: encontra-se pessoas que recolhem lixos, mendigos, prostituição em troca de comida,

trabalho das crianças com as mais diversas formas de exploração, entre outras. Vale dizer, que em relação a efetivar políticas públicas naqueles lugares, é necessário aos pobres provarem sua pobreza, isto ainda não tornou-se evidente para as autoridades. Há uma exclusão produzida. Muitas dessas pessoas, nas feiras, parecem ser consideradas "supérfluas"[4]. "As causas da exclusão podem ser diferentes, mas, para aqueles situados na ponta receptora, os resultados parecem ser quase os mesmos".

Posto isto, no espaço das feiras percebe-se o agravamento da pobreza. Assim, verifica-se que :

> A causa da persistência da pobreza não são apenas governos incompetentes ou corruptos, e insensíveis à sorte de sua população. Não. Fundamentalmente, a pobreza não pode ser definida como um padrão de vida, ou como determinados tipos de condições de vida: ela é, simultaneamente, a causa e o efeito da sonegação, total ou parcial, dos direitos humanos. (Sané, 2004, p. 29).

Enquanto o tratamento sobre a questão dos direitos humanos estiver fora de cada um de nós, não se poderá influir para mudar mentalidades. É preciso defender a dignidade da pessoa humana. Deste modo, os direitos econômicos e sociais não podem continuar sendo sonegados. Ora, enquanto forem sonegados estes direitos não são dadas as condições para que as crianças exercitem seus direitos.

Desde a Declaração Universal dos Direitos humanos, de 10 de dezembro de 1948, que procura-se resgatar conceitos esquecidos como: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Estes são contra a barbárie e incluem: os direitos civis e políticos, econômicos, sociais e culturais e os direitos de uma nova ordem internacional (a paz, o desenvolvimento, o meio ambiente, entre outros). Mas, igualdade, liberdade e fraternidade, são apenas promessas.

No entanto, a prática efetiva destes direitos não se sustenta no cotidiano da maior parte da população e especialmente das crianças e adolescentes que trabalham nestas feiras ou perambulam para trabalhar. O custo humano a que são submetidas no trabalho de exploração demonstra seus efeitos perversos. E enquanto isso se vive uma sociedade paradoxal: o bem-estar propagado e a impossibilidade do acesso para a maioria que deixou de ser minoria. Assim, a realização dos direitos econômicos e

[4] Expressão utilizada por Zygmunt Bauman na obra Vidas Desperdiçadas. Tradução de Jorge Zahar, 2005, a qual afirma que "as pessoas supérfluas estão numa situação que é impossível ganhar".

sociais onde as necessidades humanas básicas poderão ser satisfeitas é condição para o exercício dos direitos civis e políticos. Para isto, é preciso aprender a desaprender sobre a vida, sobre o trabalho, sobre o mundo e principalmente quanto ao consumismo tão propagado. Mudar visões de mundo, ampliar e desconstruir toda uma "fatalidade geracional", pelas quais passam principalmente as crianças trabalhadoras neste mundo globalizado e excludente.

É preciso, portanto, saber como estas crianças pobres e trabalhadoras destas feiras, pensam e percebem-se no mundo. É preciso olhar as crianças a partir delas e de seus contextos de influências. Integrar as políticas para a infância. Considerar que o espaço de trabalho por elas utilizados aponta para um projeto que a cidade deveria ter para estas crianças. Portanto cabe a pergunta: Que projeto a cidade de Manaus possui destinado às crianças pobres? De outro modo, é preciso investir em políticas públicas que inclua as famílias. Portanto, são necessárias políticas públicas eficazes no combate à privação e à pobreza. E, ainda, uma democracia que tenha legitimidade, que respeite os direitos das crianças e conseqüentemente os direitos humanos, para que as promessas de dignidade postas pela Lei sejam efetivas no cotidiano dessas crianças.

A construção da imagem da infância

A imagem da infância que a sociedade vai construindo em seu imaginário propõe uma análise epistemológica sobre a infância, acerca de que idéia tem esta sociedade em relação a este tema. Qual a concepção de mundo, enquanto proposta de formação humana no espaço, nos contextos onde as crianças experienciam a vida. "A noção espacial, como parte integrante dos sujeitos, é uma noção social, é uma construção simbólica, constituída a partir do contexto cultural no qual se está inserido" (Lopes, 2005, p. 35).

Um dos grandes problemas a ser superado é que a familiaridade com o cotidiano muitas vezes impede um olhar apurado para os componentes hostis dos espaços, onde os indivíduos passam a maior de seu dia, de seu tempo. O aniquilamento da paisagem parece fazer parte de um mundo e de pessoas que precisam de uma velocidade assustadora para não ver os estragos que criam e o dano humano causado. Por isso, defende-se uma educação em direitos humanos, reconhecida como sendo a criança a titular deste direito. Para isso, é preciso que os espaços sejam repensados num projeto

de emancipação social. Sendo assim, qualquer espaço pode tornar-se um espaço cultural e ser uma ferramenta de promoção de cidadania. Desta maneira, as cidades poderão ser construídas para o fortalecimento de uma nova sociabilidade, ou seja, é necessária a arma do pensamento na observação do espaço. Isto porque não se pode negar os direitos e interesses das comunidades locais, tendo em vista que qualquer projeto neste nível seria fadado ao fracasso.

Segundo Lopes, pode-se pensar a infância e a constituição de suas identidades nos lugares e nos locais onde estas se apropriam de espaços e lugares determinados pelo mundo dos adultos e criam suas territorialidades.

> A infância, portanto, se dá num amplo espaço de negociação que implica a produção de culturas de criança, de lugares destinados às crianças pelo mundo adulto e suas instituições e das territorialidades infantis. A Geografia da Infância é o campo de reflexão de todas essas dimensões (Lopes, 2005, p. 39).

É fundamental destinar um olhar mais próximo às crianças que transitam e trabalham nas feiras em Manaus. A Amazônia mítica revela também crianças vitoriosas, ousadas, felizes e andantes. Violenta é a maneira como são tratadas ou não e ainda como são maltratadas as crianças. A correnteza do rio da frente da feira Manaus-Moderna, por exemplo, serve como metáfora para a própria representação que esta sociedade apresenta em relação às crianças que perambulam e trabalham. Como um rio que não pára, as crianças também não param de perambular e trabalhar, perambular para trabalhar. Os sonhos são revelados na concretude do cotidiano, do calor que invade a terra e que se vão como as águas. Muita gente que ali compra, nem olha para o rio, ingualmente como também não olham para a criança.

Na verdade, a dignidade das crianças deve ser respeitada a partir delas, dos seus pensamentos. Assim como a arma do pensamento deve ser a armadura dos intelectuais a favor das classes subalternas nessa terra.

Há diversidade dos saberes a partir das crianças. É preciso não reduzir as experiências de buscas de trabalhos dessas crianças. Seu silêncio, seu olhar, a expressão estética dos seus rostos revelam bravura, coragem e disposição para a vida. Estas crianças, nos labirintos simbólicos do cotidiano e da experiência concreta, criam e recriam. A esterilidade dos nossos trabalhos muitas vezes demonstra o modo como

acuado estamos diante da diversidade. A arrogância das pesquisas pouco contribui com as causas das crianças. É necessária, digo, inspirada em Boaventura de Sousa Santos (2004), uma epistemologia que capte as vozes das crianças, por meio de tudo que for possível registrar com a realização deste trabalho.

É preciso dialogar com as crianças, a fim de procurar compreender a imagem construída a partir de sua realidade. A economia não é tudo sem a eficácia social. É preciso aprender a fazer a leitura sobre o modo como as crianças significam o tempo de trabalho no espaço dessas feiras, pois, muitas vezes, o espaço de trabalho das feiras já se apresenta como um ato de violência. É preciso debater, politizar e mobilizar a sociedade quanto aos direitos humanos.

1.5 Quem são as crianças?

As crianças são as que perambulam nas feiras para trabalhar ou trabalham perambulando. Crianças que estudam; crianças que não estudam; crianças que dormem pelas feiras; crianças que vão para suas casas; crianças acompanhadas por seus pais que trabalham ou são pedintes nas feiras; crianças que trabalham para vizinhos, amigos da família; crianças conhecidas e desconhecidas; crianças que vão às feiras por não ter onde ficar, e nem com quem ficar; crianças que têm um nome, voz, que têm vontade, desejo, amor, raiva, cansaço; crianças que brincam; crianças que choram e que deixaram suas marcas na maneira de olharem para mim, quando perambulava com elas, quando as observava. Observei muito mais crianças nas feiras do que as registrei. Muitas, procurei não me aproximar, porque era como se quisessem ficar sem dizer, mas elas disseram muito.

Chegou-se a conclusão de que o trabalho científico não consegue abarcar todas as dimensões de sentimentos aflorados ao observar as crianças e seu perambular pelas feiras.

1.6 Os feirantes

Os feirantes são trabalhadores, homens e mulheres que vendem frutas, verduras, peixes e outras variedades de produtos. Dos seus ganhos muitos sustentam suas famílias. Geralmente estes trabalhadores sofrem com a falta de infraestrutura do espaço das feiras.

Muitos nunca estudaram e não sabem sequer escrever o nome. Alguns concluíram o ensino fundamental, outros o ensino médio. A idade dos feirantes varia entre 19 anos a mais de 65 anos. São trabalhadores (as) que acordam geralmente durante as madrugadas e procuram manter o trabalho braçal durante todo o dia, por necessidade do ofício. Utilizam-se de uma linguagem popular, cantam canções rápidas para atrair o cliente . Estes (as) fazem das feiras lugares de alegria e de possilidade de barganhas e brincadeiras com o comércio.

A escolha dos feirantes dependia da disponibilidade deles no momento em que se percorria os boxes onde estes trabalhavam. Raramente os feirantes interrompiam seu trabalho para responder às perguntas. Alguns participavam com orgulho de participar, outros ficavam incomodados com a presença da observadora.

1.7 Os Conselheiros Tutelares

O Conselho Tutelar, segundo o Artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “é órgão permanente e autônomo, não- jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.

O Conselho é um órgão municipal autônomo, outorgado por Lei Federal. O ECA conferiu ao Conselho Tutelar a missão de zelar pelos direitos da criança e do adolescente. E, portanto, este deve cumprir o seu papel e fazê-lo na sua plenitude. Um órgão autônomo que integra o conjunto das instituições brasileiras e está subordinado ao ordenamento jurídico do País. Não é jurisdicional, porque não integra o Poder Judiciário. Tem função administrativa.

Segundo o Artigo 132 do ECA: “Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução”.

O Conselho Tutelar faz com que os outros atores do sistema garantam de forma efetiva os direitos da criança e do adolescente. De certa maneira o Conselho Tutelar, com suas atribuições, pressiona o Poder Público e o sistema judiciário a funcionar.

Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o Artigo 133 do ECA diz que serão exigidos os seguintes requisitos: I - reconhecida idoneidade moral; II - idade superior a vinte e um anos; III - residir no município.

As principais atribuições do Conselho Tutelar estão no Artigo 136 do ECA e podem ser assim resumidas:

Atender às crianças e adolescentes quando seus direitos forem ameaçados ou violados, seja pela ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta. O Conselho Tutelar recebe a comunicação dos casos de suspeita ou confirmação de maus tratos e determina as medidas de proteção necessárias; atende e aconselha pais ou responsáveis, aplicando medidas de encaminhamento a programas dirigidos à família; poderá requisitar certidões de nascimento e óbito de criança e adolescente quando necessário; requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações; encaminhar ao Ministério Público as infrações contra os direitos de crianças e adolescentes.

Se alguém se sentir prejudicado por ação desse Conselho, recorre à Justiça da Infância e da Juventude que, quando provocada, é competente para rever as decisões do Conselho Tutelar.

Havia cinco Conselheiros Tutelares em cada Conselho Tutelar de cada região. Nem todos participaram em razão de muitas vezes não se encontrarem no local, ou porque estavam fazendo o que chamam de “externa”, atendendo a denúncias, ou ainda não haviam ido trabalhar, isto dificultou a realização desta etapa do trabalho. Em cada região da cidade onde estavam localizadas as feiras em que fora planejado a realização da etnografia fora também realizadas visitas para entrevistar conselheiros.

1.8 As feiras

No quadro abaixo, encontram-se localizadas as sete feiras investigadas em Manaus, assim como seus endereços e quantidades de boxes para vendas. Foram investigadas a Feira da Compensa na Zona Ooeste da cidade, a Feira Municipal do Produtor na zona leste, a Feira Municipal do Parque Dez de Novembro na zona centro-sul, a Feira Municipal da Alvorada-Ceasa I na zona oeste, a Feira Comunitária da Cidade Nova I na zona norte e as Feiras Manaus- Moderna e Feira da Banana na zona sul. A seguir um breve resumo histórico e registros no campo:

Zona	Feiras	Endereço	Bairro	Peixe	Carne	Frango	Verduras /Frutas	Lanche	Diversos
Leste	Feira Municipal do Produtor	Av. Grande Circular	Jorge Teixeira	09	09	02	42	34	67
Norte	Feira Comunitária Cidade Nova I	Av. Noel Nutles	Cidade Nova	05	04	02	03	22	22
Oeste	Feira Modelo da Compensa	Rua São Pedro	Compensa	27	10	07	30	73	184
Centro-Oeste	Feira Municipal Alvorada I - Ceasa	Rua 04, C/AV. B	Alvorada I	41	41	01	79	22	87
Centro-Sul	Feira Municipal Parque Dez de Novembro	Rua do Comércio	Parque Dez	01	01	01	10	03	15
Sul	Feira Municipal Manaus Moderna	Rua Barão de São Domingos	Centro	103	57	06	496	86	212
	Feira Municipal da Banana	Rua Pedro Botelho		0	0	0	87	14	20

Quadro 6 - Prefeitura de Manaus | Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGA

FEIRA MODELO DA COMPENSA

O bairro da Compensa encontra-se localizado na Zona Oeste de Manaus, no Estado do Amazonas, é o quarto maior bairro de Manaus. No período da criação da Zona Franca, imigrantes do interior Estado e de Estados vizinhos (paraenses e nordestinos) chegaram a Manaus em busca de melhores condições de vida e encontraram pobreza e miséria. Alguns passaram a viver na orla do Rio Negro em casas erguidas sobre balsas flutuantes, formando o que fora chamado de “cidade flutuante”. Uma família que vinda da Alemanha adquiriu uma parte da área, sob a responsabilidade

de Oscar Borel, que é conhecida como Bairro da Compensa. Oscar Borel foi morto e iniciou-se um processo de invasão na área, e o espaço começou a ficar desordenado. O bairro também foi chamado de Vila Sapé (palhas que cobriam as casas), depois passou a denominar-se de Cidade das Palhas e por último Compensa (devido a uma serraria que produzia lâminas de compensado). O bairro tem 37 anos de existência, com uma população estimada de 80 mil moradores. O Rio Negro fica localizado ao Sul do bairro. A feira Modelo da Compensa localiza-se no entroncamento da Avenida Brasil com a entrada na Rua São Pedro.

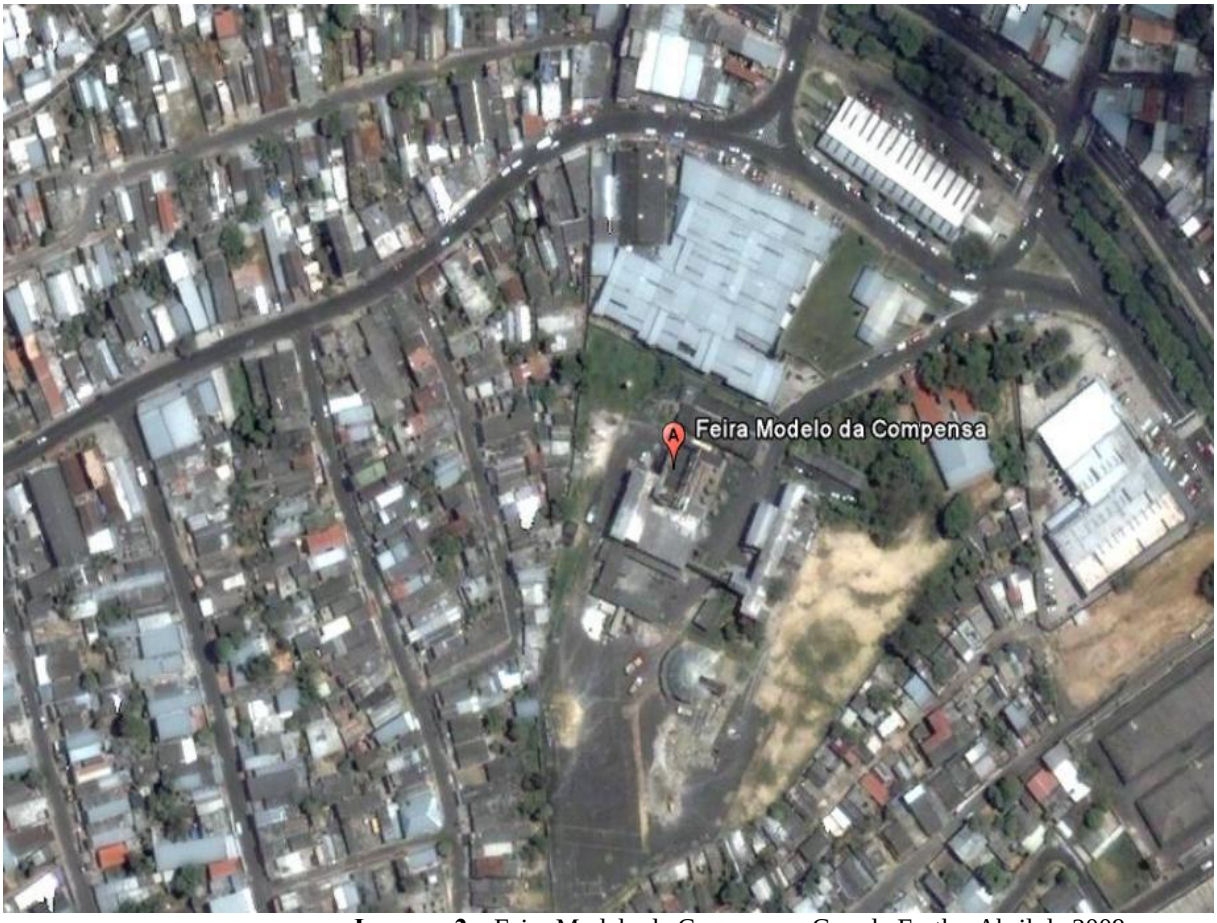


Imagem 2 – Feira Modelo da Compensa - Google Earth - Abril de 2009

«Estou na Feira Modelo da Compensa que fica em frente a um Mini-shopping, com uma variedade de coisas como relojoaria, joalheria, etc. Dentro da feira temos uma distribuidora varejo e atacado, com ovos que dizem ser regionais, vendas de roupas, uma senhora vende jornais sentada numa banquinha, lanchonetes (muitas), ponto de descartáveis, venda de frutas, queijos, muitos restaurantes (onde vejo as pessoas preparando comidas), frutos do mar, frios, venda de picolé, tem até shopping do

> guaraná (onde vendem todos os produtos do guaraná da região). Venho para a parte da peixaria e logo atrás da feira vejo banheiros, e alguns boxes que não entendo muito bem, pois as pessoas estão apenas conversando sentadas, mas não há nada para vender. Vejo também alguns gatos andando pela feira. Portanto a feira também é freqüentada por animais. Como toda feira, carnes, peixes, uma variedade de coisas. As pessoas trabalham intensamente. É uma feira cercada. As pessoas parecem que se esqueceram de mim, e pensam que eu sou repórter. São 8 horas da manhã, não há crianças na feira. Encontrei apenas um adolescente cuidando do carro.»
>
> (Diário de campo - abril de 2009)

FEIRA MUNICIPAL DO PRODUTOR

O bairro Jorge Teixeira foi criado em 14 de março de 1989, com a distribuição de lotes para pessoas carentes pelo Prefeito da época Arthur Virgílio. O bairro tinha apenas cerca de cem barracos, a maior parte feito de papelão e coberto de lona. Depois disto, sucessivas invasões ocorreram resultando na criação das quatro etapas do bairro: João Paulo II, o Bairro Novo, o Valparaíso, o Nova Floresta e o Monte Sião e bairros residenciais como José Carlos Mestrinho e Arthur Virgílio Filho, com o mínimo de estrutura. Grande parte do bairro foi erguida em terrenos impróprios à moradia, como morros e zonas alagadas, sem registro topográfico. São as casas noturnas que atraem muitas pessoas para o bairro, fazendo deste local uma área de grande prostituição. Está localizado na Zona Leste da cidade.

A Feira Municipal do produtor fica na Avenida Grande Circular. Há grandes lojas nos arredores, como por exemplo, a empresa Bemol, uma loja onde se vende de tudo. Na feira, há predominância de uma população iletrada. Os feirantes apontam para a marginalidade nos arredores deste local.

> «A Feira tem vários boxes com lanchonetes, restaurantes entre outros. O local onde vendem verduras, frutas, legume, castanhas é muito freqüentado. Pessoas de todos os lugares da cidade vêm aqui para comprar. O preço nesta feira é um pouco mais em conta.
>
> Vejo algumas crianças trabalhando. Uma que ajuda a empurrar um carrinho cheio de bananas, outra que perambula como se estivesse procurando alguém ou alguma coisa. Algumas outras que simplesmente parecem ser filhos de feirantes, percebo isto pelo modo como se vestem.

> Assim que cheguei à feira logo na frente, um pouco afastado vi seis soldados da policia militar, observando o local (estavam em trabalho). O movimento é intenso. Os feirantes vendem e se divertem uns com os outros. Inclusive jogando frutas para acertar um no outro.»
>
> (Diário de campo- março de 2009)

FEIRA MUNICIPAL DO PARQUE DEZ DE NOVEMBRO

Imagem 3 – Feira Municipal do Parque Dez de Novembro - Google Earth - Abril de 2009

O bairro do Parque Dez foi criado em 1938 com sua piscina natural, que foi estruturado para receber as famílias amazonenses em abastecida pelas águas límpidas do Igarapé do Mindu, em vasta área verde, com zoológico e um restaurante para a satisfação gastronômica dos freqüentadores. Ali foi construído o conjunto residencial Castelo Branco e inaugurado em 1969. A área era totalmente desmatada, as casas estavam expostas às ventanias e temporais que arrancavam telhados e causavam destruição no conjunto. É um bairro de alto padrão econômico. O Parque Dez está

localizado na Zona Centro Sul de Manaus. A feira Municipal do Parque Dez fica na rua do comércio, rua muito movimentada do bairro.

> «Na frente da feira há uma banca de revista, ao lado uma igreja Universal do Reino de Deus. Assim que entro à direita vejo uma porta da administração da feira com o símbolo da Prefeitura Municipal de Manaus. O lugar desta feira é um lugar de café da manhã, as pessoas nos finais de semana se reúnem para tomar o café da manhã com seus amigos e familiares. Aqui o café é regional com pupunha, tucumã, cuscuz, banana frita, mingau de banana, mungunzá, bolo de macaxeira. A feira é pequena, cercada. Perto, de uma escola (que fica na rua de trás, e perto de um lava a jato rotativo), em frente há um posto de saúde e o centro integrado de atenção à pessoa idosa, dentro há parte das vendas dos peixes e como toda feira, frutas e verduras. É uma feira mais organizada. Dentro da feira, neste momento não há crianças trabalhando, somente adolescentes ao lado de fora cuidando dos carros. Ao redor temos um assistência técnica para aparelhos eletro-eletrônicos, lugar para amolar tesoura. Temos banheiros.»
>
> (Diário de campo – abril de 2009)

FEIRA MUNICIPAL ALVORADA I CEASA

O bairro da Alvorada fica na Zona Centro-Oeste de Manaus. No início vinte famílias abrigavam-se à sombra de árvores, esperando a construção do seu barracão. As casas foram construídas com estacas, paus cruzados, palha. Passou a ser chamado de "Cidade das Palhas". A população do bairro é de 66.227 moradores. É uma feira coberta, parece um espaço delimitado. É mais organizada.

> «A feira não é tão suja. Hoje é sábado. Não temos muito movimento. A feira tem certa estrutura, ao redor há uma academia de ginástica, loteria, drogaria, embobinamento de motores elétricos. Na lanchonete, as pessoas estão tomando sopa, café. O ambiente não está tão sujo, há certa limpeza e organização. Há também box para vender farinha, para vender peixe. Prestam serviços de informática no cyber-café, há costureiras e lugares onde consertam sapatos. Vejo um bar com um adolescente e uma criança. Mas não sei se a criança é filha de feirante. Os feirantes estão trabalhando. Um rádio toca um pagode não muito alto. As pessoas parecem trabalhar felizes. Encontrei também um rapaz que parece ser usuário de drogas e estava sob efeito.»
>
> (Diário de campo - Janeiro de 2009)

FEIRA COMUNITÁRIA DA CIDADE NOVA I

O bairro da Cidade Nova fica na Zona Norte da cidade. Tornou-se referência nos anos 70, em 1980 já era um dos maiores da capital. Em 2008, a população atingiu 264.000 habitantes. A feira Comunitária da Cidade Nova fica na grande Avenida Noel Nutles.

Imagem 4 – Caminho da Feira Comunitária da Cidade Nova I, Google Earth - Abril de 2009

«Vejo nesta feira diversas lojas, pontos de variedades, lojas de autopeças, de baterias, vendas de sandálias, loterias, açougue, restaurantes, lanchonetes, casas de ração para cachorros, relojoarias, materiais descartáveis, casa de jogos eletrônicos, peixarias, box de verdura, cabanas religiosas, loja que vende produtos de carnaval, há uma sorveteria que está fechada. O prédio parece antigo, sem cuidados. Muitas pessoas tomam café na lanchonete. Fica de frente para um terminal de ônibus. Aqui vende-se de tudo. É uma feira tranqüila, não há músicas em alta freqüência. Encontrei um barzinho, são nove horas da manhã, muitos homens estão bebendo. A feira é desarrumada, os boxes estão sujos, frangos mortos estão jogados numa pia, restos de carne jogados em batentes. O movimento de 9h30min da manhã não está intenso. Há um lugar onde talvez eles façam comida. Neste dia não encontrei nenhuma criança. Na frente da feira há um lugar que vende café da manhã, com: cucuz, tapioca, pamonha e outros. Nos arredores da feira temos: salão de beleza, oficina de lanternagem, canto do guaraná, um senhor que parece cansado no chão, uns bares. As pessoas estão com seus trabalhos normais, vejo uma criança que parece estar acompanhada por seus pais. Dois policiais militares caminham pela feira como se estivessem fazendo a segurança. Resolvi voltar ao bar, mas não me aproximei muito deste, porque o ambiente era de muita bebida. O bar era o lugar mais agitado. Tive a informação de que raramente crianças freqüentam este bar. Encontrei uma loja com dois aparelhos de jogos eletrônicos, onde vejo uma criança brincando. Certo feirante me informou que há três bares na feira, uma pequena panificadora e fábrica de picolé, também afirmou que quando aparece criança, está acompanhada pelos pais, para tomar uma sopa. Vejo pedaços de carnes e sujeira pelo chão. O açougue está muito sujo e há também nele a presença de gatos. O ambiente é muito sujo.»

(Diário de campo - Janeiro de 2009)

Imagem 5 - Feira Comunitária da Cidade Nova I - Google Earth - Abril de 2009

FEIRA MANAUS-MODERNA

«Estou na feira Manaus Moderna, sexta-feira, à tarde. O espaço da feira é sujo e desorganizado, um lugar que considero "pesado", onde o ambiente é um amontoado de coisas e pessoas. A higiene é precária e as pessoas parecem sempre muito cansadas. Homens carregam continuamente sacos pesados com mercadorias. Sentam-se crianças, senhoras que parecem ter mais de 60 anos, homens e mulheres por toda parte. Parece que há sempre uma espera por algo.

Vejo crianças acompanhadas por vendedores. Um adolescente sentado no balcão da feira, na parte da venda de peixes, onde provavelmente está a serviço.

Compro verduras numa banca, na qual há um menino com aproximadamente nove anos, no colo do "pai". Vejo outro menino sentado numa banca, possivelmente é acompanhante do vendedor. Em seguida vejo dois adolescentes (meninos) andando na feira com um pequeno saco na mão. Eu não consigo ver se é saco de dinheiro.

Alguns boxes na feira estão fechados. Em geral, não se pode olhar muito, são pessoas sempre alertas aos olhares, mas brincam entre si. Às vezes, chamam-me de loira e oferecem seus produtos.

Resolvo ir até a Administração da feira, o órgão é chamado de SEMAGA[5]. Lá falo com um dos responsáveis, um fiscal (estes orientam os feirantes, organizam, legalizam os boxes da feira e são responsáveis pela observação e manutenção da limpeza). Observo que poucas crianças estão nas bancas trabalhando, pois o administrador afirma que estas não podem trabalhar sem a devida permissão. Também acrescenta que as crianças que encontro são crianças que vivem nas ruas, filhos de catadores de lixo. Estas furtam frutas, verduras, inclusive para algumas mães que ficam do outro lado da feira e pedem às crianças que pratiquem o ato. Há, portanto, informação de que são poucos os fiscais da SEMINF.»

(Diário de campo - Maio de 2007)

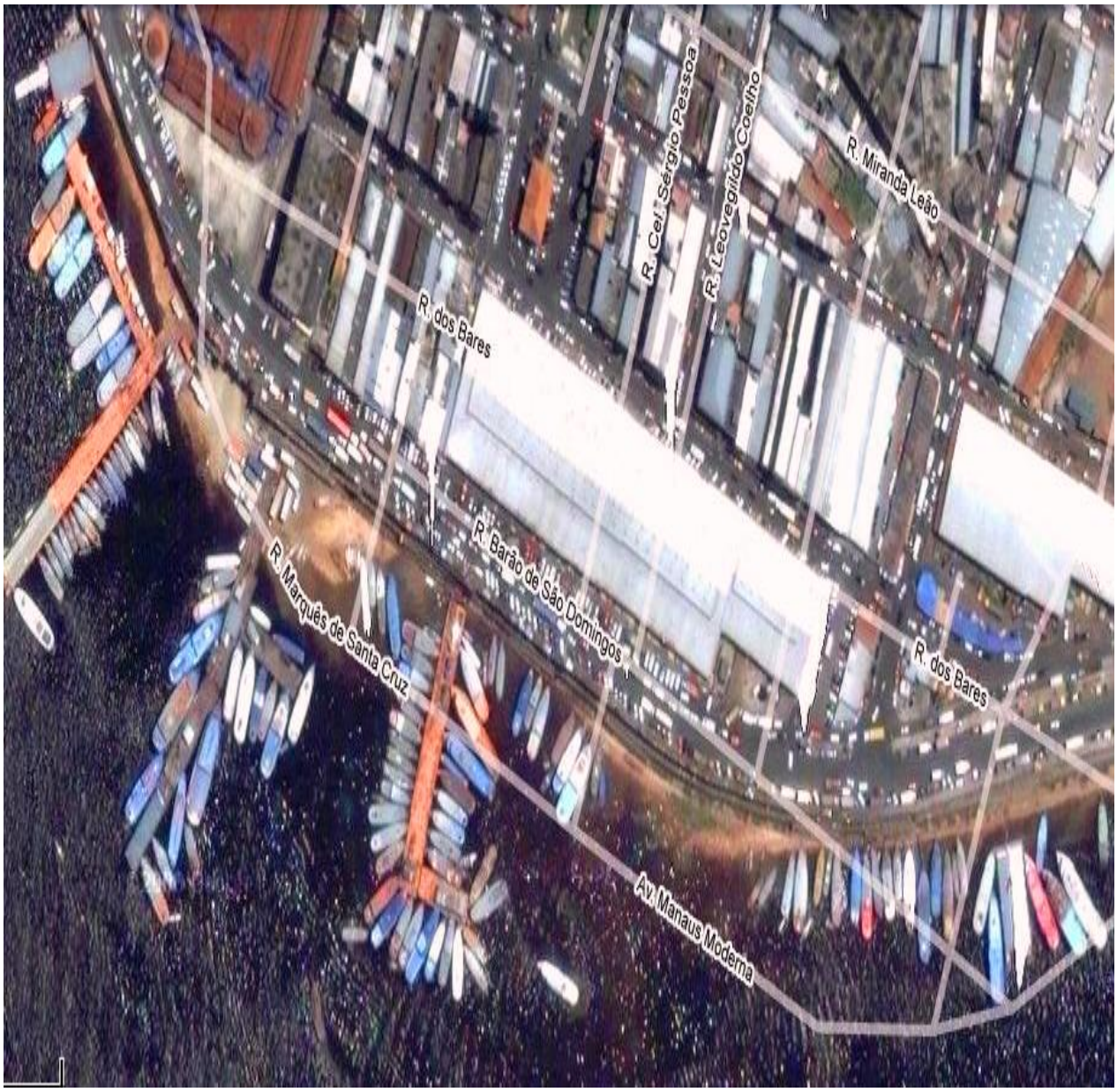


Imagem 6 – Feira Manaus-Moderna - Google Earth - Abril de 2009

[5] Secretaria Municipal de Abastecimento Agrícola do Amazonas

FEIRA DA BANANA

Imagem 7 – Feira da Banana Google Earth - Março de 2009

> «A outra feira é a Feira da Banana. Fica ao lado da Feira Manaus-Moderna, é só atravessar uma rua. Ando pela feira e percebo a prostituição bem presente. O administrador desta feira afirma que algumas meninas a freqüentam desde pequenas e vão crescendo, em contato com os feirantes, são induzidas à prostituição. Esta informação é dita da seguinte maneira: *"Alguns feirantes vão ajeitando estas meninas para isso"*.»
>
> (Diário de campo - Maio de 2007)

1.9 Início do Trabalho de campo: Feiras

Ao começar o trabalho de campo, fiquei confusa e preocupada. Havia chegado da Europa, contemplado belas paisagens, certa organização. Cheguei à feira e fiquei com medo. Medo da violência, de não conseguir fazer o trabalho, dos olhares.

Havia feito registros anteriores no ano de 2004[6], uma espécie de diagnóstico para saber se realmente enveredaria por este caminho. Agora constato uma realidade um pouco diferente. Vejo poucas crianças. O meu olhar também é diferente. O percurso da pesquisa pede novos caminhos. E pergunto sem eco, para fora: onde estão estes atores

[6] Os registros se encontram no capítulo V, que aborda acerca do trabalho infantil

sociais? Aqui nesta feira? O que fazem enquanto sujeitos desse processo de socialização? Que estrutura familiar é evidenciada pelo trabalho realizado aqui? . Penso se estas crianças estudam e quais são os efeitos da escola em seu trabalho, em sua vida? Como organizam seu tempo? Quem os organiza? Como sua vida é influenciada pelo controle deste tempo? Em que medida as crianças são capazes de negociar esta organização? Como extrapolam o espaço? Como constroem por meio do imaginário a uma nova ordem, na "desordem das feiras"?[7] O que fazem neste espaço de trabalho intenso? Fiquei então com o anseio de intensificar a pesquisa e tentar ir até o lugar onde algumas crianças, possivelmente, estudam para saber como percebem o espaço escolar.

A construção da autonomia das crianças parece ser evidenciada no interior das fronteiras do espaço, Mas ainda é cedo para compreender como isto se processa. Onde estão as mães? Por que as crianças estão nos trabalhos das feiras? Assim, ando pela feira com a sinalização teórica da Sociologia da Infância para tentar perceber qual é o ponto de vista das crianças que ali trabalham. Pelo significado que dão ao que fazem. É nesta perspectiva que inicio o trabalho de observação.

Toda investigação parte da necessidade de conhecer algo. Este caminhar pelas feiras exigirá uma observação sobre os sujeitos que ali trabalham. Aqui os sujeitos escolhidos são primordialmente as crianças. O conhecimento sobre e a partir delas revelará os valores e as normas que ali estão sendo estabelecidos. As representações reveladas neste espaço serão guias para a compreensão de como é construída a realidade, as próprias representações participam dessa construção da realidade. Neste sentido, sujeito e objeto não são distintos. Então, pode-se dizer que as representações sociais estão para a dinâmica das relações. Há necessidade de conhecer como pensam os indivíduos sobre o trabalho das crianças e como as crianças pensam o seu trabalho. Em que medida este trabalho nas feiras está justificado nos comportamentos desta sociedade. E cabe pensar, a partir disso, como se constrói a relação de alteridade em relação às crianças que ali estão inseridas.

Pode-se observar que as condições de infância na Feira Manaus Moderna e Feira da Banana mudam constantemente, na medida em que as crianças são capazes de construírem formas de aproveitarem os espaços feitos para os adultos e suas conveniências.

[7] A desordem aqui pontuada é visão minha.

No entanto, as crianças se inserem neste espaço, andando e trabalhando nas feiras como adultos, porém são crianças. Não são passivas, são ativas, nos olhares, no correr, no dizer, no andar, na usurpação de algumas frutas, com o intuito de levar para casa algo para comer. Confirma-se a idéia de que a criança é um ator social. Elas desconstroem a representação da sociedade de Manaus. Não são tão frágeis, são corajosas e vencedoras. Vencedoras do dia- a- dia. Elas não precisam ascender a nenhum status da adultêz. Já são o que são e o que podem ser, nas feiras, na vida.

A imagem da infância exige uma nova análise. A imagem da infância, dessas crianças trabalhadoras e perambulantes das feiras não é universal e nem natural. Estas sabem dizer para que vieram e o que estão fazendo, se quiserem dizer. Seus espaços não são controlados por nenhuma fronteira da adultêz. Se as pernas estão livres, elas correm. Se estão presas, elas olham e seus olhares, simplesmente dizem tudo.

Bauman (2007), em seus escritos ressalta que levamos com a Modernidade uma vida líquida, onde todos agem num tempo curto, antes da consolidação das relações e de tudo. “A vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante” (BAUMAN, 2007, p. 8). Na análise etnográfica das feiras, percebe-se uma rotina brutalizada. Quem não gostaria de esquecer, de apagar o visto, desistir e substituir o ambiente tão enfatizado pelos feirantes como hostil e marginalizado? Bauman escreve sobre um tipo de conspiração, onde a vida seria contada como uma história de sucessivos finais. Mas, alguns aspectos da Modernidade parecem ainda não ter chegado às crianças das feiras e aos feirantes. O lixo ainda continua ali. Ou chegou em excesso, na luta pela sobrevivência antecipa-se o “ser” descartável. O ser humano mistura-se nas feiras, especialmente na Manaus Moderna com o lixo e o pior é ter que pensar na possibilidade analisada por Bauman dos que não podem viver na velocidade desta sociedade, demonstrado no caso das crianças que perambulam para trabalhar nas feiras e que poderão não ter as chances de pertencerem ao que ele denomina de ‘pirâmide global’.

Foto 1 - Homem separando alimentos na lixeira – Manaus-Moderna.
Evelyn Lauria - Abril de 2008

Na feira Manaus Moderna, no centro da cidade, observa-se a presença de lixo pelos arredores. Lixo, lixeiras ambulantes e seres humanos se misturam num cenário de uma feira que descrevo como “em pedaços”. O ambiente é expresso por uma paisagem desarmônica. A rotina do lixo jogado parece misturar-se com a naturalização de um ser humano que pode estar misturado com o lixo. Crianças, adolescentes, adultos e os da terceira idade recolhem lixos da lixeira a qualquer hora e momento. Estes, destituídos de meios de sobrevivência nesta sociedade de consumo, são também impossibilitados de sonhar um futuro melhor. São seres humanos “refugados” como apresenta Bauman (2005) em sua obra “Vidas Desperdiçadas”. Seres humanos sem permissão tornam-se produtos inevitáveis da sociedade. E “o refugo é o segredo sombrio e vergonhoso de toda a produção”.

O fluxo da feira continua em sua rotina, onde outros compram verduras, frutas, peixes, carnes de melhor qualidade, sem ser o resíduo rejeitado por outros.

Os corpos de força e energia das crianças vão caminhando paradoxalmente entre a fartura da feira e o lixo. Uns se transformam em transportadores de dejetos, outros juntam restos de frutas, verduras, etc, dentro das lixeiras do lado de fora.

Uns passam por ali, nada muda, onde tudo acontece todos os dias; outros, do lado de fora, nas lixeiras, recolhem os restos e se confundem com os mesmos restos de uma sociedade que não quer ver, e não quer fazer. Muito desse lixo, alguns disseram que são comercializados por outros mais pobres ainda. Que longe de serem preguiçosos ou marginais, estão apenas nas feiras tentando sobreviver. O ritmo da feira determina o ritmo da vida daquelas pessoas, que assim, parecem ter que aprender a conviver com o lixo. Aqui, não há playgrounds organizados, há outro ritmo de ludicidade que talvez a investigadora não descobriu com toda a precisão. Lixo e utilidade são palavras não-ditas, mas visíveis nas práticas das crianças que perambulam para trabalhar, ou trabalham perambulando nestas feiras. O mau cheiro, o cenário de pessoas debruçadas nas lixeiras, comendo, recolhendo restos, parece não incomodar quem por ali compra. Crianças descalças e mal nutridas perambulam trabalhando, mas não são vistas como tal. Arriscam a vida na propensão a adquirir inúmeras doenças, simplesmente por um prato de comida, um pedaço de carne, um pão com manteiga, enfim, uma merenda. Mendicância ou trabalho? Ou será que neste sistema desordenado o trabalho de pessoas pobres só pode ser mendicância?

Foto 2 – Homens e mulheres separando alimento na lixeira – Manaus-Moderna.
Evelyn Lauria - Abril de 2008

A Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente expressa no Princípio 01: “Que o homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e a adequadas condições de vida em ambiente que lhe permita viver com dignidade e bem-estar”. O trabalho na feira Manaus Moderna não evidencia um ambiente saudável. O ambiente dessa feira é degradante, apesar de ser um ponto turístico da cidade. Há um descaso com o meio ambiente urbano e principalmente com as crianças, com as pessoas.

Foto 3 – Homens e mulheres separando alimento na lixeira – Manaus-Moderna.
Evelyn Lauria - Abril de 2008

Na Carta do Rio sobre desenvolvimento e meio ambiente, nos princípios que reconhecem a natureza integral e interdependente da Terra, é proclamado no Princípio I: “Os seres humanos devem estar no centro das preocupações, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentado. Todos têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”.

Na feira Manaus Moderna o que importa é comercializar tudo. Daí constantemente os jornais da cidade evidenciam as denúncias e apreensões das piores formas de trabalho das crianças, inclusive por meio da prostituição. O ambiente na feira Manaus Moderna é desequilibrado, com lixo no chão, na rua, perto das frutas a serem comercializadas. O choque da paisagem urbana nesta feira é o contraste entre o já

descrito e o rio que fica na frente da feira, ou melhor, a feira que fica em frente ao rio. Rio de quietude, feira que enreda uma disputa do espaço urbano num processo desigual de muitas contradições. Não há critérios para a preservação da paisagem do rio.

Bauman nos diz:

> O lixo é o principal e, comprovadamente, mais abundante produto da sociedade líquido-moderna de consumo. Entre as indústrias de consumo, a de produção de lixo é a mais sólida e imune às crises. Isso faz da remoção do lixo um dos principais desafios que a vida líquida precisa enfrentar e resolver. O outro é a ameaça de ser jogada no lixo. (2007, p. 16)

O mau-cheiro é proveniente de esgotos que recebem todo este lixo, prejudica o meio ambiente dessa feira e as pessoas que ali trabalham e a freqüentam. É visível que não há planejamento racionalizante do espaço pelo Poder Público. O meio ambiente é onde se desenvolve a vida humana e esta deve ser preservada com qualidade. Ou o ser humano também já pertence ao lixo? O igualitarismo, os direitos coletivos e o acesso efetivo para a igualdade jurídica devem predominar em todos os espaços.

Foto 4 - Homem separando alimentos na lixeira – Manaus-Moderna.

Evelyn Lauria - Abril de 2008

No Artigo 225 da Constituição Federal diz o seguinte:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade, ao dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O meio ambiente é um direito, é preciso educar para a cidadania planetária. Aprender a conviver com outros, com o mundo; aprender que há outros mundos possíveis; aprender que é preciso evidenciar as questões essenciais que estão ligadas a natureza, ao humano. É preciso um projeto público, de visão pública para recuperar a consciência perdida sobre à natureza, sobre o ser humano. A natureza deve ser vista como algo a ser preservado e desfrutado.

Assim, lembra-nos Milton Santos (1988) a descrição do espaço social precisa ser discutida como humano, histórico, obra do trabalho do homem, morada do homem. É um campo de força. E sua organização é determinada pela tecnologia, cultura, organização social. A inclusão social é um processo social e tem que gerar política pública para a cidade.

Destes sujeitos concretos que ali trabalham, a inclusão dos Direitos da criança para o desenvolvimento da cidadania deve ser pauta e resposta para a situação nas feiras de Manaus, no que diz respeito à criança que perambula para trabalhar ou trabalha perambulando. Isto também só é possível se a sociedade assumir a autonomia da infância como categoria social e como objeto de conhecimento, visto que a sociedade constrói os mundos sociais em que as crianças vivem. Por outro lado, há "[...] uma estreita ligação entre a vivência da infância e o local onde ela será vivida. As crianças, ao apropriarem-se dessas dimensões, reconfiguram-na, reconstroem-nas e, ao se criarem, criam suas diferentes histórias em suas diferentes geografias"(Lopes, 2005, p. 29 - 30).

A Sociologia da Infância nos ajuda a compreender a infância por meio das próprias crianças. Assim, as questões que o capitalismo trouxe como radicalizadoras para boa parte do mundo refletem no modo de viver a infância, cujo contexto tem cada qual suas diferenças e deve ser observado pelo investigador numa perspectiva interdisciplinar.

A maneira com que o capitalismo solapa em todo o mundo os direitos adquiridos, a economia, a política e as culturas, indica, também, que é necessária uma transformação no olhar quanto à imagem construída da infância. Como exemplo, a

criança na sociedade industrial passou pelo mesmo jogo de alienação dos trabalhadores, tornando-se mão-de-obra barata.

De acordo com o PNAD 2006, 1,4 milhões de crianças brasileiras de 5 a 13 anos trabalham, sendo a maioria em atividades agrícolas não-remuneradas. O trabalho está associado a indicadores de escolarização menos favoráveis e baixo rendimento dos domicílios. No trabalho doméstico, com maior freqüência e intensidade, está presente o trabalho das meninas.

O novo século dita as novas maneiras das crianças viverem. A pergunta é: como o século XXI introduz a criança na vida social? O grande paradoxo é que aumentam os direitos legalizados e, na realidade, aumentam as problemáticas envolvendo as crianças. Pesquisas sobre o trabalho das crianças vem se tornando cada vez mais importantes, porque embora novos paradigmas e um grande avanço tecnológico se apresentem, o mundo globalizado não globalizou seus sentimentos, voltados à alteridade da criança. É preciso pensar um espaço para a concretização da democracia, onde as crianças possam pensar sobre suas questões. Que seja um espaço de integração cotidiana. Ou seja, é preciso reconhecer que a alteridade é uma questão que diz respeito à ética. Portanto, ignorar as interações cotidianas a partir das crianças e do que estas realizam, aumenta ainda mais a impossibilidade que a democracia funcione. Isto porque as crianças têm seu modo próprio de ser e de pensar o mundo. E por outro lado, em relação às crianças não se pode ignorar que continuam envolvidas no trabalho precoce. É preciso sensibilizar, informar e formar pais, professores, empregados, sindicalistas e o restante dos cidadãos sobre os direitos das crianças, a partir da compreensão da alteridade. O mundo da tecnologia também é o mundo dos pequenos carvoeiros, dos descascadores de mandioca, cortadores de cana com ferimentos irreversíveis, cegueira, perda da infância e da adolescência, perda da possibilidade de alegrar-se com a vida. A igualdade social é ainda uma ficção. E para as crianças dessas feiras resta-lhes uma forte audácia, enquanto sobreviventes deste sistema massificador, que as torna invisíveis. E que demonstra a escassa audácia do Poder Público e da sociedade civil em relação à necessidade de inclusão política.

Indignar-se contra as piores formas de trabalho das crianças é um passo, mas é preciso transformar a indignação em ações articuladas, sugerir alternativas às famílias pobres que utilizam a renda mínima de suas crianças e as condições de miséria por não poderem mais estudar.

O trabalho não pode ser uma tarefa desumana, na qual as crianças sofrem maus tratos psicológicos e físicos. Se a criança perde a possibilidade da alegria é um preço humano muito elevado. No Brasil, ouvem-se muitas frases assim: "o trabalho é bom para as crianças, é melhor trabalhar do que usar drogas, etc." Ou, "pelo menos está ajudando os pais...". O trabalho é "bom" para quais crianças no Brasil? Não é comum o trabalho entre crianças de famílias de melhores condições financeiras. Então, o trabalho das crianças só é bom para as famílias de baixa renda? As crianças de baixa renda não podem gozar dos mesmos direitos? Não podem brincar, ir à escola? O fato é que as desigualdades sociais a todo instante ensejam a brutalização das condições em que vivem as classes subalternas, cujos direitos humanos são violados.

A proposta de estudar o trabalho das crianças nas feiras em Manaus é a de investigar qual o lugar da infância nesta sociedade de Manaus. Qual seria a forma de representação da infância? Esta é uma análise a partir da Sociologia da Infância, que valoriza a criança como ator social. Por isto, é fundamental saber como estas crianças que trabalham nas feiras vêem a vida, o seu trabalho e o que elas conhecem.

O trabalho das crianças e suas piores formas não são um fato novo, neste contexto as crianças estão vulneráveis a situações diárias de maltrato, abandono ou assassinato. Analisar o trabalho das crianças, em Manaus, especialmente nas feiras desta cidade é buscar pensar nas questões da infância e a importância de uma sociologia da infância. Compreende-se que a infância é uma construção social e que, portanto, é complexo o fenômeno da infância na sociedade. É preciso pensar na alteridade da criança.

A criança que vive sua infância durante parte do seu tempo nas feiras, que ora é recolhida pelo Conselho Tutelar, ora volta e perambula, passando pelos mesmos lugares tem algo a dizer sobre o que faz, sobre os seus porquês. Seu contexto sócioeconômico aponta para esta volta. Muitos feirantes, durante as entrevistas, falavam da volta das crianças para o espaço das feiras como fator importante para livrarem-se das "bocas de fumo" [8], localizadas perto de suas casas.

Procura-se na descrição do espaço captar se estes ambientes repletos de significados psicológicos das feiras trazem uma harmonia. Nota-se, porém uma total desarmonia, demonstrando que estes ambientes físicos estão envolvidos a um sistema

[8] Local clandestino para compra e vendas de drogas ilícitas.

social. As crianças que ali constroem lugares fazem das feiras em relação ao trabalho um lugar de passagem, uma passagem constante, muitas vezes, quase cotidiana. O lugar, portanto, é dotado de valor. As crianças que ali trabalham perambulando ou perambulam para trabalhar, fazem dali um lugar de passagem pela imposição dos adultos. As feiras são um lugar de passagem. Até as crianças que perambulam para trabalhar passam, ou precisam passar, pela imposição dos adultos. Mas as crianças deixam sua marca de participação no espaço-vida das feiras. Sentem o espaço e criam seu modo de participação neste local. Quer a lei diga que sim, quer a lei diga que não, arriscam suas vidas, onde esta acontece e tem que acontecer todos os dias. Fazem a vida acontecer. Apesar da vida sofrida, este é seu design de participação.

Mas a sociedade do espetáculo, da informação, da comunicação, do conhecimento apenas registra alguns poucos acontecimentos destas feiras. Esta se esquece dos direitos naturais das crianças: direito ao ócio, a sujar-se, aos sentidos, ao diálogo, ao uso das mãos, a um bom inicio, à rua, à natureza selvagem, ao silêncio, à poesia. Esquecem que a criança pode repensar o mundo por meio da sua experiência. Neste caso, o mundo dessas infâncias se passa nas feiras. Percebe-se que as crianças são portadoras de uma pessoalidade que não se pode confundir. Estas interagem com o espaço, com o contexto cultural e social onde passam uma parte de seu tempo trabalhando. Dominam o tempo e constroem novos significados para o que fazem. Lutam pela vida, procuram por um espaço de liberdade, espaço de movimento (pela sua expressão corpórea), demonstram que o lugar é de encontro, com as necessidades básicas, com a violência contra as crianças, com o patrimônio ambiental fragilizado, com a violência cultural.

As crianças parecem estão à margem da promoção de seus direitos, continuam excluídas, seja pela pobreza, seja pela marginalização. Crianças que estão invisíveis perante a sociedade de Manaus e ausentes das decisões que podem interferir no curso de sua história. Crianças produtoras de cultura, mas participantes da cultura da impunidade nas feiras. Crianças que vivem na sociedade da comunicação em que a mundialização dos problemas é um fato e que a pobreza é uma delas.

Fernanda Muller (2007) afirma que “na mentalidade da maioria dos adultos a criança é um ser que pouco ou nada tem a dizer. Para ser acreditada precisa, inclusive, passar antes pela escola”. O lugar da infância é um lugar de silêncio, um lugar do negativo. Isto na medida em que “não pode nada”, “não sabe nada”. A estas são

prescritas normas para viver em sociedade. Por outro lado na imagem da criança-cidadão "repousa hoje uma parte importante das reflexões teóricas, políticas e pedagógicas que procuram atribuir às crianças o estatuto de actores sociais de pleno direito" (Sarmento, 1999, p.19). O autor também explica que a cidadania das crianças é um desafio que precisa ser garantido a partir de três fatores: as condições estruturais para a inclusão social, instituições que respeitem o interesse das crianças e a aceitação da voz das crianças como expressão de sua participação na cidade.

Nos espaços das feiras, de alguma maneira há uma colonização dos mundos e modos de vida da infância, seja por meio da pobreza proliferada, seja através de comportamentos incentivados à erotização infantil, pelo adulto que domina e predomina de maneira hegemônica. As crianças têm seus pensamentos legítimos, embora ilegitimados por uma sociedade que não fomenta uma cultura integral dos seus direitos, também falta força e visibilidade às grandes e pequenas questões da infância. Por isso, esta investigação ancora-se na Sociologia da Infância para refletir que em um mundo no qual se perfila a formação de um mercado competitivo e dinâmico; na sociedade do "design", as crianças dormem no chão das feiras e ou em seus arredores. Este também é o seu "design" de participação. "Design" que demonstra um flagelo, uma invisibilidade, uma infância à margem de tudo. É por outro lado uma denuncia da falta de recursos para que as famílias respondam a suas necessidades e uma falta visível de investimento nas políticas de infância. Ainda, há de se considerar que reforçam a vulnerabilidade estrutural das crianças. Numa sociedade onde o planejamento voltado para a infância é ínfimo diante das condições existentes e das propostas alternativas em formas de ações.

Estas crianças que perambulam nas feiras de Manaus pertencem a uma classe social. Em geral, suas necessidades básicas não estão sendo atendidas enquanto crianças. Por isso, chama-se atenção da carência do reconhecimento crítico da alteridade da infância, visto que cada uma dessas crianças é singular e interage no mundo, no mercado de trabalho, na escola, nas ruas de acordo com seu estado emocional, cultural e experiência de vida que lhe são próprios. E, ao mesmo tempo, produzem culturas em suas rotinas perambulantes, demonstrando a força da emancipação da infância e o entre-lugar da criança que exige a compreensão da importância da coesão e do diálogo em relação ao seu desenvolvimento.

Assim, vou em busca das crianças e procuro de maneira tímida um envolvimento com a comunidade, porque acredito nas diversidades de saberes, nos

dizeres das crianças, dos feirantes e dos Conselheiros Tutelares para compreender que imagem é esta da criança trabalhadora que se constrói em Manaus, ressaltando que as crianças puderam ter voz e vez nesta pesquisa: dizendo, fazendo, perambulando.

Síntese

A discussão acerca do trabalho infantil nas feiras de Manaus possibilita uma compreensão crítica sobre a construção da imagem da infância na cidade. Uma construção social que carrega vestígios da condição e das relações sociais onde estão inseridas. A análise do espaço das feiras demonstra a situação precária em que trabalham as crianças e os feirantes, apontando para uma necessidade premente de dar voz às crianças e contribuir para minimizar a vulnerabilidade estrutural destas.

As condições precárias de trabalho das crianças demonstra a invisibilidade da infância na medida em que suas condições não parecem estar em consonância com a realização humana. É hora de indagar sobre o "querer das crianças" trabalhadoras e verificar o "ressoar de ecos" das piores formas de trabalho infantil nestas feiras. A reflexão sobre os Direitos Humanos é fundamental, pois uma sociedade só pode considerar-se democrática quando é capaz de instituir direitos e cumpri-los. Neste sentido, a construção da imagem da infância nestes espaços evidenciam os contrastes entre o que se diz sobre uma infância ideal e como as crianças pobres das feiras vivem na realidade esta infância.

CAPÍTULO II

BEBENDO NA FONTE DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

O presente referencial teórico se propõe a resgatar de maneira sintetizada algumas imagens da infância ao longo da história. O propósito do resgate é valorizar a contribuição dos conhecimentos para um aprofundamento sobre a infância. Sejam estes diretamente relacionados à infância ou mesmo estudos que se fizeram importantes para as reflexões críticas do mundo contemporâneo sobre a infância. Encontra-se em destaque a história, a psicologia do desenvolvimento, a antropologia, a sociologia, a sociologia da família e a filosofia. No entanto, opta-se por um norteador de reflexão que se encontra nos estudos da sociologia da infância, na qual esta pesquisa está alicerçada.

2.1 A infância na história

"Os sentimentos da Infância", descrito por Philippe Ariès (1981) nos mostram como se dá a construção da identidade ao longo das idades da vida. Desde pequena, as crianças precisam aprender seu nome, o nome de seus pais e sua idade. Nasce a concepção de infância. Ariès (1981) nos conta, que até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância. No século XIII, surgiram alguns tipos de representações de crianças mais próximas do sentimento moderno. A criança como um anjinho (um jovem adolescente), posteriormente as crianças surgem representadas como mistério da maternidade da Virgem Maria, o Menino Jesus, a Nossa Senhora menina. Esta representação de infância permaneceu até o século XIV. Na fase gótica, apareceu a criança nua.

Ariès (1981) ainda afirma que o tema da infância sagrada, a partir do século XIV, vai se ampliando coletivamente. A infância da Virgem, depois as outras infâncias santas. No século XV surgiram outras duas representações da infância: o retrato e o "putto" (não era o retrato de uma criança real e a criança nua).

No final do século XVI, a representação da infância estava nas efígies funerárias, aparecia no túmulo de suas professoras.

> [...] A infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. (Ariès, 1981. p. 21)

Em síntese o historiador Philippe Áries (1981) ressalta os sentimentos de infância ao longo dos tempos. Afirmando que há uma ausência da consciência da idéia da infância durante longo tempo da história. A primeira infância, que durava até os sete anos, era chamada de enfant (criança), que quer dizer não-falante[26]. No século XVII, o historiador afirma que infância passou a ser criança pequena ou criancinha[27]. O historiador nos mostra que ainda não acreditavam que a criança já contivesse a personalidade de um homem, ela era insignificante e apresenta-se como um ser frágil, como uma possibilidade de saída desta fase para começar a viver.

No século XIX, o historiador afirma que houve um progresso em relação ao sentimento de infância. Adultos e crianças aprendiam juntos (havia uma mistura de idades). A escola não controlava seus alunos. Não havia este sentimento. O ingresso na escola era também o ingresso no mundo dos adultos.

Ora, é desta maneira que se vai construindo as representações sociais que categorizam a infância enquanto fazem parte de cada momento histórico. Apesar de Ariès não ter trabalhado com a idéia de infância a partir das classes subalternas e sim do clero e da nobreza, não se pode negar o marco que o historiador deixou para os estudos da infância. Ariès aponta que o sentimento de infância teria surgido apenas na Modernidade.

Cristina Pontes (1998) faz um resumo pontual sobre várias questões que se referem à infância. Mostra que há milênios a infância é invocada na tradição oral dos mitos gregos e nos textos fundadores de religiões como o Cristianismo ou o Islamismo. Na maioria das religiões, domina o direito ilimitado do pai tomar decisões sobre os filhos. Ter muitos filhos é obrigação religiosa. Não os conseguir é visto como desagrado de Deus. Recompensa máxima é ter filhos varões. No Cristianismo e no Islamismo, as crianças são vistas como categoria separada dos adultos, existindo em ambas as religiões ritos e rituais sobre a transição para a idade adulta. A autora cita nomes e provérbios em relação à infância e à criança. O termo mais antigo da língua latina para designar criança foi *puer*, cujo radical significa cria, humana e de animais - masculino e feminino; outro termo: *infans* - etmologicamente aquele que não fala; a língua latina não dispunha de um termo para designar bebê, fazia-o por relação com a fonte de sobrevivência; a*llumnus* - aquele (a) que era alimentado; f*ilius* e *filia* - aquele (a) que mama, termos que segundo a autora passaram a definir o estatuto jurídico em relação ao pai. Os

[26] Áries aponta para os textos da Idade Média.
[27] Áries diz que era usada a expressão 'petiti enfant'(criança pequena ou criancinha).

descendentes eram designados como proles ou nepotes (os sem poder); l*iberi* designava crianças livres; s*purii* era atribuído a crianças bastardas (definidas pelo direito romano como os que não podiam provar a paternidade ou cujo pai não era permitido ter); p*upillus* e *pupilla* eram diminutivos aplicados a crianças cujo pai morrera antes de lhes ter dado o nome, crianças órfãs.

Ainda ressaltando a história, alguns romances foram escritos no século XIX que retrataram a situação das crianças como heróis. A história de Alice no País das Maravilhas é um desses. A personagem Alice caiu numa toca de coelho e foi parar num lugar fantástico com criaturas antropormóficas. Assim segue contando as aventuras da menina.

Durante o século XIX o romance de Oliver Twist que é a história de um rapaz órfão de coração bom e ingênuo, porém o menino é usado por bandidos para roubar e envolver-se em muitas confusões. O autor trata da questão da delinqüência.

2.1.1 O percurso histórico da criança no Brasil

No período Colonial do Brasil muitas crianças foram trazidas escravizadas e outras apenas nasciam escravas. Durante o Império muitas crianças foram abandonadas na “roda dos expostos” onde eram recebidas nestes lugares que serviam como instituições de caridade. Marcilio (2003) ressalta que as crianças escravas desde cedo tinham seus ofícios. Com pouco tempo eram consideradas valiosas no mercado escravo. Aprendiam o ofício com seus pais ou senhores. E as da elite, no período Imperial já eram consideradas adultas. Aos sete anos recebiam um ensino enciclopédico. A educação dos meninos valorizava a masculinidade e a das meninas os trabalhos manuais. A infância era vivida desta maneira: as crianças escravas trabalhando e aprendendo as habilidades necessárias para servir, e as da elite, meninas preparadas para o casamento que ocorria muito cedo e os meninos para serem doutores.

De acordo com Marcilio (2003), a roda dos expostos foi adotada para preservar o anonimato, dos que depositavam nela bebês enjeitados. A Santa Casa de Misericórdia tinha neste período o monopólio da assistência à infância. A criança era recebida e criada por uma ama-de-leite até os três anos de idade. A autora explica que o nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês.

> Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criancinha já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado. (Marcílio, 2003, p. 57)

Com a influência forte do catolicismo, a criança era vista como inocente. Em seguida, vista como um adulto em miniatura. Mas há de se ressaltar que a criança pobre, e/ou escrava sofreu em todas as épocas.

O autor Gilberto Freire em sua obra "Casa-Grande & Senzala" ressalta esta idéia narrando como o menino de engenho tratava o moleque (que era o escravo) na seguinte passagem:

> O menino do tempo da escravidão parece que descontava os sofrimentos da primeira infância-doenças, castigos por mijar na cama, tomava purgante uma vez por mês-tornando-se dos cinco aos dez anos verdadeiro menino-diabo. Seus jogos e brincadeiras acusam nele, como já observamos, tendências acremente sadistas. E não era só o menino de engenho, que em geral brincava de bolear carro, de matar passarinho e de judiar com muleque: também o das cidades. (Freyre, 2002, p. 371)

Os pequenos escravos eram submissos à autoridade dos filhos dos senhores de engenho, estes mesmo nas brincadeiras tinham a idéia da servidão bem clara, como se vê na seguinte passagem da obra Casa-Grande & Senzala:

> Mesmo no jogo de pião e no brinquedo de empinar papagaio achou jeito de exprimir-se o sadismo do menino das casas-grandes e dos sobrados do tempo da escravidão, através das práticas, de uma aguda crueldade infantil, e ainda hoje corrente no norte, de "lascar-se o pião" ou de "comer-se o papagaio" do outro; papagaio alheio é destruído por meio da lasca, isto é, lâmina de vidro ou caco de garrafa, oculto nas tiras de pano do rabo. (Freyre, 2002, p. 371-72)

Gilberto Freyre, ressalta a servidão dos escravos e durante todo o tempo a presença das crianças que sofriam toda espécie de abusos. Mesmo assim, os escravos trabalhavam cantando. De qualquer maneira, este tempo foi marcado por muitas tristezas como diz o autor na seguinte passagem:

"Mas não foi toda de alegria a vida dos negros, escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenado-se com ervas e potagens dos mandingueiros". (Freyre, 2002, p. 462)

A infância também é analisada na obra Sobrados e Mocambos, na qual Freyre devotou um capítulo a "pais e filhos", dentro do sistema patriarcal e nos diz:

"Até certa idade, era idealizado em extremo. Identificado com os próprios anjos do céu. Criado como anjo: andando nu em casa como um Meninozinho de Deus". (Freyre, n.d. p. 127)

Freyre afirma que se o menino morresse ainda pequeno, o bebê era adorado como anjo. No entanto, ao chegar aos seis ou sete anos de idade passava a menino-diabo.

> E porque se punha essa criatura estranha, cheia do instinto de todos os pecados, com a tendência para a preguiça e a malícia, seu corpo era o mais castigado dentro de casa. Depois do corpo escravo, naturalmente. Depois do corpo moleque leva - pancada, que às vezes apanhava por ele e pelo menino branco. Mas o menino branco também apanhava. (Freyre, n.d. p. 128)

O que é importante salientar é que a autoridade apresentava domínio total sobre as crianças neste período. Os pais e responsáveis tinham total domínio sobre a moralização da criança quanto aos castigos. No entanto, os meninos de dez ou mais eram vistos como pequenos adultos.

Em todos os momentos da história as crianças passavam por muitos sofrimentos.

Ramos (2004, p. 20) escreveu sobre a história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI, e afirma o fim terrível das crianças nas embarcações. Quando os piratas atacavam as embarcações, "... as crianças [eram] escravizadas e forçadas a servirem nos navios dos corsários franceses, holandeses e ingleses, sendo prostituídas e exauridas até a morte".

Del Priore (2004, p. 84) afirma que o cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o Império, demonstra "... que a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição e por que não dizer, uma esperança". As crianças eram tratadas como pequenos brinquedos. Eram mimadas, embaladas para dormir, com cantorias e cuidados que caracterizavam a primeira infância.

Outra questão presente que aponta para a falta de preocupação com as crianças é a relação da pobreza e da luta pela sobrevivência com o ingresso desta no mundo da ilegalidade. O lugar público passa a ser o *habitat* da existência e com ele a soma de todas as mazelas para as crianças e adolescentes. A aceitação da entrada no mundo da ilegalidade era para estes (as) sempre uma possibilidade.

Marco Antônio Santos (2004), no texto que ressalta a criança e a criminalidade no início do século escreve:

> Assim como o menor em São Paulo era iniciado precocemente nas atividades produtivas que o mercado proporcionava, tais como fábricas e oficinas, também o era nas atividades ilegais, numa clara tentativa de sobrevivência numa cidade que hostilizava as classes populares. Desta maneira o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se instrumentos pelos quais estes menores proviam a própria sobrevivência e a de suas famílias. (Santos, M. A., 2004, p. 218)

Sônia Kramer (1992) também ressalta o fato de que a assistência institucional durante o Império foi incipiente, faltava interesse da administração pública pelas condições das crianças brasileiras, principalmente a pobre.

No que diz respeito à saúde das crianças, Freyre (2002) afirma que no século XIX o problema que mais preocupa os higienistas do Segundo Império é a mortalidade infantil. E assim em 18 de junho de 1848 ocorre um debate na Academia Brasileira de Medicina onde questões sobre o uso de comidas fortes, vestuário impróprio, aleitamento mercenário, moléstias contagiosas das amas africanas ficaram evidenciadas.

2.2 A imagem da Infância na sociedade moderna

A imagem da infância na sociedade moderna está influenciada por uma série de acontecimentos deste período. Como por exemplo, o Iluminismo que trouxe no seu bojo características como a valorização da razão, a crença na bondade natural do homem e a não interferência de Deus nas leis do Universo. Portanto a consciência social da existência da infância é influenciada também pelo Iluminismo. Grandes iluministas como John Locke (1632-1704), Voltaire (1694-1778), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Montesquieu (1689-

1755), Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d´Alembert (1717-1783), Bento de Espinosa (1632–1672), David Hume (1711-1776), Adam Smith (1723-1790), Immanuel Kant (1724-1804), Benjamin Constant (1767-1830) influenciaram o mundo com suas idéias e alguns se posicionaram sobre a infância e sua educação.

Thomas Hobbes foi um teórico de um período chamado de contratualismo moderno e, no final do século XVI, passa a defender que a sociedade sai de um estado de natureza para um contrato social até a formação de uma sociedade civil. No estado de natureza impera a lei do mais forte, todos contra todos. É no contrato que as regras de sobrevivência seriam delimitadas. Os homens abdicariam de algumas de suas vontades em favor da legitimação de uma autoridade que seria o Estado. O Estado defenderia a coletividade.

Na visão deste filósofo iluminista, os homens em seu estado de natureza e entregues a própria sorte, devorariam uns aos outros. Hobbes defendia o controle absoluto dos pais e do Estado sobre a s crianças, a imagem da criança má está fundamentada na idéia de que possui uma natureza maléfica, e desta maneira necessitaria de controle. A partir dessa filosofia as crianças seriam desprovidas de direito.

Um dos pensadores que mais desenvolveu a idéia de um pacto social originário foi Rousseau. Na sua obra O Contrato Social, afirmava que a base da sociedade estava no interesse comum pela vida social e no consentimento unânime dos homens em renunciar as suas vontades particulares em favor de toda a humanidade, a partir do igualitarismo primitivo até a sociedade diferenciada.

Rousseau entendia que o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe. Na obra Emílio ou Da Educação, afirma que a primeira educação cabe à mãe, onde diz: “Cultiva, rega a jovem planta antes que ela morra; um dia, seus frutos serão tuas delícias” (Rousseau, 1995, p.8). E ainda numa outra passagem diz que “Nascemos sensíveis e, desde o nascimento, somos afetados de diversas maneiras pelos objetos que nos cercam” (p.10). A concepção de sociedade apresentada por ele no século XVII e XVIII estava sendo questionada. Rousseau mostrou o respeito que se deve ter com a criança e com o período da infância. No século XVIII, a criança era vista por aquilo que deveriam ser traçado enquanto ideal do adulto. A sociedade da época via a criança como sendo um adulto em miniatura, crianças tinham que começar a trabalhar muito precocemente, e até mesmo a vestirem-se como adultos.

No prefácio da obra Emílio ou Da educação já se tem uma consideração importante sobre a criança: “Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem”. (Rousseau, 1995, p.4)

Portanto, Rousseau construiu uma imagem romântica da infância. É o período da bondade, da inocência da criança. Aponta para idéias de que as crianças precisam de assistência e são vítimas.

Apesar de sua importância e influência na concepção de uma imagem de infância que vai sendo construída, Rousseau foi o precursor da psicologia do desenvolvimento.

Na construção da imagem histórica da infância, também teve a idéia da criança imanente que aparece na formulação de John Locke onde o filósofo excluía as idéias e os princípios que deles se formam, derivariam da experiência. Portanto, antes da experiência o espírito é como uma folha em branco, uma *tabula rasa*, na qual as virtudes e os vícios são nela inscritos. E na medida em que vão adquirindo razão e experiência desenvolvem seu potencial. Locke enfatizou as sensações e a aprendizagem da experiência. A vida futura da criança seria um fator determinante.

Com a institucionalização da infância na modernidade e a filosofia do Iluminismo, a cidadania aparece como um estatuto, no qual as pessoas passam a participar da comunidade e passam a ter direitos e obrigações para com esta comunidade. Deste modo, as crianças na concepção clássica de cidadania ficam desprovidas de vontade, consideradas imaturas e sem condições para falar sobre. Por outro lado, a modernidade introduziu a escola. A escola torna-se um acesso para a cidadania, lugar onde as crianças passam a ser cidadãos do futuro e por outro lado passam a ser protegidas pelos “muros das escolas”.

A construção moderna da infância trouxe a idéia de uma escolarização obrigatória. Mas o que é a Modernidade? Segundo Giddens (2005), a Modernidade refere-se aos modos de vida e de organização social que emergiram no século XVII de influência universal. Segundo o autor é um período marcado por mudanças significativas, como por exemplo, o desenvolvimento das instituições sociais.

A idéia de infância como produto da modernidade apresenta a criança como ser inacabado, traz nesta concepção a influência marcante deste período. Sobre isto, diz Anthony Giddens (2001, p. 1): “... a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social quotidiana e afecta os aspectos mais pessoais da nossa experiência”. O autor ainda afirma que

é uma cultura do risco, no qual este conceito é fundamental na maneira como o mundo social é organizado.

2.2.1 Na Psicologia do Desenvolvimento

Com o predomínio da ciência, a imagem de infância representada passou a ser considerada enquanto uma etapa biológica-moral do desenvolvimento, com foco e influência das teorias evolucionistas. Assim, a psicologia do desenvolvimento ganhou destaque por meios de alguns estudiosos que se destacaram nas descobertas de processos cognitivos nas crianças.

Jean Piaget, em sua teoria, explica como o indivíduo, desde o seu nascimento, constrói o conhecimento. O desenvolvimento cognitivo é um processo de sucessivas mudanças das estruturas cognitivas. Para Piaget a "adaptação é uma função biológica. À medida que a criança se desenvolve, as funções permanecem invariáveis, mas as estruturas mudam sistematicamente. A mudança nas estruturas é o desenvolvimento" (Phillips Jr., 1977, p. 28).

Portanto, o indivíduo constrói e reconstrói continuamente as estruturas. A estrutura relaciona os meios com o fim. Todos os aspectos de um ato, tanto interno como externo. (Phillips, 1977). A transformação das estruturas o torna cada vez mais apto ao equilíbrio. Para Piaget isto acontece em estágios que seguem idades mais ou menos determinadas. Segundo este psicólogo é preciso aprender a olhar a criança.

Ainda numa perspectiva do desenvolvimento humano atrelada a uma evolução tem-se a teoria de Vygotsky. Segundo ele, a sociabilidade da criança é o ponto de partida onde se dá as interações sociais. O ser humano só é completo a partir destas interações. Esta abordagem é chamada de sociointeracionista, onde as trocas entre parceiros ocorrem através de processos de interação e mediação.

Outro olhar sobre a criança aparece com a teoria do inconsciente com a figura do psicanalista Sigmund Freud. Para ele o desenvolvimento da personalidade está relacionado aos determinantes da primeira infância.

Ainda na história têm-se a Psicóloga Françoise Dolto que reconheceu a criança como sujeito de si mesma. Segundo a autora, a criança é um ser falante, antes mesmo de aprender a

falar. Assim, os estudos dos bebês poderiam ser profícuos, sabendo que mesmo no ventre da mãe, no feto, a função simbólica já está sendo operada.

2.2.2 Na antropologia

No que diz respeito aos estudos antropológicos, nas questões da infância, uma contribuição da antropologia foi acerca da noção de padrões culturais. Segundo Ruth Benedict, a "antropologia ocupa-se dos seres humanos como produtos da vida em sociedade. Fixa a sua atenção nas características físicas e nas técnicas industriais, nas convenções e valores que distinguem uma comunidade de todas as outras que pertencem a uma tradição diferente". (Benedict, n.d, p. 9)

A antropóloga, a respeito da herança da criança, afirmou que não há visão sem preconceito. Todo espírito é condicionado por um conjunto definido de costumes, instituições e modos de pensar. Sua contribuição foi significativa na medida em que compreendeu a importância de observar que desde "que o indivíduo vem ao mundo os costumes do ambiente em que nasceu moldam a sua experiência dos factos e a sua conduta" (Benedict, n.d, p.10). Para esta antropóloga a criança é produto da cultura.

Margaret Mead (n.d) foi outra antropóloga que capaz de sistematizar a experiência que teve em campo concentrada em temas como infância e adolescência. Em sua obra "O conflito de gerações", a autora diz que os adultos aprendem com as crianças. Para explicar isso, a autora fez a distinção entre três espécies de cultura diferentes: pós-figurativa (onde os filhos aprendem com os pais), co-figurativa (onde as crianças assim como os adultos aprendem com os seus iguais) e a pré-figurativa (onde os adultos aprendem com seus filhos). Segundo a autora, este é o reflexo do período de vida em que nós vivemos.

2.3 Na sociologia

A Sociologia nasce na Modernidade e toma a modernidade como análise. Neste período, revelam-se grandes contribuições dos sociológicos para a concepção social de criança, através dos clássicos: Durkheim, Max Weber e Karl Marx e também do

interacionismo simbólico. A ciência procura explicar a vida social e nasceu a partir de uma mudança radical da sociedade, resultante do capitalismo.

2.3.1 A contribuição de Émile Durkheim para a concepção social de criança

Émile Durkheim (1922-1950), através do conceito de socialização, compreendia que a criança deveria ser socializada pelos adultos. Para o alcance deste conceito resgatar-se-á alguns de seus pressupostos.

Segundo Durkheim, as regras de conduta da sociedade e suas representações coletivas estarão relacionadas ao que o sociólogo denominou de fato social. Segundo este:

> É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (Durkheim, 1895/1995, p. 11).

As características do fato social são: exterioridade, coercitividade e generalidade. A exterioridade baseia-se na concepção de consciência coletiva, a coercitividade baseia-se nas normas de conduta ou de pensamento, são externas ao indivíduo e dotadas de poder coercitivo, porque se impõem aos indivíduos, independente de suas vontades.

Durkheim, ilustra o conceito de fato social, afirmando que:

> Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e no costume". Ainda exemplificando o mesmo conceito, refere-se Durkheim ao "sistema de sinais de que me sirvo para exprimir pensamentos, o sistema de moedas que emprego para pagar dívidas, os instrumentos de crédito que uso nas relações comerciais, as práticas seguidas nas profissões (...) (Durkheim, 1895/1995, p. 87).

Para o sociólogo, os fatos sociais não são singulares e estão no cotidiano da sociedade. É preciso observá-los como 'coisas', através de rigor científico, abandonando as pré-noções, com objetividade . Ao explicar os fenômenos sociais, deve-se procurar a causa que o produz e

a função que desempenha, reconhecendo que a sociedade existe antes do nosso nascimento e continua a existir depois da morte.

A sociedade, no seu conjunto, elabora representações coletivas sobre o que se deve fazer. As leis são fatos sociais, que funcionam como um mecanismo para orientar as ações dos homens. Neste sentido, a sociedade organiza-se para que os homens aprendam a viver em conjunto.

Para Émile Durkheim,

> A educação é acção exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda se não encontram amadurecidas para a vida social. Ela tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de condições físicas, intelectuais e morais que dela reclamam, seja a sociedade política, no seu conjunto, seja o meio especial a que ela se destina particularmente (Durkheim, 2001, p.13).

Émile Durkheim (1914/2001) foi um dos primeiros autores a forjar o conceito de socialização. Para ele, "a educação consiste numa socialização metódica da nova geração". (p.13). Portanto, este período seria propriamente da infância.

Quanto ao papel do Estado em matéria de educação, Durkheim (1914/2001) afirma que a educação tem uma função coletiva "... tem por objectivo adaptar a criança ao meio social em que ela está destinada a viver, então é impossível que a sociedade se desinteresse de uma tal operação" (p. 19). O Estado, portanto, tem este controle de esclarecer os princípios essenciais que a educação deve seguir com a sua força de ação.

Quanto ao poder da educação e os meios de ação, especialmente relacionados à criança, Durkheim afirma:

> A liberdade é filha de autoridade devidamente compreendida, já que ser livre não é fazer-se aquilo que se deseja: é ser-se senhor de si próprio, saber agir racionalmente e cumprir o seu dever. Ora, é precisamente em dotar a criança desse domínio sobre si mesma que a autoridade do mestre deve ser utilizada. Essa autoridade é tão- somente um aspecto da autoridade do dever e da razão. A criança deve pois ser exercitada a reconhecê-la na palavra do educador e a submeter-se ao seu ascendente. É nesta condição que ela, mais tarde, poderá reencontrá-la na sua consciência e difundi-la (Durkheim, 1914/2001, p.27).

Segundo o sociólogo, só seria possível perpetuar a homogeneidade necessária na sociedade, se fossem fixadas, na 'alma' da criança, as similitudes essenciais que a vida coletiva pressupõe.

Os indivíduos, supostamente já socializados, transmitiriam os saberes para as outras gerações mais novas. Assim, a ordem e a coesão social poderiam ser mantidas na sociedade.

É na escola que as crianças aprendem a obedecer, por meio das regras. O sistema educacional tem um papel central, no qual o cidadão passa a ser integrado nesta sociedade de maneira disciplinada. O que Durkheim chama de 'Espírito de adesão ao grupo' perceber que faz parte de algo, no qual o homem realiza sua natureza na vida coletiva.

As formas de convivência na sociedade não são naturais, são dinâmicas. Durkheim compreendia a educação como fato social, cujo ser social é formado por esta escola e está encarnado pelas representações coletivas (idéias, sentimentos compartilhados, maneiras de vestir) na consciência particular. O ser social é transmitido por meio da educação. Assim, a questão da moralidade torna-se pedagógica, visto que a moralidade para o sociólogo seria os costumes e as formas de existir de uma sociedade., que é um ente moral, "Age conforme as normas sociais o prescrevem" (Durkheim, 1925).

O que orienta a educação do indivíduo para a sociedade é a conscientização da necessária adequação às normas sociais que fazem com que esta sociedade tenha um bom funcionamento. "O homem a ser criado pela educação moral não é o homem que a natureza fez e sim o homem que a sociedade quer ter." (Durkheim, 1925, p. 44).

Portanto, a moral para Durkheim é um sistema de regras de ação que orientam o comportamento. O sociólogo coloca em pauta esta questão quando afirma:

> O homem de bem de outrora já não é, para nós, senão um diletante, e recusamos ao diletantismo todo e qualquer valor moral; vemos, antes, a perfeição no homem competente que procura, não ser completo, mas produzir, que tem uma tarefa delimitada e que a ela se dedica, que faz seu serviço, traça seu caminho (Durkheim 1893/2004, p.5).

Assim, Durkheim enfatiza os três elementos da moralidade que são o espírito de disciplina, a adesão ao grupo e a autonomia. Pela disciplina a criança obedeceria às regras por estar sujeita à autoridade da regra. Os pais e professores inculcam este 'espírito de disciplina' na criança.

A concepção de divisão do trabalho social está ligada a sua visão de moral, e por sua vez, a divisão do trabalho deve ter um caráter moral para que a ordem e a harmonia prevaleçam no que o sociólogo denominou de solidariedade social. A consciência moral paira na sociedade como um todo, intrinsecamente, com os indivíduos ligados aos grupos.

Durkheim argumenta que "a sociedade é um meio onde o indivíduo também se realiza". O indivíduo não pode viver sem a sociedade que é uma autoridade moral sobre este. O indivíduo integra-se nas regras do grupo e isto é a condição para seu agir moral. A criança só é considerada autônoma na medida em que é livre para aceitar a regra como dever. À submissão da criança às regras sociais está relacionada a seu espírito de disciplina. A reflexão sobre as regras é o que Durkheim chama de 'espírito de disciplina'. Segundo este sociólogo a forma de convivência, elo social seria a maneira da sociedade não entrar em desagregação social (anomia social).

Pode-se compreender que Durkheim (1925) percebia a criança como questionadora, porém com um humor que se altera com muita rapidez e por isto o sociólogo propôs elementos para desenvolver a educação moral das novas gerações que são: o espírito de disciplina, o espírito de abnegação e a autonomia da vontade. O espírito da disciplina, no qual a criança aprenderia a obedecer, o espírito de abnegação, quando a criança poderia sacrificar-se aos ideais da coletividade, e, a autonomia da vontade, com o aprendizado da submissão esclarecida.

A sociologia de Durkheim não considera as contradições e os conflitos da sociedade. Propõe a ação de uma geração 'madura' sobre uma geração 'imatura' para a vida social. Destaca as funções uniformizadoras e diferenciadoras da educação, visando à integração do indivíduo na sociedade, pela da transmissão de valores e pelas atitudes comuns .

O conceito de anomia relaciona-se ao que Durkheim denominou de normalidade e patologia social. Anomia seria o estado de anormalidade, decorrente da falta de inscrição da sociedade na consciência individual, tendo como conseqüência o impedimentos que o indivíduo desenvolva a consciência coletiva. Com os valores enfraquecidos, Durkheim propõe a educação e é por meio desta que transmite conhecimentos e saberes, sobretudo para socializar as crianças, pois estas são anômicas por natureza.

> Numa visão organicista e funcionalista, considera-se que o corpo da comunidade ou sociedade encontra-se doente, possui falhas ou deficiências, rejeita certos elementos e, por isso, há que cuidar do corpo e reparar a doença e, para tanto, importa que a coesão e a solidariedade nesta sociedade voltem a imperar, mas sem alterar nos seus fundamentos e na sua estrutura. É antiga esta visão da solidariedade que apela recorrentemente a tópicos em torno da partilha comunitária, impelida em especial por motivações de ordem filantrópica, religiosa e assistencial (Silva, p.3).

Esta teoria funcionalista de Durkheim reforça as normas sociais, procura estabilizar e legitimar o sistema, contribuindo para a manutenção do organismo social. Compreende a criança como simples objeto ou produto da ação dos adultos, na medida em que no inicio de sua vida não pode compreender as normas e as regras da sociedade. Desta maneira, socializá-la é educá-la moralmente.

2.3.2 A questão do trabalho para Durkheim

A grande contribuição de Durkheim (1893), insere-se na crítica ao individualismo utilitarista dos economistas. O autor diz que: “A vida econômica, não nasceu da vida individual, ao contrário foi a segunda que nasceu da primeira”. Segundo o sociólogo para estudar os fenômenos A vida econômica, não nasceu da vida individual, ao contrário foi a segunda que nasceu da primeira” econômicos, é preciso inserir-se no contexto histórico. Também fez uma análise acerca das funções sociais da divisão social do trabalho, procurando mostrar como, nas sociedades modernas, esta divisão é fonte de coesão ou solidariedade social. (Durkheim, 1893/2004, p. 62)

Durkheim (1893) pensou a divisão social do trabalho a partir do que denominou de solidariedade orgânica e mecânica, associadas a dois tipos de lei, por ele denominadas de repressiva e restitutiva.

Para este sociólogo as sociedades simples desenvolvem hábitos equivalentes no modo de falar, de agir, de se vestir. A pessoa considerada sábia pelo grupo transmite uma espécie de consciência padronizada, reproduzida pelo grupo social.

A partir disto, Durkheim afirma o que é consciência coletiva: O conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria (Durkheim, 1893/2004, p. 74).

A consciência coletiva é a representação de um pacto individual entre os membros de um grupo, a partir de um consenso entre eles. Têm-se portanto em Durkheim a consciência particular e uma consciência coletiva. A consciência coletiva prevalece sobre a particular, levando os membros do grupo a um conflito interno. Se as regras pré-estabelecidas são quebradas o indivíduo sofrerá sanções e poderá até ser excluído desta sociedade. Ou de outro modo, poderá reproduzir a consciência coletiva tomando-a como sua posição.

Durkheim expõe que para que o homem adaptasse suas necessidades ao meio, houve um aumento da taxa de natalidade, com isto, a intensificação dos laços de independência e da produção material. Esta transformação seria decorrente da Divisão do trabalho social, a partir disto dá-se a solidariedade orgânica ilustrada pelo sociólogo, assim:

> (...) Com efeito, é da natureza das tarefas especiais escapar a ação da consciência coletiva; porque, para que uma coisa seja objeto de sentimentos comuns, a primeira condição é que ela seja comum, isto é, que esteja presente em todas as consciências e que todas possam representá-las de um único ponto de vista (...) (Durkheim, 1893/2004, p. 80).

O trabalho, para Durkheim, é uma categoria que media as relações sociais, o sociólogo compreende a divisão do trabalho social, a partir do modo como esta sociedade se organiza com seus sistemas e leis e suas bases morais. A divisão social do trabalho está liga-se à ordem moral das coisas. Segundo Durkheim (1893): “É a divisão do trabalho que, cada vez mais, cumpre o papel exercido outrora pela consciência comum; é principalmente ela que mantém juntos os agregados sociais dos tipos superiores”.

É esta interdependência que torna viável a sociedade, está portanto no campo dos comportamentos coletivos. O comportamento econômico dos indivíduos é determinado por normas e regras morais que mudam com a transformação da sociedade. Para Durkheim, a consciência da individualidade não pode ter existido antes do aparecimento da solidariedade orgânica e da divisão do trabalho . Sobre a solidariedade orgânica argumenta o autor:

> A solidariedade orgânica não é possível senão quando cada um tem uma esfera de ação que lhe é própria, consequentemente, uma personalidade. Assim, é necessário que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que aí se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais extensa esta região for, mais forte é a coesão resultante dessa solidariedade (Durkheim, 1893/2004, p. 152).

A origem da divisão do trabalho deve ser encontrada a partir da morfologia da sociedade, no modo de distribuição da população e na quantidade e qualidade das relações sociais. Portanto, o que explica a emergência da solidariedade orgânica é o aumento do número de indivíduos que compõem uma sociedade e o conseqüente aumento das comunicações e trocas entre eles. Portanto, a pressão que o indivíduo sofre pela sociedade, na luta pela vida é que justifica a divisão do trabalho social.

Neste contexto, é nesta sociedade onde surge a diferenciação dos indivíduos em crenças e ações que a solidariedade orgânica se estabelece. Em estudo sobre a Divisão Social do trabalho, o autor citado desenvolve duas idéias essenciais: a prioridade histórica das sociedades sobre os indivíduos e a necessidade de explicar os fenômenos individuais pelo estado da sociedade, não o contrário, ou seja, explicar o estado da sociedade pelos fenômenos individuais. Neste caso, a sociedade moderna defini-se pela existência do fenômeno da diferenciação social. Assim, o problema central das sociedades modernas é, pois, a relação do indivíduo com o grupo.

Durkheim percebe a sociedade semelhante a um organismo biológico, cujo bom funcionamento depende da harmonia com que este órgão trabalham, cada um executando a função que lhe é devida, de forma diferenciada.

A partir disto, percebe-se que o sociólogo enfatiza que o comportamento econômico dos indivíduos é determinado por normas e regras morais que se alteram com a transformação da sociedade.

Para Durkheim, o Estado deveria perseguir objetivos (ou fins) que correspondessem às características de cada uma das sociedades modernas , respeitando suas peculiaridades e seus valores morais.

Segundo Giddens, a partir de Dukheim, pode-se compreender que:

> A organização económica só por si não pode senão exacerbar a crise em que se debate o mundo moderno, e nunca resolvê-la, uma vez que essa crise é de ordem principalmente moral, e não económica. O domínio crescente das relações económicas, conseqüência da destruição das instituições religiosas tradicionais em que assentavam as formas sociais anteriores, é precisamente a causa principal da anomia que se manifesta na sociedade contemporânea (Giddens, 2005, p. 149).

Giddens (2005) compreende que para Durkheim o Estado desempenha funções econômicas e morais, mas principalmente morais pelos males que a sociedade moderna incorporou. O Estado defenderia os indivíduos de outros grupos sociais como antigas corporações, famílias, tradições e dos grupos religiosos. Sobre o Estado afirma ainda o autor: "O Estado intervém na vida econômica , na administração da justiça, na educação e até na organização das artes e das ciências" (Giddens, 2005, p. 149).

A leitura que Giddens (1998) faz de Durkheim é que a manutenção da sociedade depende da relação entre a sociedade política e o indivíduo, fundamentadas na autoridade moral, com a clareza de que o objeto central de Durkheim é o Estado, e que este deve promover e proteger o indivíduo, considerando que a sua ação e a sua função social funadamenta-se na moral.

Portanto, o Estado foi convocado por Durkheim para conduzir esta sociedade, enquanto órgão da justiça social e como organizador da vida social, impedindo o retorno da anomia no combate às desigualdades, buscando estabelecer a justiça.

Segundo Manuel Silva:

> A consciência colectiva perderia junto determinados indivíduos excluídos, vulneráveis e marginalizados a sua força persuasiva, os quais, ainda que minoritários, perderiam os laços sociais com a sociedade envolvente e as representações colectivas (Silva, p.4).

O autor procurou explicar a exclusão social, pelo prisma da teoria de Durkheim, salientando que seria uma patologia, uma sociedade desprovida dos valores morais para alguns, surgindo o que foi denominado de anomia social.

Pode-se afirmar, a partir do resgate da Teoria de Durkheim que as crianças no conceito de "socialização", foram compreendidas como seres pré-sociais, como objeto de inculcação de normas de comportamento, de um processo de inculcação de valores e de saberes para o futuro (Sarmento).

2.3.3 A contribuição de Max Weber para a concepção social de criança

A maneira como a infância na modernidade foi configurada demonstrou como os comportamentos dos indivíduos são resultantes de um processo social que traz no seu bôjo preceitos, normas e, fundamentalmente, as influências dos adultos sobre as crianças, desde o seu nascimento.

O sociólogo Max Weber (1864-1920/2002), estudou as situações sociais concretas, ao definir o campo de investigação próprio da sociologia, por meio do conceito de ação social, a qual tem como referência a expectativa de comportamento de outro, a, ação ideal pela adequação dos meios aos fins, o que leva o agente a construir, pelo imaginário, com base na realidade, a ação ideal pela da adequação dos meios aos fins.

Segundo Weber (1864-1920/2002), a sociologia é a ciência da ação social. Neste estudo, a conduta sociologicamente considerada é a ação humana enquanto ação social. Deste modo, a ação social é uma expectativa de comportamento de outros agentes. Para Weber, compreende-se uma ação ou conduta pelo sentido pensado pelos sujeitos. Pressupõe uma relação social entendida como a possibilidade previsível de que determinados indivíduos adotem determinados comportamentos.

O sociólogo propõe o método da compreensão para captar o sentido da ação social, entendida como o ato de se comunicar. Segundo ele, os homens agem levando em conta a ação dos outros homens. A ação social seria baseada nos valores sociais interiorizados pelos indivíduos a partir do processo de socialização.

No entanto, o sociólogo compreendeu que a modernidade não comportava soluções e trouxe alguns fenômenos paradoxais como: a perda do significado da vida, a perda da liberdade. Para este, a forma de dominação é encontrada via ação social. A modernidade esperava que a liberdade, a igualdade e a fraternidade imperassem no mundo. Weber vê a modernidade a partir da separação das esferas de valor, porque criamos a burocracia, separando as esferas de valor e do desencantamento do mundo.Observou a racionalização, a secularização e a burocratização das estruturas dos comportamentos como traços específicos da civilização ocidental, são eles: racionalização, secularização e o individualismo. Assim, o poder de dominação ocorre por meio do domínio pela força bruta e do domínio pela legitimação carismática, burocrática ou patrimonial.

O sociólogo procurou compreender o sentido da ação social. O comportamento humano, para Weber, pode ser inteligível da compreensão e da revivescência, reconstruindo-se o nexo causal a que ele obedece. O comportamento livre não é em si irracional; é passível de interpretação, porque obedece a uma teleologia. Neste sentido, a sociologia devia pronunciar-se ante fatos concretos.

Pode-se inferir a partir da teoria de Weber, que a educação da criança deve ser para prepará-la para exercer as funções que a transformação causada pela racionalização da vida lhes colocou, visto que a racionalização e a burocratização alteraram o modo de educar. Para ele, no modelo ideal, a educação é socialmente dirigida a três tipos de finalidades: despertar o carisma, preparar o aluno para uma conduta de vida (pedagogia do cultivo) e transmitir conhecimento especializado, utilizando uma pedagogia do treinamento. “O sociólogo entendia que a pedagogia do treinamento minimiza a formação humanística de caráter integral e é usada como mecanismo de ascensão social e de obtenção de status privado” (Rodrigues, 2007, p. 69).

Segundo este sociólogo, a autonomia individual é considerada um valor cultural advindo pela modernidade. A idéia de socialização para Weber relaciona-se a diferentes sistemas educacionais em espaços não-convencionais fora da escola. Toda ação do indivíduo tanto é influenciada pelas estruturas sociais como suas ações influenciaram as estruturas ao longo do tempo. A ação em comunidade é a que leva em consideração a reação do outro, no momento em que está prestes a agir. A ação em sociedade decorre das regulamentações sociais vigentes.

2.3.4 A questão do trabalho em Weber

Na sociedade moderna, a conceituação de trabalho traz no seu bojo sentimentos de realização e utilidade. O sentimento de infância, neste período, vai sendo construído na sociedade industrializada. Esta, por sua vez, é uma sociedade secularizada ou “desencantada”, como afirmou o sociólogo Max Weber. Neste período, a criança passa a ser vista como o futuro ainda não realizado, no qual o adulto imbuído do sonho da modernidade espera que a criança venha a usufruir de um mundo melhor. Segundo ele, a modernidade é um processo de racionalização da vida social.

Para Weber um novo conceito de racionalidade deve ser pensado, a partir da modernidade, e por isto a relação entre capitalismo e racionalidade surge como tema preponderante. O sociólogo procurou demonstrar que a mediação entre capitalismo e a ética do protestantismo favoreceu que o capitalismo se desenvolvesse de forma econômica. O trabalho passou a ser considerado um chamado de Deus, cujos indivíduos realizam ações para atenderem a este chamado.

Na modernidade ocidental, o homem experimenta a falta de sentido da vida, decorrente das inúmeras transformações deste período. Segundo Manuel Silva, a exclusão social em Weber (1978: 276ss),

> É resultante das formas de concorrência e competição nos diversos mercados de trabalho, ora das relações fechadas próprias de certos círculos e actores sociais individuais ou colectivos que, invocando determinadas características (raça, língua, religião, classe social ou domicílio), monopolizam e/ou restringem o acesso a determinados bens, saberes e funções, ora ainda da desigual atribuição e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária". Percebe-se em Weber uma redução à lógica da vida social, através do que a modernidade trouxe como necessidade de uma reordenação racional da cultura e da sociedade. (Weber, 1978:276ss, apud, Silva).

2.3.5 A contribuição de Karl Marx para a concepção social de criança

Na modernidade, a infância é reconhecida como categoria social, no entanto, as crianças são consideradas a partir de sua preparação para o futuro. Em Karl Marx, a questão central de sua abordagem são as condições econômicas e sociais dentro das quais o homem se forma enquanto indivíduo. Portanto, infere-se que a educação da criança está inserida numa reflexão sobre a realidade socioeconômica. A educação é determinada pelas condições sociais e políticas vigentes. Por isto, Karl Marx trouxe uma reflexão sobre o trabalho. Para este a prática educativa está relacionada com determinados interesses ideológicos que dependem da estrutura econômica-política desta sociedade. Como se vê neste trecho do Manifesto Comunista (1848):

> As declamações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, tornam-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares do proletário e transforma as crianças em simples objetos de comércio, em simples instrumentos de trabalho (Marx , 1848).

Karl Marx, na obra Manifesto do partido comunista (1848), defende a educação pública e gratuita para todas as crianças, baseando-se nos princípios da eliminação do trabalho destas crianças nas fábricas, na associação entre educação e produção material, na formação do homem ominilateral, por meio da educação politécnica, defendia a inseparabilidade da educação e da política, da necessidade do tempo livre e do trabalho infantil regulamentado sem exploração, o trabalho de valor social (Gadotti, 2001).

Marx trouxe alguns conceitos que influenciaram a concepção de infância. O conceito de classe social, trabalho alienado e estranhamento, reificação e o furto do lúdico no período da infância. Para o sociólogo existiam duas classes antagônicas: os burgueses e o proletariado. Os burgueses seriam os proprietários dos meios de produção e o proletariado constituído por aqueles que possuem a força de trabalho que garantiria a luta pela sobrevivência de sua família. Segundo ele “a história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes” (Marx , 1848,p. 7).

O sociólogo afirmou que as relações de classes se constroem nas relações de produção e que “a moderna sociedade burguesa, emergente do naufrágio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão, novas estruturas de luta no lugar das antigas” (Marx , 1848, p. 8).

Deste modo, a economia é a base da definição de classe para este autor e a dominação da classe burguesa, pela acumulação da riqueza, como se vê:

> A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza em mãos privadas, a formação e a multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado assenta-se exclusivamente sobre a concorrência dos operários entre si (Marx , 1848, p. 20).

O lugar de cada sujeito, na estrutura social do modo de produção capitalista, é percebido a partir da análise das categorias analíticas citadas anteriormente como classe social, trabalho alienado e estranhamento e reificação. Marx desvenda os mecanismos internos da dominação capitalista sobre o trabalhador, e o trabalho aparece como forma de opressão e desumanização do trabalhador.

Segundo Marx:

> A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objecto, mas também que este se torna independente e em oposição a ele. Já o trabalho estranhado é onde o trabalhador é transformado em parte do maquinário. A ganância do trabalhador coisifica tudo o que pode, e assim o conceito de reificação surge, pressupondo que o trabalhador é tratado como uma 'coisa' (Marx, 1883/1974, p. 160).

2.3.6 A questão do trabalho e da criança trabalhadora em Karl Marx

Para Karl Marx (1867), o trabalho é uma categoria fundamental para compreensão do modo de produção capitalista. O ato de trabalhar é um atributo essencialmente humano, pois este tem capacidade de abstrair. Segundo o sociológo, o trabalho é antes de tudo uma relação entre o homem e a natureza. Marx postulou que a indústria capitalista, com sua necessidade de lucro para a acumulação do capital, utilizaria o trabalho das crianças.

O grande sociólogo Karl Marx analisou a situação da infância pobre em relação ao trabalho. Afirmou que a exploração do trabalho seria o primeiro direito do capital. Verificou-se um exemplo da situação da criança trabalhadora:

> Uma categoria de fabricantes assegurou para si desta vez, tal como Dantas, particulares direitos senhoriais sobre crianças proletárias. Eram os fabricantes de seda. No ano de 1833, haviam uivado ameaçadoramente que, se lhes fosse retirada a liberdade de fazer trabalhar crianças de qualquer idade durante 10 horas por dia, isso pararia as suas fábricas. Ser-lhes-ia impossível comprar uma quantidade suficiente de crianças acima dos 13 anos. Eles arrancaram o privilégio desejado. Em investigação posterior, o pretexto revelou-se como pura mentira, o que contudo não os impediu, durante um decênio, de fiar diariamente 10 horas seda com o sangue de criancinhas que tinham de ser colocadas em cadeiras para a execução do seu trabalho (Marx, 1867/1990, p. 334)

A denúncia ao trabalho degradante e, portanto a exploração do trabalho infantil é também analisada por Karl Marx, quando ele afirma que no capitalismo e na situação do trabalhador submete-o à condição de escravo. Nesse sentido, a criança deveria ser poupada.

Para Marx (1867/1990) toda relação que propõe o lucro, retirando mais valia de outrem, especialmente das crianças, tornar-se-á uma forma doentia de ganhar ou de criar bens. Quando o sociólogo escreve sobre o salário do trabalho, afirma que:

> Nas fábricas inglesas de fiação de algodão, movidas a água e a vapor, estavam empregadas, em 1835, 20.558 crianças entre os 8 e os 12 anos de idade, 35.867 entre os 12 e 13 anos e 108.208

> entre os 13 e 18 anos [...] É verdade que o progresso do maquinário, à medida que remove cada vez mais das mãos humanas todas as operações uniformes, tende para a completa abolição [12] destes males. Mas no caminho de tão rápido desenvolvimento está o fato de os capitalistas poderem adquirir o trabalho das classes mais baixas, mesmo das crianças, de modo fácil e barato, e o usarem em vez de utilizar as máquinas (Marx, 1974, p. 75-76)

A percepção de Karl Marx do homem é que este se apresenta como um ser alienado, expropriado do próprio valor de homem por causa da expropriação do trabalho. O homem trabalha para sua subsistência e no trabalho o operário aniquila seu espírito e destrói seu corpo. A força de trabalho é uma mercadoria para o capitalista, cujo valor é de troca. O valor de uso baseia-se sobre a qualidade possuída pela mercadoria em relação à satisfação de alguma necessidade. “O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela” (Marx, 1844/1974, p. 86).

Sendo assim, o valor que tal mercadoria apresenta, relaciona-se ao direcionado à quantidade do trabalho necessária para produzi-la, ou seja, pelo valor das coisas necessárias para manter em vida o trabalhador e sua família. Como diz Marx:

> Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário (Marx, 1844/1974, p. 91).

A força de trabalho para Karl Marx é percebida como uma mercadoria que produz mais-valia. “A mais-valia, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o sobre trabalho, ou trabalho não remunerado, eu chamo lucro” (Marx, 1844/1974, p. 91).

Segundo Marx (1867/1990) para não sucumbir à concorrência, o capitalista reinveste a mais-valia. Assim, aumenta o número de proletariados e o capital passa a ficar nas mãos de poucos. Neste sentido, as crianças faziam parte deste exército recrutado para que os fabricantes diminuíssem seus gastos em matéria de força de trabalho.

O desenvolvimento da mecanização contribuiu para que o emprego da criança na produção fosse muito mais recorrente, como se vê:

> À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria (Marx, 1867/1990, p. 23).

Karl Marx postulou que a indústria não sobreviveria sem o trabalho infantil, posto a necessidade de sua força de trabalho para alimentar o processo de acumulação do capital. O sociólogo pensou que o trabalho das crianças nas indústrias seria irreversível devido aos gastos dos fabricantes que seriam menores, pois estes mesmos pagavam salários baixos às crianças e também porque o salário do adulto seria menor pelos efeitos da concorrência. No entanto, Marx se enganou neste aspecto. Segundo Nogueira (1993), esta tese de Marx se manifesta em dois momentos de sua obra: suas instruções dirigidas aos delegados do Conselho Central ao primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) (1866), no item referente ao 'Trabalho dos Adolescentes e Crianças dos Dois Sexos' e mais tarde numa crítica ao programa do Partido Operário Alemão, em 1875. No primeiro documento Nogueira (1993) expõe que Karl Marx lança o prognóstico referente à manutenção do trabalho infantil na indústria de forma salutar, aceitável, sem colocar a criança em risco no seu desenvolvimento físico e intelectual, mas garantindo a repartição do trabalho entre um maior número de indivíduos. Como se vê:

> Consideramos a tendência da indústria moderna a fazer com que crianças e adolescentes dos dois sexos cooperem no grande movimento da produção social, como um progresso e uma tendência legítima e razoável, ainda que o reino do capital tenha feito disto uma abominação. Numa sociedade racional, qualquer criança, desde os nove anos, deve ser um trabalhador produtivo, assim como nenhum adulto, de posse de todas as suas faculdades, pode se isentar desta lei geral da natureza. Se quisermos comer, é preciso trabalhar, e não somente com nosso cérebro, mas também com nossas mãos (Nogueira, 1993, p. 29).

Nogueira (1993) explica que no documento posterior Marx parece defender que não se trata de suprimir o trabalho das crianças, mas de lhes garantir condições dignas de trabalho, assegurando-lhes o acesso aos estudos teóricos articulados com sua prática profissional, assim transcrito:

> A interdição geral' do trabalho da criança é incompatível com a própria existência da grande indústria; ela nada mais é, portanto, que um desejo ingênuo e sem nenhum alcance. Sua realização se isto fosse possível seria reacionária pois, desde que se garanta uma rigorosa

> regulamentação do tempo de trabalho segundo as faixas etárias, bem como outras medidas de proteção das crianças, o fato de combinar, desde tenra idade, o trabalho produtivo com a instrução constitui-se num dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual (Nogueira, 1993, p. 30).

Portanto, a noção de trabalho das crianças, advém de estudos fundamentados em Karl Marx, onde segundo este a exploração no trabalho passou a ser na Inglaterra sinônimo de "meia força de trabalho". Quanto ao que o sociólogo afirmou sobre as leis específicas que regulamentavam o trabalho das crianças verifica-se que Marx associou muitas vezes o trabalho das crianças à escravidão durante aquele período, conforme segue:

"De resto, a legislação fabril não é por si mesma o reconhecimento oficial de que a grande indústria fez da exploração de mulheres e crianças pelo capital, desse dissolvente radical da família operária de outrora, uma necessidade econômica, a declaração que ela transformou a autoridade paterna em um aparelho do mecanismo social destinado a fornecer, direta ou indiretamente, ao capitalista os filhos dos proletários, o qual, sob pena de morte, tem que desempenhar seu papel de intermediário e de mercador de escravos? Assim, todo o esforço dessa legislação visa tão-somente a coibir os excessos desse sistema de escravidão".

Nogueira (1993) elaborou um esquema, a partir de seus estudos contemporâneos sobre a infância operária do século XIX, conforme se reproduz:

Principais Etapas da Fabricação Têxtil:

1. Cardagem ou Penteação __ Operação pela qual as fibras são desembaraçadas, limpas e triadas de modo a se alinharem paralelamente; esta etapa chamada de pré-filiação constitui a preparação à filiação.

2. Fiação __ Operação consistente em estirar e torcer as fibras da mecha a fim de transformá-la em fios contínuos.

3. Tecelagem __ Ação de entrelaçar os fios dispondo um certo número deles no sentido vertical (urdidura) e fazendo correr outros (trama) transversalmente, passando-os por baixo e por cima da urdidura para produzir um tecido.

4. Acabamento __ Aprontamento final do tecido; comporta as diferentes operações de tosa, tintura ou alvejamento, estamparia etc.

As crianças segundo Nogueira (1993) estavam sujeitas a trabalhos, cujas exigências em relação à qualificação eram menores.

Marx analisa os anúncios de contrato que conclamavam para o trabalho, crianças de 12 anos com aparência de 13 anos, como se vê:

> Um médico [...] tem que atestar a idade. O fabricante pede jovens que aparentem já ter 13 anos. [...] No mal-afamado distrito londrino de Bethnal Green, a cada segunda e terça-feira pela manhã, é realizado um mercado público, em que crianças de ambos os sexos, a partir dos 9 anos de idade, alugam a si mesmas para manufaturas de seda londrinas [...] os contratos são válidos por uma semana [...] Apesar da legislação, pelo menos 2 mil jovens continuam sendo vendidos por seus próprios pais como máquinas vivas para limpar chaminés [...] Toda vez que a lei fabril limita a seis horas o trabalho infantil em ramos industriais até então não atingidos, ecoa sempre de novo a lamentação dos fabricantes: que parte dos pais retiraria as crianças da indústria agora regulamentada, para vendê-las naquelas onde ainda predomina a liberdade de trabalho, isto é, onde crianças com menos de 13 anos são obrigadas a trabalhar como adultos, podendo, portanto,serem alienadas a um preço maior (Marx, 1867/1990, p. 22)

Os estudos de Marx apontam para a exploração das crianças no trabalho no interior das Fábricas, na primeira metade do século XIX. Como se vê :

> Crianças esfarrapadas, subnutridas, sem nunca terem freqüentado a escola. Entre as testemunhas inquiridas pelo comissário White (1863), 270 tinham menos de 18 anos, 40 menos de 10, 10 apenas oito e cinco apenas seis. O dia de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho, empestado pelo fósforo. Dante acharia que foram ultrapassadas nessa indústria suas mais cruéis fantasias infernais. (Marx, 1867/1990, p. 278)

A partir disto, verifica-se que com o avanço do capitalismo a exploração do trabalho das crianças tornou-se gerador de excedente. Isto também trouxe como conseqüência uma grande desigualdade social. As crianças passavam a trabalhar desde muito cedo e com isto tornavam-se precoces diante do mundo do trabalho adulto.

2.3.7 A contribuição do Interacionismo simbólico para a concepção social de criança.

O Interacionismo Simbólico teve origem no fim do século XIX e foi proposto por George Herbert Mead. Para esta corrente, a sociedade é vista como uma interação. Na verdade, o interacionismo nasce "de uma preocupação com a linguagem e o sentido. Mead defendia que a linguagem permite tornarmo-nos seres auto-conscientes – cientes da nossa própria individualidade e capazes de vermos a partir de fora, como os outros nos vêem" (Giddens, 2004, p. 18).

Esta perspectiva teórica possibilita a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem. Segundo Giddens (2001), o elemento-chave da teoria reside no símbolo. Os seres humanos vivem em um universo simbólico e quase todas as interações entre os indivíduos implicam um fluxo de símbolos. Os pormenores das interações pessoais, e a forma como são utilizados para dar sentidos ao que os outros dizem e fazem é o cerne para o entendimento do interacionismo simbólico. A sociedade é vista em ação, em processo constante de atividade em que os indivíduos interagem.

Como afirma MEAD:

> O Mim é um indivíduo convencional, habitual. Está sempre presente. Tem que ter os hábitos, as reações que todos têm, ao contrário, o indivíduo não poderia ser um membro da comunidade... A reação do eu a uma atitude organizada transforma a mesma, e assim, ocorre certa proporção de adaptação e readaptação. Essa reação do Eu pode ser um processo que envolve uma degradação do estado social como uma integração superior (1934/1982, p.222).

Para este autor, a criança atinge a consciência de si ao aprender a distinguir o "eu" do "mim". O "eu" é como o bebê não socializado e o "mim" como o "eu social". Esta fase ocorre em média aos cinco anos de idade, quando a criança é capaz de auto-entendimento e sua capacidade de autoconsciência é desenvolvida. Aos 8 ou 9 anos de idade a criança tenderá a participar de jogos organizados e internaliza os valores morais e culturais de onde está inserido.

O Interacionismo Simbólico conta com a última análise de três premissas criadas por Blumer (1969/1982), anteriormente expostas por Mead: a) os seres humanos agem em relação às coisas, tomando por base o significado que as coisas têm para ele; b) o significado de tais coisas, às vezes, surge de uma interação social que a pessoa tem com seus iguais; c) esses significados são manipulados e modificados através de um processo interpretativo, usado pela pessoa para lidar com as coisas que ele encontra.

Para o interacionismo simbólico não é tudo determinado pela sociedade, mas, também, pela interação do indivíduos, assim os indivíduos aparecem como construtores das suas próprias identidades. A pergunta do interacionismo baseia-se na compreensão dos processos, pelos quais as pessoas constroem suas ações. Mead procurou interpretar as fases do desenvolvimento da criança, deu ênfase ao aparecimento de um sentido de individualidade. Segundo o autor, as crianças começam a se desenvolver como seres sociais ao imitarem as ações dos outros que as rodeiam.

O interacionismo simbólico surgiu em oposição às teoria sociológicas de cunho totalizantes como o funcionalismo que está baseado nas normas estabelecidas pela sociedade. Para o interacionismo simbólico, há uma variedade de interações sociais que ocorrem de modo a formar grupos sociais com regras de condutas validadas e aceitas por este grupo (pelos indivíduos que os constituem).

Segundo Bordieu, a sociedade é compreendida como um conjunto de campos sociais. Os campos são esferas relativamente autônomas, enquanto um conjunto dinâmico, histórico, relacional, conflitivo e em movimento constante. A ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual para o autor dar-se-á de dentro para fora. Duas noções ficam evidenciadas em Bordieu: a noção de mundo social e a noção de campo. O ‘mundo social’ que conjuga estruturas, grupos, indivíduos, *hábitus* e modalidades de capital, sobre isto diz Bordieu:

> De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, como ‘caso particular do possível’, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (Bordieu, 1930/1996, p. 15).

O ‘Espaço social’ é composto por campos, composto por diversas forças sociais atuantes, as quais são encarnadas nas estruturas e nos agentes. A partir deste entendimento, Bordieu desenvolve alguns conceitos base ao longo de sua obra, entre eles o conceito de habitus. Segundo o autor , “o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas, de bens, de práticas” (Bordieu, 1930/1996, p. 21-22).

Então para Bordieu (1930/1996), o mundo social é algo que os agentes fazem, constroem de maneira individual e coletiva, através da cooperação e no conflito. No entanto, a posição ocupada no espaço social, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, comanda as representações e as tomadas de posição nas lutas presentes nesse espaço ou para a sua conservação ou transformação.

O *habitus* é adquirido primeiramente na infância e juventude e depois ao longo da sua vida adulta, ou seja, ao longo do processo de socialização. Infere-se que a vivência diária do indíviduo interfere no que este faz e no futuro que planeja. “Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas[...] (Bordieu, 1930/1996, p. 22).

O conceito de *habitus* em Bordieu (1963/1993) está relacionado com a dinâmica social e surge de uma necessidade de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. *Habitus* é:

> [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona *a cada momento como uma matriz de percepções*, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu,1963, apud, Ortiz, 1993b, p. 65).

Os *habitus* são inculcados a partir da infância, por meio de um trabalho pedagógico, pela família e pela escola . Os *habitus* são sistemas de categorias de percepções, de pensamentos, de ações e de apreciações. Diante da mesma situação, duas pessoas opinam e, constroem a realidade de maneira diferente. São produtos da incorporação da somatização das estruturas objetivas. O autor se apropria da formulação deste conceito para criticar a escola e ressalta o conceito de violência simbólica.

Bordieu juntamente com Jean-Claude Passeron escrevem juntos duas obras: Os herdeiros (1964) e A reprodução (1970) nas quais procuram descrever a maneira como a classe dominante, economicamente, impõe sua cultura aos dominados. Para estes autores a escola constitui um instrumento de violência simbólica. Todo sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e desta forma procura manter-se para perpetuar uma determinada sociedade. Isto ocorre, través da interiorização da cultura por todos os membros.

É na escola que a educação que a educação familiar, advinda do convívio social, torna-se legitimada. Desta maneira, interioriza-se a cultura dominante por meio da violência simbólica, expressada na imposição legítima. Neste sentido, verifica-se que a escola é um dos fatores da conservação social, portanto a ação pedagógica é considerada como violência simbólica , na medida em que impõe e inculca arbítrios culturais. Assim, o sistema educacional impõe *habitus* da classe dominante . Sobre este *habitus* afirma Bordieu:

> Enquanto 'formadora de hábitos', a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamentos particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado (Bordieu, 1998/2005, p. 211).

Segundo Bordieu (2005), os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo entre outros). O ator social deve conhecer a regra do jogo dentro deste campo social. É a riqueza econômica e a cultura acumulada que vão diferenciar os espaços a serem ocupados pelos homens. O habitus é a interiorização de estruturas objetivas das condições de classe de cada um ou de grupos sociais. Existe uma luta constante entre atores sociais para a ocupação dos espaços, nos campos sociais.

Bordieu (1998), oferece-nos um quadro para a análise da educação e da escola, considerando que esta perde o seu papel de instância transformadora da sociedade, e passa a ser considerada como legitimadora dos privilégios sociais e portanto, reprodutora e legitimadora das desigualdades sociais.

2.3.8 A Sociologia da Família

Os estudos voltados para a sociologia da família a tomam como unidade de análise. Este grupo é considerado com funções e formas diferenciadas, conforme o tempo e o espaço onde estão situados. Assim, esta temática dá uma perspectiva dos papéis que a família enquanto agente econômico e sócio-cultural desempenha na sociedade. Para Giddens (2004, p. 175), família é "um grupo de pessoas unidas diretamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças".

A sociologia da família preocupa-se com várias questões voltadas para a infância, tendo como exemplo os maus tratos por parte dos pais e/ou adultos, as interações entre pais e filhos, entre outros.

2.4 A Infância na Sociologia da Infância

Sob o prisma da Sociologia da Infância, as crianças são reconhecidas como atores sociais, assim a participação destas na vida coletiva é de fundamental importância para a construção de mundos de vida significativo para todos os membros da sociedade. Neste sentido a Sociologia da Infância se propõe a interrogar a sociedade a partir de um enfoque que toma as crianças como objeto de investigação sociológica.

2.4.1 Socialização, as correntes

Fora anteriormente tratado neste trabalho sobre a influência da sociologia na concepção social da criança e percebeu-se a importância da socialização como um processo de integração, no qual os indivíduos aprendem. Portanto, verificou-se que "é o processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações" (Giddens, 2004, p.27). Este conceito trouxe variações segundo diferentes correntes da sociologia e da psicologia (funcionalismo, behaviorismo, Freud com a psicanálise, Weber com a motivação da ação, Bordieu, Talcott Parsons, Dubar), entre outros.

Segundo Manuel Pinto, a socialização tem sido abordada sob dois enfoques:

> Ora a partir dos indivíduos em processo de socialização e dos respectivos agentes socializadores, ora a partir dos indivíduos em processo de socialização e dos respectivos mundo sociais. No primeiro caso, a questão central consiste em saber como é que uma dada sociedade trasnmite/inculca valores, crenças, normas e estilos de vida. No segundo caso, a focagem centra-se fundamentalmente na actividade dos indivíduos, nos processos de apropriação, de aprendizagem e de interiorização, mediante os quais eles aprendem, se tornam auto-conscientes, dotados de capacidade de integração, comunicação e participação, relativamente à sociedade e à cultura em que vivem. (Pinto, 1997, p.45).

Talcott Parsons (1952) compreendia que o objetivo da sociedade era alcançar a manutenção da estabilidade. Para este autor, a criança aceita as normas do sistema social em troca do amor e do carinho. As necessidades do sistema social passam, deste modo a ser as necessidades das próprias crianças. As crianças interiorizam as normas e os valores da sociedade. Dubar (2005) compreendia que o processo de socialização é o meio pelo qual o ser humano desenvolve a maneira de relacionar-se com as pessoas e com o meio social, desenvolvendo suas maneiras de estar no mundo, tornando-se um ser social. A socialização é entendida como uma dinâmica, construindo e desconstruindo identidades. Na teoria da Socialização em Jean Piaget, dá-se na noção de construção por parte de cada indivíduo. Os indivíduos desenvolvem determinados sistemas conceituais que lhes permitem compreender e transformar a si e ao ambiente (Piaget, 1994). A criança é um ser ativo que age sobre o meio e possui todo um funcionamento próprio que a leva a se adaptar a esse meio e a organizar suas experiências, o seu desenvolvimento ocorre por estágios, proporcionando diferentes maneiras do indivíduo interagir com o meio, ela passou a ser considerada como sujeito epistêmico, capaz de construir conhecimentos.

Jenks (1992, p. 22, apud Pinto, 1997, p.48) examina o conceito de infância e faz uma crítica à Teoria Piagetiana, afirma que Piaget tem por base um modelo de adulto sério e racional e que tal paradigma tenderia a encarar o jogo infantil, como uma atividade trivial e não séria. Assim, o autor afirma: “Ora, segundo Jenks, o jogo constitui uma dimensão importante da criança enquanto membro da sociedade”.

Lev Vygostsky (1988), valorizava a ação pedagógica e a intervenção. Para este autor o mundo psíquico não está pronto previamente (interacionismo). Sem linguagem, o ser humano

não é social, nem histórico, nem cultural, portanto é preciso compreender que a criança é um sujeito histórico, social e cultural.

A partir destes teóricos, incluindo os já apresentados neste trabalho como às terias de Durkheim(1938) entre outros, a Sociologia e os estudos na Psicologia marcaram um território importante acerca da inserção social das crianças de diferentes maneiras e ainda com a Teoria da Reprodução, a partir de Bordieu e Passeron (1970) com suas importantes contribuições.

Bordieu, analisa a força das estruturas sociais na determinação das ações do sujeitos afirmando:

> É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da 'escola libertadora', quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que este é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (Bordieu, 1998, p.41)

Bordieu (1998) também ressalta a formalidade do discurso pedagógico, o qual apresenta igualdade. No entanto, serve como máscara e justificativa para as desigualdades sociais. O autor procura investigar como se desenvolve o sistema educativo, tendo em vista que é na escola o lugar da formação das pessoas e da formação do pensamento. Lugar onde se legitimam as diferenças e se reproduzem as estruturas sociais.

De qualquer maneira, as crianças, a partir destas teorias, ainda não estavam sendo consideradas como seres sociais plenos, ainda estão apresentadas como seres incompletos, em transição e em dependência (Sarmento, 2008).

A construção da infância moderna, pensada a partir da divisão do trabalho, portanto, a partir da circunstância histórica, da interpretação e dos valores imbricados na realidade, separou a criança do mundo dos adultos, fazendo com que estas fossem disciplinadas e conduzidas moralmente, a partir do mundo dos adultos, o qual limitou o tempo e espaço da infância, trouxe como berço de discussão a escola e a família. Assim, este trabalho de separação do mundo dos adultos implica em dizer sobre a compreensão do lugar em que as crianças ocupam na sociedade em que estão intimamente relacionadas à necessidade de conhecer o modelo cultural e os mitos fundamentais que legitimam esta sociedade.

Esta mudança de sentimento imbricada no novo valor atribuído à criança reflete em um novo papel que as crianças passam a desenvolver para a sociedade a partir da ideologia moderna. Por outro lado, a institucionalização das crianças e a sua nova identidade comum dos alunos teve um papel determinante, a partir do entendimento da conceituação de infância/criança, como construções sociais que variam ao longo do tempo e do espaço (Ramirez, 1991).

A criação das instâncias públicas de socialização, os saberes que as sustentaram e o seu prolongamento pela escola de massas tiveram a sua origem na Europa, neste período (Nóvoa,1998). Assim, a escola moderna cultivou práticas para inculcar a obediência.

Esta questão da institucionalização da infância trouxe às crianças papéis institucionalmente prescritos. Assim, é na escola que a criança deve exercer seu "ofício" e seu comportamento deve corresponder à definição socialmente dada à infância (Marchi, 2010). A autora citada enfatiza que os "ofícios de criança" e "ofício de aluno", a partir desta compreensão, são interpretados tendo como base o paradigma da infância/criança como construções sociais e resgata Chamboredon & Prévot, 1973 autores que defendem que o encontro destas categorias, na escola, remetem aos "processos de invenção".

A educação escolar, na modernidade, portanto, passa a ser uma executora das promessas da modernidade, fixada na razão, e na compreensão de que a partir do aperfeiçoamento moral de cada indivíduo, a humanidade tornar-se-ia melhor. Por outro lado, introjetou-se o mito da ascensão social, a educação deveria ser prática para assegurar a ascensão da burguesia e garantir oportunidades na sociedade de classes a fim de legitimar-se como justa.

Vê-se que a modernidade conduziu as crianças para os espaços privados das instituições, levando-as à invisibilidade e ao ocultamento, reforçando teorias científicas que de alguma maneira procuravam legitimar a subalternidade da infância em relação ao mundo dos adultos. Deste modo, inúmeros autores da Sociologia da Infância procuram interpretar as condições atuais das crianças na complexidade dos quadros mundiais. De alguma maneira, procuram desconstruir esta subalternidade, apontando paradoxos exigindo reflexões e tomada de posição diante da temática, cuja implicação é o reconhecimento da própria realidade social. Assim, uma emergência de vozes com saberes diferenciados e reveladores surgem no cenário de discussão e debate com as crianças sobre a infância. A criança que é inquiridora sobre o

mundo e sobre a vida foi considerada durante muito tempo incompleta e imperfeita, apenas capaz e com a missão de imitar os adultos.

Este modo de compreender a infância ancorou-se no processo de socialização na perspectiva estrutural- funcionalista de caráter também político, procurou assegurar a constituição e a manutenção da ordem social. Nesse sentido, a Sociologia da Infância vem opor-se a este modelo hegemônico de pensar a infância e a criança. Inúmeros autores surgem no cenário para tecer críticas às teorias da socialização, Waksler,1991; Sirota,1994; Corsaro,1997; Plaisance,2004; Mollo Bouvier,2005.

Wasksler (1991) aponta para o fato de que o conceito de socialização nunca poderia abranger a totalidade das experiências das crianças. O autor afirma que este conceito omite aspectos dos comportamentos das crianças e também dos adultos, excluindo as experiências das crianças, quando os adultos supostamente estão socializando-as e analisa as idéias das crianças e o seu modo de estar no mundo. Assim, segundo este, é preciso aprender a olhar as crianças sob outras maneiras e as suas também. Sirota (2001) compreende que a releitura do conceito de socialização contribuiu na consideração da criança como ator. A autora observa a evolução e as novas perspectivas de análises sobre a infância. Cita a as primeiras publicações em Francês, intituladas Reveue de LÍnstitut de Sociologie de Bruxelles Infâncias e ciências sociais-1994, ressaltando o objetivo da publicação, segundo Mollo-Bouvier:

> [...] construir o objeto criança com base no que deveria ser uma banalidade: as crianças são atores sociais, participam das trocas, das interações, dos processos de ajustamento constantes que animam, perpetuam e transformam a sociedade. As crianças têm uma vida cotidiana, cuja análise não se reduz à das instituições (Mollo-Bouvier, 1994, apud, Sirota, 2001).

Corsaro (1997) propõe a tese da “reprodução interpretativa”, enfatizando a agência das crianças na sua produção, a capacidade destas operarem na transformação, na cultura, produzindo e participando nas suas próprias e únicas culturas de pares de modo criativo. Como afirma o autor: “Por outro lado, de acordo com a noção de reprodução, eu argumento que as crianças não apenas internalizam a sociedade e a cultura, mas estão também a contribuir ativamente para a reprodução e mudança cultural”. O autor entende a importância da rotina da cultura de pares, afirma que isto fornece tanto a familiaridade como a segurança e o poder para enriquecer e desenvolver estilos pessoais e identidades. O autor, ainda,enfatiza

que esta rotina proporciona uma camaradagem emocional para que as crianças desenvolvam suas ações, suas atividades em conjunto "[...] quer nos jogos de fantasia espontânea, quer no desdobramento(ply) de enquadramento no jogo de papel, as crianças, ancoradas na segurança de rotinas partilhadas, improvisam colectivamente ou manobram o desenrolar da interacção para conduzir as suas rotinas do brincar em novas e direcções imprevisíveis. [...]

Outra teoria importante que trouxe contribuição para os estudos da Sociologia da infância foi apresentada por Michel Foucault (1993[1975]) , o autor se concentra na formação do poder como produção de uma hierarquia, através da inculcação entre saberes disciplinares, nas mais diversas instituições, dentre estas a escola. As instituições, intencionalmente, tornariam o indivíduos útil, dócil e disciplinado através do trabalho. Este tipo de poder, segundo o autor, realiza um controle sobre gestos, hábitos, atitudes, comportamentos, etc, valendo-se como um tipo de "adestramento" e aprimoramento deste indivíduo. Assim, Foucault realça as correlações entre os discursos e a estrutura social. O papel do discursos é central no pensamento foucaultiano, acerca do controle na sociedade e do poder.

Toda esta configuração sobre os estudos da infância desencadeiam imagens sociais da infância ao longo da história, permitiu-nos apontar, repetidas vezes, o quanto a criança foi considerada como o não-adulto, assim como na modernidade a infância foi consagrada como da idade da não-razão, no período da Revolução Industrial a inserção das crianças no trabalho e logo depois a retirada destas das fábricas, após a crise do Fordismo, um sistema de produção, criado por Henry Ford (1914), cuja principal característica foi a fabricação em massa, reduzindo os custos de produção e barateando o produto. Depois disto, além de outras situações históricas como a queda da bolsa de New York trouxeram como conseqüência a retirada das crianças da economia. Esta exclusão simbólica trouxe outra imagem da infância: a idade do não-trabalho. Portanto, a imagem da criança foi pontuada a partir da divisão social do trabalho, como se as crianças não mais trabalhassem, tornou-se um simulacro em relação às crianças, na medida em que continuam presentes no mundo do trabalho.

Neil Postman (1983), em sua obra "O Desaparecimento da Infância", afirma que a concepção que se tem hoje de infância é uma invenção da modernidade. O autor discute o surgimento e o desenvolvimento da idéia de infância ancorada nas condições da comunicação que tornaram a infância desnecessária, afetando o processo de socialização. Para este, a sociedade atual é marcada pela mídia e esta tem homogeneizado informações Desta forma, não haveria mais separação entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. Esta idéia,

segundo Sarmento, “escamoteia a natureza activa das crianças como sujeitos que são, e não meros receptores passivos da cultura de massas e obscurece o facto de que as crianças, nas complexas e adversas condições sociais da sua vida actual, vivem na especificidade da sua geração” (Sarmento, 2007, p. 35).

Bukingham (2000) analisa criticamente esta idéia da morte da infância, pois afirma que é preciso desenvolver modos de compreensão quanto às mudanças atuais nas experiências das crianças com a mídia e sobre o papel que poderão desempenhar ao refletir ou na medida em que trazem mudanças maiores nas vidas das crianças. É preciso um posicionamento mais amplo sobre este assunto. Segundo o autor, é preciso perceber as mudanças concretas na vida das crianças e nas suas vivências sociais e culturais.

Sarmento defende que todos os processos de qualificação da infância como negação estão vinculados ao adultocentrismo e a visões essencialistas sobre a condição humana. A infância possui características distintas, é “uma categoria social, do tipo geracional, e um grupo social de sujeitos activos, que interpretam e agem no mundo” (Sarmento, 2007, p.36). A infância é capaz de interpretar e reinterpretar o mundo, questionando suas evidências, inaugurando novas maneiras de ver o mundo.

Quanto à questão da cidadania , Thomas Marshall, fazendo referência `a educação e à instrução escolar, expõe que estas estão ligadas à questão da cidadania, conforme afirma:

> A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança freqüentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado. (Marshall, 1967, p. 73)

O autor reforça as teses iluministas, nas quais uma nova concepção de práticas de cidadania surgem articulando cidadania e democracia. A noção de cidadania liga-se à idéia de direitos. Vale dizer que as características da sociedade moderna que balizam a construção do Estado são: a laicização, a racionalidade, o individualismo e a universalização. Nesta esteira da tradição liberal, Marshall distingue: cidadania civil como a liberdade de pensar, falar e de agir; cidadania política como o direito de eleger e ser eleito e cidadania social como o direito a um bem-estar mínimo econômico. O autor reforça a tese iluminista quanto à coerção estatal

na instrução, refere-se ao pensamento do economista liberal neoclássico Alfred Marshall, desta forma:

> [...] o Estado teria de fazer algum uso de sua força de coerção, caso seus ideiais devessesm ser realizados. Deve obrigar as crianças a freqüentar a escola porque o ignorante não pode apreciar e, portanto, escolher livremente as boas coisas que diferenciam a vida de cavalheiros daquela das classes operárias.[...] Ele reconheceu somente um direito incontestável, o direito de as crianças serem educadas, e neste único caso ele aprovou o uso de poderes coercivos pelo Estado [...] (Marshall, 1967, p. 60-63).

Vê-se que a doutrina liberal que emergiu com a ascensão do Estado Nacional burguês favoreceu o estabelecimento de códigos de direitos e obrigações. No entanto, o que se verifica é que os avanços verificados em vários indicadores os direitos das crianças expressados nas suas condições de vida, ainda não são universais. O contexto situacional de um expressivo número de crianças merece, ainda, ser analisado para perceber a situação da infância tendo em consideração a realidade social, histórica e política.

Natália Fernandes afirma que:

> A cidadania infantil é um processo profundamente pendente das questões da desigualdade[...]. Pensar na cidadania infantil sem pensar nas questões estruturais que afectam as suas vidas e que atribuem ou retiram significado à sua participação social assume-se como um exercício estéril, uma vez que se descura um dos princípios básicos que é o da implicação dos indivíduos na construções de possibilidades de reorganização dos seus quotidianos de acordo com as necessidades que enfrentam na pugnação, afinal, pela mudança social (Fernandes, 2009, p. 109).

O patriarcalismo e o adultocentrismo legitimam a recusa da cidadania da infância. Por outro lado, viu-se a mudança paradigmática com a Convenção dos Direitos da Criança (1989) , a luta da sociedade civil na busca de ampliar as formas de cidadania, as ONGS, na tentativa de implementar políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes, no esforço de uma releitura da legislação, na tentativa de mobilizar a sociedade e influência sob a opinião pública, dando lugar a uma luta contra-hegemônica. Esta luta deve ultrapassar as concepções tradicionais da cidadania da infância, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, priorizando-as, respeitando os direitos humanos, tendo como outro princípio a igualdade e o respeito à diversidade, assim como a universalidade dos direitos e das políticas, através da proteção e da participação. Como atores sociais, as crianças têm o direito à participação, são consideradas

como fundamentais na construção de um mundo melhor para todos por meio da sua influência na coletividade.

O envolvimento das crianças, sob todas formas, nos processos decisórios, implica também em construir novas formas de influências sobre a produção do conhecimento, além da luta pela proteção e participação das crianças de maneira conjunta e não isoladamente. É preciso compreender que as crianças estão escrevendo um “mundo” e isto, na maioria das vezes, não tem sido observado. Portanto, é fundamental ter a percepção e o reconhecimento de que a participação das crianças como sujeitos ativos na sociedade, apresenta papel de extrema relevância.

A Sociologia da Infância propõe o estabelecimento de uma distinção analítica no seu duplo objecto de estudo: as crianças como actores sociais, nos seus mundos de vida, e a infância como categoria social do tipo geracional, socialmente construída. (Sarmento, 2008, p.22)

A infância e o seu conceito não surgiram aleatoriamente, traz no seu bojo bases ideológicas que determinam seu lugar na sociedade. Sarmento (2005) explica que este processo de construção ideológica é contraditório e tenso inclusive também, por isso, é uma responsabilidade social investigar sobre crianças, sabendo que a sociologia da infância reflete a partir do contexto, hoje globalizante em que a exclusão, a pobreza e as políticas públicas estão muitas vezes desfavoráveis à infância. A geração da infância está em constantes mudanças, é necessário uma investigação que oportunizem as crianças a falarem por si mesmas. Um resgate da alteridade da criança, percebendo que ao longo da história, em muitos casos as crianças elas foram silenciadas e ainda são. Seus direitos políticos e culturais foram lesados, tais como: direito a um nome; direito a uma identidade; direito a ser consultada; direito a ter acesso à informação; direito à liberdade de expressão.

A Sociologia da infância compreende que as políticas públicas trazem impactos no cotidiano das crianças. Não se deve afastar a análise da infância sem perceber a importância de trabalhar o conceito de exclusão, no qual os fatores sociopolíticos estão implícitos. Saber sobre as dimensões estruturantes do desenvolvimento das crianças, como a sua identidade, sua pertença e de que maneira participam do mundo em que vivem é primordial na apreensão do conceito de alteridade.

Sarmento (2005) lança o desafio de uma reflexão sobre o conceito de geração e alteridade da criança, na perspectiva de que a criança é ativa e participativa tem uma cultura própria e isto implica ressaltar que esta usufrui e produz direitos. Neste sentido, a Sociologia da Infância a coloca como objeto sociológico. Pontuam alguns aspectos fundamentais em relação ao conceito de geração segundo alguns sociólogos, tais como:

- Karl Mannheim (1993 [1928]) para cada geração, em interação com as outras, gera-se tensões que trazem como conseqüências a mudança social;

- Jens Qvortrup (1991, 2000) cada "geração" é uma variável independente, trans-histórica, ligada aos aspectos demográficos e econômicos da sociedade;

- Leena Alanen (2001) sublinha a potencialidade heurística do conceito de geração, em que as crianças são construídas na sua identidade social e diferenciadas dos adultos, este é um processo que se estabelece na prática social.

Qvortrup (1995) [28] chama-nos a atenção que poucos escritos sobre a infância havia na Sociologia clássica[29]. Ressalta o quanto a temática ainda é recente, demonstrando que somente em 1990 os Sociólogos da Infância reuniram-se no Congresso Mundial de Sociologia. Criaram-se organizações de âmbito nacional no Reino Unido, na Ex-República Federal Alemã, na França, nos países nórdicos e nos Estados Unidos da América em outras disciplinas da sociologia, a atenção recaiu novamente sobre a infância. O que predominava em relação aos escritos sobre a infância eram questões da política social. Ou seja, a posição das crianças na sociedade e a sua voz não apareciam neste período.

No sentido do desajuste entre a sociedade infantil e a adulta Qvortrup (1995) aponta alguns paradoxos[30]:

1. Os adultos querem e gostam de crianças, mas têm-nas cada vez menos, enquanto a sociedade lhes proporciona menos tempo e espaço. 2. Os adultos acreditam que é benefício, quer para as crianças, quer para os pais passarem tempo juntos, mas vivem cada vez mais vidas separadas. 3. Os adultos gostam da espontaneidade das crianças, mas estas vêem as suas vidas ser cada vez mais organizadas. 4. Os adultos afirmam que as crianças deveriam estar em

[28] Tradução do original por Helena Antunes.
[29] O autor lembra os estudos de Ambert, A. M. (1982) Sociology of Sociology: The Place of Children in North American Sociology. In Adler, Patrícia and Adler, Peter (Eds.): Sociological Studies of Child Development, Vol. 1. Connecticut: JAI-Press Inc., 11-31.
[30] Citados literalmente como a tradução do texto, para não perder a riqueza do dito. Por este motivo não fora utilizada a partir da regra de citação direta.

primeiro lugar, mas cada vez mais são tomadas decisões a nível econômico e político sem que as mesmas sejam levadas em conta. 5. A maior parte dos adultos acredita que é melhor para as crianças que os pais assumam sobre elas maior responsabilidade, mas, do ponto de vista estrutural, as condições que estes têm para assumir este papel deterioram-se sistematicamente. 6. Os adultos concordam que se deve proporcionar o melhor início de vida possível às crianças, mas estas pertencem a um dos grupos menos privilegiados da sociedade. 7. Os adultos concordam que se deve ensinar às crianças o significado de liberdade e democracia, mas a sociedade limita-se a oferecer preparação em termos de controle, disciplina e administração. 8. Os adultos atribuem geralmente às escolas um papel importante na sociedade, mas não se reconhece como válida a contribuição das crianças na produção de conhecimentos. 9. Em termos materiais, a infância não importa aos próprios pais, mas antes à sociedade. Contudo, a sociedade deixa os custos por conta dos pais e das crianças.

Qvortrup (1995), com os paradoxos evidenciados, demonstra a ambivalência das atitudes sociais dos adultos perante a infância. Há, portanto, uma discrepância entre o pensamento e as práticas que ora institucionalizam-se nas famílias, nas escolas, nas igrejas, nas cidades. Os interesses e as forças contrárias ao bem-estar das crianças são o que mais tornam esta temática visível, mas por outro lado, aumenta a invisibilidade da infância na medida em que os reais interesses das crianças são esquecidos.

Régine Sirota (2001)[31] ressalta que a construção de uma sociologia da infância não é nova. Pontua algumas discussões em torno desta questão, em que esta representa o período normal da educação e da instrução, é considerada um ser para o futuro, em vias de formação. Esta interpretação estava influenciada pelo olhar de Durkheim. A autora prossegue na possível evolução deste olhar. Mostra que é na oposição a concepção de infância que se fixam os primeiros elementos para uma sociologia da infância. Tem como precursor nesta discussão o historiador Áries, que trouxe uma visão sobre a infância, enquanto construção social, relativa e dependente do contexto social e do discurso intelectual.

A autora acima escreve sobre uma emergência científica por meio de movimentos paralelos e convergentes na esfera da língua francesa e da língua inglesa. Mostra que esses trabalhos fizerem emergir a criança como um parceiro ou como um ator, em sentido pleno na estrutura familiar.

[31] Do Institut National de Recherche Pédagogique- Université René Descartes-Paris V. Tradução do original por Neide Luzia de Rezende..

Outra questão tratada é o ofício de c riança, que segundo a autora representou uma ruptura no modo de pensar da sociologia da educação, na qual é fundamental:

Levar a sério a criança, reservando-lhe o lugar de um objecto sociológico em sentido pleno, é a primeira aposta da noção de "ofício de criança", pois representa uma ruptura difícil de efectuar no modo de pensar da sociologia da educação, cujas etapas são interessantes de rever. (Sirota, 2001)[32]

No primeiro momento, a noção de "ofício de criança" aparece na literatura nos escritos de Pauline Kergomard que buscou uma definição de escola que correspondesse à natureza infantil, na qual a criança desenvolveria seu papel neste contexto.

Num segundo momento, a autora ressalta o artigo de Chamboréon e Prévost: o ofício de criança, as funções de criança, as funções diferenciais do jardim-de-infância. Aqui os autores analisam o exercício do ofício de criança em termos de confrontação de *habitus* familiar e escolar. Enfatiza-se o ofício de aluno.

Perrenoud é outro autor citado pela autora. Ele retoma a noção de ofício de aluno e interroga sobre o que a escola constrói e sobre o papel dos alunos nessa construção. "Uma sociologia do ofício de aluno torna-se assim ao mesmo tempo uma sociologia do trabalho escolar e da organização educativa" (Sirota, 2001, p.16).

Para Sarmento (2005, p. 370) a infância está numa encruzilhada, e é preciso considerar que há uma diversidade de condições de existência das crianças. "Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças". Não se pode, portanto, uniformizar a infância. Cada criança, cada infância é diferenciada, daí o estudo da alteridade da infância ser fundamental, tendo em vista que a criança é capaz de navegar ao mesmo tempo mundos distintos. É capaz de dizer sobre si, de identificar-se sem farsas e com liberdade no mundo em que vive. A alteridade da criança é fundamental que seja pensada pela sociedade. Pensar a criança a partir de si mesma, para além do papel que ela desempenha: seja como filho (a), aluno (a).

Sarmento (2005) compreende que as transformações têm efeitos diferenciados entre as várias gerações e a infância sofre as conseqüências dessas mudanças. O respeito à alteridade da criança é o ponto de partida para a discussão em torno da complexidade de existência das crianças.

[32] Tradução do original por Neide Luzia de Rezende.

A alteridade da criança deve vir antes da reflexão sobre a escola, sobre a família. Vale dizer que isto implica em refletir sobre a infância, antes de refletir sobre a imagem da infância, antes de pensar o cotidiano das crianças. Embora o cotidiano de cada criança revele um pouco do lugar onde ela se encontra. Quer dizer, então, que a criança não é um ser passivo diante do mundo. Ora, muitas vezes, a construção da imagem da infância permite perceber que boa parte dos desejos das crianças não são autônomos e sim artificiais, pois o adultocentrismo, na qual estão submetidas por uma construção ideológica do seu momento histórico ocultam os desejos que lhes são próprios. Mas, ao mesmo tempo, não podem procrastinar o tempo do seu imaginário, da mesma maneira como os adultos tentam procrastinar uma criança como ser do futuro.

2.4.2 A organização do tempo da criança

Há necessidade de superar as relações de desigualdade que se estabelecem enquanto negação da alteridade da criança. A criança é o outro diante de nós. Este outro esquecido, negado, ou objeto de interesse dependo da conveniência das forças hegemônicas é quase sempre submetida à organização do tempo por parte dos adultos. Qvortrup (1995) diz:

Sabemos que as crianças da sociedade moderna passam grande parte do tempo fora de casa e, por isso, o próprio uso que fazem do seu tempo deveria ser reconhecido por seu próprio mérito em vez de ser reduzido a mais um elemento da organização de tempo dos pais. (Qvortrup, 1995)

O desejo de controlar o tempo das crianças foi muito mais introjetado pelas representações mentais absorvidas a partir do capitalismo. O tempo aprisionado das crianças é também o tempo aprisionado dos trabalhadores nas fábricas. Esta imersão no tempo e especialmente aquela que tem como parâmetro a lógica dos adultos deve ser objeto de conhecimento.

O novo processo de trabalho inaugura, por sua vez, um novo tempo. Rompe-se o equilíbrio do ciclo da natureza com o sistema de trabalho, e a jornada não obedece mais ao nascer e ao pôr do sol ou às variações do clima, mas sim às exigências da empresa. (Pesavento, 2003, p.16).

Sarmento (2005, p. 373) nos diz que “a porta de entrada para o estudo da alteridade da infância é a acção das crianças e as *culturas da infância*”. As ações das crianças estão ligadas às suas necessidades humanas. Estas são direitos sociais da criança. Vale dizer que brincar é um desses direitos, daí a importância da fantasia para a criança.

Importa ainda salientar que a Sociologia da Infância é um estudo sobre as estruturas sociais e as relações sociais. As crianças têm como proposta política seus direitos assegurados, mas isto não consiste numa realidade social. Há uma constante contradição entre a lei e os fatos, portanto percebe-se que esta problemática é uma questão de estrutura social, Esta enquanto mecanismo de sustentação limita a participação da criança ao se ter como proposta a questão da proteção. O grande desafio da Sociologia da Infância é perceber em que medida a categoria infância é influenciada pelas estruturas atuais e identificar o que permanece e o que muda a partir dessas estruturas.

Mais ainda, rever os conceitos de infância é fundamental para perceber as mudanças desta sociedade onde a realidade acontece, cônscio que as crianças têm o seu discurso, a partir de uma comunidade de realizações.

Casas (2006) chama a atenção de que a infância é o que cada sociedade em um momento histórico diz acerca do que é a infância. Isto se dá em torno das relações macrossociais, entre os adultos e a infância de cada sociedade. O autor pontua os períodos em que predominaram idéias negativas e positivas acerca da infância: Diante da infância como representação positiva, justifica-se a necessidade de proteção. Na infância como representação negativa, justifica-se a necessidade de controle e desvaloriza-se o infantil. Na infância como representação ambivalente e cambiante o conceito infância é meramente descritivo e aparece em várias ocasiões de maneira neutra, como se não tivessem nada a dizer.

Outra questão é o efeito das representações sociais sobre o conhecimento e a investigação científica acerca da infância. Verifica-se que alguns destes estudos indicaram que a socialização é muito mais unidirecional, outros apontavam a falta de competência de uma criança para testemunhar no judiciário. Ainda, outros ao aprofundarem sobre a questão da qualidade de vida demonstram claramente que as crianças não foram ouvidas.

Casas (2006) distingue três tipos de representações vinculadas entre si: representações de grupos ou categorias de sujeitos; representações acerca das necessidades dos grupos sociais; representações acerca das formas apropriadas de atuar. O autor pontua o lento

processo de reconhecimento dos direitos das crianças: o direito à vida, o direito a não-exploração, a um tratamento não-cruel, o direito a ter direitos internacionalmente. Afirma em relação aos paradigmas que:

> En resumen, podríamos decir que el tipo de intervenciones sociales que nos hemos representado como <<adecuadas>> ante problemas sociales de la infancia han pasado, al menos en la cultura occidental, por tres grandes paradigmas: Paradigma de la especialización [...], Paradigma de la normalización [...], Paradigma de los derechos [...]. (Casas, 2006, p. 37)

O autor também salienta que as crianças tornaram-se seres de direitos com a Convenção das Nações Unidas e ressalta a importância de pensar as crianças a partir das semelhanças com os adultos, para garantir uma reflexão mais ampla sobre os direitos universais de todos os seres humanos.

Em relação às representações sociais, algumas crenças sobre a infância são ressaltadas por Casas (2006), tais como: os adultos são estáveis e as crianças cambiantes, as crianças não são tão competentes como os adultos. Algumas reflexões sobre a imagem e crenças demonstram determinadas atitudes que aparecem enquanto representações em relação à infância, as quais assinalam que as crianças são inferiores aos adultos. Apresenta representações sociais sobre quais necessidades e problemas da infância são sociais, prepondera a idéia que os problemas da infância são fundamentalmente de ordem privada e analisa as representações sobre as formas de intervir para melhorar a situação da população infantil, neste aspecto o paradigma da especialização, e da separação entre teoria e prática. Casas conclui esta reflexão da seguinte maneira:

> Si queremos saber más, deberemos ir y preguntar a los propios << menores>>; y deberemos aprender a escuchar mejor. No se trata de un mero cambio de actitud. Se trata de representarnos socialmente a la infancia y la adolescencia de otras maneras posibles. (Casas, 2006, p.41)

Nos anos 80 os trabalhos sobre a infância multiplicaram-se nas perspectivas interaccionistas, interpretativas e etnometodológicas. Destaca-se aqui as relações entre gerações, nas quais as crianças aparecem como atores, enquanto sujeitos do processo de socialização. Cléopâtre Montandon destaca que: “de maneira geral, os trabalhos, que estudam

as relações entre gerações e destinam um lugar importante às crianças, são apoiados por uma abordagem unilateral da socialização". Outra questão estudada foram as crianças e os dispositivos institucionais criados para elas, ressaltando-se as funções destas instituições e a influências dessas estruturas sobre as crianças.

Cléopâtre Montandon afirma que Corsaro foi um dos primeiros a estudar as interacções de pares, com estudos etnográficos comparativos e uma perspectiva interpretativa e construtivista para estudar a socialização das crianças. Em seus estudos, inovação e reprodução estão relacionadas com a socialização das crianças, cujo objetivo é compreender o ponto de vista delas. Como aprendem como conversam sobre o que conversam, porque fazem, o que fazem e como se posicionam.

A autora ainda afirma que sociólogos trabalham na perspectiva das crianças como grupo social "e a posição desse grupo nos diversos contextos da vida quotidiana e nas estruturas de poder político e econômico", estudando as crianças como seres atuais.

Cléopâtre Montandon cita Qvortrup quando fala sobre a questão do trabalho das crianças, dizendo que o autor trabalhou esta questão a partir de um ponto de vista sócio-histórico. As crianças são sempre apresentadas como uma utilidade para a economia da sua sociedade.

Alan Prout[33] (2004) resgata historicamente os estudos da infância na década de 80, afirmando que os estudos em relação à infância cresceram. Passou-se a acreditar que a infância, enquanto instituição social e cultural e o próprio processo de crescimento dependiam do seu contexto e não de processos naturais. Foram feitas críticas quanto à questão do desenvolvimento, centrando-se no conceito de socialização. Estas críticas aumentaram as investigações sobre a infância enquanto construção social e enquanto atores sociais por mérito próprio. Prout afirma, ainda, que a infância é heterogênea, complexa e emergente e que será preciso uma abordagem interdisciplinar e um método investigativo bastante abrangente para que se possa compreender estas questões.

Desta maneira, surge um novo paradigma da infância. Paradigma que não considera as perspectivas biologistas e psicologizantes, mas toma as crianças a partir de seus direitos próprios, reconhecendo que estas estão inseridas num contexto de globalização. Que apesar de

[33] O Futuro da Infância: Caminhando para estudos da criança interdisciplinares. Tradução do original por Helena Antunes.

intensificado no mundo, não é irreversível, como designa Boaventura de Sousa Santos, ao afirmar que é uma falácia do determinismo. “A falácia consiste em transformar as causas da globalização em efeitos da globalização” (Santos, 2002a. p. 50).

Posto isto, não se pode considerar a questão da infância como algo dissociado do mundo e de suas problemáticas e tentativas de teorizações deterministas. Mas é preciso considerar os constrangimentos da estrutura social.

Para Marchi e Sarmento (2007) o campo sociológico da infância já está constituído, enquanto categoria social. Não há mais como negar sua importância. No entanto, a construção do conhecimento de grupos sociais que estão desprovidos de seus direitos efetivos, como é o caso das crianças, na medida em que não são ouvidas ainda continua um problema complexo. As correntes que se destacam na Sociologia da Infância são: a estrutural, a interpretativa, e os estudos ancorados na perspectiva crítica.

Segundo estes autores estas assim se resumem: a estrutural considera indicadores demográficos, econômicos e sociais. As possibilidades das ações das crianças ocorrem nesta corrente. Esta teoria considera a infância como categoria geracional, as crianças enquanto indivíduos.

A interpretativa também defende que as crianças integram uma categoria geracional permanente, mas, no entanto são capazes de construir processos subjetivos por meio de uma construção simbólica, de suas experiências de vida. Aqui são cruciais as interações com seus pares e o modo como interpretam e transformam a herança cultural transmitida pelos adultos. O paradigma crítico sustenta que a infância é uma construção histórica, um grupo social oprimido e é um grupo que vive condições especiais de exclusão.

Portanto, podem-se afirmar três conceitos-chave estruturantes do pensamento sociológico: a estrutura, a ação e a práxis. Mas Marchi e Sarmento (2007) ainda propõem que a reconstrução teórica deve ser feita a partir da análise das crianças que estão usualmente ausentes dos estudos da Sociologia da Infância. É no aumento das desigualdades sociais que predomina o “risco” para as crianças. Os “riscos” da 2ª modernidade são resultados do paradoxo que a sociedade capitalista imprimiu: produção de riqueza e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia elevados, no entanto aumentou a desigualdade social e ameaça de destruição. Assim, os pilares da 2ª modernidade: globalização e individualismo institucional trouxeram conseqüências para os estudos da Sociologia da Infância, especialmente o

incremento das desigualdades sociais inerentes à globalização. Outra questão é o "princípio da individualização", no qual o indivíduo passa a ser responsável por sua vida e escolhas e pelas conseqüências deste movimento, porém nem todos terão as mesmas possibilidades.

Quais as conseqüências disso para as crianças? Os autores afirmam que para "ser criança" é preciso ser "filho" e "aluno", este seria o "duplo ofício" da criança, analisado pela Sociologia da Infância. No caso das crianças consideradas "de rua" participariam de uma dupla alteridade: ser "criança" e ser "de rua". Assim, estas crianças são conduzidas pela vida por práticas interditadas a elas. Ocorre a falta de reconhecimento de sua humanidade na medida em que são as transgressoras de todas as normas. Assim, torna-se a "não-criança", sem afetos, sem possibilidade da realização de sua infância.

Os autores também salientam que a discussão acerca da criança, mas tem como cerne a sua constituição social e histórica. Portanto, dá idéia de infância como idealização, e, ao mesmo tempo de sua não-universalização empírica. As crianças são "separadas" de sua infância, ao mesmo tempo em que a idéia de infância é ontologicamente ligada à de criança. A idéia de classe, numa tentativa de universalização, esgota-se nesta medida. A norma moderna da infância não alcança a todas as crianças.

Por outro lado, a criança "de rua" é capaz de construir certa autonomia. Na medida em que realiza a individualização no que diz respeito ao conceito moderno de infância. Mas, estas crianças pobres são desconsideradas em suas experiências de vida e se tornam autônomas. Assim, o modelo moderno de ser "criança" é posto à prova. O questionamento que os autores nos colocam é: "fim da infância" ou processo de sua radicalização?

As crianças também passam a arcar com a responsabilidade de suas próprias vidas, são responsáveis pelo sucesso ou fracasso desta tarefa. Mas, é presente nesta categoria a "não" expansão dos direitos e sim destes.

Os autores entendem que não é o "fim" da infância, visto que a infância é realmente uma construção. O fundamental para a Sociologia da Infância é resgatar a análise sobre essas crianças excluídas numa outra perspectiva, esta deve questionar a norma moderna da infância. E por outro lado, a Sociologia Crítica deve fazer a desconstrução da reflexividade institucional sobre a infância e estudar as realidades dos mundos de vida das crianças como se atualizam suas possibilidades e constrangimentos da sua existência, sem desconsiderar as conseqüências éticas e políticas destes estudos teóricos da sociologia crítica.

Esta tese se coloca nas correntes interpretativas e do paradigma crítico. O trabalho das crianças e suas experiências com e no trabalho perambulando nas feiras é considerado ponto crucial para compreender a construção da imagem a partir das crianças. Assim como seu modo de interpretar o seu trabalho na cumplicidade com seus pares. Por outro lado, assenta-se também no paradigma crítico, compreendendo que a infância é uma construção histórica e que, portanto, a imagem da infância a partir das crianças trabalhadoras nas feiras pesquisadas, se dá a partir da observação desses atores sociais, as crianças, e também dos feirantes que convivem diariamente com o trabalho das crianças, assim como dos Conselheiros Tutelares que são responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente por meio do Conselho Tutelar.

2.4.3 A Infância nos dias de hoje

O estatuto social da infância foi ao longo da história elaborado a partir das bases ideológicas que foram estabelecendo sua hegemonia na sociedade. Nestes tempos (Século XXI), é preciso levar em conta, quando se fala sobre infância, a destruição de direitos sociais. Vigora um verdadeiro “laissez-faire” com relação ao sofrimento social. Por isso, pode-se dizer que a precarização do trabalho nas feiras é também resultado da precarização que se revela pouco a pouco no mundo inteiro. O próprio sistema capitalista precisa da pobreza. O mercado não produz qualidade de vida para os pobres, não se solidariza com a vida, com as pessoas, com o mundo. A infância ocupa de forma normativa o lugar nesta sociedade, onde o mercado vale mais que as pessoas.

As bases ideológicas deste estatuto social da infância estão solidificadas em muitas contradições, tais como a luta pela cidadania, em contraposição às impossibilidades que as crianças têm de influir politicamente na sociedade; a tese da modernidade defende que toda criança deve estar na escola, mas, no entanto, a tratam como ser (ou /produto) “descartável” nas cidades. De maneira geral as crianças não têm autonomia e vivem nestas cidades afetadas pelas condições de desigualdade, pobreza e fome. E ainda é importante salientar que mesmo as crianças quando inseridas na escola não estão livres das desigualdades, pois a escola é um espaço de contradições; a falta de condições efetivas para praticar os direitos é revelado no Estatuto Social face aos Direitos Sociais, onde não podem desenvolver a capacidade jurídica

para decidirem de maneira autônoma; os interesses predominantes do mercado x os interesses da criança. As crianças são alvos de disputa pelo mercado, estimuladas a consumir de modo inconseqüente e com isto desenvolvem valores distorcidos. Por outro lado as crianças excluídas socialmente acabam por perpetuar o ciclo de pobreza, especialmente através do trabalho infantil; o mundo de gente grande dominando o mundo da criança; a inclusão social ainda como demanda social, sem tornar-se política pública.

Posto isto, inclusão e cidadania devem ser encaradas como um processo social e como política pública. O ser-que-vive-do-trabalho precisa ganhar outro espaço que não é o do consumo, mas o da democracia participativa, o da democracia das relações que vão sendo construídas no cotidiano do trabalho, e que são relações de poder. As flutuações na proporção da população têm provocado conseqüências sociais e econômicas alarmantes em todo o mundo. Em outras palavras, as variações demográficas também influenciam o modo como a infância vai sendo construída.

Outra questão é a influência da mídia nesta construção. Relacionado a uma análise mais aprofundada sobre a televisão para crianças e o direito à diferença, Cristina Ponte (1998) pontua a importância da televisão enquanto serviço público para oferecer alternativas de programas aos pequeninos favorecendo o desenvolvimento de competências para interrogarem sobre o mundo. A autora chama a atenção de não separar e também de não esquecer a importância das emoções e do prazer, a lógica do entretenimento na perspectiva da ludicidade. Além de políticas que não ignorem as desigualdades sociais. Fundamentalmente, respeitar o direito das crianças como um público especial, com necessidades e direitos específicos. A criança não é um ser passivo diante do mundo, experiência, cria e recria seu mundo. Faz e desfaz contextos com uma capacidade imaginativa incrível. É abafada na sua participação, porém tem a competência de ser navegante, itinerante, com uma independência interior, recusando através do imaginário determinadas ordens instituídas no mundo.

Utilizar a imagem televisiva como um instrumento de aprendizagem faz-se necessário. Mas é preciso levar em conta que uma imagem está sendo construída a partir daí, seja como criança consumidora, seja na substituição de seus brinquedos por horas na frente de uma tela em que desenvolve desejos de consumo, muitas vezes, fora de sua realidade. Por outro lado é necessário fomentar um debate constante sobre a necessidade da organização da sociedade civil para que novas políticas sejam pontuadas em torno da programação da televisão, com programas educativos, em horário nobre.

Outra questão é que os jogos eletrônicos e informáticos também modificam o modo como as crianças brincam, usam seu espaço-tempo e como pensam o consumo. Globaliza-se o seu consumo e criam-se outros problemas por meio do qual a sociedade é vítima todos os dias (roubos, furtos, drogas, etc.). As crianças são vítimas das desigualdades sociais, da competitividade exacerbada, do individualismo e de outras mazelas do mundo capitalista. Os filósofos antigos já apontavam que o campo da vida pública é um campo de muitos antagonismos. Nisto está presente a indústria cultural para a infância.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU (Organização das Nações Unidas), delineou os direitos humanos básicos em 10 de dezembro de 1948. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Artigo 1). Mas, às medidas voltadas para a infância continuaram a ser protecionistas.

As crianças continuam a ser excluídas, na medida em que as desigualdades sociais que afetam as relações de trabalho continuam a perpetuar e aumentar. “Deste modo, as mudanças necessárias à garantia da inclusão social das crianças articulam-se com mudanças estruturais que se relacionam prioritariamente com os planos políticos e econômico” (Sarmento, 2003a, p. 76).

É necessário criar condições para que a alteridade da criança apareça. Para que as crianças se tornem sujeitos ativo-participativos.

2.5 Trabalho Infantil

2.5.1 O Conceito de Trabalho

As mudanças que se refletem no mundo do trabalho afetam crianças e adultos no mundo inteiro. O capitalismo sabe produzir riquezas, mas não sabe distribuí-las. As necessidades primárias dos cidadãos não estão sendo satisfeitas. As questões locais das cidades são esquecidas e/ou banalizadas, as crianças permanecem invisíveis nas atividades por elas realizadas. Vive-se em modelos imperfeitos e cínicos que permeiam o palco do mundo. Neste contexto, a análise da categoria trabalho, em Karl Marx, torna-se relevante na

medida em que propõe uma leitura do sistema capitalista, a partir do entendimento de que o trabalho é um elemento integrador e transformador da relação homem-natureza, enquanto ser social o homem transforma a natureza. Diz Marx:

> Da mesma forma que as plantas, os animais, os minerais, o ar, a luz, etc. constituem do ponto de vista teórico uma parte da consciência teórica, seja enquanto objeto da ciência da natureza, seja como objeto da arte (sua natureza inorgânica espiritual que é o meio de subsistência intelectual que o homem deve primeiramente preparar para o gozo e a assimilação), assim também constituem do ponto de vista prático uma parte da vida e da atividade humanas (Marx, 1883, p. 84).

Kal Marx (1883) preocupou-se com a questão do trabalho resgatando a relação entre o trabalhador e o produto do trabalho, apresenta uma categoria importante para sua análise que é a alienação:

> [...] a alienação (*Entäusserung)* do trabalhador em seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa (*äussern*), mas que existe independentemente, fora dele, é a ele estranho (*fremd*), e se torna um poder autônomo em oposição a ele, que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e estranha (Lukács, 2004, p. 81).

Superar a alienação é uma questão de difícil solução, visto que centra-se na produção material da vida humana. A alienação política, econômica, social cerceia os direitos, nos quais incluem-se também os direitos das crianças.A alienação aponta para a compreensão de que a realidade é falseada, invertida e que provoca uma representação ideológica correspondente. O trabalho é alienação e objetivação ao mesmo tempo. Na alienação o trabalho é matéria, é o espírito fora de si (matéria). Na objetivação, o resultado do trabalho existe previamente na consciência do homem que se objetiva no processo da transformação da natureza.

Assim, infere-se que o grande desafio de hoje é compreender os dilemas atuais do mundo em crise, com uma precarização do trabalho e precarização dos direitos sem precedentes. Para Ricardo Antunes (1995) ‘existe uma lógica destrutiva do capital’ por isto é necessário que a sociedade civil compreenda a importância do trabalho e o modo como vai se apresentando na sociedade.

Marx explica como se constitui a alienação da seguinte maneira:

> Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas é imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho ressalta claramente do fato de se fugir do trabalho como da peste...O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação (Marx, 1867/1990, p. 162).

O autor aponta que o trabalho alienado acaba por modificar a relação do homem com aquilo que constitui a essência da humanidade, assim, perde a compreensão da sua existência e o desumaniza, de modo crescente a sua relação com outros homens.

Segundo Giddens (2004), o trabalho assim pode ser compreendido:

> O trabalho, remunerado ou não, como a realização de tarefas que envolvem o dispêndio de esforço mental e físico, com o objectivo de produzir bens e serviços para satisfazer necessidades humanas. Uma ocupação ou emprego é um trabalho efectuado em troca de um pagamento ou salário regular. O trabalho é, em todas as culturas, a base da economia (Giddens, 2004, p. 378).

Dentro da tradição marxista, destaca-se também outro autor importante, Antônio Gramsci, este se dedicou em compreender o papel da cultura e dos intelectuais nos processos de transformação histórica. Para ele, o sujeito individual é resultado de um processo histórico, de relações sociais concretas. É preciso pensar um sujeito humano, a partir deste conjunto de relações sociais historicamente possíveis, desta maneira não há como separar o mundo do trabalho e do não trabalho. Assim, Gramsci assinala a importância da construção de uma nova hegemonia. Segundo Noronha (2005), Gramsci relacionou o tema central da hegemonia ao problema dos intelectuais.

> É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa- além do progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites restritos (Gramsci, 1984, p. 21 apud Noronha, 2005, p 49).

A luta pela hegemonia é educativa, e deve ser pensada a partir de um novo projeto de intervenção na história.

2.5.2 O Trabalho Infantil

A representação da infância como a geração do não- trabalho se desfaz na imagem de muitas crianças em vários pontos do mundo trabalhando em formas opressivas. As notícias apontam para crianças que trabalham em minas de ouro no Peru, na China, em Madrid, na África Ocidental, as crianças exploradas no narcotráfico, as crianças-soldado treinadas para matar, as crianças que são exploradas sexualmente, as crianças na mineração artesanal na Bolívia, expostas a perigosos gases tóxicos e acidentes por explosões e muitas outras. Isto demonstra que a exploração do trabalho das crianças ocorre em diversas partes do mundo.

Neste contexto econômico as crianças, trabalham nas diferentes modalidades, pontuando com isto, questões que envolvem os ofícios da criança e a questão do trabalho infantil. Vê-se que é uma questão social, em que as implicações da globalização excludente refletem em ônus sociais altíssimos, aumenta também, as ambigüidades em torno da necessidade ou não da abolição do trabalho infantil. Estas crianças trabalhadoras encontram nas atividades informais formas de enfrentar a vida com suas dificuldades, legitimando um conjunto de normas e procedimentos muitas vezes reconhecidos como ilegais para sobreviverem.

Assim, organismos públicos nacionais e internacionais procuram posicionar-se diante da temática, evidenciando alguns modos de compreender a infância, tais como: a infância é caracterizada pela ausência de responsabilidade e pela dependência; a criança será o adulto de amanhã e deve ser cuidada para que possa tornar-se íntegra para continuar o progresso da coletividade; a criança é considerada muitas vezes como uma despesa a mais para os pais ou responsáveis; o trabalho educa e disciplina a criança para o futuro como adulto. Neste sentido, tornam-se evidentes os aspectos da socialização pois o trabalho da criança passa a ser percebido como natural, pois é desta maneira que a criança vai aprender os modos de socialização, os quais passam a ter uma função moralizante, preparando a criança para a vida adulta e está também relacionado ao aprendizado da honestidade.

Nesta trama, repleta de ambigüidades, surgem diversos sentimentos que envolvem os pais e responsáveis e as crianças. Como sentimentos dos pais encontra-se a satisfação, porque os recursos familiares aumentam na medida em que a criança trabalha e como sentimentos das crianças está a culpa, por perceber que é uma despesa e "resolve" assegurar o seu sustento e de sua família trabalhando. As crianças, então, passam a ter um sentimento de utilidade perante as outras pessoas e tornam-se importantes para a família. Por outro lado, o trabalho também, muitas vezes, é visto como prática social, em que as crianças aprendem um ofício e a força da energia do corpo passa a ser considerada vital para o equilíbrio de uma vida moral. Corpo e trabalho garantem uma criança saudável e posteriormente uma sociedade mais saudável.

Inúmeras crianças trabalhadoras são as que trabalham nas piores condições de trabalho e praticam atividades precarizadas no mundo do trabalho. Para Barreto (2005), atividades precárias são:

> [...] Todas aquelas marcadas pela ausência de direitos, de quaisquer proteção, ou garantias sociais, são aquelas marcadas pela ausência de direitos, de quaisquer proteção, ou garantias sociais, são aquelas atividades marcadas, portanto, por uma situação de debilidade, pelo status de pouca duração, constantes riscos entre outras características que confinam a estas atividades o estatuto de instabilidade (Barreto, 2005, p. 100).

A questão do trabalho infantil é extremamente problemática porque deve considerar as especificidades da cultura e as condições de vida de cada família. A lei de sobrevivência leva muitas crianças a diversas formas de exploração e precarização do trabalho. É assim que muitas crianças encontram a possibilidade de resistir à miséria à qual muitas famílias são submetidas, na medida em que são desprovidas de recursos. Verifica-se que a representação do trabalho surge na história de diversas maneiras, associadas ao modo de disciplina, ao sofrimento, à penalização e a idéia de moralizar os indivíduos. De acordo com Albornoz :

> Às vezes, carregada de emoção, lembra tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras mais que aflição e fardo designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas (Albornoz, 1994, p. 131).

A formação humana no contexto da globalização excludente, e as novas formas de alienação do trabalho nos apontam para escolhas teóricas e de caráter político, que longe de qualquer neutralidade, legitimam-se como modos hegemônicos de olhar sobre a infância. Desta maneira, o trabalho das crianças é muitas vezes desconsiderado, ancorado em vários mitos sociais, tais como: primeiramente que as crianças não trabalham pois o trabalho seria atividade de adultos. Deste modo, a retirada das crianças da esfera da produção as coloca aos cuidados exclusivos dos adultos. O que é feito pelas crianças torna-se invisível, para resguardar a idéia de total dependência das crianças em relação aos adultos e também a ênfase na incapacidade das crianças agirem com responsabilidade.

Para Sarmento (2002), toda criança desenvolve uma atividade social, e é preciso ter como ponto de partida o trabalho das crianças. No entanto, nota-se que alheias a estas situações as crianças permanecem no "trabalho invisível". O trabalho e o tempo de trabalho das crianças é banalizado e o tempo como atividade humana também é desconsiderado quando se trata das crianças trabalhadoras, as quais fazem "acordos" entre seus pares e os adultos, para que possam permanecer nos espaços escolhidos no trabalho que realizam. Assim, não são vistas como sujeitos de direitos e têm sua cidadania interditada.

No entanto, o trabalho das crianças, compreendido como atividade, é considerado como tarefas realizadas pelas crianças no âmbito doméstico (de não exploração), nos estudos em casa ou na escola. Portanto, o trabalho das crianças não é um problema social, mas o que o faz assim, é o trabalho considerado de exploração. Na verdade, as relações de trabalho das crianças envolve-as numa teia de contradições. Isto porque, a questão geralmente em pauta são as suas condições de trabalho e estas aparecem como um sintoma do mundo do trabalho. Não é possível estudar sobre e com as crianças trabalhadoras envolvidas nas piores formas de trabalho sem situar esta problemática aos aspectos globalizantes da exclusão que se ampliam mundialmente. Mesmo quando se reconhece que as crianças sempre trabalharam, o que está pauta quanto às piores formas de trabalho são as constantes perdas de direitos, a falta do reconhecimento destes direitos legais. Como afirmou Tomás:

> No contexto actual , enquanto cidadãos do mundo, deparamo-nos com um dos maiores desafios a ser enfrentados pelas nossas sociedades: garantir os direitos das crianças. Por que, em fim último, os projectos dos direitos da criança não trata apenas de tornar o mundo num melhor espaço para as crianças. Trata-se de construir um mundo melhor para todos nós! (Tomás, 2002, p.6).

A questão do trabalho infantil, aporte essencial para a compreensão desta tese, é também debatida por vários autores. Sarmento (2005) pontua as posições teóricas quanto ao trabalho infantil alega que ou o considera como uma patologia social ou como um direito, que carece de ser protegido, regulamentado. Segue-se, daí, uma dicotomia: a abolição e a regulação do trabalho infantil. A primeira teoria pretende erradicar todas as formas de trabalho infantil e a segunda defende os direitos das crianças, enquanto trabalhadoras e procura regulamentar as suas condições laborais.

Sarmento defende que o trabalho é multidimensional e tem uma série de aspectos a serem considerados. As crianças trabalham sempre, e, portanto, falar em abolição de todas as formas de trabalho infantil na esfera produtiva ou de regulação do trabalho infantil de todas as formas é optar por um radicalismo.

Àqueles que consideram o trabalho infantil como uma patologia social são os mesmos que entendem que toda criança deve estar na escola e que, portanto, o seu trabalho seria na escola. Para Sarmento (2005) isto se instituiu como norma social e as atividades laborais por parte das crianças foram consideradas uma doença social para ser combatida. O problema, segundo o autor, é que esta visão acaba por desconsiderar o número de crianças que trabalham no mundo. E, tornando este trabalho invisível, as crianças acabam em setores informais e clandestinos da economia e são continuamente exploradas.

De outro modo estão os que defendem o direito ao trabalho da criança e se propõem a defender os seus direitos, encontram-se na luta pela sua regulação, por meio da criação de sindicatos de crianças trabalhadoras.

Segundo Manfred Liebel a posição deve ser encarar o trabalho infantil a partir do que as crianças pensam sobre o seu trabalho, sobre como o valoram. Segundo o autor “El trabajo infantil no necesariamente equivale ni a la << explotación>> ni << abuso>> de niños y niñas, y tampoco representa uma relíquia de épocas pasadas” (Liebel, 2006, p. 120). Defende a idéia de que assim como a questão da infância foi se transformando ao longo da história, dessa maneira, o trabalho das crianças também sofreu modificações consideráveis e que, portanto, esta compreensão poderá contribuir e ajudar na visão que a criança deve ter da sua própria vida e história.

Liebel (2006) enfatiza que as crianças são capazes de interpretar sua realidade e atuar perante esta de maneira consciente. Concentra suas explicações na compreensão dos

significados do trabalho infantil para as próprias crianças. O autor pontua o conceito de sujeito nas organizações de NATS[34] da seguinte maneira: as crianças são sujeitos de direitos, com qualidades específicas que devem ser respeitadas pelos adultos. Protegidas em algumas situações, mas com direito à participação.

As organizações NATS sinalizam que as crianças são excluídas da vida dos adultos e apenas preparadas para o futuro. O poder de influência está apenas numa qualificação individual e não-participante da organização da sociedade. Os adultos é que decidem os rumos da sociedade, especialmente os da classe dominante.

Quanto ao trabalho infantil, as organizações NATS compreendem que nem todo trabalho é de exploração e não exclui necessariamente a escola, além de contribuir para o desenvolvimento da personalidade das crianças. “De esta forma, al mismo tiempo estimulan la imaginación de la sociedad sobre posibles alternativas a un sistema económico y social, que se basa, esencialmente, en la explotación del trabajo humano” (Liebel, 2006, p. 119).

Liebel (2006) afirma a necessidade da organização das crianças trabalhadoras. Ressalta a importância do reconhecimento destas enquanto sujeitos de direitos. Desta maneira legitima o trabalho infantil, a partir da importância que dá aos movimentos NATS, na defesa do direito destas crianças trabalharem em condições dignas e adequadas. Coloca a necessidade de se contrapor a uma cultura que não associa de maneira correta trabalho e estudo.

Sarmento (2005) defende a abolição de algumas formas de trabalho infantil e a regulamentação de outras e afirma a importância da percepção da natureza complexa do fenômeno do trabalho infantil que exige uma análise das estruturas sociais e culturais e que preceda a prescrição jurídica. Isto porque se vive numa sociedade onde a divisão social do trabalho acaba por envolver o esforço econômico das crianças. Portanto, seria determinante que o trabalho infantil fosse analisado a partir de políticas integradas para a infância.

A proposta de Sarmento (2005) implica em considerar os seguintes indicadores sempre que a criança desempenhe uma atividade social, como: a contribuição da atividade para a saúde da criança, a relação entre a atividade que esta desempenha e o seu percurso escolar, o tipo de atividade realizada, a intensidade e a duração destas atividades, a relação do

[34] NATs – Working Childreen and Adolescents’ | Movimento de Crianças Trabalhadoras

trabalho com a estrutura social, a vontade da criança e a sua participação efetiva nas decisões que lhe dizem respeito e a adequação do contexto de trabalho às crianças.

Nesta perspectiva que este estudo considera, quando, por meio do posicionamento das crianças trabalhadoras das feiras, dos feirantes que se utilizam do trabalham das crianças ou/e as observam trabalhando e os Conselheiros Tutelares que são os responsáveis por garantir o cumprimento do Estatuto das Crianças e dos Adolescentes no que diz respeito à seus direitos, busca investigar a construção da imagem da infância trabalhadora nestas feiras, fazendo valer as vozes destes atores sociais.

Sarmento (2005) nos chama a atenção de que o trabalho faz parte do cotidiano das crianças, e as instituições educativas demonstram isto, inclusive no fato de que são educadas para o mercado de trabalho. Ressalta-se a importância de garantir à infância sua participação na sociedade, ou seja, ainda, a garantia da infância para todas as crianças, como uma responsabilidade de todos.

Rever os conceitos de infância, para compreender a lógica da sociedade capitalista e as relações com as piores formas de trabalho infantil, permitirá uma análise nestas feiras de Manaus, em relação aos direitos das crianças.

Síntese

O capítulo carrega em si a intenção de delinear os pressupostos da Sociologia da Infância, na qual esta investigação é sustentada. Os vários conhecimentos sobre a infância durante a história possibilitam compreender os desafios em que se está mergulhado ao considerar as crianças como atores sociais com direitos. Assim, a interdisciplinaridade poderá contribuir para a superação das fronteiras entre os vários conhecimentos no que diz respeito à infância. Nota-se que, ao longo da história, este conhecimento pontual a respeito da infância é fundamental para a construção de um novo olhar sobre a infância, neste mundo das incertezas em que estas crianças hoje estão mergulhadas.

Pretende-se mostrar o quanto uma confluência de reflexões pertencentes a áreas de interesses diversos é fundamental para refletir sobre a infância em mudança e, nesta tese, sobre a criança-trabalhadora.

Destacou-se a contribuição das grandes correntes sociológicas, revelando as contribuições de Durkheim, Weber, Marx e do interacionismo simbólico na concepção social de criança e da teoria da reprodução, até a sociologia da infância.

A organização do tempo da criança, por parte do adulto, é outro fator de reflexão crítica que aparece no capítulo para apontar um estudo sobre a alteridade da infância. Pensar a infância é sempre de algum modo ultrapassagem, pois este pensar dá-se a partir do que nos escapa, de um poder delineador que é apenas do adulto. Assim, considerar a infância nos dias de hoje é observar, também, os direitos sociais que pouco a pouco vão sendo solapados nesta sociedade de consumo.

Vale dizer que o trabalho infantil, aporte para a compreensão desta tese, deve também ser analisado a partir de um processo de formação de identidades destas crianças, considerando que a formação da criança também ocorre nestas feiras. Por isto, rever os conceitos de infância é primordial para perceber as experiências paradoxais das crianças perambulantes-trabalhadoras nas feiras de Manaus, assim como, analisar os espaços como lugares de negociações das crianças e dos adultos, ou entre eles.

Através do conhecimento das experiências humanas das crianças no trabalho, procura-se aprofundar uma análise do desafio que temos em construir políticas públicas que transformem as estruturas em que vivem estas crianças, criando espaços para a infância que realmente queremos.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA CAMINHANTE... PERCURSO DA PESQUISA.

Neste capítulo, o caminho da pesquisa é esmiuçado a partir de um olhar etnográfico sobre o trabalho das crianças perambulantes-trabalhadoras em algumas feiras em Manaus. Resgata-se a entrada no terreno da investigação, os primeiros olhares sobre o perambular das crianças. Descreve-se sobre o espaço que aparece como dinâmico e como um princípio de inteligibilidade para a investigadora que o descreve a partir da observação, considerando os elementos fundantes dos saberes geográficos das feiras, revelados a partir das experiências das crianças-perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus.

Ancora-se em abordagens qualitativas e quantitativas, a partir de um procedimento hermenêutico que resgata os saberes das crianças trabalhadoras, a opinião dos feirantes acerca do trabalho infantil, nestas feiras, e o posicionamento dos Conselheiros Tutelares, enquanto responsáveis por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança, a respeito da temática.

PERCURSO DA PESQUISA

Esta pesquisa etnográfica foi realizada em algumas feiras e Mercado de Manaus durante dois períodos: de julho 2004 a dezembro de 2005 e o outro de abril de 2007 a maio de 2009. A observação contou com a participação das crianças, dos feirantes e dos Conselheiros Tutelares de cada região geográfica onde se localizava a feira na cidade. Os meios para a realização da pesquisa foram pela observação e entrevistas.

Com as crianças foram realizadas entrevistas informais não-estruturadas e na maioria das vezes não-gravadas. Optou-se por não fazer a contagem das crianças entrevistadas, especialmente porque não havia uma regularidade no encontro com elas e também por considerar que todas as que foram observadas participaram da pesquisa direta ou indiretamente, ainda que suas falas não tivessem sido registradas.

Com os adultos, feirantes e Conselheiros Tutelares, foram feitas entrevistas formais estruturadas, com perguntas abertas. A amostra utilizada na análise foi composta por 117 feirantes distribuídos em diferentes feiras da cidade de Manaus – AM e 20 conselheiros tutelares escolhidos, um Conselho de cada região geográfica onde estava localizada a feira; portanto, não foi possível visitar em todos os Conselhos. Desta investigação, um trabalho de análise estatística foi realizado. Os dados categorizados foram apresentados por meio de

tabelas e gráficos de freqüência, sendo que para as variáveis quantitativas calculou-se a média e o desvio-padrão. O software utilizado na análise dos dados foi o Epi-Info, versão 3.5, para *Windows* desenvolvido e distribuído pelo CDC[35].

As primeiras descrições fazem parte do que foi denominado de primeira fase ou fase de diagnóstico para o que continuaria após a matrícula no Doutorado. Nesta primeira fase foram feitas as conversas iniciais com as crianças e com os adultos nas feiras, mas em geral destaca-se a voz da observadora mais presente na transcrição. Outra questão é que muitas vezes foi anotada a hora, visto que era um fato impressionante a presença das crianças nos mais diversos horários, uma vez que foi a elas perguntada. Porém, foram nas outras vezes apenas aproximações, porque, por razões diversas, não houve aproximação. Não foi excluída esta primeira fase por compreender a riqueza do primeiro olhar. O primeiro olhar é tímido, perde-se e acha-se no contato com a comunidade, com as crianças. Mas, em geral diz a partir de si. E é lá que muitas crianças foram encontradas, que quase sem medo perambulam e trabalham. Inicia-se o capítulo V fazendo este percurso.

3.1 O mapeamento das feiras

A primeira fase foi realizada nas **Feiras do Coroado, Feira da Panair, Feira da Aparecida, Feira Manaus-Moderna e Mercado Adholfo Lisboa.**

A segunda fase da pesquisa após o retorno ao Brasil de Portugal, depois de cursar as disciplinas na área da Sociologia da Infância, no doutoramento, é o que mais nos interessa nesta investigação na medida em que já estava mais amadurecida para a observação, pelo que foi aprendido na disciplina. Foram escolhidas outras feiras para a pesquisa, com exceção da Feira Manaus Moderna que continuará investigada. Os espaços escolhidos foram sete feiras. **Feira Modelo da Compensa, Feira Municipal do Produtor, Feira Municipal do Parque Dez de Novembro, Feira Municipal Alvorada I Ceasa, Feira Comunitária da Cidade Nova I, Feira Manaus-Moderna e Feira da Banana.** Estas descrições encontram-se desde o Capítulo I, no qual foi feito o delineamento dos espaços e assim continuo no capítulo V.

[35] Verificar em <www.cdc.gov/epiinfo>

3.2 A entrada no terreno

A entrada no terreno foi uma decisão pessoal da pesquisadora para sentir por meio dos primeiros olhares sobre o trabalho infantil nas feiras se continuaria investigando a questão do trabalho infantil. Logo, quando começaram as visitas demoradas nas feiras o trabalho já começou a provocar diversas indagações na pesquisadora. Desta maneira, foram sendo feitas agendas de visitas no campo, de acordo com os dias mais movimentados das feiras. Quando fui, já havia uma freqüencia as feiras regular as feiras e o volume de informações era anotado no diário de campo, e as questões sem respostas configuravam-se pouco a pouco.

Desde o início, os conflitos interiores da pesquisadora eram sempre em torno do anseio de fazer alguma coisa para mudar aquela realidade. Especialmente porque durante a pesquisa no Mestrado seus estudos foram concentrados na categoria gramsciana sobre os intelectuais orgânicos, em que instigava que os intelectuais orgânicos trabalhassem em favor das classes subalternas. A partir daí a pesquisa com crianças e os desafios eram enormes, já que as metodologias para trabalhar com crianças eram desconhecidas até aquele momento.

Mesmo assim, aceitando o desafio imposto pela própria pesquisa, o trabalho continuou, apesar dos cuidados tidos em relação às crianças, já que a insegurança teórica se apresentava de maneira objetiva. Por isso, a primeira fase é um olhar tímido, na qual se procurou observar o número de crianças que estavam nas feiras, qual o ofício que praticavam que idade tinham, se estudavam e com quem estavam acompanhadas, quando estavam acompanhadas.

3.3 O perambular - As crianças

Nesta fase, muitas crianças se encontravam nas feiras trabalhando. Várias crianças foram conhecidas por nome e elas já conheciam. Diziam: - *Olá professora, hoje a senhora vai encontrar muita criança aqui*. Geralmente isto acontecia nas feiras do Coroado e na Panair. Estas feiras são muito movimentadas e por isso era o local onde passava muito mais tempo. Portanto, durante esta fase a intimidade com o “terreno” ia ganhando força em cada visita nas

feiras. Foi uma fase em que se estabeleceu muita confiança com as crianças, porque a maioria freqüentava o ambiente diariamente e se encontrava no local, quando se retornava a ele.

Outra questão interessante nas interrogações das crianças ao saber da proposta do trabalho, indagavam: *"___Mas vais fazer o quê com isso?"*. Elas queriam saber da objetividade da pesquisa enquanto resultado. Também, curiosamente, perguntavam se eu iria apresentar e falar delas: *"____e vais apresentar falando da gente"?* Eu notava que elas achavam bom aparecer no trabalho de gente que consideravam estudiosa. Às vezes, brincavam e falavam: "___*hummmmmmmm*". Outras vezes, perguntaram em que lugar seria a apresentação. Manifestavam o desejo de assistir à apresentação.

Quanto aos feirantes, por muitas vezes se mostravam desconfiados do trabalho e da presença da pesquisadora. Perguntavam se eu era fiscal da Prefeitura. Eu tinha que explicar várias vezes que não. Algumas vezes tive a sorte de encontrar alguns alunos(as) da Universidade onde trabalho, fazendo compras; assim, ao me chamarem de professora, os feirantes adquiriam confiança. Os alunos(as), por outro lado, sempre riam, discretamente, porque não acreditavam que eu pudesse estar fazendo um trabalho exatamente ali, naquele espaço tumultuado das feiras. Como se o trabalho do professor nunca pudesse ser relacionado com o cotidiano fora das escolas, outro paradigma a ser quebrado.

A dificuldade inicial era a de chegar às feiras e encontrar crianças "guardando" carros e me pedirem "trocadinhos" no retorno. Sempre era difícil enfrentar esta situação. Pouco a pouco eles foram entendendo que estava ali para fazer um trabalho sobre esta temática: "trabalho infantil" e que, portanto não poderia contribuir trabalhos de exploração.

Nesta primeira fase, por muitas vezes houve necessidade de comprar alguns produtos nas feiras, isto porque parecia estranho ficar perambulando e nada comprar. Os feirantes, muitas vezes, gritam, chamam, procuram envolver os clientes. Eu não era cliente, mas estava ali, portanto ficava difícil pelo menos no final do trabalho não adquirir nada. Parecia uma indelicadeza de minha parte. Por muitas vezes comprava logo que chegava às feiras, era como se isso fosse garantir com mais liberdade meu perambular por ali. Tudo era difícil. Todas as opções eram complicadas.

Resolvia comprar e saía das feiras no final do trabalho com frutas, verduras, etc. Assim, ia me aproximando de alguns feirantes para poder ganhar a confiança. Mas, ao mesmo tempo, isto atrapalhava porque eu tinha que ir muitas vezes ao carro deixar as compras para

poder continuar o trabalho. Por outro lado, causava-me insegurança estas idas constantes no carro, porque nem sempre conseguia um lugar adequado para estacionar. A feiras eram sempre repletas de homens que muitas vezes não perdiam uma oportunidade de um assédio sexual e isto aconteceu por toda a pesquisa, causando sempre um desconforto e uma vontade de ir embora. Mas, assim mesmo, continuava sempre concentrada no foco: "o trabalho infantil".

De qualquer maneira, a estratégia de comprar os produtos dos feirantes foi por muitas vezes, uma possibilidade que se abria para uma conversa. Assim, ia sabendo um pouco das crianças trabalhadoras, por meio deles ou das próprias crianças que acabavam por conversar também.

Não podia sentar porque não era conveniente, isto quando encontrava algum lugar. Mulher, sentada na feira com caderninho na mão sem comprar, realmente daria outra conotação. Mesmo perambulando era também estranho. Cada estratégia que inventava para ficar um pouco parada, observando alguma criança, parecia ser nada conveniente.

Nem sempre conseguia falar com alguém da Administração destas feiras, mas logo ficavam sabendo que lá havia uma professora fazendo uma pesquisa. Alguns chegavam perto de mim e diziam: "*__vá em frente, é um trabalho interessante"*. *Tá precisando mesmo.* Eu agradecia e explicava um pouco sobre o trabalho.

Geralmente ouvia comentários do tipo: "*Tomara que ela denuncie esta pouca vergonha", o*u "*estas pesquisas não resultam em nada*", ou "*quem dera que isto desse algum resultado*". Na verdade, parecia que os comentários eram provocações à pesquisadora.

Às vezes, era chamada por alguns feirantes, ou por algumas crianças, em geral queriam contar alguma situação da fiscalização que teria ido lá, ou saber qual era minha opinião sobre o trabalho infantil.

Mas nem sempre era bem vista. Às vezes faziam umas "caras" de desdém pela minha presença. Eu ouvia comentários: "*__é melhor o menino trabalhar do que tá roubando por aí"*. Isto demonstrava uma falta de confiança maior ainda neste estudo, fato que até este momento não sabia como transpor.

Permanecia no local até perceber o momento de interromper a visita. Seja por todos os inconvenientes que já citados ou porque haveria o deslocamento para outra feira, ou ainda

porque minha energia ficava absolutamente sugada pelo lugar. Não havia um tempo determinado quanto a quantas horas permanecer no local porque isto dependeria do ambiente daquele dia. Havia dias absolutamente impossíveis. Em alguns momentos os bares estavam com algumas pessoas com o vício da embriaguês e era inconveniente permanecer naquele ambiente por muito tempo.

Segundo Lankshear (2008) um estudo qualitativo ou quantitativo deve considerar conceitos, construtos fundamentais, em torno dos quais é organizado. A Sociologia da infância e seus principais pressupostos são o ponto de partida para as reflexões e aprofundamentos tais como: a identificação da categoria geracional infância, as condições sociais da geração infantil, a questão da alteridade, das culturas infantis, as condições sociais em que a criança está inserida, as correntes da Sociologia da Infância, a realidade social onde a infância ocupa o seu lugar, que lugar é este no desenvolvimento do capitalismo?, as crianças como atores sociais, como construtores de cultura e principalmente os ofícios da criança, a problemática da exploração do trabalho infantil.

Sendo assim, um procedimento hermenêutico, a partir dos dados, faz esta pesquisa ancorar-se nas abordagens qualitativas e quantitativas, porque com os dados estatísticos podem-se perceber processos interligados entre as respostas e a própria variação. Assim, os dados permitem gerar os resultados que podem revelar como se apresenta a rede simbólica da cultura na construção da imagem da infância trabalhadora.

Por outro lado, não se pode escapar do humano, da especificidade do humano e como diz Boudon (1990, p.33):

> Todavia o que interessa ao sociólogo é, a montante, a determinação ou, para empregar um termo mais neutro, as condições do desejo, de antecipação ou do cálculo, e a jusante, as consequências sociais destes elementos subjectivos. A isto é necessário acrescentar, por um lado, que as causas que conduzem um actor social a agir de determinada maneira não coincidem necessariamente com as razões que ele invoca, o outro, que as consequências dos seus actos podem escapar-lhe inteiramente.

A triangulação destas diversas fontes de dados: as crianças perambulantes, os feirantes, os Conselheiros Tutelares, deu-se exatamente com a observação e entrevistas com

perguntas fechadas e abertas e o diálogo teórico com a Sociologia da Infância. Portanto, houve observação, dados e reflexão crítica sobre os dados.

Desta maneira, a triangulação metodológica foi necessária a partir da força dos dados que iam se constituindo, por meio das abordagens qualitativas e quantitativas de modo complementares (Bogdan, 1994). Mesmo sabendo que as situações observadas são únicas, foi importante a análise a partir dos dados estatísticos para observar a regularidade dos fenômenos sociais.

Se o olhar do pesquisador pode ser holístico e interdisciplinar, esta etnografia assim teve esta pretensão, porque o suporte filosófico, pedagógico, psicológico e sociológico se fez presente nas observações e análises. Sem esta dimensão não seria possível a tentativa de apreender a realidade em suas múltiplas apresentações. Por outro lado, o enfoque hermenêutico e dialógico com as observações nas feiras e as conversa fortaleceram a combinação necessária para a superação de uma visão reducionista do objeto investigado.

Esta investigação, enquanto pesquisa quali-quantitativa, insere-se numa reflexão que busca encontrar regularidades nas respostas, no entanto, está mais preocupada em compreender. A tarefa realizada como objetivo da pesquisa é esta busca pela interpretação por meio de uma abordagem hermenêutica. “O que a hermenêutica demonstra é que a compreensão não pode ser buscada na ausência do contexto de uma interpretação ou de um referencial de interpretação” (Santos Filho, 2002). As notas de campo pesaram nos braços, com um envelope, com muitas cópias dos questionários, um gravador que nem sempre poderia ser utilizado. Porém, o que foi mais significativo foi procurar compreender “os traços individuais, as relações causais, o ‘porquê’. Na pesquisa qualitativa o foco é a experiência individual de situações, o senso comum, o processo diuturno de construção de significado, o ‘como’” (Santos Filho, 2002).

Optou-se por não utilizar apenas uma abordagem, considerando que a análise fenomenológico-hermenêutica recuperaria o contexto de significação.

> O conhecimento acontece quando captamos o significado dos fenômenos e desvendamos seu verdadeiro sentido, recuperando (de forma também rigorosa) os contextos, as estruturas básicas e as essências (invariantes), com base nas manifestações empíricas (variantes). Conhecer é compreender os fenômenos em suas diversas manifestações e contextos. (Gamboa, 2007, p. 137).

Os registros sistemáticos dos dados observados foram feitos em diversos horários para garantir nas interpretações o que era circunstancial e essencial. Portanto, as feiras foram freqüentadas pela manhã, durante à tarde, à noite e durante as madrugadas. Além dos sábados e domingos de acordo com os horários mais adequados em relação ao funcionamento e movimento das feiras e a disponibilidade da pesquisadora.

O mapeamento das feiras segundo as regiões geográficas da cidade proporciona uma possibilidade de análise muito ampla. Mas, ao mesmo tempo, procura dar conta deste universo, garantindo a representação dos atores para a análise, a partir do cotidiano, numa tentativa constante de ir construindo o conhecimento, com as lacunas, erros e acertos do percurso. Neste devir contínuo a busca foi incessante. Assim, a interação comunicativa com os feirantes, com as crianças e Conselheiros Tutelares foi fundamentada pelo respeito. Especialmente, porque algo na cultura manauara aparecia de modo "flutuante" para a pesquisadora. Tratou-se de vários tipos de olhares: o olhar, o não-olhar, o simulacro do olhar (com a cabeça baixa), tanto das crianças que perambulavam, quanto dos feirantes que observavam meu caminhar e meu olhar.

Assim, os contatos foram sendo estabelecidos, pois, embora tivesse tentado documentar autorizações para as falas das crianças, o que se chama de consentimento, isto não foi possível na prática. Ao adentrar ao entrar no campo ficou claro que a regularização dos termos de consentimento seria inviável, pois as pessoas não tinham tempo para este tipo de burocracia. Nem as crianças, nem os feirantes. Portanto, nesta etnografia-andante-perambulante a adoção de estratégias foi se estabelecendo em cada passo, vinculada às experiências da prática da pesquisa e da experiência comunicativa destes olhares e conversas com feirantes e crianças.

Por outro lado, os estudos teóricos permitiam planejamento para o roteiro do trabalho, o qual exigia, nos submundos das feiras, cuidado no olhar, e para onde olhar e ainda desenvoltura para aprender a ouvir e a ler os rituais das conversas cotidianas, na compreensão de que o conhecimento está em processo. Por isso, ressalta-se que esta pesquisa foi um aprendizado para o olhar e praticar este conhecimento. Isto assegurou uma fundamentação epistemológica e o domínio processual do objeto investigado.

Nesta investigação, foram considerados os pressupostos fundamentais para o aprofundamento da imagem da infância. Procurou-se em cada enfoque epistemológico,

delimitar os campos de observação, por meio do que as crianças realizam no trabalho nas feiras, como realizam, e buscou-se tratar as informações coletadas a partir das vozes das crianças e dos feirantes, dados dos que são responsáveis pelo cumprimento efetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber, os Conselheiros Tutelares. Para tais considerações foi necessário elaborar seqüências lógicas e construir uma interpretação sobre a realidade observada a partir de um olhar etnográfico e de uma observação participante.

Os pressupostos considerados nesta pesquisa foram: a relação entre sujeito e objeto, no que diz respeito às feiras e à imagem da infância e à criança trabalhadora que vai se revelando; a consideração ou não de recortes ou rupturas do objeto com relação ao seu contexto ou entorno, destacando-se a importância do limite de tempo da pesquisa e a escolha das feiras por região, as crianças que trabalham e perambulam, ou perambulam porque trabalham; a compreensão do objeto do conhecimento (a imagem da infância - a criança trabalhadora) como um todo e suas articulações com suas partes constituintes, as feiras, a escola, a família e a cidade.

> As abordagens compreensivas precisam dos contextos como fatores determinantes do próprio fenômeno, sem os quais é impossível o processo da compreensão e da elaboração do conhecimento que supõe a recuperação dos sentidos, na medida em que os fenômenos se localizam num cenário e num jogo de significados, dados pelo contexto cultural onde acontece a relação cognitiva (fenomenologia e etnografia). (Gamboa, 2007, p.127).

As crianças expressavam com clareza sua opinião e apresentavam comportamentos que se alternavam em relação à receptividade da pesquisa. Em muitos momentos pareciam que gostavam, que se tornavam importantes, pessoas escolhidas especialmente “para”. Em outros, demonstravam certo receio de estarem sendo fiscalizadas no discurso. Vale dizer que isso também foi notado entre os adultos. Suas crenças sobre o respeito que tinham que ter aos pais se manifestavam quase que imediatamente ao começarmos nossas conversas-perambulantes.

“A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Bauer, 2004, p. 68). Assim, as crianças trabalhadoras dessas feiras demonstravam o quanto eram detentoras de um conhecimento que possibilitava a estas representar a imagem

que construíam e apreendiam a partir de suas vivências culturais, sociais, as quais legitimavam a identidade particular, portanto, reveladora de uma singularidade espantosa em cada criança.

A investigadora percebe que precisa sentir-se parte. Observar cada pormenor, cada risada, cada olhar. Os medos das crianças reveladores de insegurança com o ambiente em que constroem seus mundos-perambulantes nas feiras, também é em parte o da investigadora.

"Becker & Geer (1957) afirmam que a observação participante é 'a forma mais completa de informação sociológica'" (Gaskell, 2004, p. 72). O pesquisador está aberto a uma maior amplitude e profundidade de informação, poderá triangular diferentes impressões e observações, e consegue conferir discrepâncias emergentes no decurso do trabalho de campo.

"O tempo disponível para se fazer essas entrevistas, e para analisá-las, será a primeira restrição sobre o tamanho do corpus" (Bauer, 2004, p. 60). O tempo de observação foi fundamental para a pesquisadora. Primeiro porque fez com que fossem percebidas as mudanças nas rotinas das crianças em algumas feiras. A fiscalização durante o período de 2007 a 2009 pareceu mais efetiva, na medida em que, como resultado, muitas crianças não apareciam pelo menos nas feiras. A proibição do trabalho de crianças nos boxes durante este período também ficou mais visível. Diferente da primeira fase quando foram iniciados os trabalhos de campo.

A opção pela abordagem de caráter etnográfico é, dentre outras razões, porque sensibiliza o pesquisador à vida cotidiana das pessoas que muitas vezes é esquecida. A tentativa de descrição densa ocorre nas feiras, mas as implicações das observações da investigadora deságuam na vida, na existência cotidiana do fazer e do viver em todos os contextos. Porém, a existência registrada nas vivências das crianças na infância das crianças trabalhadoras, nestas feiras, são de crianças muitas vezes ignoradas ou que passam despercebidas na cidade, na Universidade, nas escolas de Manaus.

> Assim, a simplicidade da vida não interessa nem atrai a ciência formal. Tal fato insinua uma característica marcante das ciências sociais até hoje: o desprezo pela vida do dia-a-dia, a forma de olhar de cima para baixo, a reificação e imbecilização das questões do homem 'comum' é tão sem importância que mal parece acontecer. (Macedo, 2002, p. 63).

Na investigação etnográfica com crianças foi possível perceber como as crianças reagem e agem a partir do que é feito com elas na realidade social onde estão inseridas. As crianças criam e recriam sua própria ordem perambulando nas feiras. Por isso, é preciso vê-las e percebê-las. O trabalho etnográfico com as crianças também demonstrou que:

> El enfoque etnográfico se apoya em la convicción de que las tradiciones, roles, valores y normas del ambiente em que se vive se van internalizando poco a poco y generan regularidades que pueden explicar la conducta individual y de grupo em forma adecuada. (Martinez Miguélez,1998, p. 30).

O modo de socialização das crianças das feiras é acrescido por uma experiência social da infância que somente estas podem dar visibilidade e elucidar para os adultos. Portanto, o dizer da investigadora é sempre um des-ocultar algo, na medida em que esconde sem saber o que escondeu. E des-oculta, já ocultando. Somente as crianças podem exprimir o que pensam sobre o que fazem, sobre o ócio-perambulante ou sobre o negócio que os fazem trabalhadores destas feiras, nestas feiras, partícipes da vida pública, mas excluídas de saborear a efetiva aplicação das leis que os fariam partícipes da justiça e da democracia.

> ... Es necesario comprender primero o, al menos, al mismo tiempo, el sistema de relaciones en el cual las variables o propiedades se encuentran insertadas, enclavadas o encajadas y del cual reciben su próprio sentido. También se consideraría improcedente definir las variables operacionalmente, ya que los actos de las personas, en si, descontextualizados, no tendrían significado alguno o podrían tener muchos significados. (Martinez Miguélez, 1998, p. 36).

As experiências das crianças nas feiras somente podem ser ditas por elas próprias. É preciso aprofundar sobre esta experiência para poder compreender suas perspectivas. Assim, a investigação deve ser livre e leve.

> Los etnógrafos, como los antropólogos, se sienten altamente estimulados cuando se comprometen em um nuevo estúdio de campo guiados únicamente por uma “Idea general” de las áreas problemáticas que se presentan como interesantes. Uno de los aspectos más satisfactorios del enfoque etnográfico es precisamente el sentirse libre para poder descubrir um problema redator, antes que sentirse obligado a investigar um problema predeterminado que pudiera existir, de hecho, solo em la mente del investigador. (Martinez Miguélez, 1998, p. 45).

Por outro lado, a investigação é com crianças, e com crianças em um contexto específico, nas feiras, num Estado da região Norte do País; isto implica pensar sobre as discriminações, os preconceitos, que envolvem diferentes estudos nesta região, embora não seja aqui o objeto desta investigação.

> A observação é um processo orientado por um objetivo final ou organizador do próprio processo de observação. Até a observação dita livre comporta um objetivo: familiarizar-se com uma situação, observar um fenômeno sob um máximo de aspectos possíveis. Quanto mais claro e explícito for este objetivo, mas facilitado será este acto de seleção, mas circunscrito se tornará o objeto sobre o qual incide nossa atenção. (Roegiers, 1993, p. 23-24).

Neste sentido, faz-se necessário outro olhar para o pesquisador cujo enfoque deverá ser interdisciplinar nestes estudos da infância. Infância que enquanto objeto sociológico analisa as crianças por direito próprio. Desta maneira há uma riqueza social a partir das experiências das crianças que não está escrito em nenhum manual científico, e que somente elas podem dizer e contar. Assim, Boaventura de Souza Santos (2004, p. 778) diz a respeito da ciência: "... esta riqueza social está a ser desperdiçada".

A infância está nesta investigação sendo globalmente considerada. Esta realidade é a invisibilidade da criança por parte da sociedade e a barbárie em ebulição provocada pelo sistema capitalista, no qual a infância enquanto considerada uma categoria social do tipo geracional, elucida por meio das crianças, suas experiências desperdiçadas pelo fazer científico.

"No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas" (Santos, 2004, p. 778). E diria que as respostas estão com as crianças, mas é preciso que estas sejam consideradas exatamente a partir do espaço das feiras, onde elas estão. São nesses espaços que estas des-ocultam os constrangimentos da estrutura social. Estão ali, e neste des-ocultar não há indícios de piedade aos transeuntes.

O que importa é buscar outra racionalidade para fazer ciência, neste caso no modo de conhecer a realidade. É sempre possível fazer diferente, pensar diferente, analisar diferente. É sempre possível o oposto. As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes estão nas feiras, mas poderiam não estar; constroem uma imagem a respeito de si, de uma maneira, mas poderia ser de outra maneira. A proposta talvez seja a partir de uma

interpretação dada por Boaventura de Sousa Santos sobre uma racionalidade cosmopolita, na qual o presente é expandido, o futuro contraído e a experiência social seria valorizada.

> Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências, para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. (Santos, 2004, p. 779).

As crianças são as pesquisadoras desta investigação, na medida em que sem elas não há compreensão do objeto investigado, nem há a própria investigação. Os direitos de sua participação se revelam no seu dizer sobre o assunto, nos gestos, nas indicações que apontam a respeito do seu cotidiano nas feiras, enfim, no seu modo de participar no mundo do trabalho, na sua inserção na pesquisa.

A fundamentação teórica da metodologia etnográfica com crianças precisa respeitar seus direitos (silenciar para participar, participar e falar, participar para silenciar, ou simplesmente silenciar). “Etimológicamente, el término etnografia significa a descripción (grafe) del estilo de vida de um grupo de personas habituadas a vivir juntas (ethnos)” (Martinez Miguélez,1998, p.29).

É preciso desbanalizar a escuta das crianças, dialogar com elas sobre tudo o que dizem. Esta é a perspectiva da Sociologia da Infância, a criança como sujeito da pesquisa, como inspiração e como delimitação da pesquisa. Revelada aqui através da pesquisa qualitativa que possibilita apreender da realidade todas as falas que dela emergem.

A construção do olhar do pesquisador com crianças caracteriza-se por deixar brotar na investigação os gestos, as falas, as manifestações e percepções das crianças. Daí ser necessária uma educação para o olhar, nesta complexa trama que se faz na imagem que está sendo evidenciada por aquele que diz ver a realidade, mas ao mesmo tempo quer olhar além daquilo que se apresenta. Diria que ser pesquisador na Sociologia da Infância seria aprender a olhar as nuances, ler nas entrelinhas o dito e o não-dito.

Ghedin (2008) diz que é preciso educar este olhar, examinar a explicação e a compreensão do processo da construção do conhecimento; é, portanto, um olhar interpretativo junto a uma dialética que implicará numa reconstrução do processo de pesquisa a partir

daquilo que se faz. Para esta educação é necessário aprender a olhar sistematicamente e metodicamente, com a percepção mais aguçada.

A infância, a imagem da criança trabalhadora nas feiras mostrava-se pouco a pouco por meio da autonomia que estas crianças tinham em suas experiências.

> Primeiro, o entrevistador não deve aceitar nada como se fosse pacífico. Segundo, ele deve sondar cuidadosamente mais detalhes do que aqueles que o entrevistado pode oferecer em uma primeira resposta à pergunta. Terceiro, é através do acúmulo de informações conseguidas a partir de um conjunto de entrevistas que podemos chegar a compreender os mundos da vida dentro de um grupo de entrevistados. (Bauer, 2004, p. 72-3).

Há uma reflexão sobre a modificação do estatuto tradicional de criança, na qual esta é chamada a dizer o que pensa sobre o seu trabalho. Evidentemente que não há ingenuidade em interpretar seus discursos como se fossem neutros, ou esvaziados dos sentidos atribuídos na cultura em que estão inseridos, no universo das feiras, enquanto produtoras de culturas.

Nesta investigação a criança produz seu conhecimento sobre aquilo que realiza nas feiras, sobre o seu perambular. No entanto a investigadora também produz novos conhecimentos ao observá-las. “A responsabilidade de toda pesquisa é fazer o conhecimento avançar” (Ghedin, 2006).

Ao perambular nas feiras notou-se que a complexidade do real era ainda maior do que se poderia imaginar. A dureza daquele cotidiano, seja das crianças, seja dos feirantes e o da própria investigadora, demonstrava que “à medida que a complexidade do conhecimento se aproxima da complexidade do real, cada sujeito é mais cobrado em seu processo investigativo” (Ghedin, 2006).

Com o passar dos dias, como o tempo nas feiras foi extenso, o que ficava camuflado, ou parecia não existir foi sendo evidenciado no caminhar. Aliás, durante o caminhar, a pesquisadora ficava muito cansada porque as feiras, como já foi descrito no Capítulo I, são espaços difíceis para encontrar uma acomodação ou qualquer lugar para assentar-se. E se a pesquisadora ficasse sentada perderia a oportunidade de ver a rotina de todos os ângulos. De outro modo, seria inviável ficar parada em alguns pontos da feira, pois chamaria muita atenção e poderia dar conotações diferentes para a leitura das pessoas.

Ressalta-se, outro agravante, que o clima da cidade é muito quente, e quase sempre enfrentava-se um calor de quase 40º graus ou chuvas intensas, o que fazia o clima ficar ainda mais abafado. O que dificultava o trabalho ou fazia o dia-a- dia na etnografia muito cansativo. Sem contar que parecia que a alta temperatura colaborava para as pessoas ficarem ainda mais agitadas.

Os ambientes das feiras eram em geral muito agitados. Mas há de se considerar que alguns espaços onde caminhava eram mais calmos, estreitos e mais fechados. Geralmente as observações ocorriam rapidamente, o tempo suficiente para verificar se havia crianças trabalhando- perambulando ou perambulando para trabalhar.

As crianças encontram-se misturadas em um ambiente de fé, de vícios, de prostituição, como se vê nas seguintes notas de campo:

> «Encontrei três crianças nas bancas de verduras que acompanhavam seus responsáveis na feira. A feira estava muito movimentada. Alguns feirantes bebiam, outros ouviam hinos religiosos. Mas era um ambiente muito pesado.»
>
> *(Diário de campo – Feira Manaus Moderna - Maio de 2007)*

Algumas vezes nas feiras isto acontecia. O ambiente era tão pesado com muitos homens bebendo e por outro lado uma confusão de gente comprando e andando, uma gritaria, que eu tinha dúvida se deveria ou não ficar lá. Em meio a tudo isso, perambulava-se para ver se havia crianças trabalhando.

> «O ambiente hoje estava muito pesado. Encontrei algumas trabalhadoras do sexo que faziam ponto na feira.[36]»
>
> *(Diário de campo – Feira Manaus Moderna - Maio de 2007)*

Como andava por todos os locais das feiras acabava por encontrar situações "estranhas". Eu não era muito bem-vinda. Percebia isto com os olhares. Talvez na feira haja um "território" separado, mas não pude confirmar com certeza, também não era o interesse desta pesquisa. Passou, então, a se ter mais cuidado.

[36] Não há preconceito no meu dito, apenas estou tentando salientar os lugares onde as crianças estão a perambular.

«Uma mulher seminua andava pela feira falando com os feirantes.»

(Diário de campo – Feira Manaus Moderna - Maio de 2007)

Observei o tempo inteiro que na feira havia uma idéia de tutela. Muitos diziam que traziam as crianças para as feiras para ajudá-las e não conseguia ver isto. O que percebia era um trabalho muito intenso das crianças.

Ao perambular, analisava-se as competências necessárias e instigadas constantemente a desenvolver. Fora analisado em que medida o trabalho infantil naquelas feiras poderia fazer aquelas crianças demonstrarem suas competências e levarem isto para o resto de suas vidas.

Ao continuar no campo de investigação notou-se que se poderia analisar a exploração do trabalho infantil sobre vários ângulos, inclusive a partir do corpo suado que anda, que pára, que expressa dor. Um corpo bailante das crianças que andam e correm, e dos feirantes, num cotidiano expressivo de cansaço, suor e força-equilibrante. Mas, o que ficou marcado constantemente nas entrevistas informais era o olhar. Olhar marcado pela aglutinação de forças para vencer os obstáculos do trabalho. Crianças enquanto "componentes de um grupo social que tem um lugar na estrutura social mais vasta" (Corsaro, 1997, p. 26).

Cada criança na feira estava trabalhando-perambulando ou perambulando-trabalhando e era parte de um universo complexo que a investigadora tentava compreender. As perguntas que pareciam possíveis para o presente, para interrogar os sinais emergentes neste presente das crianças nas feiras em Manaus, já apontavam para um futuro próximo em que a barbárie se instaura na naturalidade da demanda social que ora "grita" nestas feiras, ora "silencia".

"Em termos práticos, a análise e interpretação exigem tempo e esforço e não existe aqui um método que seja o melhor" (Bauer, 2004, p. 85). Assim, "ao ler as transcrições, são relembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que revive a entrevista" (Bauer, 2004, p. 85).

A imagem da infância construída a partir da interpretação do trabalho infantil nas feiras possibilita a compreensão da multiplicidade de campos de análise que consideram os fenômenos estruturais, as verdades necessárias expressas pelas crianças. Assim, a investigação, a partir destas, dialoga entre a experiência e a razão, entre a dominação e a construção da autonomia que acaba sendo um viés dado pela interpretação da comunidade

sobre o trabalho das crianças, mas, que, no entanto, podem ser ou não as verdades necessárias expressas pelas crianças que perambulam porque trabalham ou perambulam para trabalhar.

Que imagem da criança trabalhadora nas feiras vai se construindo? Como se naturaliza? Esta análise favorece o reconhecimento da construção da autonomia da criança e da sua produção cultural. Isto, na medida em que as palavras, os gestos, os signos são definidos a partir daquela realidade vivenciada nas feiras.

Assim, neste fazer ciência sabe-se que há sempre componentes contraditórios, variedades de explicações. Cabe desafiar a razão indolente, termo que Boaventura de Sousa Santos utiliza para explicar em quatro formas diferentes:

> a razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade, a razão metonímica, que se reivindica como única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima; e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente (Santos, 2004, p. 780).

As crianças conseguem fazer a ciência ser refeita, reconstruída. A orientação positivista

> sustiene que fuera de nosotros existe una realidad totalmente hecha, acabada y plenamente externa y objetiva, y que nuestro aparato cognoscitivo es como un espejo que La refleja dentro de sí, o como una cámara fotográfica que copia pequeñas imágenes de esa realidad exterior (Martinez Miguélez, 1998, p. 14).

Mas, ao estudar sobre a imagem da infância construída percebe-se que as crianças não mostram a realidade a partir do que se quer ver, não nos permitem controlá-las na medida em que são co-produtoras dos dados que vão sendo construídos a partir das entrevistas e das observações-andantes. Os métodos passam a ser abertos, porque as crianças assim o são. Fazem-nos flexibilizar o olhar para ampliá-los. Ampliam o exterior com uma capacidade "elástica" de compreensão da vida e do mundo. Ressignificam seus espaços de trabalho, do

brincar, do ser no mundo e com o mundo. Seria, portanto, absurdo pensar em uma orientação positivista para “abraçar” uma investigação realizada com crianças nas feiras.

As crianças nas feiras buscam burlar o controle dos adultos. Assim, o fazem com os feirantes e com a investigadora que os quer observar. Parecem ter certa cumplicidade umas com as outras, têm objetivos quase comuns, trabalhar para conseguir algum dinheiro.

O antropólogo Malinowiski, citado por Brandão (2006, p. 11) sistematizou o método da observação participante, “... ir conviver com o outro no seu mundo; aprender a sua língua; viver sua vida; pensar através de sua lógica; sentir com ele”.

Porém, Carlos Brandão (1999, p. 11) explica que, apesar da antropologia ter mergulhado por inteiro no mundo do outro, enquanto participante, não se mostrou politicamente participativa, a partir do que começou a descobrir.

A perspectiva da análise fundamenta-se também num aprendizado para ouvir. Ouvir a própria investigadora, seus medos dos espaços, seu calor, incertezas, enfrentamento com as chuvas, adversidades na construção do trabalho. Aprender a ouvir as crianças, como respondem ao contexto da investigação, do espaço, do trabalho. Aprender a ouvir a comunidade.

A investigação, às vezes, é como pintar um quadro em que a imagem da infância vai ficando visível: “pesquisar e produzir conhecimento criativo é como pintar um quadro. A pintura, expressa no recorte do artista, expõe o visível, mas também aquilo que ele se esconde por trás de si” (Ghedin, 2008. p. 78).

No caso da investigação com crianças o aprendizado é se educar para ver e ouvir. No primeiro momento, os relatos orais que aparecem são os de crianças. No segundo momento, são relatos sobre as crianças e os relatos sobre a infância (Dermartini, 2005). Primeiro as crianças falam sobre si, depois os adultos falam sobre as crianças e a infância com a impregnação de suas vivências, revelando a imagem.

O trabalho de investigação com crianças não pode ser estéril, pois esta esterilidade dos trabalhos muitas vezes demonstra o modo como acuado estamos diante da diversidade. É preciso uma epistemologia que capte a voz das crianças, por meio de tudo que possa registrar. Por outro lado, não basta registrar as vozes através das transcrições das entrevistas, é preciso apurá-las a partir da teoria. É necessário compreender como e por que essas vozes foram

silenciadas. E assim, aprendeu-se como pesquisadora a estabelecer as devidas relações com as teorias. O aprendizado foi baseado no sentir a realidade e na tentativa de extrair as correlações. Como na seguinte Nota de Campo:

> «Observei uma menina enquanto fazia a entrevista com um feirante. A menina recolhia restos de uns sacos separados pelos feirantes. Resolvi depois de terminar a conversa com o feirante, ir atrás dela. Ela ficou logo desconfiada, mas me apresentei, dizendo que era professora da Universidade. Ela perguntou: "*a senhora está sozinha?*" Eu falei que sim. "*Mas tem outras mulheres também fazendo isso lá do outro lado"*. Referia-se talvez a outras pessoas que estavam fazendo pesquisa na feira. Eu disse: não estou com elas, estou fazendo uma pesquisa para um curso que estou fazendo chamado de doutorado. E assim, continuei conversando. A menina não parava de andar. Eu também. Ela olhava desconfiada para os feirantes, e os feirantes desconfiados para mim.
>
> Achei melhor não puxar o gravador, resolvi não pedir para gravar. Primeiro ela afirmou que sua mãe estava na feira, depois no decorrer da conversa disse que a mãe não pôde estar lá, havia machucado o braço.
>
> Perguntei: Como é seu nome? Ela respondeu: "*Bárbara*[37]". Quantos anos tu tens? "*10 anos*".
>
> Ela aceitou participar da pesquisa. Perguntei o que ela achava sobre o trabalho de crianças, e ela disse: *"As crianças deveriam ficar em casa. Brincar. Não sei..."*
>
> Ficou em silêncio.
>
> Eu estava cansada de andar. Ela andava, mas trabalhava. Onde tinha uma fruta no chão, a mesma imediatamente a recolhia. O seu olhar era como se fosse treinado para observar os pormenores. Parecia que nada lhe escapava.
>
> Eu então continuei. E você? O que pensa sobre o seu trabalho?
>
> Perguntei se ela poderia parar um pouco. Ela parou, sem responder. Era como se olhasse para todos e todos os lugares ao mesmo tempo.
>
> Ela resolveu responder: "*Não devem trabalhar. Bom, o braço da mamãe tá machucado, aí eu não acho ruim*".
>
> Voltou a andar. Eu também.
>
> O que você faz com estes alimentos? "*É para vender na feira do São José. Vou com minha mãe. Venho aqui durante a semana, sempre. Venho trabalhar*".
>
> Perguntei: Você estuda? Ela disse: "*Estudo, estou na 1ª série*". Estuda que horas? "*De manhã*". E hoje? Riu-se... "*Faltei por causa do braço dela. Ela mandou que eu viesse*".
>
> Assim, resolvi não atrapalhar mais o trabalho da Bárbara. Agradeci, ressaltei novamente onde trabalhava. Ela sorriu e continuou andando.»
>
> (Diário de campo - Manaus-Moderna em 27 de novembro de 2008 - Bárbara, 10 anos de idade)

[37] Para resguardar a identidade da criança o nome foi modificado.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), só será possível o diálogo e o debate epistemológico entre diferentes formas de conhecimento pelo princípio da incompletude. O saber da menina trabalhadora, sobre a necessidade do brincar, sobre a sua necessidade de trabalhar, de rir de suas mentiras e vacilos, para sobreviver à vida, à sua condição social, à obediência, à estratégia, ao reconhecimento de seu fazer no seu perambular, à construção de uma lógica objetiva para o que faz. O saber da menina que não é necessariamente um saber científico é um saber a ser considerado, para que se construa sobre a infância uma percepção de um novo dizer sobre a vida, ou pelo menos, um dizer que não pode mais ficar imperceptível, invisível. "A ecologia de saberes visa criar uma nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento" (Santos, 2008, p.108).

Por outro lado, o trabalho foi sendo realizado, concomitante, a outras escolhas da pesquisadora e as não escolhas também. Como continuar o retroalimentar da pesquisa por meio das atividades de sala de aula, da elaboração contínua no cotidiano alienante do ser-que-vive-do-trabalho? Nos conflitos com a necessidade lúdica de ser-no mundo. E, principalmente, na constatação diária de que as crianças que se encontravam nas ruas, diariamente, ou aumentavam em número ou demonstravam com sua presença o descaso do Poder Público e de uma luta mais incisiva da sociedade de Manaus contra a pobreza infantil.

> No momento da observação, o sociólogo estabelece uma relação de conhecimento com seu objeto de estudo, que é, por sua vez, um fenômeno concreto da vida social, imbricado em relações sociais e de poder e numa rede de significados socialmente compartilhados. (Tura, 2003, p. 184).

Assim, as crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes são sujeitos com uma história, bem localizada, pontuada por diversas condições impostas por uma ideologia não-somente local. Trazem em suas vivências riquezas de interpretação da vida e do mundo do trabalho, assim como este é e se apresenta para estas crianças. Como se evidencia na seguinte nota de campo:

> «Na Feira Manaus Moderna, encontrei duas crianças andando juntas. Logo, tentei aproximar-me para ver se conseguia conversar. Fiz uma amizade, apresentei-me como sempre faço e explico o trabalho. Assim, eles pararam de

andar. Perguntei ao menino de 12 anos (Carlos Henrique[38]): O que pensa do trabalho da criança?

"*Trabalho porque preciso. A criança deveria estudar, brincar. E que queiram tem que estudar e trabalhar... assim*".

E continuou... "*Sei lá*". Balançou a cabeça.

Carlos Henrique estuda na Escola Magalhães Cordeiro, na Cidade de Deus. Estuda à tarde. Perguntei: E hoje? Não foste à aula? E ele respondeu: "*não teve aula*".

Ele falava de certa possibilidade de liberdade de estudar e trabalhar. Porque mesmo precisando, algumas crianças poderiam não querer. O que não parecia o caso dele.

William[39], 15 anos, interveio e disse: "*Ele pensa igual eu. Minha mãe foi despedida. Fazia B.O do túmulo. Trabalhava no cemitério. Aí foi despedida. Tenho que trabalhar. Venho porque é preciso*".

Perguntei: O que gostarias de encontrar hoje na feira? Respondeu: "*gostaria de encontrar dinheiro*". (E riu-se).

William explicou que eles vêm à feira três vezes por semana, recolhem verduras para comer em casa. Estuda na Escola Dom Damasceno Rodrigues pela manhã.

William continuou "*Minha escola tá ficando ruim, porque está sem merenda. Não tem merenda, sai 3 horas. Acho que o desvio de verba é muito, ou o Prefeito não está mandando dinheiro*".

Perguntei se poderia tirar uma foto para o trabalho. E se quisessem poderia deixar para eles depois. Se quisessem, poderia deixar na administração da feira. Imediatamente os dois responderam: "*É melhor não*". E continuou William: "*O pessoal da administração pega a gente igual bandido e expulsa da feira*".

Neste momento vários feirantes foram encostando perto de onde estávamos conversando. Com ar de curiosos, ficaram rindo e assustando as crianças. Diziam que eu era da polícia, que iria levá-los. Eu disse que não era verdade. Eles posaram para a foto confiando em mim. Despedimo-nos, confiantes, mas os feirantes tumultuavam com piadas e eles saíram com pressa, olhando pra mim. Fiquei bastante triste com a cena.»

(Diário de campo – Manaus-Moderna - Agosto de 2008)

As crianças demonstram capacidade para refletir sobre questões sociais. As entrevistas com crianças acabam por favorecer a inclusão destas nestes debates. Assim, passam a produzir um tipo de discurso sobre o mundo, sobre a vida, sobre o trabalho. Acrescenta-se o fato da pesquisa ter sido realizada nas feiras, em ambiente não- institucionalizado, embora com as regras dos adultos presentes nos espaços. No entanto, percebe-se que as entrevistas

[38] Para resguardar a identidade da criança o nome foi modificado.
[39] Para resguardar a identidade da criança o nome foi modificado.

evidenciam as transformações pelas quais a família e a sociedade vivencia e principalmente a maneira com a qual as crianças experimentam o mundo do trabalho.

> Parece-nos que, junto das crianças, as entrevistas mais formalizadas não têm sentido, devendo, em seu lugar, ser realizado com mais atenção todo o processo de recolha de informação que decorre da observação e da análise de documentos 'reais', isto é, de textos produzidos com uma finalidade pragmática, bem como as 'conversas amáveis', pelas quais perpassa uma voz autônoma e livre, tão difícil de captar na forma estruturada da entrevista formal. (Sarmento, 2003b, p. 163).

Vale ressaltar a força da presença das crianças com suas experiências de trabalho num ambiente que parece não para elas e nem delas. Por outro lado, durante a investigação é preciso não se intimidar com os novos acontecimentos, com os imprevistos, e procurar relacioná-los com a questão a ser investigada que é a imagem da infância, o trabalho das crianças naturalizado nas feiras. "Assim, em vez de o pesquisador iludir-se em procurar eliminar os efeitos de sua presença no campo da investigação, o importante é buscar entendê-las" (Tura, 2003, p. 186).

O estudo das crianças, nos seus contextos de trabalho, possibilitou também compreender que

> ... a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade. (Geertz, 1989, p. 24).

Posto isto, ressalta-se a importância de uma descrição densa, que neste estudo é muito mais evidenciada nas vozes das crianças do que nas tentativas de interpretações de expressões ou ditos.

> A descrição densa é o esforço de articulação entre fatos, o envolvimento na lógica de sua organização, o decifrar dos aspectos obscuros, o buscar pistas para desvendar certos mistérios. Tudo exige que a atividade fundamental do pesquisador seja a interpretação/ reinterpretação dos acontecimentos. (Tura, 2003, p. 190).

Este aprendizado metodológico permitiu constantemente re-significar o diálogo com as crianças em seu contexto, onde a investigadora aprendeu a partir do dito, do vivido pelas crianças neste perambular, sem prever se será possível um novo encontro com a mesma criança, isto porque não se marcava o dia certo para ir às feiras, as quais se localizavam em diferentes espaços da cidade. Esperava-se que a pesquisa também possibilitasse que os sujeitos envolvidos pensassem sobre o seu fazer, cujo desafio era extremo.

> Desta perspectiva, o conhecimento não se produz só pelo que se afirma, pois não representa uma cadeia de verificações, mas que se legitima pela produção mesma em sua capacidade de manter sua continuidade e sua congruência através das contradições, dos erros e das negações. (Macedo, 2002, p. 72).

O potencial cognitivo das crianças foi se revelando no percurso da pesquisa. Seu potencial de dizer sobre a vida era valorizado por meio de sua participação. Ampliando o reconhecimento de sua participação pouco a pouco se apostava que um novo olhar sobre a infância poderia vir a nascer sobre o trabalho e sobre os direitos de participação das crianças. Era mais que uma conversa informal, era a possibilidade de um diálogo que se estabelecia. Mas não somente um diálogo com a investigadora, mas com as questões essenciais sobre o fazer das crianças, sobre sua presença (in) visível ali.

> Assim, há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o 'dito' num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis. (Geertz, 1989, p. 31).

Na verdade, o entendimento da investigadora é que toda pesquisa etnográfica é um ato pedagógico. Portanto, um ato político, visando à transformação da realidade. Por outro lado, é preciso validar nossos conhecimentos com os sujeitos da pesquisa, as crianças. Assim, pode-se fazer ciência que pensa a vida e que tenha uma função nesta sociedade, reconhecendo as diversas subjetividades. Como diz o sociólogo:

> Somos um arquipélago de subjectividades que se combinam diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e colectivas. Somos de manhã cedo privilegiadamente membros de família, durante o dia de trabalho somos classe, lemos o jornal como indivíduos e assistimos ao jogo de futebol da equipa nacional como nação. (Santos, 2005, p. 107).

A dificuldade de uma etnografia, etnografia – andante - perambulante se dá não-somente pela demanda da pesquisa, mas e/também porque os "etnógrafos" são muitas vezes os feirantes e as crianças e não a pesquisadora. Isto, porque na proporção que se observa também se está sendo observada sem nenhum tipo ou ilusão de disfarce. As pessoas fazem questão de dar garantia aos seus olhares. Assim, nasce no cotidiano das observações a certeza que o conhecimento do outro, a respeito do outro e do que este faz é incerto, talvez na mesma medida do conhecimento e suas incertezas, a partir da tentativa da validação. Por outro lado, fica implícito um determinado pacto de silêncio, que ora quer denunciar, ora quer ocultar. Ou ainda quer apenas brincar com a dureza do trabalho. Isto tudo, próprio de uma sabedoria não-academicista, mas presente no fazer, no não fazer, no dizer e não-dizer, dos feirantes e das crianças.

3.4 Caracterização da amostra com os feirantes.

A amostra utilizada na análise foi composta por 117 feirantes, distribuídos em diferentes feiras da cidade de Manaus – AM

Com os feirantes, as entrevistas partiram sempre das seguintes perguntas:

- Zona Geográfica da Feira.
- Grau de Instrução.
- Idade.
- Tempo em que trabalha nas feiras.
- Você tem filhos (as)?
- Você é a favor ou contra o trabalho infantil? Contra - a favor - parcialmente contra.
- Por quê?

- O que você pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus?

As perguntas foram únicas, em todas as feiras. Mas a abertura das perguntas possibilitou que a investigadora fosse construindo outras possibilidades de análise.

A seleção dos feirantes dependia da observação, por parte da investigadora, de quem estivesse um pouco mais livre para responder às perguntas. Afinal, o ambiente de trabalho das feiras é intenso. Não há uma receita para a escolha dos sujeitos, pois isto depende de cada ambiente onde é realizada a pesquisa, dos motivos e objetivos da pesquisa.

Ao iniciar, apresentando aos feirantes as intenções deste trabalho, em geral percebe-se um certo receio na participação. Ao se perguntar se gostariam de participar desta pesquisa, cria-se mais um problema a ser resolvido num espaço de tempo que exige rapidez na tomada de decisões.

Os entrevistados tornam-se confusos e temerosos. Ao se valer da estratégia de primeiramente situá-los da intenção da pesquisa e após isso iniciar as questões sobre o grau de instruções, colabora para que os entrevistados sintam-se mais à vontade e percebam que, não há nenhuma ameaça presente quanto ao trabalho executado.

Vale ressaltar, também, que embora fora previsto na ficha de perguntas uma situação pré-estabelecida quanto as entrevistas, sempre perguntava se eles haviam estudado e até em que série, pois quando fora iniciadas as entrevistas percebeu-se que os entrevistados não sabiam o que significava o termo “grau de instrução”, daí a necessidade de adaptação às perguntas que já haviam sido pré-definidas.

No momento da entrevista não se utilizou do recurso técnico do uso do gravador, porque os entrevistados apresentavam receio em responder às questões diante deste aparelho. Portanto, inicialmente era-lhes solicitado a permissão para a gravação da entrevista, porém eles alegavam que seria melhor que não a fizesse por meio deste recurso. Ao escrever as questões, foi possível tornar as perguntas menos formais.

Devido à duração das entrevistas, procurou-se abarcar todas as informações com o máximo de precisão, visto que “a entrevista individual ou de profundidade é uma conversação que dura normalmente entre uma hora e meia” fui anotando tudo que podia. Quando as entrevistas eram realizadas com os vendedores de peixe não havia interrupção do trabalho por eles realizado, assim, para poder ouvi-los, muitas vezes, foi necessário uma aproximação a

ponto de a pesquisadora se sujar com os detritos de escamas e água com a qual estavam lavando os peixes.

Além disso, outra dificuldade era o barulho produzido no ambiente, som rádios e de conversas as quais competiam com as entrevistas realizadas nas alturas e espirros bem mais altos que o meu. Tudo tinha que ser rápido, afinal eles estavam trabalhando.

> As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas. (Bauer, 2004, p. 57).

Uma questão a considerar é que no momento da aplicação das perguntas aos feirantes, há sempre inicialmente uma tensão por ser professora, por fazer doutorado ou pela possilidade de estar fiscalizando o que eles verbalizam. Há certo receio por parte deles ao se expressarem. Às vezes concordam, são a favor do trabalho infantil, mas ficam com receio de se manifestar no primeiro momento. “Indivíduos agem em situações...” (Bauer, 2004, p. 42).

O tempo utilizado no espaço da feira é uma questão interessante. É necessário agir rapidamente pois todos estão trabalhando. Somente quando estão muito interessados passam o serviço para o outro e se dedicam à responder. Na presença dos clientes, na versatilidade deles, vão perguntando o desejo dos clientes, realizando a venda, fazendo propaganda da mercadoria e perguntando muitas vezes: *“_ sim, o que é mais professora que a senhora quer saber?*”.

Os feirantes, muitas vezes, especialmente na Feira Manaus-Moderna, sinalizavam caminhos para a pesquisa e seu aprofundamento. Diziam: “*__ Faça isso professora*”. “*__Vá lá...*” “*__ A senhora vai ver que terrível é a situação dessas crianças aqui, de madrugada*”. Outras vezes, aproximavam-se parecendo interessados com o nome da professora, com a presença apenas.

Neste contexto, o trabalho com os feirantes foi muito produtivo. Seja porque a investigadora se sentia mais protegida no ambiente hostil das feiras, seja porque as crianças que eram o foco da pesquisa deixariam suas impressões inclusive sobre o que era dito pelos feirantes.

Merece destaque, durante a pesquisa com os feirantes, uma análise a respeito de alguns destes: "*Professora, o que a senhora quer dizer com criança? Que idade?*". Demonstravam claramente a incerteza em relação ao período da infância, relacionada à cronologia das idades das crianças. Para responder às perguntas, alguns feirantes procuravam perceber o que a investigadora considerava como criança.

A análise dos dados categorizados quanto aos motivos apresentados será descrita no Capítulo V sobre o trabalho infantil nas Feiras de Manaus. Mas nesta etapa, explica-se a escolha das perguntas para as entrevistas, o porquê destas perguntas e os resultados das perguntas fechadas.

A Zona geográfica da feira permite identificar o percentual de feirantes que participou das entrevistas.

Distribuição segundo os dados sócio-demográficos dos feirantes entrevistados em feiras das diferentes zonas de Manaus - AM		
Variáveis (n = 117)	f_i	%
Zona		
Sul	36	30,8
Leste	35	29,9
Oeste	14	12,0
Norte	9	7,7
Centro Oeste	12	10,3
Centro Sul	11	9,4
Total	117	100,1

Quadro 7 - Distribuição segundo os dados sócio-demográficos dos feirantes entrevistados em feiras das diferentes zonas de Manaus - AM.

Ao feirante foi necessário saber o seu grau de instrução. Ora, o grau de instrução aponta em algumas vezes para a visão de mundo que este feirante tem sobre a infância e como ela deve ser. Define-se a partir do conhecimento do feirante, das representações que se apresentam conjugadas: ao que ele sabe, a sua experiência, ao que ele vê, e o que ele pensa sobre o trabalho infantil e sobre este trabalho nas feiras. Isto tudo está relacionado às

condições de simbolização deste feirante no momento em que responde à entrevista, olhando para a pesquisadora e sendo observado curiosamente por outros feirantes.

ESCOLARIDADE	Freqüência	Porcentagem	Porcentagem acumulada
Não- alfabetizado	17	14,50%	14,50%
Fundamental Incompleto	49	41,90%	56,40%
Fundamental completo	17	14,50%	79,50%
Médio Incompleto	7	6,00%	85,50%
Médio completo	27	23,10%	100,00%
Total	117	100,00%	100,00%

Quadro 8 – Escolaridade dos Feirantes.

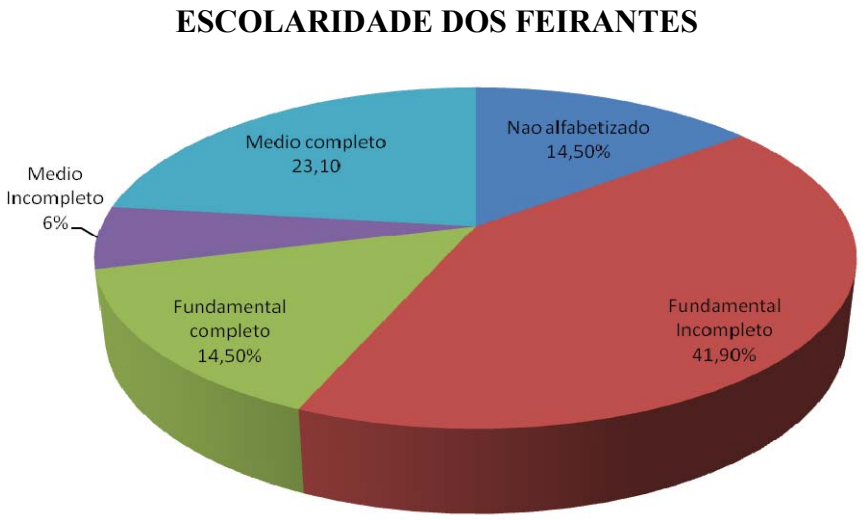


Gráfico 2 – Escolaridade dos Feirantes

A pesquisa demonstrou que **41,9% dos feirantes entrevistados estavam com seu nível de escolaridade com Fundamental incompleto**. Infere-se que a prioridade à escola como um espaço que contribua para promover a igualdade e a justiça social ainda está distante destes trabalhadores (as). Por outro lado **14,5% destes** trabalhadores (as) **não foram sequer alfabetizados**. No entanto**,** sabe-se que todas as narrações são sujeitas a múltiplas interpretações. Isto porque a visão de mundo amplia-se com o conhecimento formal, mas ao

mesmo tempo a experiência do trabalhador e a vivência no mundo do trabalho nas feiras não podem ser desconsideradas.

A desigualdade de oportunidades de vida, assim como suas vivências de situações sociais desiguais também favorecem uma construção de imagem da infância a ser analisada na investigação. Por outro lado, o saber destes trabalhadores sobre a infância não é neutro, tem um ponto de vista político no que dizem. Trabalhadores (as) de até 65 anos de idade deixaram seu posicionamento sobre o trabalho infantil nestas feiras investigadas. O ponto de vista político dá-se ou na apreensão ideológica e hegemônica sobre a infância ou a partir da experiência do senso comum. Esta experiência de alguma maneira aponta para os abismos das desigualdades sociais.

Esta carga ideológica que estes trabalhadores trazem consigo demonstra tanto um modo de dominação do sistema capitalista, como um saber cotidiano sobre o trabalho e sobre a infância em Manaus. Uma imagem construída a partir daqueles que vivenciam o cotidiano "brutalizado" da cidade. Por isso, entende-se que para pesquisar sobre esta imagem de infância era preciso conhecer o cotidiano das crianças trabalhadoras e perambulantes das feiras. Então, embora o nível de escolaridade destes feirantes tenha demonstrado um índice mais baixo de escolaridade, sabe-se que este diálogo com este universo é fundamental. Como diz Boaventura Santos (1988, p. 59) a respeito da crise do paradigma da ciência moderna

> É antes o retrato de uma família intelectual numerosa e instável, mas também criativa e fascinante, no momento de se despedir, com alguma dor, dos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos, ancestrais e íntimos, mas não mais convincentes e securizantes, uma despedida em busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada.

Os feirantes, com sua maneira simples de dizer sobre a vida, conseguiam ao responder as entrevistas, fazer oposição legítima a muitas questões. Inclusive no que diz respeito à escassa capacidade técnica de fiscalização nas feiras por parte do Poder Público. Apontam para o fato de que não pode existir justiça em abstrato. Questionavam a sua maneira como seria possível concretizar o Estado de Direitos Fundamentais, estas situações apareciam em suas falas da maneira mais simples possível. Na verdade uma maneira bem própria de pensar as condições objetivas para a democracia. Afinal, a democracia deve pensar a infância.

Outra idéia que aparece nas respostas dos entrevistados (dos feirantes) era a percepção do trabalho numa dimensão cultural, a idéia de que o trabalho tira a criança da rua, educa, protege a criança, porque ela passa a não aprender aquilo que não presta. Então, o trabalho aparece como medida corretiva para uma infância sem limites.

A idade dos feirantes contribui para o distanciamento que se diz necessário para emitir uma opinião sobre o trabalho infantil.

Idade dos Feirantes			
Etária	**Freqüência**	**Porcentagem**	**Porcentagem acumulada**
19 a 25	6	5,1%	5,1%
25 a 35	25	21,4%	9,4%
35 a 50	42	36,0%	26,5%
50 a 65	35	30,0%	36,8%
≥ 65	9	7,7%	52,1%
Total	117	100,0%	100,0%

Quadro 9 – Idade dos Feirantes.

IDADE DOS FEIRANTES

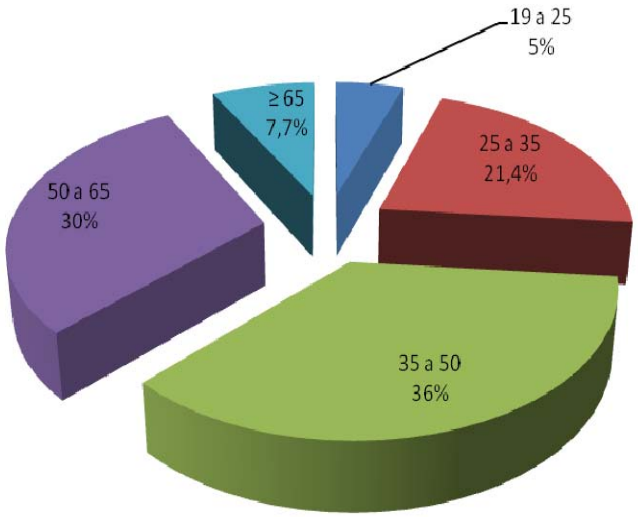


Gráfico 3 – Idade dos Feirantes

Quando se pergunta o tempo em que estes trabalhadores desenvolvem sua atividade na feira é porque há uma suposição de que quanto maior tempo mais este trabalhador tenha vivência para falar sobre o trabalho infantil presente.

Tempo de trabalho dos feirantes nas feiras			
Tempo de Trabalho	**Freqüência**	**Porcentagem**	**Porcentagem acumulada**
<1 de ano de trabalho	9	7,70%	7,70%
01 a 08	27	23,10%	30,80%
08 a 16	28	23,90%	54,70%
16 a 24	30	25,60%	80,30%
24 a 32	12	10,30%	90,60%
≥ 32	11	9,40%	100,00%
Total	117	100,00%	100,00%

Quadro 10– Tempo de trabalho dos feirantes nas feiras.

TEMPO DE TRABALHO DOS FEIRANTES NAS FEIRAS

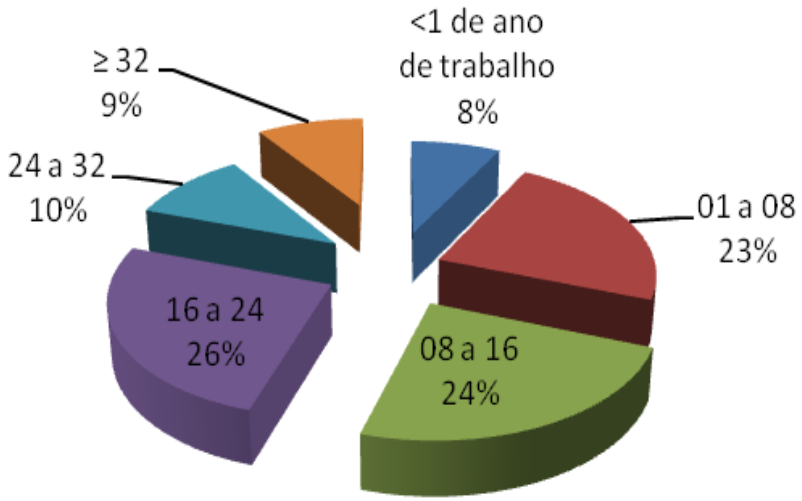


Gráfico 4 – Tempo de Trabalho dos feirantes nas feiras

Quanto ao tempo de trabalho dos feirantes nas feiras, o resultado foi **que 25,6%** realizam trabalham nesta **atividade durante 16 a 24 anos de trabalho**. Pensa-se que esta resposta nos dá uma visão de que muitos cresceram nas feiras, no trabalho das feiras. E isto

muitas vezes pode justificar o trabalho de exploração da criança trabalhadora. Ou seja, pode-se inferir que muitos feirantes entendem que o trabalho das crianças pode não ser de exploração. Por isso, não se pode pensar as piores formas de trabalho infantil de cima para baixo, de um poder público que solucionará todo o problema. Será necessário compreender que pensar a partir da horizontalidade e do vínculo social que estas crianças têm com estes feirantes é fundamental para qualquer tentativa de mudança significativa naquelas realidades.

Todo espaço social de liberdade tem que ser um espaço da experiência da inclusão política. Um espaço da transgressão da massificação, ideologização e mistificação do real. O espaço público é muitas vezes espúrio, onde a alienação parece ser obediência; a negação da liberdade humana.

Se os feirantes têm filhos ou não, esta pergunta poderá pôr em questão as nuances que passam despercebidas no cotidiano das feiras em relação trabalho infantil. Como a pesquisa valorizou "o olhar", parte-se do pressuposto de que aqueles que têm filhos (as) poderão ter uma visão diferente sobre o trabalho infantil e sobre o trabalho infantil nas feiras.

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A FREQÜENCIA DE FEIRANTES QUE RELATARAM TER FILHOS, MANAUS – AM.

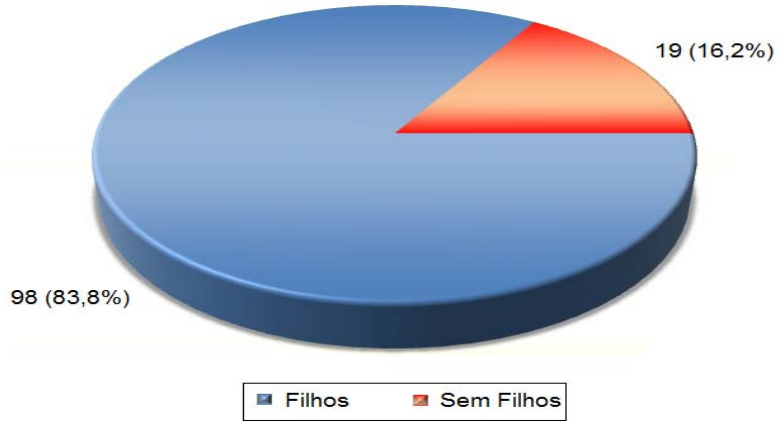


Gráfico 5 - Distribuição segundo a freqüência de feirantes que relataram ter filhos, Manaus - AM.

Quanto à pergunta se os feirantes eram a favor, contra ou parcialmente contra o trabalho infantil apontava para encontrar o significado da ação destes sujeitos em relação ao trabalho infantil e seu modo de compreender a infância.

O desafio da pesquisadora para a imparcialidade era imenso, dado que os feirantes queriam saber o que a pesquisadora pensava sobre o assunto. Eles acreditavam que deveria existir a melhor resposta, que somente a "professora", neste caso era a pesquisadora, saberia supostamente a resposta correta.

A última pergunta foi sobre o que cada um pensava sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus. Esta pergunta seria reveladora de um suporte simbólico discursivo no campo da interpretação de uma imagem em construção, num tempo histórico. É capaz de revelar através das respostas um tipo hegemônico de pensamento sobre a infância pobre e trabalhadora, que poderá ou não garantir a perpetuação de um tipo de ideologia durante um tempo histórico duradouro. Isto será analisado no decorrer do Capítulo V sobre o trabalho infantil em Manaus.

3.5 Caracterização da amostra com os Conselheiros Tutelares.

Entrevistou-se 20(vinte) Conselheiros Tutelares. Com os Conselheiros Tutelares as entrevistas partiram sempre das seguintes perguntas:

- Idade
- Sexo
- Zona geográfica de atuação em Manaus
- Tempo de experiência no Conselho Tutelar
- Você tem filhos (as)?
- Você é a favor ou contra o trabalho infantil? Contra - a favor - parcialmente contra.
- Por quê?
- O que você pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus?

As perguntas foram únicas, para todos os Conselhos, mas a abertura das perguntas possibilitou que a investigadora fosse construindo outras possibilidades de análise.

Distribuídos nas seguintes Zonas geográficas da cidade de Manaus:

Distribuição segundo os dados sócio-demográficos dos conselheiros tutelares, Manaus – AM		
Variáveis (n = 20)	f_i	%
Zona		
Sul	3	15,0
Leste	4	20,0
Oeste	3	15,0
Norte	4	20,0
Centro Oeste	5	25,0
Centro Sul	1	5,0
Total	20	100

Quadro 11 – Distribuição segundo os dados sócio-demográficos dos conselheiros tutelares, Manaus - AM.

Da região da Zona Leste, o percentual de 20,0%%. Da Região Norte 20,0%. Da Região Centro-Oeste 25%%. Da Região Sul 15%. Da Região Oeste 15%. Da Região Centro-Sul 5,0%.

Sexo: Masculino | Feminino – Conselheiros Tutelares		
Sexo		
Masculino	15	75,0
Feminino	5	25,0

Quadro 12 – Sexo: Masculino | Feminino – Conselheiros Tutelares.

Destes Conselheiros Tutelares 75% eram homens e 25% mulheres.

Faixa Etária dos Conselheiros Tutelares		
Etária dos Conselheiros Tutelares	**Freqüência**	**Porcentagem**
21 a 25	2	10,00%
25 a 35	8	40,00%
35 a 50	7	35,00%
50 a 55	2	10,00%
≥ 55	1	5,00%
Total	20	100,00%

Quadro 13 – Faixa Etária dos Conselheiros Tutelares

IDADE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

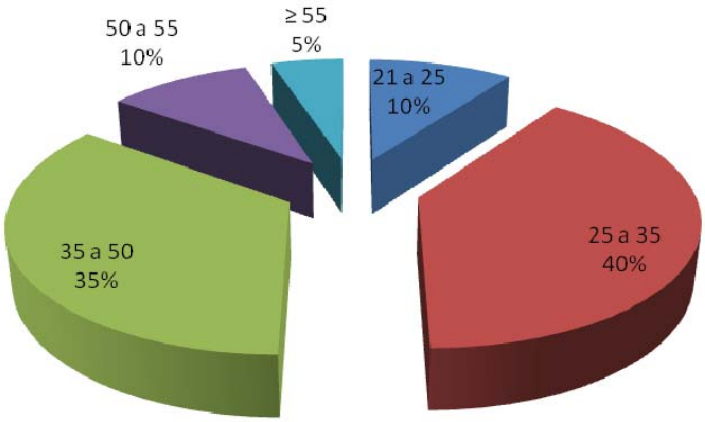


Gráfico 6 – Faixa Etária dos Conselheiros Tutelares

A idade desses Conselheiros Tutelares encontrava distribuída: 10% na faixa entre 21 a 25 anos ; 40%. entre 25 a 35 anos; 35% entre 35 a 50 anos de idade; 10% entre 50 a 55 anos de idade; 5% com mais de 55 anos de idade.

Tempo de Experiência no Conselho Tutelar		
Tempo	**Freqüência**	**Porcentagem**
0 – 2	2	10,00%
2 _ 4	13	65,00%
4 _ 7	5	25,00%

Quadro 14 – Tempo de Experiência no Conselho Tutelar

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO CONSELHO TUTELAR

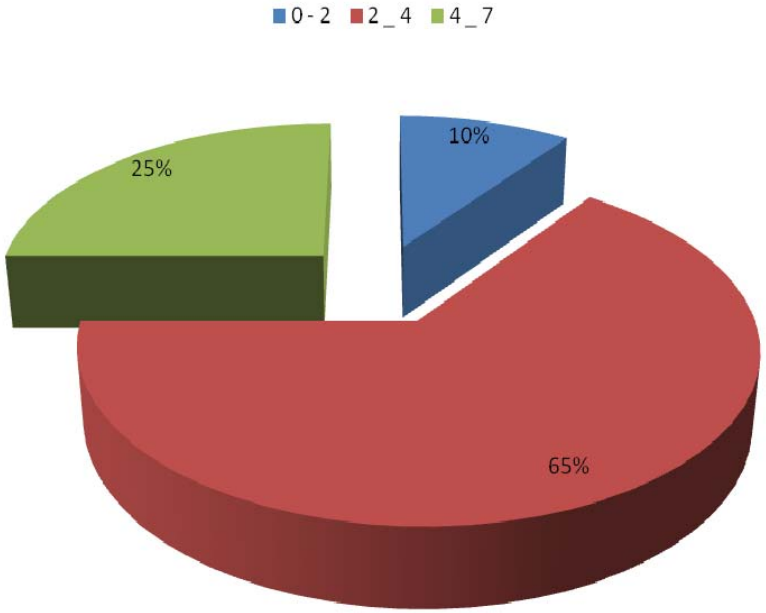


Gráfico 7 **– Tempo de Experiência no Conselho Tutelar**

Dos 20 Conselheiros Tutelares 10% tinham até 2 anos de experiência no Conselho. Dos que tinham de 2 a 4 anos de experiência foi um percentual de 65%. Trata-se de recondução, pois o mandato é de 3 (três) anos. Dos que tinham de 4 a 7 anos de experiência no Conselho o percentual foi de 25%.

Já se permite dizer que com o tempo de experiência no Conselho Tutelar poderia se apontar certa identidade no ofício realizado por este conselheiro (a), mas nem todos apresentavam esta característica. Afirmar isto como verdade seria tornar-se escravo com

respostas apressadas a respeito do cumprimento de suas atribuições, no zelo pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A FREQÜÊNCIA DE CONSELHEIROS TUTELARES QUE RELATARAM TER FILHOS, MANAUS – AM

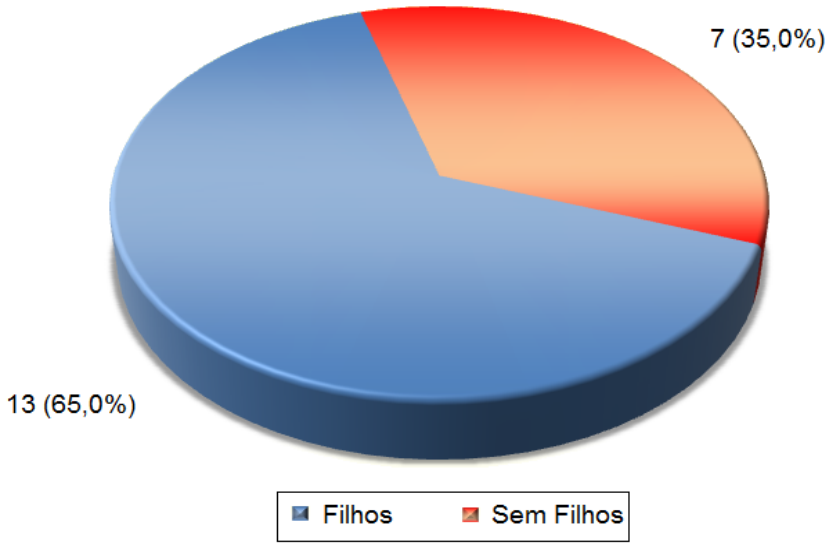


Gráfico 8 - Distribuição segundo a freqüência de conselheiros tutelares que relataram ter filhos, Manaus - AM.

Dos Conselheiros Tutelares que responderam ao questionário, 65% disseram ter filhos; E 35% afirmaram não ter filhos até aquele período. O fato de um Conselheiro Tutelar ter filho (a) ou não poderá garantir uma imagem de infância que ele (a) tem da criança trabalhadora. Muda-se o conceito de família para quem tem filhos (as), ou melhor, mudam-se as atitudes e modos de pensar a partir do nascimento de um filho (a). Pelo menos aqui, parte-se deste pressuposto, sem generalizar.

Quanto à pergunta, se os Conselheiros Tutelares eram a favor, contra ou parcialmente contra o trabalho infantil apontava para encontrar o significado da ação destes sujeitos em relação ao trabalho infantil e seu modo de compreender a infância. Ao explicar o motivo de suas respostas evidenciaram-se algumas categorias. A última pergunta foi sobre o que cada um pensava sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus. Isto será analisado no decorrer do Capítulo V sobre o trabalho infantil em Manaus.

Na verdade as perguntas fechadas e abertas favoreceram interpretações mais claras e sólidas sobre a imagem da criança trabalhadora. “A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa” (Bauer, 2004, p. 65). Cada momento com as crianças e os feirantes foi singular, na medida em que a cosmovisão expressada em cada gesto, cada significado, lágrimas muitas vezes, apelo para que a investigadora fosse às autoridades, favorecia esta compreensão maior e mais visível desta estrutura complexa da trama das feiras.

Fazer ciência já é algo complexo. Na perspectiva da Sociologia da Infância isto se torna ainda mais complexo e visível de que a ciência não é como um cristal transparente. Não traz a transparência do real e nem para o total desvelamento do real. Isto não consiste em falta de rigor metodológico, mas na perspectiva de que todo dizer sobre a criança é flutuante com a teoria, na medida em que não se sabe quase nada sobre a criança. São verdades contingentes sobre estas e, na maioria das vezes, adultocêntricas.

A relação entre teoria e prática esteve sempre presente nesta investigação, pois não só uma nova racionalidade sobre as questões da infância ia se instaurando para a investigadora, como também as emoções diárias na observação da labuta veloz das crianças e feirantes iam fortalecendo o estudo. Assim, também as estratégias de pesquisa foram possibilitando o aparecimento das dimensões qualitativas e quantitativas do objeto. A nova racionalidade sobre as questões da infância surge a partir das conversas com as próprias crianças, que contribuem de maneira significativa e decisiva com esta pesquisa. Isto ocorreu, seja quando falavam-perambulando, seja quando não possibilitaram que fizesse qualquer pergunta a elas. Vale dizer, que mesmo que ainda seja embrionária esta nova racionalidade sobre a infância, traz no seu bojo o anseio de contribuir, a partir das crianças, com as crianças e pelas crianças.

A pesquisadora fez a opção de não distinguir crianças e adolescentes durante o perambular.

3.6 Considerações éticas

Ao entrar em campo foi preciso conversar com alguns feirantes sobre o fato de estar nas feiras com o propósito de realizar um trabalho de doutorado sobre a temática “trabalho

infantil". Explicar a estes que estaria longas horas perambulando pela feira e procurando conversar com as crianças e/ou apenas observá-las. No segundo momento, por percebermos a impossibilidade de esclarecer isto a todos (as), visto que o trabalho dos feirantes não permitia, resolvemos procurar a administração das feiras para evitar qualquer problema posterior. Isto porque, embora as feiras sejam lugares públicos, a presença de uma pessoa constantemente, observando, indagando ou mesmo tentando falar com as crianças trabalhadoras poderia causar algum tipo de desconfiança sobre a idoneidade moral da pesquisadora e inviabilizar a continuidade da pesquisa.

Antes mesmo de a pesquisadora chegar à administração das feiras, que se localizava dentro nas próprias feiras, alguns administradores já vinham em direção à pesquisadora sutilmente, perguntar se poderiam contribuir em alguma coisa. Assim, o esclarecimento sobre a pesquisa e o fato de ser professora de uma Universidade pública, em Manaus, e a conscientização disso aos administradores, tornava a aceitação do trabalho. Afinal, todo professor segundo alguns disseram, gosta de fazer pesquisa. Mostravam-se solícitos e alguns se posicionavam sobre a temática.

Quanto às crianças, foi percebido que não seria possível entregar o pedido de autorização para a permissão das entrevistas dos pais das crianças, pois em geral estes não eram vistos ali. Por outro lado, as oportunidades com as crianças eram únicas, já que não se poderia saber se elas voltariam ou não no outro dia para aquela feira, onde a pesquisadora se encontrava. Decidiu-se em todas as oportunidades, explicar às crianças o porquê de estarmos ali e saber se elas queriam ou não participar, por meio da entrevista, depoimentos sobre o seu trabalho, enquanto criança.

Os dilemas foram muitos, tanto em relação às crianças como em relação aos feirantes. O fato das feiras serem lugares públicos, de espaço aberto, com uma rotina intensa de trabalho na maioria destas causava certo desconforto interromper a atividade da criança ou do feirante. Por outro lado, as crianças nem sempre podiam ser esclarecidas de tudo, na medida em que, às vezes, apresentavam certa curiosidade para o trabalho, mas, no entanto os "olhares dos adultos" presentes no momento da aproximação da pesquisadora faziam com que ficassem constrangidos ou desconfiados em relação à pesquisa. Então a pesquisadora por muitas vezes não entrevistou algumas crianças que lá se encontravam trabalhando.

A adoção de estratégias foi se delineando assim que as dificuldades foram aparecendo no campo. Isto não significa que estas eram sempre improvisadas, mas muitas vezes não se adaptavam às elaboradas antes da entrada do campo. No planejamento, houve a organização das autorizações, dos consentimentos, no tempo disponível às crianças. Logo nas primeiras abordagens, percebeu-se que não seria possível.

Então, o consentimento das crianças para a participação na pesquisa foi se estabelecendo em momentos em que fosse possível receber a atenção delas. Torna-se claro quando elas demonstravam confiança na pesquisadora, porque quando isto não ocorria, elas se distanciavam sem olhar para trás.

Muitas vezes elas não paravam para conversar, consentiam, mas continuavam andando e juntando coisas do chão e a pesquisadora também continuava andando, do contrário perderia a oportunidade de ouvir aquela criança.

As crianças não estavam preocupadas com anonimato, na maioria das vezes queriam dizer quem eram e porque diziam o que diziam. Perguntavam: "*vai sair no jornal?*".

Nos primeiros anos da pesquisa, numa das feiras Panair, quando iniciou-se a freqüencia mais assídua naquele espaço, houve uma surpresa, quando no diálogo com uma criança sobre seu trabalho, de repente, apareceram várias crianças que estavam na feira e cercaram a pesquisadora, a qual ficou preocupada sem saber o que fazer. Elas perguntavam se seriam gravadas e levadas para a televisão, naquele momento. As explicações eram dadas. Uma das crianças, muito desinibida, disse que havia chamado os colegas para facilitar o trabalho da pesquisadora. Na verdade, tomou-se cuidado para não deixar aquele momento se transformar em um "palco" de diversões. Momento muito significativo para o trabalho, revelando questões culturais da cidade, das crianças como atores sociais, e das atividades laborais desenvolvidas por estas. O dilema foi resolvido através de conversas e esclarecimentos sobre a pesquisa com as crianças.

Durante toda a pesquisa, o maior dilema foram os momentos em que as crianças concordavam com participação na pesquisa, mas silenciavam de maneira absolutamente triste quando respondiam responder às perguntas. Isto consistiu no maior dilema e o maior desafio enquanto pesquisadora, porque ao ter que ir embora com aquela "silenciosa resposta" que "partia o coração" era mais difícil do que qualquer outra coisa. Mais complicado, ainda, era quando isso acontecia assim que chegava à feira, porque teria que segurar as emoções e

continuar perambulando, em busca de outra criança. Na verdade, este dilema atravessa todo o percurso da tese e vai até a dificuldade para a escrita, porque em todos os momentos os "olhares tristes" das crianças aparecem na dificuldade da pesquisadora descrever esta emoção no texto.

Vale ressaltar que em muitos outros momentos as crianças silenciavam por segundos. Porém, a pesquisadora sabia que era pela presença de adultos com seus olhares atentos para as crianças e estas tinham medo de serem julgadas por estes. Isto ficava muito claro, quando estes adultos saiam de perto, pois elas falavam o que realmente pensavam.

Em outras situações, as crianças precisavam de minha ajuda para continuar a falar. Muitas vezes parecia que suas idéias não estavam mais ordenadas em relação ao que falavam. A pesquisadora acabava por concluir, devido a muita agitação das feiras.

Os feirantes, na maioria, em muitas vezes perguntavam se a pesquisadora não queria tirar fotografias. Sentiam-se importantes para o trabalho e revelavam o valor que davam às suas palavras naquele momento.

A questão ética foi extremamente complicada quando a pesquisadora foi à feira durante a madrugada e deparou-se com situações que deveriam ser denunciadas ao Poder Público, em relação "às piores formas de exploração do trabalho infantil". A consciência de ter que guardar e zelar pela privacidade e confidencialidade daquilo que lhe era dito. Ou mesmo, do que foi visto, foi extremamente difícil para quem acredita na força da intervenção. No entanto, o caráter do paradigma etnográfico, enquanto descoberta no percurso da pesquisa, procurou prevalecer, ainda que com um anseio enorme de transgredir.

Síntese

O trabalho etnográfico, nestas feiras, aponta para uma necessidade de uma reafirmação dos valores humanos. Deste modo o olhar investigativo teve como suporte um exercício interdisciplinar que permitiu observar os acontecimentos, a partir dos registros do cotidiano das feiras, pontuando uma memória local que muitas vezes é caracterizada por uma manipulação da criança por parte do adulto.

De alguma maneira as crianças são o retrato das feiras e os seus circuitos criativos da sobrevivência, por meio de seu perambular, permite uma reinvenção dos modos de olhar o trabalho nas feiras para procurar desintegrar tudo o que oculta a vida das crianças, por meio da exploração pelo trabalho.

Apresenta-se uma proposta metodológica cuja intenção foi adversa quanto a olhar nas feiras de maneira fragmentada e desconectada ao mundo capitalista de exploração que acaba por expropriar aquilo que é próprio da criança. Portanto, buscou-se, um olhar perscrutador das singularidades, transgredindo o modo coletivo e massificador que não cria espaço para a infância.

CAPÍTULO IV

O DIREITO E AS CRIANÇAS, DO DIREITO DAS CRIANÇAS, DAS CRIANÇAS COM DIREITOS

Este capítulo insere-se na perspectiva de compreender os direitos e a relação com as crianças. Considerando-se que, em muitos momentos históricos, viu-se e ainda é presente no Século XXI a negação dos direitos fundamentais à criança. Este se faz necessário no âmbito desta tese por considerar que as piores formas de trabalho infantil fazem parte de uma violência social, na qual a infância de muitas crianças em Manaus (especificamente nas feiras estudadas) e em vários lugares é tratada como um "objeto abstrato" e não como o sujeito. Assim, a imagem da infância estudada nas feiras, nesta pesquisa, pontua um momento histórico em que estas crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares revelam sobre o trabalho infantil e especificamente sobre o trabalho das crianças.

4.1 O Direito e as Crianças

Os Direitos Humanos Fundamentais visam à garantia do respeito ao direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade; bem como ao pleno desenvolvimento da sua personalidade. Desta maneira, as crianças inserem-se enquanto seres humanos que devem ser valorizados em sua dignidade. Portanto, o valor da dignidade da pessoa humana é uma discussão fundamental para uma imagem da infância em construção.

São estes Direitos Humanos que fazem com que uma pessoa seja capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. Assim os direitos civis e políticos estão relacionados com a importância da liberdade. Os direitos econômicos, sociais e culturais apontam para que todos os seres humanos devem participar do que vai sendo construído de forma coletiva. Assim, na preservação da vida, todos deveriam ter o direito à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, etc.

Os direitos fundamentais têm a seguintes características: imprescritibilidade, inviolabilidade, universalidade e efetividade. São imprescritíveis enquanto direitos permanentes, não se perdem pelo decurso de prazo e são também inalienáveis e irrenunciáveis. Sua inviolabilidade garante que nenhuma lei infraconstitucional e nenhuma autoridade poderá desrespeitar os direitos fundamentais. São universais, porque aplicam-se a todos os indivíduos. São efetivos, porque o Poder Público deve garantir a efetivação dos direitos e garantias fundamentais.

Hoje, alguns autores discutem as contradições entre os enunciados e as práticas no domínio de direitos humanos. Isto não será discutido nesta tese de maneira mais densa, mas este o trabalho de campo aponta para uma análise dos direitos humanos e de suas violações. Porque:

> Os Direitos Humanos devem mostrar que o humano não se encontra nem na razão, nem no dever, nem na sociedade, nem em Deus, nem no eu. O humano encontra-se no outro, na resposta do eu ao outro. Um sujeito, uma identidade edificada à margem do outro, ou frente ao outro, não é uma identidade humana. Este é o grande direito e, ao mesmo tempo, o grande dever, o novo imperativo categórico que se deveria deduzir dos Direitos Humanos: não basta responder ao outro; há que responder a partir do outro. (Mélich, 2000, p. 51)

Assim, o respeito pelo estatuto de sujeito ao qual as crianças têm direito enquanto agentes sociais, permitem uma análise sobre a universalidade dos direitos humanos no sentido de uma "rendição" às crianças que durante boa parte da história enfrentam o mundo social construídos para elas. Sabendo que

> A Universalidade dos Direitos Humanos não pode ir contra a diversidade nem a singularidade, porque o que se universaliza é o rosto de cada ser humano, a sua voz, o seu chamamento, o seu apelo, o seu grito. Universaliza-se a responsabilidade, a resposta à súplica daquele que nada tem e a quem tudo devo. (Mélich, 2000. p 53)

O caminho dos direitos fundamentais se fez por meio da Organização das Nações Unidas e entrou em vigor 24 de outubro de 1945, data da promulgação da Carta das Nações Unidas. A Carta das Nações Unidas[23] foi criada no pós-guerra para que se estabelecesse princípios básicos para manter a paz mundial. Nesta Carta, foi reafirmada a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos fundamentais dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos e promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

A Declaração Universal dos Direitos adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 diz em seu Artigo I "Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir m relação umas às outras com espírito de fraternidade."

[23] Carta das Nações Unidas. Disponível no site http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php.

A ampliação dos Direitos Humanos deu-se através de Pactos, Tratados e Convenções. Assim, ainda que de maneira tímida as crianças foram aparecendo. No Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966)[24], no Artigo 24 indica o seguinte:

> §1. Toda criança terá direito, sem discriminação alguma por motivo de cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, situação econômica ou nascimento, às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte de sua família, da sociedade e do Estado.
>
> §2. Toda criança deverá ser registrada imediatamente após seu nascimento e deverá receber um nome.
>
> §3. Toda criança terá o direito de adquirir uma nacionalidade.

Este Pacto Internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, reconhece em seu preâmbulo a dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Assim, também reconheceu em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que a liberdade só poderá ser efetiva na medida em que seja possível o gozo das liberdades civis e políticas e que sejam criadas condições para isso.

Ampliou-se a defesa dos direitos humanos através de diversas Convenções como:

A questão do Genocídio em 1948, para o qual a Convenção[25] indica em seu Artigo II:

> Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como: assassinato de membros do grupo; dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; transferência forçada de menores do grupo para outro.

Contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (1984), onde a Convenção[26] indica em seu Artigo 1º:

[24] Adotado pela Resolução n. 2.200 A (XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de1966 e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992. Disponível em: <http://www.article19.org/work/regions/latin-america/FOI/pdf/onu-pacto_inter.dir.civ.pol.pdf>

[25] Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/genocidio.htm>

[26] Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/degrdant.htm>

> Para fins da presente Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam conseqüência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

Sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1968), indica em seu Artigo 1º:

> Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação racial "significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

Sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979), onde indica em seu Artigo 1º:

> Para fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) em seu Artigo 3 assim expõe: "Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança" .

As crianças, historicamente são marcadas por muitas contradições a respeito do que são e do que "precisam se tornar", isto implica expressões do poder do adulto e do

patriarcalismo. No entanto, a Convenção dos Direitos da Criança como o mais longo Tratado do Direito Internacional dos Direitos do homem reconhece:

> − todos os 'direitos do homem' devidos a todo o ser humano e necessários à sobrevivência e dignidade da vida humana, tais como o direito à liberdade, o direito à igualdade, o direito ao melhor estado de saúde possível, o direito à educação, etc. (com excepção dos direitos políticos);
>
> − direitos especiais devidos à sua vulnerabilidade ou exigidos por situações de risco, tais como o direito à proteção contra a negligência, aos maus tratos, à exploração econômica e sexual, etc., assim como os direitos das crianças com incapacidades, das crianças exiladas, das crianças presas, etc.;
>
> − direitos particularmente necessários ao seu desenvolvimento harmonioso, como o direito ao jogo. (Convenção *apud* Monteiro, 2002, p. 113)

Nesta tentativa de compreender a relação do Direito com a criança e neste aspecto da da criança trabalhadora é necessário conhecer um pouco mais sobre a Organização Internacional do Trabalho.

O Sistema das Nações Unidas é formado pela Secretaria das Nações Unidas, pelos programas e fundos das Nações Unidas e pelos organismos especializados. A Organização Mundial da Saúde (OMS) a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes organismos, juntamente com outros programas e fundos, entre eles o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), compõem o Sistema das Nações Unidas.

A Organização Internacional do Trabalho foi inspirada: "No princípio de que a paz universal e permanente só pode basear-se na justiça social e no reconhecimento internacional dos Direitos Humanos e Trabalhistas" (Corrêa & Gomes, 2003, p.25).

Em relação ao trabalho infantil entende-se que é: "aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade". A OIT, por meio do Programa Internacional para eliminação dos trabalhos das crianças (IPEC)[27], não considera que todos os trabalhos feitos por crianças[28] devam ser eliminados. Para este órgão os trabalhos em que as crianças participem em atividades que não atrapalhem a sua saúde e o seu desenvolvimento pessoal e não interfira na sua escolaridade é em geral considerado positivo. Para este, estas atividades podem

[27] Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho infantil. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/>
[28] A partir dos 12 anos de idade.

desenvolver competências e experiências e podem ajudar na preparação destas crianças para serem membros produtivos da sociedade quando tornarem-se adultos.

Trabalho infantil, a partir do que foi apresentado é aquele que priva as crianças de sua infância, que atrapalha o seu potencial de desenvolvimento e sua dignidade e é prejudicial à saúde física e mental. Assim a OIT entende que este trabalho é prejudicial quando é mental, físico, social ou moralmente perigoso, prejudicial para as crianças e interfere na sua escolaridade: privando-a de freqüentar a escola; obrigando-os a abandonar a escola prematuramente, ou obrigando-os a combinar a freqüência escolar com o trabalho excessivamente longo e pesado.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho para ser denominado de trabalho infantil depende: da idade, do tipo de trabalho, das horas trabalhadas e das condições de trabalho e dos objetivos prosseguidos pelos diferentes países.

Na Convenção nº 138[29], aprovada em 1973 e ratificada pelo Brasil em 20 de janeiro de 2000, indica em seu Artigo 3º:

> 1. Não será inferior a dezoito anos a idade mínima para a admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem.
>
> 2. Serão definidos por lei ou regulamentos nacionais ou pela autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, as categorias de emprego ou trabalho às quais se aplica o Parágrafo 1º deste Artigo.
>
> 3. Não obstante o disposto no Parágrafo 1 deste Artigo, a lei ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderá, após consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada e específica no setor da atividade pertinente.

Na Convenção nº 182, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, em seu Artigo 3º, encontra-se expresso o que é denominado das piores formas de trabalho infantil, que assim se compreende:

[29] Data da entrada em vigor: 19 de junho 1976. Disponível em: <http://www.areaseg.com/normas/convencoes/oit138.html>

> a) Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
>
> b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;
>
> c) utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
>
> d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança[30].

Na Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembléia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil; através do art. 84, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e 1º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961 no Princípio 9, encontra-se expresso:

> A criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.
>
> Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Na Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Resolução n.º 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro e 1990, em seu Preâmbulo recorda que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais.

Ao longo da história dos direitos humanos têm-se o redimensionamento dos direitos humanos de todas as formas por meio de Convenções. Na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, Áustria, em junho de 1993, no Artigo 18 de sua Declaração, deu-se reconhecimento dos Direitos das mulheres e que portanto envolvem as meninas:

[30] Países que ratificaram a Convenção 182. Disponível em: < http://www.oitbrasil.org.br/>

> Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indizível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural dos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional[31].

Ao longo desta história, assistiu-se à criação do Fundo das Nações Unidas, criado no dia 11 de dezembro de 1946 no qual forneceram assistência às crianças no pós-guerra[32].

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi instalado no Brasil, no Nordeste do País, em 1950, segundo informações que constam em seu histórico, a prioridade durante os dez primeiros anos no Brasil foram campanhas de vacinação e nutrição. Já na década de 70 as crianças que viviam nas favelas foram priorizadas. Em 1979, o UNICEF celebrou o Ano Internacional da Criança. Na década de 80 houve campanhas de aleitamento materno e as primeiras campanhas de vacinação contra a poliomielite no País. Em 1985, o UNICEF apoiou o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e chamou a atenção da sociedade sobre a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Na década de 90 apoiou os debates a cerca do Estatuto da Criança e do Adolescente[33].

4.1.1 O Direito e a Criança no Brasil - Percurso histórico até o Estatuto da Criança e do Adolescente

A preocupação com a criança aparecia no Direito, no Código Criminal[34]. O Código Criminal de 1830 estabeleceu a maioridade penal acima dos 14 anos. Pode-se verificar isto nos seguintes Artigos:

[31] Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/viena.htm>
[32] Disponível em< http://www.unicef.org/brazil/pt/>
[33] Retirado e resumido do site: <http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>
[34] Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/histori/modulo02/codigo_1830.html>

> Art. 10 - Também não se julgarão criminosos. I - Os menores de quatorze anos
>
> Art. 13 - Se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes obraram com discernimento, deverão ser recolhidos às casas de correcção, pelo tempo que ao juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda à idade de dezesete annos.

No Período Republicano surge um debate e por fim uma associação entre infância carente e a delinqüência. Assim, o Código Penal Republicano de 1890 alterou a idade de imputabilidade relativa de sete para nove anos[35].

No Código de 1927, portanto já no século XX surge a idéia de "salvar o menor". Através do Decreto no 17.943/1927, com o Código chamado Mello Mattos. Neste período, também surge a implantação dos Tribunais de Menores. Aqui a idéia era uma prática punitiva para uma prática educacional[36].

Maria Liduína de Oliveira e Silva (2008) escreve sobre os traços históricos do controle nas legislações de proteção à infância e à adolescência ressaltando que:

> Em 1927, com a aprovação da primeira lei específica de atenção à infância, chamada Código de Menores Mello Mattos, o "controle sócio-penal" foi "transformado" no controle sócio-penal informal". O Código de Menores Mello Mattos, não por acaso, não adotou juridicamente o "o controle sócio-penal" dos Códigos Penais. Assumiu nas práticas sócios- jurídicas a intenção do "controle sócio-penal", por isso, chamamos de "controle sócio penal informal". Em outros termos, o controle sócio-penal foi juridicamente substituído pelo controle social, fundamentado nas práticas assistencialistas e filantrópicas, que também tinham a dimensão sócio-penal.

A autora ainda salienta que as crianças e adolescentes foram assumidos pelo estado paternalista, legitimando-se como "Estado-pai" com a bandeira da 'proteção e da "educação" [37].

Após este período, com a Lei no 6.697/79, a figura do menor parece ainda como um indivíduo incapaz, irresponsável pelas suas condutas, e por serem provenientes de famílias carentes eram considerados potencialmente delinqüentes.

[35] Código Penal Republicano. Disponível em: < http://www.nevusp.org/downloads/down113.pdf >
[36] Código de 1927. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/Destaques/abrigos/capit10.pdf>
[37] Revista PUCVIVA, nº 30. Adolescentes em conflito com lei: trajetórias de violências e de controle sócio-penal. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r30_r13.htm>

Na Constituição de 1934[38], a infância aparece com a idéia de ser protegida, como se verifica:

> Art. 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:
>
> a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
>
> b) estimular a educação eugênica;
>
> c) amparar a maternidade e a infância;
>
> d) socorrer as famílias de prole numerosa;
>
> e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual.
>
> f) adotar medidas legislativas e adminstrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
>
> g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

Os Direitos Sociais são desenvolvidos nesta Constituição e aparecem com a proibição ao trabalho do menor de 14 anos, no Artigo 121 e indica:

> A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País. § 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei; d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres; e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos; f) férias anuais remuneradas; g) indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; i) regulamentação do exercício de todas as profissões; j) reconhecimento das convenções coletivas, de trabalho. § 2º - Para o efeito deste artigo, não há distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre os profissionais respectivos. § 3º - Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas. § 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. § 5º - A União promoverá, em cooperação com os Estados, a organização de colônias agrícolas, para onde serão encaminhados os habitantes de zonas

[38] Disponível em: < http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes1-14.htm>

> empobrecidas, que o desejarem, e os sem trabalho. § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüenta anos. § 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. § 8º - Nos acidentes do trabalho em obras públicas da União, dos Estados e dos Municípios, a indenização será feita pela folha de pagamento, dentro de quinze dias depois da sentença, da qual não se admitirá recurso ex – offício...[39]

Na Constituição de 1937, a infância e a juventude estarão sob o cuidado e a proteção do Estado. Os pais deveriam invocar este direito enquanto auxílio e proteção para a sua prole, conforme está escrito no Artigo 127 que diz[40]:

> A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.
>
> O abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral.
>
> Aos pais miseráveis assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação da sua prole.

Em 1943, entrou em vigor a legislação trabalhista conhecida como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na qual a idade mínima para o trabalho das crianças era de 14 anos de idade.

Com a Constituição de 1946, a criança deveria ser assistida e amparada pelo Estado[41]. No artigo 164 indica: "É obrigatório, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo das famílias de prole numerosa".

Em 1964, foi criada no Brasil a Fundação do Bem-Estar do Menor, substituindo a SAM, criada pelo primeiro governo militar. Ficou evidenciado no percurso histórico que algumas correlatas FEBENS estaduais mantiveram uma linha autoritária, cujo espaço configurou-se em lugar de tortura e desumanização.

[39] Art. 121 da Constituição de 1934.
[40] Disponível em: <http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes2-19.htm>
[41] Disponível em: <http://www.profbruno.com.br/publicacoes/PUB%2016%20-%20DIREITOS%20SOCIAS%20NAS%20CONSTIT%20BRASILEIRAS.pdf>

Em continuidade, têm-se ainda na Constituição de 1967 no Artigo 167, o qual ressalta a assistência à maternidade. Nesta Constituição é alterada a idade mínima para o trabalho do menor para 12 anos. Portanto houve um retrocesso da Lei.

Na Constituição de 1969[42], no Artigo 175 (IV) indica o seguinte: "Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais".

4.1.2 A Constituição Federal de 1988

A Lei máxima do Brasil é a Constituição Federal promulgada em 1988, por meio dos representantes do povo. O Brasil é um Estado Democrático de Direito, constituído com a soberania popular, com a participação da sociedade e é organizado com regras pré-estabelecidas.

A valorização do trabalho humano é a garantia da Constituição Federal do Brasil. O Artigo 3º da Constituição Federal ressalta que todos os que vivem na coletividade têm o dever de colaborar com esta coletividade e aponta para um Princípio da Solidariedade Social.

Portanto, as graves injustiças sociais, aumentadas pela crise social que afetam as crianças, passam a ser tipos de violências que aumentam, de alguma forma, o número de excluídos. De acordo com a Constituição Federal, em seu Artigo 227:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Este Artigo 227 explicita direitos que devem ser prioridades e não formas assistencialistas de manifestação social. Assegura-se, juridicamente, uma luta contra a pobreza e por meio da liberdade o direito à participação. A criança está incluída nos efetivos direitos desta Lei.

[42]Disponível em: <http://www.profbruno.com.br/publicacoes/PUB%2016%20-%20DIREITOS%20SOCIAIS%20NAS%20CONSTIT%20BRASILEIRAS.pdf>

Quanto ao trabalho infantil, a Constituição Federal em seu artigo 7º, XXXIII com nova redação pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1988, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. A inobservância deste Artigo poderá acarretar a responsabilidade administrativa trabalhista e penal.

A exploração do trabalho infantil afeta a dignidade da pessoa humana e desrespeita a valorização do trabalho humano que está no Artigo 170, da Constituição Federal que indica:

> A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
>
> **I** - soberania nacional;
>
> **II** - propriedade privada;
>
> **III** - função social da propriedade;
>
> **IV** - livre concorrência;
>
> **V** - defesa do consumidor;
>
> **VI** - defesa do meio ambiente;
>
> **VII** - redução das desigualdades regionais e sociais;
>
> **VIII** - busca do pleno emprego;
>
> **IX** - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

4.2 Dos Direitos das Crianças

O Estatuto da Criança e do Adolescente denominado de ECA está relacionado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes do Brasil. É um conjunto de normas que buscam proteger integralmente as crianças e os adolescentes. Suas diretrizes estão na Constituição Federal de 1988 e integralizam algumas normativas internacionais.

Este Estatuto da Criança e do Adolescente é composto por 267 artigos tendo como base o princípio da "prioridade absoluta" às crianças e aos adolescentes. Foi formalizado pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. É uma Lei ordinária Federal, cujo destino é regular a

vida do País[43]. O ECA trouxe uma nova lógica que é a da Proteção Integral das Crianças e adolescentes, substituindo à do Código de Menores.

Propõe em seu Artigo 1º: "Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente".

Lê-se Da proteção Integral, na qual a assistência material, moral e jurídica é garantida, com as seguintes características: abrangente, colocação em família substituta e as garantias processuais.

Chama-se Doutrina da Proteção Integral a doutrina jurídica que dá sustentação a este Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A proteção integral é toda e qualquer assistência para o desenvolvimento da criança e do adolescente. À assistência material cuida da alimentação, vestuário, moradia. À moral compete a educação e lazer. À jurídica o direito de quando necessitar recorrer ao Estado a garantia ao acesso à justiça, assistência gratuita e plena. As características são abrangentes porque são para todas as necessidades.

No ECA, as crianças e adolescentes aparecem como sujeitos de direitos. Assim como no Artigo 2º há uma distinção entre criança e adolescente. A importância dessa distinção dá-

[43] Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 59: O processo legislativo compreende a elaboração de:

I. Emendas à Constituição;
II. Leis complementares;
III. Leis ordinárias;
IV. Leis delegadas;
V. Medidas provisórias;
VI. Decretos legislativos;
VII. Resoluções.

Art. 61 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1.º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Senado Federal - Constituição Federal de 1988

b) Organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
c) Servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;
d) Organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
e) Criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

se por conta da prática infracional e das autorizações para viagens que se encontram nos artigos 83 e 84 do ECA[44].

No Artigo 2 considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e o adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade.

Antes do Estatuto, no Código de menores, havia à proteção a criança em situação de risco. O ECA é mais abrangente. Infante não comete crime, pratica ato infracional. Criança tem medida de proteção e ao adolescente cabe medida de proteção e medida sócio-educativas, quando o ato infracional for mais grave. Até 12 anos há a proteção, a partir dos 12 anos, já é adolescente, portanto cabe medida sócio-educativa.

Também cria medidas de proteção (voltadas para situações em que os direitos de meninos e meninas são ameaçados ou violados) e medidas socioeducativas (aplicadas para adolescentes que cometem atos infracionais). O ECA institui ainda a co-responsabilidade de toda a sociedade civil e do poder público em garantir o direito a uma vida saudável aos meninos e meninas de todo o País, conforme propõe o artigo 4°:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

[44] Artigo 83: Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
§1º A autorização não será exigida quando:
a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma undade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
b) a criança estiver acompanhada:
1) de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;
2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
§ 2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

Artigo 84"Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:
I- estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;
II-viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida".

Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos exigíveis com base na lei. Os pais devem cumprir o dever do sustento, da guarda e da educação da criança e do adolescente.

4.2.1 Dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente à vida e à saúde

O primeiro grande direito que o ECA garante é à vida. É um direito natural, com caráter inviolável, intemporal e universal. A Constituição Federal de 1988, no art. 5º, garante "a inviolabilidade do direito à vida". Portanto, o direito à vida é um direito fundamental, que resguarda a dignidade da pessoa humana. O Artigo 7 do ECA garante este direito à criança e ao adolescente: "A criança e o adolescente têm direito a proteção a vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência."

Assim, na Parte Geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Artigo 4º, têm-se o direito à vida seguido pelo direito à saúde. Sem vida a criança e o adolescente não poderá ter os outros direitos, e apresenta uma dimensão também orgânica, portanto o direito à saúde é também aqui um direito fundamental.

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 227, também os direitos fundamentais da criança e do adolescente, partem dele já citado nesta tese[45].

[45] Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não- governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V - obediência aos princípios.

Uma garantia importante que aparece nos Artigos 7º e Artigo 8º do ECA é a garantia de um nascimento harmonioso da criança. Desde a fase gestacional, no atendimento pré e perinatal, garantindo à mulher a atenção especial neste período. Por outro lado, a proteção integral à criança e ao adolescente oferece condições dignas para estes, reconhece-os como sujeitos de direitos.

Portanto, a violação destes direitos fundamentais à vida e à saúde da criança e do adolescente viola o Artigo 3º da Constituição Federal de 1988 que diz:

> Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
>
> I- construir uma sociedade livre, justa e solidária;
>
> II- garantir o desenvolvimento nacional;
>
> III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
>
> IV- promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A falta da implementação de eficientes políticas públicas voltadas à infância demonstra a maneira com que esta sociedade visualiza suas crianças e adolescentes. O Direito à vida está relacionado com as possibilidades de criar e recriar a realidade, e isto só é possível com as condições mínimas de subsistência.

No Artigo 5º do ECA têm-se: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais."

O ECA deve ser entendido como uma Lei para todas as crianças, com uma concepção ampla assegurando um conjunto de direitos à infância e à adolescência. Isto é violado quando as crianças precisam trabalhar nas piores condições e lugares; quando o destino da criança é a rua; quando a criança tem que ficar em casa cuidando dos irmãos mais novos, para a mãe poder trabalhar; quando a criança é explorada no ambiente velado das casas de família; quando o direito ao ensino de qualidade não é garantido e efetivo; quando as crianças são violadas sexualmente; quando os Conselhos Tutelares não possuem condições estruturais mínimas para a realização do seu trabalho.

4.2.1.1 Quanto ao Trabalho Infantil

O Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Capítulo V, trata Do Direito à profissionalização e à proteção no trabalho, do artigo 60 ao artigo 69, e indica em seu artigo 60: "É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14".

No artigo 62 orienta: "Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor".

As atividades de ensino profissionalizante sob responsabilidade de entidade governamental e não-governamental deverão assegurar ao adolescente a participação em atividades de ensino profissionalizantes (artigo 68 do ECA). Ainda no mesmo artigo, inciso I, "Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo".

Assegura ao adolescente o direito à profissionalização, conforme o Artigo 69:

> O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:
>
> I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
>
> II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

4.2.1.2 Quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários

No Artigo 65, encontra-se: "Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e precidenciários".

4.2.1.3 Quanto aos direitos ao adolescente portador de deficiência

No Artigo 66, indica o seguinte: "Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido".

De acordo com a Constituição Federal em seu Artigo 227, § 1º, II:

> criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.
>
> § 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

4.2.1.4 Quanto às condições de trabalho:

Relaciona a proibição do trabalho noturno, insalubre, penoso, ou em locais prejudiciais à formação e desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do menor aprendiz, no artigo 67:

> Ao adolescente portador empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:
>
> I- noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
>
> II- perigoso, insalubre ou penoso;
>
> III- realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
>
> IV- realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

4.2.1.5 Quanto à Participação

No Capítulo IV do ECA – Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer em seu Artigo 53 é ressaltado o direito da criança e do adolescente à participação. Como se vê:

> A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
>
> I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> II- direito de ser respeitado por seus educadores;
>
> III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
>
> IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;
>
> V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
>
> Parágrafo Único- É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Portanto, o Estatuto prevê o exercício de escuta às crianças e adolescentes, para isso é necessário criar espaços para esta escuta e participação. Sabe-se que estas precisam ter uma participação ativa. Para isto os adultos precisam escutá-las. A participação neste sentido aparece como um pilar da democracia. O Estatuto procurou, de alguma maneira, apontar para a importância de redesenhar as propostas da educação, e as propostas das políticas públicas.

Ainda no Capítulo II do ECA - Do Direito à Liberdade, ao respeito e à dignidade verfica-se em seu Artigo 16:

> O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
>
> I- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;
>
> II- opinião e expressão;
>
> III- crença e culto religioso;
>
> IV- brincar, praticar esportes e divertir-se;
>
> V- participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
>
> VI- participar da vida política, na forma da lei;
>
> VII- buscar refúgio, auxílio e orientação.

Desta maneira o ECA prevê a participação das crianças nas decisões políticas, nas quais a criança e o adolescente como sujeitos de direitos constroem e contribuem para novas políticas.

Para a efetivação do ECA e a operacionalização das políticas foram criados conselhos nas três esferas:

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA);

Os Conselhos Estaduais (CONDECAs);

Os Conselhos Municipais (CMDCAs).

Para assessorar os municípios na execução orçamentária têm-se os fundos, conforme o Artigo 260 do ECA:

> Os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração do Imposto sobre a Renda, o total das doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente- nacional, estaduais ou municipais- devidamente comprovadas, obedecidos os limites estabelecidos em Decreto do Presidente da República.

No entanto, as indicações do ECA ainda não são efetivamente seguidas, muitas pessoas o desconhecem. Foi criado para todas as crianças e, no entanto, somente alguns aspectos são destacados quando se verifica declarações sobre este estatuto como se fosse uma Lei apenas voltada para adolescentes que cometem atos infracionais. No entanto, sabe-se que a Lei é para todas as crianças e adolescentes do país.

4.3 Das Crianças com Direitos

4.3.1 A criança pobre e o mundo globalizado

Vive-se uma sociedade que exclui por meio de muitos mecanismos, nos quais estão presentes a falta de oportunidades e a falta de recursos, etc. As crianças sofrem e são submetidas à exploração do trabalho infantil e são afetadas pelos processos excludentes da globalização.

Existem inúmeras maneiras de deslegitimar a população pobre. Uma das maneiras é tornando natural aquilo que não é natural. Assim, as crianças pobres podem juntar lixos no chão, podem dormir no papelão, podem recolher lixos das lixeiras, podem passar fome e assim sucessivamente são usurpados de seus direitos**.**

No mundo da globalização, fala-se em cidadania, mas supervaloriza-se o dinheiro e o lucro, produzindo a diferença. Assim, as crianças trabalhadoras acabam por desconstruir a idéia de uma essência infantil idealizada e universal.

Para Giddens (2000), a globalização é política, tecnológica, cultural e econômica. E é também um fenômeno interior que acaba por influenciar aspectos íntimos da vida, é uma rede complexa de processos.

A fragmentação social, as perdas de direitos que levam muitas vezes a exclusão e marginalidade, envolvem as crianças trabalhadoras no mundo. O processo da globalização se impõe de tal forma que as pessoas vão pouco a pouco deixando de ser reconhecidas naquilo que diz respeito aos seus direitos sociais.

E é neste mundo que a criança está inserida. Por isso considera-se necessário ouvi-las, para que uma nova ética possa se impor, ao considerar as diferenças das crianças e para respeitá-las como sujeitos de direitos. Inseridas na fúria do mercado, as crianças pertencem não aos grupos das “minorias”, mas são a “maioria” partícipes do grupo dos mais vulneráveis.

No caso das crianças trabalhadoras no mundo globalizado, o custo humano para elas é altíssimo, porque são exploradas continuamente. “Uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão. (Bauman, 1999, p. 9)

Portanto, há de se considerar que toda exclusão social acaba por ferir os direitos humanos fundamentais. A economia mundial está preocupada com os lucros e deste modo os pobres de todo o mundo procuram sobreviver nele as crianças pobres estão amplamente excluídas pelo fato da participação ainda não ser uma realidade. Há de se considerar que as tentativas de políticas integradas para a infância pobre pouco têm levado em conta as vozes dos que sofrem.

O mundo globalizado é um mundo que empobrece as crianças. É preciso que se reconheça isto de maneira local. Que verdadeiramente a economia mundial não têm se

preocupado com o bem-estar das crianças em si mesmas. Assim, a pobreza é um fenômeno que se soma a outros flagelos da humanidade.

O Relatório da UNICEF (2009), publicado pela ocasião do 20º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança afirma que quanto a/ao:

> Sobrevivência infantil, o número anual de mortes de menores de 5 anos caiu de 12,5 milhões, em 1990, para menos de 9 milhões, em 2008.
>
> Aleitamento materno exclusivo, com uma única exceção, essa prática aumentou em todas as outras regiões em desenvolvimento para bebês de até seis meses de idade.
>
> Suplementação com micronutrientes, para as crianças nas regiões em desenvolvimento, desde 1999, a proteção completa com duas doses de vitamina A passou de 16% para 62%.
>
> Imunização de rotina, a aplicação de três doses da vacina DPT3 aumentou de 75% em 1990, para 81% em 2007;
>
> Vacinas, salvam milhões de vidas e, desde 2000, ajudaram a reduzir em 74% o número de mortes por sarampo em todo o mundo;
>
> Prevenção da malária, na África ao sul do Saara, o uso de mosquiteiros com inceticida para proteger menores de 5 anos aumentou muito desde 2000;
>
> Prevenção de HIV em 14 de 17 países com dados para determinar tendências, a prevalência de HIV caiu desde 2000 para mulheres entre 15 e 24 anos têm atendimento pré-natal;
>
> Tratamento de HIV, para crianças menores de 15 anos de idade, o tratamento de HIV aumentou drasticamente, de maneira mais acentuada na África ao sul do Saara;
>
> Água limpa de qualidade, entre 1990 e 2006, mais de 1,6 bilhão de pessoas conquistaram acesso a fontes de água limpa de melhor qualidade;
>
> Matrículas na escola primária, o número de crianças fora da escola caiu de 115 milhões, em 2002, para 101 milhões, em 2007;
>
> Conclusão do ensino primário, para crianças nos países em desenvolvimento, a sobrevivência até a última série chegou a mais de 90% entre 2000 e 2007, segundo pesquisas internacionais;
>
> Paridade de gênero na educação primária, há avanços; na maioria dos países em desenvolvimento, o índice de paridade de gênero chega, no mínimo, a 96%.

No entanto, no mesmo relatório têm-se os desafios quanto à sobrevivência e ao desenvolvimento que diz:

> 2,5 bilhões de pessoas ainda não têm acesso a instalações de saneamento adequadas;
>
> 1 bilhão de crianças são privadas de um ou mais serviços essenciais para sua sobrevivência e seu desenvolvimento;
>
> 148 milhões de menores de 5 anos nas regiões em desenvolvimento têm baixo peso para a idade;
>
> 101 milhões de crianças não freqüentam a escola primária. O número de meninas é maior do que o de meninos;
>
> 22 milhões é o número de bebês que não estão protegidos por imunização de rotina;

8,8 milhões de crianças em todo o mundo, em 2008, morreram antes de completar 5 anos de idade;.

4 milhões de recém-nascidos morrem antes de completar um mês de vida;

2 milhões de crianças menores de 15 anos vivem com HIV;

> 500 mil mulheres morrem a cada ano devido a complicações na gravidez e no parto.

4.3.2 Quanto aos desafios com relação a disparidades

Em mais de 50% dos países com dados suficientes para uma avaliação, a mortalidade infantil, em meio a crianças pobres é no mínimo 1,9 vez mais alta do que em meio a crianças ricas;

Nos países em desenvolvimento, entre crianças com menos de 5 anos, a probabilidade de ter baixo peso é mais de duas vezes, maior entre as pobres do que as ricas;

Água limpa e canalizada, a disponibilidade desse recurso é duas vezes maior em áreas urbanas do que em áreas rurais;

Instalações sanitárias de melhor qualidade, nos países em desenvolvimento, a disponibilidade desse recurso é quase duas vezes maior em resid6encias urbanas do que em residências rurais;

Na África Oriental e Meridional, a prevalência de HIV é três vezes mais alta entre mulheres jovens do que entre homens jovens;

Na Ásia Meridional, a taxa de conhecimento abrangente sobre HIV entre homens jovens é o dobro da taxa entre mulheres jovens;

Nos países menos desenvolvidos, o número de homens jovens alfabetizados é 1, 2 vez maior do que o de mulheres jovens alfabetizadas;

Na América Latina e Caribe, a freqüência de meninos é 6% mais baixa do que a de meninas;

Nas áreas rurais do mundo em desenvolvimento, o casamento de mulheres jovens é duas vezes mais freqüente do que nos centros urbanos;

Nas áreas urbanas, o número de registros de nascimento é duas vezes maior do que nas áreas rurais;

Quanto ao atendimento especializado no momento do parto, nos países em desenvolvimento, é duas vezes mais freqüente no quintil de renda mais rico do que nos países em desenvolvimento mais pobres;

Quanto ao risco de morte materna, nos países menos desenvolvidos, esse risco é 300 vezes mais alto do que nos países industrializados.

4.3.3 Desafios em relação à proteção:

500 milhões- 1,5 bilhão de crianças foram afetadas pela violência;

150 milhões de crianças entre 5 e 14 anos de idade estão envolvidas no trabalho infantil;

145 milhões de crianças perderam um ou ambos os pais devido a todas as causas;

70 milhões de mulheres e meninas em 29 países foram submetidas a mutilação/corte genital;

> 64 milhões de mulheres de 20 a 24 anos nos países em desenvolvimento casaram-se antes dos 18 anos;

51 milhões de crianças ficam sem registro ao nascer;

18 milhões de crianças sofrem os efeitos dos deslocamentos;

15 milhões de crianças perderam um ou ambos os pais devido à AIDS;

14 milhões de mulheres jovens dão à luz entre os 15 e os 19 anos de idade;

1,2 milhão de crianças foram vítimas de tráfico a cada ano desde 2000;

> 1 milhão de crianças permanecem em custódia devido a processos judiciais[46].

A pobreza infantil no mundo aponta para a necessidade de uma luta por melhores qualidades de vida. As crianças do mundo inteiro precisam ser consideradas importantes e fundamentais para a sociedade onde vivem. Isto faz parte dos direitos humanos, por isso a erradicação da pobreza infantil deve ser um compromisso.

A UNICEF em seu Relatório (2009) demonstra o quanto o mundo ainda precisa mobilizar-se para a eliminação da pobreza infantil. A pobreza infantil é uma violação dos direitos humanos. É preciso que se considere o respeito que se deve a todas as crianças. Respeito que se pode demonstrar através da luta pelo bem-estar das crianças pobres no mundo.

Os direitos das crianças não foram construídos num vazio e seus efetivos cumprimentos só podem acontecer quando as consciências mobilizam-se em torno da questão. O combate à pobreza infantil é dever de todas as pessoas. E por isso, é preciso políticas, sociais e econômicas por parte dos poderes instituídos. Por outro lado, é preciso que se solidifique uma cultura de direitos humanos, porque o mundo tem solidificado práticas culturais de autoritarismo.

No entanto, o primeiro a ter que respeitar o dever de não violar os direitos humanos é o Estado. No que se refere às crianças, o Estado precisaria mobilizar a participação das crianças enquanto membros ativos da sociedade, enquanto cidadãs. O Estado, portanto, precisa garantir-lhes, estes direitos possibilitando que as crianças possam exercitá-los, ao mesmo tempo em que este empreende ações necessárias para o cumprimento da participação das crianças.

[46] Relatório de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf.> Acesso: 27 nov 2009

4.3.4 Para efetivar os Direitos das Crianças e dos adolescentes

Durante o período da pesquisa aconteceu a etapa Estadual da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos com o tema " Superando as Desigualdades" no dia 10 de setembro ao dia 13 de setembro de 2008 na cidade de Manaus. A pesquisadora deste trabalho participou como relatora da Conferência, isto possibilitou que sistematizasse as inquietações de parte da sociedade civil e do Poder Público ali representado em relação à problemática da criança e seus direitos violados.

Os Eixos orientadores apontados pela Conferência Nacional foram:

- Universalizar direitos em um contexto de desigualdades. O objetivo do eixo seria permitir o debate, produzindo propostas e subsídios sobre como universalizar direitos na realidade brasileira em um contexto de grandes desigualdades, temas do debate: justiça e igualdade; a desigualdade de renda; a discriminação racial; a discriminação de gênero; as desigualdades territoriais.
- Violência, segurança pública e acesso à justiça. O objetivo do eixo seria: Articular o debate sobre violência, segurança pública e acesso à justiça, apresentando propostas de programas, ações e medidas de superação da violência e da impunidade no país, com os temas:.justiça e igualdade; homicídios; violência contra as mulheres; violência contra crianças e adolescentes; trabalho escravo; violência e intimidação de lideranças populares; a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; a violência institucionalizada (sob a forma de execuções sumárias, tortura e extermínios); A segurança pública e o acesso à justiça; o combate à impunidade, celeridade, transparência, manutenção de privilégios, reforma do Poder Judiciário, atuação do Ministério Público, das Defensorias Públicas, etc.
- Pacto Federativo, responsabilidades dos três poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública. O objetivo do eixo seria: refletir sobre as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na efetivação do novo Programa Nacional de Direitos Humanos e procurar compreender e elucidar como também dar concretude aos compromissos assumidos pelo Estado, por meio da incorporação aos instrumentos de planejamento e orçamento da União, Estados e Municípios, abordou temas

como: justiça e igualdade; a carência de legislação que regulamente a forma de cumprimento das decisões emanadas pelos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos; a articulação de uma política pública de Estado que trate os direitos humanos de forma integrada; a definição de responsabilidades compartilhadas entre a União, os Estados e os Municípios na execução de políticas públicas; a integração do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública dentro de um sistema de respeito, proteção e efetivação dos direitos humanos.

- Educação e cultura em direitos humanos. O objetivo do eixo seria: refletir sobre a garantia dos direitos humanos por meios do acesso à informação e à educação que permeiem as políticas públicas nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; Reconhecer a comunicação como um direito humano que pode contribuir para informação,educação e contínua participação de todos os que têm seus direitos violados e ainda considerar como princípios a liberdade de expressão e opinião, o compromisso com a divulgação de conteúdos que valorizem a cidadania, reconheçam as diferenças e promovam a diversidade cultural. Abordou-se os temas: justiça e igualdade; a educação escolar e a interação com a comunidade local; a educação e sua função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais; a prática escolar orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais; a informação e a educação em direitos humanos e as políticas públicas; a comunicação como direito humano; a participação de toda a sociedade.

- Interação democrática entre Estado e sociedade civil. O objetivo do eixo seria: analisar como a democracia pode ser fortalecida por meio do diálogo entre o Estado e a sociedade civil e em que medida é possível articular e aprimorar a complexa estrutura de participação popular nas políticas públicas, por meio de diversos conselhos e conferências setoriais, no monitoramento das políticas de direitos humanos e do Programa Nacional de Direitos Humanos. Temas tratados: justiça e igualdade; prevalência da dignidade da pessoa humana; a participação da sociedade civil organizada; a construção e o monitoramento das políticas públicas de direitos humanos no país; A missão histórica legítima dos movimentos sociais que são: a fiscalização, pressão, cobrança, propostas e

exigências; a interação democrática entre Estado e sociedade civil; a disponibilização das informações públicas; A criação de mecanismos de monitoramento público-social de implementação das recomendações da 11ª CNDH; a garantia das recomendações que permitam expressão no orçamento público e no planejamento do estado brasileiro (Plano Plurianual - PPA).

- Desenvolvimento e Direitos Humanos. O objetivo do eixo seria: debater e elaborar propostas de ações que considerem o impacto do modelo de desenvolvimento na efetivação dos DHESCAs, temas abordados: direito à moradia, ao trabalho, ao meio ambiente, alimentação, seguridade social,etc. E ainda refletir criticamente sobre as conseqüências da ausência de controle social sobre a ação das grandes corporações e empresas transnacionais, justiça e igualdade; o desenvolvimento econômico e a realização de direitos; os impactos do desenvolvimento ao meio ambiente; a responsabilidade por recorrentes violações de direitos humanos; as condicionantes impostas pelo modelo econômico de desenvolvimento e a realização dos direitos humanos; as alternativas que o Programa Nacional de Direitos Humanos pode contemplar em relação ao desenvolvimento.

Eis assim um pequeno resumo de propostas e reflexões viabilizadas nesta conferência quanto à situação das crianças em relação aos seus efetivos direitos:

Apontou-se que não havia uma estrutura efetiva para os Conselhos Tutelares e por isso o Estatuto da Criança e do Adolescente não se efetivava nas práticas; Seria preciso rever o horário de funcionamento dos conselhos tutelares, tanto da capital quanto do interior, aprimorando a fiscalização desses conselheiros; foi solicitada a inelegibilidade dos conselheiros tutelares para outros cargos políticos; foi preciso criar serviço especializado para o combate e enfrentamento ao tráfico de pessoas, mulheres, crianças e adolescentes; apoiar e fortalecer comitês (PAIR); criar estruturas de atendimento a dependentes químicos; apurar os casos de trabalho infantil, responsabilizando os culpados, viabilizando a revisão do PETI, orçamento, plano pedagógico; criação de Rede de combate à pedofilia; exigir a elaboração de relatórios periódicos dos centros de internação (MSE); fortalecer a participação da sociedade civil dos Conselhos com a implementação de atividades de formação para conselheiros; fiscalizar as ações dos municípios para implementação da Legislação Federal e Estadual que cria os CAPS e CAPSI, (adultos, crianças e adolescentes e dependentes de álcool e outras drogas bem como responsabilizar os gestores públicos quando não houver esta

implementação; definir e garantir o acesso e permanência a educação e cultura aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas; continuidade da educação formal, na mesma escola que o adolescente cumpriu medida sócioeducativa até a conclusão da escolaridade.

A imagem da infância na Conferência pareceu ser evidenciada nos vários grupos de discussão na perspectiva da proteção. Enquanto relatora foi possível perceber que em nenhum momento a palavra participação apareceu focalizando a criança. Percebe-se a supremacia dos adultos e de suas problemáticas durante todas as propostas.

4.3.5 Trabalho das Crianças

As crianças imersas num mundo em crise sofrem todos os tipos de barbárie. Imersas em relações de poder autoritárias, as crianças constituem um desafio na medida em que precisam ser pensadas a partir da multiplicidade de fatores onde estão inseridas.

Deste modo, é preciso inverter a lógica ao refletir sobre a imagem da infância trabalhadora, pois quando se fala em infância aponta-se para muitas outras problemáticas no mundo. A infância é hoje um fenômeno, visto que é estudada por todos os campos.

No mundo globalizado, a pobreza infantil é uma questão necessária à agenda social. Por outro lado, entre a infância das crianças que não são pobres, o consumo infantil é estudado como um desafio.

Portanto, a infância e o trabalho das crianças são um sintoma dos problemas estruturais de uma sociedade em crise, onde o lucro e a exploração suplantam o humano. Deste modo, conhecer e poder intervir sobre o trabalho das crianças pobres é uma questão de justiça social.

O sistema capitalista vive suas crises e de maneira global. Conseqüentemente, vê-se o fechamento de indústrias, o desemprego e o aumento das desigualdades sociais. O neoliberalismo é o modelo capitalista que prega o Estado mínimo e a não-intervenção das políticas governamentais na economia. É assim que as crianças pobres vivem e fazem sua trajetória de pobreza de maneira diversa e diversificada. Há muitos tipos de pobreza e de trabalho infantil de exploração no mundo.

Analisar o trabalho infantil de exploração é partir do reconhecimento de que as crianças precisam de um bem-estar para viver no mundo. Mas isto é extremamente complexo, já que as forças que criam as condições de desigualdade são difíceis de serem anuladas. De qualquer maneira, esta deve ser a luta de todos os comprometidos com as causas sociais, com a humanidade.

4.3.6 As Conseqüências do Trabalho

As crianças precisam continuamente gerir os riscos que o trabalho de exploração lhes impõe. Mas, além dos riscos, elas precisam gerir o tédio, próprio de um trabalho repetitivo que por serem elas como pobres precisam de força para recriar e sobreviver todos os dias. Evidente que isto também é um problema das outras gerações. Os adultos também precisam continuamente gerir as dificuldades do trabalho repetitivo.

Mas não é somente este o problema. Além disso, as gerações mais jovens vão sofrendo de falta de perspectivas em relação ao emprego. Se as crianças pobres precisam trabalhar para sobreviver a sua situação no mercado competitivo é ainda mais complicada. Numa sociedade de empreendedores poucas crianças trabalhadoras vão ter a possibilidade de competir no mercado de trabalho que lhes dê condições dignas de existência.

As crianças trabalhadoras são também a demonstração da força histórica dos pobres. A evidência de que independente de idades e gêneros, lutam, negociam e trabalham. Nota-se que há um fosso entre a sociedade e as crianças pobres. Há um fosso entre as crianças e a sociedade.

Aqui se ressalta a criança trabalhadora. Esta participa de um processo ideológico do trabalho, que diz poder tirá-la da "marginalidade ameaçadora" das "ruas perniciosas e perigosas", dando-lhe "dignidade", por meio do trabalho e legitimando uma possibilidade de riqueza e futuro garantido. É ainda neste século XXI, que se houve este discurso para as trabalhadoras crianças pobres do mundo.

Ora, sabe-se que todo discurso deve ser lido na esfera da vida, ser compreendido a partir do lugar que o engendra. É assim que se compreendem as práticas sociais no mundo globalizado e excludente em relação às crianças, porque as práticas sociais das crianças trabalhadoras são social e culturalmente situadas.

A exemplo disto vê-se a infância pobre de algumas crianças retratadas no jornal da cidade de Manaus:

Imagem 8 – Jornal Amazonas Em Tempo **Foto:** Michell Mello (2009, Outubro 11). Infância Perdida nas Ruas. p. C/2.

Síntese

A discussão em torno dos direitos das crianças insere-se na garantia dos direitos humanos. Obviamente de uma luta pelo compromisso com a vida das crianças. Trata-se aqui muito mais de um resgate da legalidade que teve como objetivo subliminar demonstrar a tensão entre direitos e as contradições que se apresentam no trabalho de exploração nas feiras investigadas.

Demonstra-se que a falta do cumprimento dos direitos das crianças, metamorfoseiam-se em incertezas para o presente e anulação de perspectivas para o presente e futuro. É a cumplicidade com uma lógica de exploração vigente que torna a invisibilidade da criança ainda mais eminente. Assim, colocar a Lei dos Direitos das crianças em pauta tem também o objetivo de des(ajustar) ainda mais o caos das feiras e refletir sobre a situação das crianças pobres em um mundo globalizado.

CAPÍTULO V

TRABALHO INFANTIL NAS FEIRAS DE MANAUS

Neste capítulo fez-se uma análise a partir de temáticas ressaltadas pelas Crianças, Feirantes e Conselheiros Tutelares com o respaldo teórico da Sociologia da Infância. As categorias analisadas foram surgindo a partir das notas de campo e das entrevistas feitas com os feirantes e Conselheiros Tutelares. Assim as dimensões: Ofício, Sentimentos e Aspirações, Representações e Práticas Sociais são analisadas na perspectiva da Sociologia da Infância.

DIMENSÕES, CATEGORIAS E TEMAS

O "ofício da criança" aparece como fundamental para uma análise sobre a criança trabalhadora e tem o objetivo de tornar objeto sociológico o seu fazer. As crianças perambulantes-trabalhadoras nesta investigação são de uma classe menos favorecida. Evidenciam competências de produzir os significados sobre suas atividades no trabalho; demonstram suas habilidades no comércio das feiras trabalhando com suas famílias ou sozinhas. Por outro lado, são crianças que experimentam práticas sociais diferenciadas, no sentido que o tipo de atividade que realizam são muito próximas daquilo que um adulto realiza. Desta maneira, conhecer os "ofícios da criança" significará também analisar as condições sobre o conhecimento que se tem sobre a condição social de cada criança.

As crianças também aparecem sendo exploradas sexualmente. Assim, deve- se levar em conta também as mudanças do estatuto sobre a infância. Isto porque as crianças aparecem nas feiras durante as madrugadas, deste modo algo está sendo instituído como supostamente natural nestas práticas noturnas e consentida pela sociedade. Isto posto, a vulnerabilidade de muitas crianças à exploração sexual é resultante também do aumento da pobreza e de uma demanda por sexo na cidade que é tolerada socialmente em cumplicidade explícita com uma negligência das autoridades competentes e fiscalizadoras. Dito de outra maneira, a condição da infância num mundo em transformação, mas absolutamente excludente e desigual, implica num olhar sobre os modos de como se pensa as crianças pobres trabalhadoras na cidade. Ora, com a impunidade e a falta de fiscalização e investigação poder-se-á favorecer deterrminadas práticas nesta sociedade.

O "ofício" das crianças aparece também por meio de serviços informais quando trabalham sozinhas, como "flanelinhas", empurradores de carrinhos de compras, etc.

A dimensão "Sentimentos e Aspirações" nos favorecem refletir sobre a compreensão do que as crianças fazem de suas vidas, por meio do trabalho que realizam perambulando nas

feiras. Assim, analisam a vida na perspectiva do inacabamento e da criatividade. Por outro lado, são rigorosamente críticas em relação à falta de direitos humanos do qual as crianças são vítimas no trabalho.

As crianças são capazes de fazer conexões entre o trabalho da investigadora e a possibilidade de um resultado que poderá favorecer a transformação daquela realidade. Desta maneira, ainda que tristes são capazes de silenciar para no seu silêncio dizer sobre o que pensam a respeito da pobreza e do trabalho, por causa da pobreza. Por isto, os "silêncios" das crianças aparecem como categorias a serem analisadas e especialmente para evidenciar a inteireza das crianças perambulantes-trabalhadoras destas feiras. A indignação das crianças é também um destes sentimentos. As crianças se fazem conhecer pelo do que pensam e pela linguagem crítica diante dos fatos da vida. Produzem múltiplas interpretações sobre o trabalho e sobre a exploração.

Outra dimensão é a "Representação". Aqui os sentidos são construídos pelas crianças, considerando como organizam a sua existência a partir do trabalho que realizam, demonstrando como o conhecimento apropriado por estas é também um conhecimento compartilhado socialmente. Assim, as crianças são capazes de ler a vida, interpretá-la e legitimar de maneira muito peculiar aquilo que querem ou não em relação ao trabalho.

As "Práticas Sociais" também aparecem como dimensões a serem analisadas. As crianças são consideradas em sua participação social. As muitas crianças encontradas nas feiras trabalhando-perambulando apontavam para outro modo de ver a infância na cidade. Lugares da infância tecidos a partir de um cotidiano relacionado com a pobreza, com a cultura manaura, com a sobrevivência e com outras questões evidenciadas no decorrer da investigação pelas crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares.

A descrição e análise ficou divida e subdivida, conforme o quadro abaixo:

Dimensões		Categorias		Temas	
5.1	Ofício	5.1.1	Comércio (feira)	5.1.1.1	Sozinhos
				5.1.1.2	Com a Família
		5.1.2	Exploração Sexual	-	
5.2	Sentimento e aspirações	5.2.1	Silêncios	-	
		5.2.2	Indignações	-	
5.3	Representações	5.3.1	Crianças	Sobre o trabalho	
				Sobre quem trabalha	
				Sobre o direito	
				Sobre a escola/educação	
				Sobre a infância	
		5.3.2	Conselheiros Tutelares	5.3.2.1	Sobre o trabalho
				5.3.2.2	Sobre quem trabalha
				5.3.2.3	Sobre o direito
				5.3.2.4	Sobre a escola/educação
				5.3.2.5	Sobre a infância
		5.3.3	Feirantes	5.3.3.1	Sobre o trabalho
				5.3.3.2	Sobre quem trabalha
				5.3.3.3	Sobre a escola/educação
				5.3.3.4	Sobre a infância
5.4	Práticas Sociais	-	-	-	-

Quadro 15 - Dimensões, Categorias e Temas

Toda análise ficará sempre na periferia do dito. Uma análise a partir da criança e sobre a criança transbordará de ditos periféricos, porque escrever-se-á sobre um "território" não conhecido, o da infância, o das crianças ou mesmo das "infâncias" de algumas crianças. Dos espaços onde as perambulantes-crianças trabalham nas feiras, é a partir deste ponto que se inicia a pesquisa. Mas esta partida é de fragmentos que se fazem numa tentativa de descrição em um fazer etnográfico**.**

Uma decifração de um saber que não é da pesquisadora sobre o perambular-trabalhador das crianças destas feiras, mas de uma experiência de campo necessária para o registro, o qual "desabará" em múltiplas interpretações, porque o que as crianças disseram

será apenas uma tentativa de reprodução, portanto já será um dito reinterpretado pela pesquisadora, mesmo mantendo todos os cuidados para transcrevê-los o mais fielmente possível não se pode dar conta de abarcar a amplitude no campo das emoções e principalmente naquilo que ficou nas entrelinhas, no invisível, no silêncio do não-dito.

O cotidiano nas feiras é carregado de contradições. Vêem-se crianças trabalhando e este trabalho aparece nas práticas mais triviais: Na venda de picolé, em fiscalizar os carros, no carregamento de peso para o adulto.

> O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta outra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este 'mundo memória', segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta 'história irracional', ou desta 'não–história', como o diz ainda A. Duprot. 'O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível'... (Certeau, 2000, p.31)

Esta citação de Michel Certeau foi resgatada para ressaltar a importância deste cotidiano nas feiras que faz identificar nas práticas diárias aquilo que não quer ser visto. Assim, as crianças perambulam nas feiras passam a ser as informantes acerca do seu trabalho. O sentido daquilo que realizam vão aparecendo nos silêncios e nas falas.

5.1 Ofício

5.1.1Comércio

5.1.1.1 Crianças que trabalham sozinhas

Observou-se nas feiras uma espécie de invocação de um ofício. Ofício que se desenvolve de maneiras diversificadas: Vendedores (as), carregadores, empurradores de carrinhos com peso, trabalhadores com dupla ou tripla jornada, entre outras.

A experiência de trabalho nestas feiras, por parte das crianças é um registro que não se pode considerar "infantil". Não há infantilização no fazer das crianças. A criança no desenvolvimento de um suposto ofício necessário à sobrevivência realiza uma ação que ao

mesmo tempo a socializa com outras crianças e com os adultos. São atores em sentido pleno, ao mesmo tempo em que são produtos de uma realidade desigual. Neste caso, o "conceito de infância, contrariamente ao que se passa ao nível do senso comum, está longe de corresponder a uma categoria universal, natural, homogênea e de significado óbvio" (Pinto, 1997, p. 63).

Estes ofícios desenvolvidos pelas crianças são constatados nas seguintes notas de campo:

> «Estacionei meu carro na feira do Coroado e logo vem uma criança dizendo que vai ficar reparando para mim. Perguntei sua idade e o menino disse ter seis anos de idade»
>
> *(Diário de campo - Feira do Coroado - Julho de 2004)*

No documento de análise das políticas e programas sociais no Brasil de 2004, há um informe do Departamento de Estatística da Organização do Trabalho de que as maiores porcentagens de crianças trabalhadoras com menos de 10 anos de idade eram observadas na Ásia, África e na América Latina. Ressalta que no caso do Brasil a Constituição Brasileira de 1988 estabelece a seguinte lei de proteção à criança e ao adolescente:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação; exploração, violência, crueldade e opressão. (Kassouf, 2004 *apud* Constituição Federal Brasileira de 1988, art. 227).

Um menino de seis anos de idade na feira pode significar que a pobreza é produzida e reproduzida pelas forças estruturais da sociedade. O que Giddens (2004) chamou de Teoria da 'Culpabilização' do Sistema' na explicação sobre a pobreza. Os pobres são responsáveis pela situação de exclusão e aptos a gerenciar os riscos. Em outras palavras responsáveis pela sua condição tanto de vulnerabilidade quanto de ameaça.

O autor diz que esta abordagem coloca ênfase nos processos sociais que produzem condições de pobreza difíceis de serem superaradas pelos indivíduos. Giddens (2004) avalia a teoria afirmando que os pobres não aceitam passivamente as situações em que se encontram.

Por isso, o trabalho das crianças é uma tentativa de superação ou sobrevivência da situação de suas famílias. Como na seguinte nota de campo:

> «Encontrei meninas de 11 anos de idade vendendo sacolas por R$ 1,00 (um real)»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Soares (2003) aponta que riqueza e pobreza se distanciam em grandes proporções, aumentando o número de famílias em situação de pobreza, indigência e miséria. A pobreza pode ser entendida como um estado de privação de bens e serviços, como aquele que possui um conjunto de necessidades básicas insatisfeitas.

O documento de análise das políticas e programas sociais no Brasil de 2004 afirma que nos dados da PNDA havia mais de três milhões de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando e naquele momento da pesquisa um total de 36 milhões no Brasil. Quase 300 mil crianças trabalhando na ocasião daquela pesquisa. Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Um menino de 10 anos, vendendo sacolas, estava na 4ª série. E algumas crianças empurrando carrinhos para adultos até o carro, com idade de mais ou menos 9 anos»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Uma questão que fora observada, constantemente, foi o fato de as crianças carregarem as sacolas pesadas para os adultos ficarem com as mãos livres e continuarem comprando. Algumas tinham a sorte de ter um carrinho para isso, então levavam as mercadorias até o carro, outras tinham que carregá-las. Observou-se muitas vezes as sacolas grandes e pesadas nas costas das crianças que andavam sem reclamar, submissas totalmente àquela situação como cumprimento de um ofício inquestionável. Às vezes, as sacolas eram quase do tamanho das crianças.

> «Assim que parei o carro encontrei uma criança de 6 anos de idade (menino) guardando carros. Ele falou que seu pai havia morrido. Eu perguntei: E tua mãe? O menino respondeu: “Tá lá...”. Querendo dizer que estava em casa»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado de 19h às 20h45min - Julho de 2004)*

Este menino citado nesta nota de campo era muito pequeno e estava sozinho esperando que eu estacionasse o carro. Assim que desci, ele fez cara triste, pedindo para cuidar do carro e se estabeleceu este breve diálogo.

Nota-se que estudos como este, voltados para a infância em sua condição social, demonstram a importância de compreender a sociedade a partir da infância. A pergunta, às vezes, também muito presente na pesquisadora era: Qual o agente causador do problema?

Durante este período encontrava um número muito grande de crianças trabalhando. Eu ficava impressionava, principalmente com as diversidades dos horários. Assim,notava-se que as crianças que estão nas feiras quase não têm tempo da gratuidade com os colegas, tão importante para o seu desenvolvimento. Como se pode notar na seguinte nota de campo:

> «Algumas crianças vendiam sacolas entre elas meninas na faixa de 11 anos de idade»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Muitas crianças conversavam rapidamente com a pesquisadora, passavam com seus produtos ofereciam-no para a compra. A comunicação rápida se fazia presente. Mostravam suas habilidades para a venda e quase conseguiam a persuasão da compra. Por muitas vezes, não se soube o que fazer. Frente ao real, tudo parece que vai sendo ofuscado por uma ignorância da adultêz, pela tentativa de superação dos obstáculos daquilo que poderia parecer tão simples, mas que demonstra o que não sabemos sobre o mundo do trabalho, onde as crianças estão inseridas.

Em muitos momentos não se pôde perguntar mais do que a idade da criança, não deveria atrapalhá-las em seus afazeres. Era raro encontrar uma criança sozinha num boxe, mas isto foi possível, mesmo ciente de que o adulto estaria ali por perto. Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Estou na Manaus-Moderna, um menino de 9 anos vende verduras»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna às 11h30min [sábado] - Julho de 2004*

Aos sábados e domingos aumentava o movimento nas feiras. As perguntas não eram bem aceitas todos queriam ganhar o seu dinheiro. A presença das crianças no trabalho também nos finais de semana atestava o trabalho penoso exercido por estas nas feiras. Ana Nunes de Almeida, citando Qvortrup diz que: "é justamente o desconforto paradoxal entre 'o que queremos para as nossas crianças, a nível de expectativas individuais, e as desfavorecidas' condições em que algumas vivem', a nível estrutural, que constitui o maior incentivo ao seu conhecimento sociológico" (Almeida, 2009, p. 19).

O que se percebe, é que, mesmo que o trabalho infantil fosse reconhecido como legítimo, os direitos das crianças não seriam salvaguardados. O impacto do trabalho infantil sobre as crianças é visto de maneira local nesta pesquisa e de maneira global. Várias gerações parecem perpetuar a prática da exploração do trabalho infantil por conta da pobreza. A relação do trabalho infantil com a pobreza faz a temática ficar ainda mais complicada para propor alternativas. Quem aloca o tempo da criança nas feiras é o adulto, que se encontra em casa ou nas feiras acaba por, muitas vezes, por meio da exploração, coordenar e distribuir o tempo da criança no trabalho.

Identifica-se que a exploração do trabalho infantil relaciona-se com um sistema que não cria a inclusão, mas pelo contrário o perpetua em todas as partes do mundo. A intensidade da pobreza exige que crianças com cada vez menos tempo de vida comecem a trabalhar. Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Um menino de 10 anos disse estar cursando a 4ª série, vendendo sacolas. E muitas crianças empurravam carrinhos de compras na feira, tinham a idade aproximada de 9 anos de idade»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

O ofício das crianças aparece como algo quase insignificante em pequenos e breves trabalhos informais por muitas vezes, e que são a única alternativa para as crianças e para as famílias. O trabalho torna-se uma afronta para os bons observadores e os sensíveis transeuntes. As crianças das feiras aparentam estar sem a vanguarda daqueles que lutam verdadeiramente por elas. Sem voz, sem reconhecimento, sem segurança e excluídas vão perambulando dia após dia para garantir a sobrevivência, denominar-se-ia esta situação de a criatividade das crianças para a sobrevivência.

As crianças trabalhadoras evidenciam uma globalização da pobreza porque se tornam expressão de um mundo que "oferece" os restos de lixo e de trabalho explorado por meio de uma mão- de- obra barata.

Como se verifica na seguinte nota de campo, quando as crianças trabalham pela parte da noite:

> «Neste dia encontrei algumas crianças trabalhando fui 19 horas para a feira. Dois meninos um de 13 e outro de 12 anos com carrinhos de carregar compras»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Há nas feiras um círculo vicioso de perpetuação da pobreza em termos geracionais. A defesa dos direitos humanos ainda não atingiu os espaços das feiras com a ênfase devida para a diminuição das formas do trabalho infantil. É visível que ainda se lida com as questões do trabalho infantil e sua intervenção com sentimentalismos, caridade e assistencialismos. As questões das piores formas do trabalho infantil passam por uma espécie de legitimação nas representações que se estabelecem. Seria necessário deslegitimá-las, numa perspectiva dos direitos humanos.

Estes modos "caridosos" de lidar com as questões do trabalho infantil estão relacionados com o próprio sistema capitalista que concebe a criança como ser produtivo. Assim, todo o trabalho da criança pobre passa a ser legitimado como natural.

O trabalho infantil, em todos os turnos em que as feiras funcionam, aparece como espaços onde as crianças não têm muita escolha diante da sobrevivência, são relegadas à condição de "resíduos humanos" [47]. Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Um menino de aproximadamente 13 anos, vendendo sacolas»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Percebe-se nestas feiras pouca preocupação com os mundos da vida das crianças, no qual o bem-estar das crianças não corresponde a uma intervenção abrangente nestes locais. Por outro lado, fabrica-se socialmente uma idéia de infância, em que as crianças não são vistas como sujeito da economia e do mundo do trabalho. Parece que ocorre uma dicotomia neste discurso. Deste modo, é importante e fundamental levar o mundo das crianças

[47] Expressão usada por Bauman.

permanentemente como uma indagação para possíveis transformações sociais; recomeçar o pensar sobre a infância, as crianças, a partir de seus direitos.

As crianças são privadas da educação, informação, saúde, nutrição, segurança econômica e social, moradia, descanso, lazer e brincadeira. Desta maneira, os direitos humanos são violados constantemente e evidenciados na pobreza, na qual inúmeras crianças vivem.

Nas feiras, as crianças não têm opção, seus trabalhos são necessários para a contribuição no orçamento familiar. O que se observou nesta pesquisa que ninguém citava a palavra *stress* no mundo da criança trabalhadora, como se os trabalhos realizados por elas não trouxessem prejuízos corporais, emocionais ou sociais. O que é bem questionável, a partir da leitura da seguinte nota de campo:

> «Encontrei a Socorro, trabalha na feira quinta, sexta e sábado. O dinheiro que arrecada entrega para a tia»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Consumo também não faz parte do vocabulário empregado pelos feirantes e crianças. Nas observações, percebe-se uma responsabilidade que a vida lhes impõe. Como "todo relato é um relato de viagem - uma prática do espaço", (Certeau, 2000, p. 200) sabe-se que estas famílias, supostamente excluídas, buscam alternativas de sobrevivência e encontram no trabalho infantil esta possibilidade. Assim, nestes relatos no campo, percebe-se a necessidade de que políticas integradas à infância sejam mais efetivas. Por outro lado, que as abordagens não sejam somente econômicas e sociais, mas que possam proporcionar mudanças culturais no modo de ver a criança e suas atividades.

O trabalho infantil nas feiras legitima o modo como vai se estabelecendo nas feiras e na própria cidade "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras" (Bourdieu, 1989, p. 15).

Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Neste dia tinha um menino de 15 anos que disse estar na 7ª série, era responsável por uma banca. Vendia colorau e alho»

(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)

Há nestas feiras crianças que com seus trabalhos legitimam práticas sociais inseridas em relações de poder. São práticas que emergem de adaptações por parte destas crianças às estruturas de poder. Ao afirmar isto, entende-se que a criança colocada no lugar do adulto, responsável pela banca, porta-se como o próprio dono da banca. Assim, Raul Iturra (1997, p. 38) nos diz sobre o adulto:

> O adulto é, como temos visto, uma criatura de compromisso: aceita sem sentimento e emoção os deveres e responsabilidades que assume, vive no meio da reciprocidade e da solidariedade e não foge dos deveres sociais que estão, normalmente, para além de si próprio e do seu pequeno grupo doméstico. O adulto vive para além do prazer, como diria Freud (1920).

Esta citação nos faz compreender que muitas vezes as crianças assumem uma postura diante da vida e das necessidades conforme lhes são impostas. São desenvolvimentos de papéis e competências que demonstram para além do visto nesta situação do comércio da criança. Tal situação demonstra que sabemos pouco ou nada sobre como a criança representa a realidade (Almeida, 2009).

Quando crianças trabalham, dificilmente usufruem de todos os seus direitos. Por outro lado, o modo imponente em que a criança assume a banca como posto de trabalho demonstra que não desiste de lutar por uma vida digna. Sabe-se, como Iturra (1997, p. 37), que falta ao adulto "o entendimento da epistemologia, do sentimento e da racionalidade do mais pequeno".

As crianças demonstram, com seu trabalho, a luta constante pela defesa da vida e fazem uma luta contra-hegemônica, mesmo sem conhecimentos do que possa ser isso teoricamente. Ou se não o fazem, acredita-se que com o seu trabalho diário e se tivessem verdadeiramente quem as representassem para que fossem ouvidas o fariam de alguma maneira. Há uma expressão da diversidade quando se percebe o que fazem as crianças nestas feiras. É preciso que se traduza isto por meio de um novo sentido que se deve dar para as intervenções públicas.

Assim, apresenta-se outra criança trabalhadora:

> «Encontrei o Álvaro, 13 anos, 7ª série. Trabalha de segunda a sábado. Chega à feira 3 horas da madrugada e sai 12 horas, depois vai para a aula. E sábado trabalha de 3 horas da madrugada às 17 horas»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004)*

O trabalho infantil desta criança demonstra a ousadia de vencer as tensões próprias da sobrevivência. A jornada desta criança é intensa e o tempo em que realiza sua atividade demonstra e aponta para questões essenciais que devem estar nos debates e nas agendas políticas da cidade e do mundo. É preciso descolonizar a infância pobre. Porque as crianças são colonizadas quando são subjugadas em todo o mundo a condições de pauperização, exploração sexual, pedofilia e outras formas de violência em que são submetidas.

É com as crianças, e investigando o trabalho feito por elas que será possível descolonizar esta infância pobre. São com os excluídos que se pode aprender sobre a legitimação dos direitos. É a partir das crianças que são encontradas com o tabuleiro na mão, no domingo, que se pode refletir sobre o que é o efetivo dos direitos das crianças. Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Encontrei dois meninos trabalhando. Perambulavam na feira com um tabuleiro de enfeites para geladeira. Um tinha 9 anos e o outro 7 anos. Fiquei andando no mercado durante uma hora, não apareceram mais crianças»
>
> *(Diário de campo – Mercado Adholfo Lisboa às 10h (domingo) - Julho de 2004)*

Assim, a reivindicação de direitos de cidadania passa pelo reconhecimento de que: "Nenhuma sociedade poderá advogar que faz o melhor pela criança se não a aceitar como pessoa, se não lhe atribuir um estatuto socialmente reconhecido" (Soares, 1997, p. 95). Estas crianças têm uma capacidade de autonomia e se organizam de maneira espantosa no trabalho. Isto aponta para a capacidade mais ampla das crianças se mobilizarem e se organizarem para ressignificarem suas trajetórias de vida e de suas famílias. Isto depende de outros inúmeros fatores relacionados a políticas públicas. Estas crianças que trabalham aos domingos nestas feiras e Mercado têm algo a ensinar sobre a vida que não está escrito nos livros científicos.

Há que se registrar que basta uma observação para perceber o que sabem sobre a vida e o mundo do trabalho no trabalho. Fora conversado rapidamente com estas crianças. Elas

estavam sorridentes e queriam que seus enfeites fossem comprados pela pesquisadora. O Mercado não estava movimentado e todos os vendedores olhavam-me curiosos. Estas crianças andavam próximas uma da outra, numa espécie de proteção e necessidade de companhia. Assim, lembro Raul Iturra (1997, p. 22) quando diz que a "Infância trabalha com o real, ainda que não entenda o seu contexto nem o seu objectivo".

> «Encontrei três crianças trabalhando, dois meninos, um de 12 anos e o outro de 13 anos, ambos vendiam sacolas. Uma menina de 13 anos também vendia sacolas, disse cursar a 6ª série e que estudava pela manhã.»
>
> *(Diário de campo – Feira da Aparecida às 19h - Julho de 2004)*

A Feira da Aparecida é muito movimentada no dia de terça-feira. É uma feira de tradição na cidade. Fica próxima ao centro no bairro da Aparecida. Era noite e as crianças trabalhavam livremente. A tônica do trabalho das crianças aparecia mais uma vez como um complemento da renda familiar. Esta parecia a única alternativa encontrada pelas famílias para encontrarem um patamar adequado às suas necessidades. Mesmo as crianças que estudavam teriam outra jornada de trabalho diferenciada do estudo na escola.

Por outro lado, as crianças sabem o que significa o seu ofício para o seu contexto. Criam instrumentos para sobreviver a cada dia, mas reconhecem a jornada intensa de seus trabalhos. Conseguem distanciar-se daquilo que fazem para analisar o próprio e necessário enquadramento na realidade, mostrando que de acordo com Qvortrup (1994, citado por Manuela Ferreira, 2002, p.152):

> A redescoberta da(s) criança(s) como actor (es) social (ais), contribuindo para o reconhecimento do seu estatuto social como sujeitos, protagonistas que estão activa e reflexivamente envolvidos na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, exprime a tomada de consciência do seu direito à palavra, a sua assunção como produtoras de sentido, ou seja, confere-lhe cidadania epistemológica.

Na observação, pôde-se constatar que as crianças estavam cansadas e suadas. Além disto, o trabalho nas feiras mostrava certa desorganização. O que parecia é que as crianças faziam fazendo o que aparecesse ou o que foi combinado no início da manhã.

O conflito pelo qual a pesquisadora atravessava era o de que muitas e muitas vezes não poderia abordar estas crianças. Elas carregavam peso e como poderia conversar e dizer sobre a pesquisa. Pelo qual se pode ver na seguinte nota de campo:

> «Vi três adolescentes (meninos) que estavam com um saco grande nas mãos. Eram trabalhadores, mas não consegui ver qual o produto que carregavam. Permaneci uma hora nestas duas feiras (feira da banana e Manaus Moderna) e fiquei exausta»
>
> *(Diário de campo – Feira Manaus Moderna - Maio de 2007)*

O ofício das crianças nas feiras torna visível a pobreza. Estas feiras são espaços de exclusão e de privação cultural para as crianças. Estas crianças são marcadas por carências. E assim, pode-se concordar com Maurício Roberto da Silva acerca da possibilidade ou não de ludicidade das crianças, assim expõe:

> Embora algumas pesquisas acerca da exploração do trabalho infantil cheguem à conclusão de que, tanto no meio urbano, quanto rural, o fato de que as crianças, mesmo imersas num quadro de destruição do capital: meio ambiente, direitos dos trabalhadores, da infância, juventude e velhice, as crianças brincam em condições adversas de tempo e espaço, muitas vezes em ambientes de esgoto a 'céu aberto', penso que o que está em jogo não é o jogar em si, a transgressão e a resistência em si. (Redin, Martins, & Muller. 2007, p. 71).

Nota-se a exaustão das crianças que carregam para todos os lados as mercadorias. De alguma maneira, apresentam formas lúdicas no trabalho, mas o que o referido autor anteriormente citado chama atenção é o que está em jogo, explica:

> é o fato de elas brincarem numa realidade destruída pela racionalidade capitalista e, mesmo assim, se imporem como seres sociais, resistindo ludicamente, anunciando, enfim, um outro projeto de sociedade. Isso significa dizer que o tempo exíguo para o lúdico também carrega consigo, dialeticamente, as marcas históricas da pobreza, da privação, do trabalho estranhado, do cerceamento, da justiça, da má distribuição da renda e da terra. (Redin, Martins, & Muller. 2007, p. 72).

Aqui se defende a qualidade do brincar de uma criança, na qual esta tem realmente a possibilidade do tempo e espaços para brincadeiras. As crianças trabalhadoras-perambulantes,

das feiras de Manaus brincam. No entanto, é preciso que este brincar inclua uma multiplicidade de dimensões para um processo de criatividade, imaginação, alegria, presentes e fundamentais para o desenvolvimento da criança, considerando o seu bem-estar, saúde, educação e lazer.

O meio-ambiente, destas feiras, por exemplo, pode não favorecer uma construção de um espaço salutar para as crianças brincarem. Como se vê na notícia a seguir de um jornal da cidade:

Feiras de Manaus são caso de saúde pública

Ratos, baratas e moscas nos alimentos, esgotos entupidos e teias de aranha são as condições do Mercado Municipal Adolpho Lisboa e da feira da Manaus Moderna, no Centro da cidade. Segundo o secretário municipal de Mercados, Agricultura e Abastecimento, Fábio Albuquerque, essa é uma realidade de todas as feiras de Manaus.

Cidades, capa

Chico Batata

Órgãos dizem que não podem fazer nada

A Secretaria Municipal de Mercados, Agricultura e Abastecimento (Semaga) e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde de Manaus (CVisa) informaram que não podem tomar providências para garantir a higiene nas feiras da cidade. O secretário da Semaga, Fábio Albuquerque, alega que está impedido de agir porque, desde 2004, a gestão das feiras passou para as comissões de feirantes.

Cidades, capa

Chico Batata

Consumidor reclama dos feirantes

A aposentada Maria Francisca Almeida, 67, freqüentadora das feiras do Centro da cidade há mais de 50 anos, disse que a responsabilidade é dos feirantes. A vendedora Darlene Simone Lima, 33, que freqüenta a feira da Manaus Moderna semanalmente, afirmou que tem evitado consumir ou comprar alimentos que ficam expostos, por medo de contrair intoxicação alimentar.

Cidades, capa

Perigo *Na feira da Manaus Moderna, ratos se alimentam dos alimentos que serão vendidos aos consumidores, cuja saúde corre graves riscos*

Imagem 9 – Jornal Diário do Amazonas **Fotos:** Chico Batata (2007, Outubro 3). Feiras de Manaus são caso de Saúde Pública.
p. 1.

Portanto, as crianças, neste caso, pobres, estão expostas a situações de riscos para a sua saúde, mas mesmo assim, procuram resistir ludicamente, construindo lugares a partir da imaginação, sensibilidade e ainda, sem perder o espírito crítico, como revela esta investigação.

5.1.1.2 Crianças que trabalham com a família

Muitas crianças estavam nas feiras com seus pais e ou responsáveis. Isto demonstra que as crianças tornam-se parceiras dos adultos, ao mesmo tempo em que a idéia de proteção se faz presente. Há uma participação da criança no mundo do trabalho que implica numa inclusão de seu fazer na economia e isto não pode ser negado na medida em que as crianças estão lá em quase todos os dias de funcionamento das feiras. Portanto, infere-se que ajudando, trabalhando, e sendo apoiada no trabalho estarão sempre trabalhando. O trabalho aparece para estas famílias como valor cultural e econômico. Além disso, estas questões são mediadas por situações bem concretas da existência.

Embora o trabalho da criança seja muitas vezes visto por outros apenas como "ajuda" e não como atividade laboral, numa tentativa de tornar invisível este trabalho e visível a dependência da criança para com o adulto. O que na feira aparece como uma inversão no concreto e no simbólico. Surge então uma pergunta: É a criança que depende do trabalho do adulto ou o adulto que depende do trabalho da criança?

A hierarquia adulto-criança, não no sentido necessário da proteção, mas no sentido "patriarcal" de dominação parece cair por terra na medida em que se discute uma imagem de uma "outra infância", competente, com virtudes de solidariedade perante a família, e independente da idade da criança. Então, o trabalho das crianças está relacionado com as estruturas concretas de realização de sua existência. O trabalho faz parte das estruturas externas que se internalizam pelas práticas dinâmicas e necessárias da classe social nas quais estão estas crianças inseridas.

Por outro lado, há outros aportes que estão relacionados às satisfações das distintas necesssidades sociais para a sobrevivência. As crianças, ao serem observadas trabalhando com seus pais ou responsáveis, desalojam-se de falsas certezas sobre o mundo do trabalho. Há uma revelação da concretude e objetividade de seu trabalho: ajudando, trabalhando e sendo apoiada trabalhando.

Não há distinção entre o mundo do adulto e o mundo da criança em relação ao trabalho, ou seja, as crianças não se distinguem dos adultos porque não trabalham, ao contrário nas feiras o trabalho das crianças torna-se uma evidência.

As crianças, suadas e exaustas, foram sendo encontradas no percurso da pesquisa estavam ocupadas o tempo inteiro procurando os meios de subsistência para cada dia. Portanto, o problema não se explica somente pela pobreza, mas nota-se que é também uma questão cultural. Faz parte da formação e do desenvolvimento para a vida adulta, segundo alguns pais e responsáveis. Portanto, enfatiza-se, mais uma vez, o trabalho como fonte de aprendizagem e socialização.

Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Neste dia também encontrei um menino, de 12 anos ajudando o tio, vendendo verduras. Um menino de 8 anos trabalhando com o pai»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Para obter estas informações em geral havia a aproximação e a espera para que os clientes fossem atendidos e depois explicações sobre a pesquisa. Depois, que eles aceitavam participar, geralmente só restava tempo para perguntar a idade da criança e eles se apresentavam como pais ou não da criança. Algumas vezes, foi possível perguntar se a criança estudava ou não.

Os feirantes gostavam de responder pelas crianças. Como se elas não fossem capazes de responder nenhuma pergunta. Como se fossem falar irrelevâncias e atrapalhar a pesquisa. Havia sempre uma preocupação em dizer a resposta certa. Mesmo que eu tornasse tudo mais simples.

Sempre havia a preocupação em solicitar a autorização para que as crianças falassem, ressaltando a importância da pesquisa, mas nem sempre isto dava resultado. Os feirantes apresentavam-se desconfiados por acreditarem que poderia ser uma fiscal disfarçada.

Assim segue-se a seguinte nota de campo:

> «Hoje, contei vinte e quatro crianças trabalhando nesta feira. Algumas estão com seus pais ou parentes próximos»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado de 19h - 20h45min - Julho de 2004)*

Notou-se que deparamos com problemas conflituosos sobre o trabalho infantil, porque o número de crianças trabalhando era muito grande, e isto apontaria para uma reflexão sobre as crianças terem o direito de definir as condições de trabalho que realizam, já que não se pode negá-lo. Embora não se pretenda defender o trabalho infantil, é preciso que novas políticas integradas à infância que pensem as crianças pobres, pensem, também escolas reais, para crianças reais, na cidade e no mundo.

Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Os meninos vendem verduras ajudando parentes. Percebi também o esforço de algumas crianças em aprenderem o ofício, como por exemplo: trocar dinheiro, passar troco, etc. Lá estava também um menino ajudando o pai, tinha 8 anos de idade»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

Os pais ou responsáveis ficavam ajudando as crianças aprenderem a passar o troco e as crianças se esforçavam por aprender mais rápido. Parecia que seria uma honra aprender e ter o domínio sobre o dinheiro. Quanto mais cedo melhor, tanto para as crianças, quanto para os responsáveis que lá estavam. As crianças e os feirantes vivem um tempo diferente das outras parcelas da população; tempo marcado pela fragilidade e falta de condições para concorrem num mercado veloz e excludente. Assim:

> «Chamou-me a atenção muitas crianças que acompanhavam os pais na feira. Duas crianças de mais ou menos 8 anos de idade com os pais na banca »
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

As crianças que trabalham nas feiras são marcadas pelo trabalho e marcam com sua presença são capazes, de executá-lo como demonstra a seguinte nota de campo:

> «Estou na feira da Panair, vi agora cerca de cinco crianças (meninos) ajudando na venda e tratamento dos peixes. Crianças de 8 a 11 anos faziam este trabalho.

> O menino, de "cerca" de 11 anos parecia ter muita prática em "*ticar*[48]" peixe e com algum tempo de experiência»
>
> *(Diário de campo – Feira da Panair [sábado] - Julho de 2004)*

As crianças que se encontram trabalhando possivelmente são crianças de grupos de famílias vulneráveis. Estas famílias supostamente não têm outra saída senão a de colocar estas crianças no trabalho desde cedo. Isto foi dito por muitos pais e/ou responsáveis por estas crianças. Desenvolvem um trabalho pesado e perigoso de "ticar peixe" e demonstravam fazer este trabalho com muita prática e objetividade. Aliás, as observações demonstravam que o trabalho das crianças nas feiras até este momento era de muita objetividade. Elas demonstravam uma tamanha objetividade em tudo o que realizavam. Como se nada mais interessasse ao seu redor. Era como se as crianças concentrassem no foco que era o trabalho. Fica evidenciada a lei da sobrevivência. Como se vê também na seguinte nota de campo:

> «Encontrei um menino de aproximadamente sete anos, descascando mandioca»
>
> *(Diário de campo – Feira da Panair às 10h [sábado] - Julho de 2004)*

Não foi possível a aproximação junto a esta criança porque os olhares dos adultos cerceavam. Era uma criança pequena com pouca idade, mas já nos ensinava lições de vida, silenciosamente. A participação desta na vida econômica não pode ser negada e, no entanto, parece inexistente.

O trabalho infantil observado ganha o tempo inteiro um sinônimo de "ajuda" aos adultos, que são pais ou responsáveis. As crianças nunca aparecem nas conversas tidas com os adultos como aqueles que realizam o trabalho. Portanto, ajudar, aparecia muitas vezes como uma espécie de atividade "acessória" por parte da criança, não aparecia como trabalho.

O trabalho infantil aparece nesta fase da pesquisa de forma muito natural nas feiras. Havia pouca fiscalização nas feiras, neste período, isto se notava claramente pela presença de crianças no interior dos boxes. Isto se vê na seguinte nota de campo:

[48] Ticar peixe, termo regional, que consiste em um método de cortar com a faca o dorso do peixe em linhas bem próximas umas das outras.

> «Vi um menino que lavava peixes para um adulto vender (ele tinha 10 anos). O pai disse que eles estavam trabalhando desde 06h30min e ficariam o dia inteiro»
>
> *(Diário de campo - Feira da Panair às 10h [sábado] - Julho de 2004*

O pai da criança quis ressaltar que trabalha quem precisa. E, portanto, não havia problema na criança trabalhar o dia inteiro. Nas feiras, qualquer trabalho era possível para as crianças. Qualquer dia e hora também. Nada parecia proibido por Lei. As crianças poderiam aprender qualquer ofício, tudo faria parte de um tipo de "qualificação" para o trabalho pelo menos era o que ficava evidenciado nas conversas informais com os feirantes. O tempo de permanência que as crianças ficavam na feira trabalhando também era intenso, quase o mesmo que o adulto, ou, na maioria das vezes, o mesmo tempo. Fora narrado que eles chegavam de madrugada para ajudar a arrumação dos produtos, da limpeza, etc. Isto foi constatado nas visitas à feira, durante a madrugada.

Mas havia também crianças que apenas observavam o trabalho de seus pais. A idéia que os feirantes passavam que era a maneira da criança aprender. Era um privilégio aprender com os pais. Muitos diziam que a escola não oferece tudo, pois a criança estando ali não estaria na rua. E, ainda, alguns feirantes chegavam a afirmar que não estudaram, mas o importante é que aprenderam a trabalhar. O trabalho também era justificado nas conversas informais como alternativa de proteção dos pais diante dos perigos presentes nas ruas.

> «Encontrei umas quatro crianças acompanhadas de seus pais, mas apenas olhando o trabalho»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna às 11h30min [sábado] - Julho de 2004*

De maneira diversa, a sociedade acaba por tentar modelar a criança por meio de um suposto projeto ideal de aprendizado para o trabalho. Assim, mesmo olhando o trabalho dos pais há uma espécie de ordenamento do tempo da criança e de uma modelagem, enquanto força produtiva. Por isto:

"A interpretação das culturas infantis, em síntese, não pode ser realizada no vazio social, e necessita de se sustentar na análise das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem" (Pinto & Sarmento, 1997, p22).

Por outro lado, as crianças como atores sociais de direito são capazes de produzir simbolicamente, e assim, inventar novos espaços-tempos, escapando por meio da resistência ao controle dos adultos. Porque,

> Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desposaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmos pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos. (Deleuze, 1992, p. 218).

Na verdade, as crianças vão aprendendo determinadas estratégias do mundo do trabalho. As feiras fazem parte do universo de conhecimento dessas crianças. A identidade delas vai sendo formada neste espaço. Isto demonstra que não é somente na escola que a criança desenvolve saberes. Em todos os espaços de convívio da criança, a sua formação se desenvolve, portanto as culturas da infância são absolutamente plurais.

As culturas da infância entendidas aqui como construção coletiva, cujas crianças nas criam por meio de seu trabalho e observação formas de ação para a sobrevivência, ou ainda transformam as estruturas propostas e impostas já existentes nestes espaços. As crianças resistem da sua maneira sem que as colonizações e tentativas do mundo dos adultos. Nas feiras, ainda que façam atividades repetitivas ou apenas observem o trabalho dos adultos, demonstram capacidades de reinterpretação da realidade, criando estratégias para o enfrentamento do real. (Iturra, 1997).

Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Encontrei muitas crianças trabalhando, neste dia, era uma hora da tarde: um menino de 13 anos trabalhava final de semana com o pai e estava na 6ª série. Conversei com os pais»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004*

Ressalta-se a importância de refletir sobre se o trabalho infantil nas feiras, o qual pode ser muitas vezes considerado um tipo de trabalho escravo urbano, por ser vantajoso para muitos adultos, por ser necessário para muitas famílias e por ser "invisível" para a maioria da sociedade. Como se vê também na seguinte nota de campo:

> «Um menino de 10 anos disse que trabalhava todos os finais de semana com o pai vendendo verduras e que tinha vontade de estudar»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna - sábado - Julho de 200)4.*

Não se pôde investigar sobre a razão pela qual a criança não estava matriculada em uma escola. Porém, sabe-se que a pobreza muitas vezes escraviza as possibilidades da vida humana se desenvolver em plenitude.

> Em contextos de exclusão social, o abandono da escolaridade obrigatória coincide freqüentemente não apenas com a experiência acumulada de insucesso escolar, mas também com fortes pressões para a entrada precoce no mercado de trabalho, através da obtenção de empregos precários, mal remunerados e clandestinos, ligados à situação de sobre exploração de mão-de-obra infantil. (Pinto & Sarmento, 1997, p. 267).

O empobrecimento de boa parcela da população faz com que as jornadas de trabalho das crianças se intensifiquem. Esta questão não pode ser analisada somente no contexto familiar, mas num contexto global. "As crianças como mão-de-obra a usar e descartável constituem a última fronteira da superexploração renovada sob a égide do capitalismo global em rede" (Castells, 2003, vol.III, p. 192). Como se vê na seguinte nota de campo:

> «Um menino de 14 anos ajudando o seu pai. Estava na 6ª série. Trabalhava de 4 horas da madrugada até às 10 horas da manhã, durante os finais de semana. O pai disse isto, mas já era 13h30min. Fiquei quieta»
>
> *Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004*

É certo que esta criança com esta jornada de trabalho nos faz refletir sobre os direitos de cada criança nas feiras. Direitos Humanos que são violados o tempo inteiro e que nos lembra Boaventura de Sousa Santos (1998) quando diz: "Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza e de ser diferente sempre quando a igualdade nos descaracteriza" (p. 80).

> «Uma menina disse estar na 7ª série com 12 anos. Ajuda nos finais de semana. Começa o trabalho às 7 horas e volta para casa às 15 horas. Vende verdura»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004*

Além do tema dos direitos que vem à tona quando se fala em exploração do trabalho infantil, surge uma outra questão na pesquisa de campo, que é a possibilidade de uma análise sobre uma cultura da cidadania, neste caso específico: a cidadania das crianças trabalhadoras. Marilena Chauí (1989) relaciona a questão da cidadania com a efetiva democracia, coloca que sem democracia plena não há a possibilidade do cultivo dos cidadãos. Fica em aberto uma análise sobre o desenvolvimento do ofício das crianças com os pais ou responsáveis e a questão do cultivo da cidadania da criança. E verificou-se o tempo da criança dividido, na seguinte nota de campo:

> «Um menino de onze anos, começava o trabalho às 7 horas e terminava às 16:30 horas. Estuda e está na 5ª série. Vende, passa troco e acompanha os pais»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004)*

Manuel Castell (2003, p.469) afirma que: "A fronteira entre a exclusão social e a sobrevivência diária está cada vez mais indistinta para um grande número de pessoas em todas as sociedades".

Tomando como base esta nota de campo, percebe-se que não é fácil erradicar e enfrentar a exploração do trabalho infantil, porque ele está diluído nas práticas culturais familiares como já foi colocado anteriormente. Nesta feira Manaus-Moderna, por exemplo, o trabalho infantil torna-se apenas mais uma atividade feita por crianças, já que é um espaço onde muitas situações acontecem ao mesmo tempo, além de ser um espaço de grande circulação de mercadorias que vão e vêm dos barcos que ficam ancorados na frente desta feira. Assim, o trabalho infantil também demonstra situações fragilizadas por parte do Poder Público, por parte principalmente das Instituições responsáveis por coibir a exploração da criança. Isto só favorece a disseminação de todo o tipo de exploração nestas feiras.

Por outro lado, este estudo nas feiras vai demonstrando as ambigüidades intrínsecas nas formas de sobrevivência das famílias. Demonstrando cada vez mais que é um fenômeno social complexo.

> «Um menino de 9 anos acompanhante da mãe fazendo somas»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004).*

As atividades insalubres, cansativas e extensas estão sendo realizadas pelas crianças de diversas maneiras. Estas crianças demonstram suas especificidades, enquanto crianças, de maneira extraordinária. Este é o esforço feito na pesquisa para perceber estas especificidades e valorizar as condições dessas crianças, enquanto sujeitos. Seja quando vendem picolé, doces, salgadinhos, refrigerantes e sucos.

> «Encontrei o Alfredo, com 12 anos na 3ª série. Trabalha ajudando os pais na feira até às 14 horas»
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004).*

Esta criança estuda, mas não se sabe por quanto tempo irá freqüentar a escola, na medida em que com jornadas muito extensas de trabalhos muitas acabam por abandonar as escolas. Vê-se também uma interdependência entre adultos e crianças. Os adultos precisam das crianças e as crianças precisam dos adultos. Nessa necessidade e incompletude trabalham e fazem a história nestas feiras.

Percebeu-se que durante as conversas com as crianças e com os adultos havia uma necessidade de dizer que estavam estudando, mesmo que isto não fosse tão real. Por muitas vezes encontrava crianças trabalhando com os pais ou sozinhas e afirmam estudar exatamente no horário em que estavam trabalhando. Sempre acabavam por dar uma desculpa qualquer para o fato de não estarem na aula naquele momento. As práticas de acertos das crianças em cumplicidade com os adultos era também uma constante nas observações. Notava-se uma dependência recíproca, mas que os adultos tendem a afirmar exatamente o contrário.

Como se pode ver na seguinte nota de campo:

> «Encontrei um menino de aproximadamente 10 anos ajudando o pai a descascar tucumã para vender»
>
> *(Diário de campo – Feira da Aparecida às 19h - Julho de 2004)*

Os pais encontram nos filhos o apoio para seu trabalho e, por outro lado, nas observações e conversas informais aparecia a idéia do trabalho ajudar no desenvolvimento da criança. Notava-se uma ideologia a respeito do trabalho das crianças, esta idéia do desenvolvimento, já na primeira fase da pesquisa, aparecia nas falas dos adultos.

> «Encontrei uma criança de aproximadamente 9 anos no açougue. Penso que esta criança ajuda o pai nas horas em que aparecem muitos compradores»
>
> *(Diário de campo – Feira da Aparecida às 19h - Julho de 2004)*

Esta ideologia implícita nas conversas e no próprio trabalho que se instaurava na idéia da criança como "ajudante" e não como trabalhadora aparecia também como orgulho para os pais e também para o orgulho de algumas crianças.

Meninos e meninas estavam sempre "ajudando" os pais. Mas vale ressaltar que as crianças neste sentido vão criando e fortalecendo esta cultura, a qual será reproduzida no futuro.

5.1.2 Exploração Sexual

Nesta madrugada, havia policiamento na feira. De madrugada não podia ir sem companhia. Eu pedia para meu irmão ficar longe para não atrapalhar. A feira não tinha tanto movimento. Na verdade, as pessoas estavam arrumando os boxes para começar o trabalho. Eu chamava muito mais atenção, principalmente porque não poderia explicar a razão de estar ali. E além disto, estava nesta ocasião com o braço engessado, chamava muita atenção.

Para verificar a questão da exploração sexual, foi necessário freqüentar a feira no horário da madrugada. No dia escolhido para a visita havia policiamento no local, mesmo assim a visita neste horário foi acompanhada por um membro da família, visto que a presença da pesquisadora, na condição de mulher, perambulando pela feira, chamaria a atenção dos feirantes que lá já se encontravam se preparando para, ao amanhecer, receber os fregueses.

> «Encontrei uma menina de aproximadamente 11 anos, bem vestida, passeando na feira Manaus Moderna 4 horas da madrugada, acompanhada de uma mulher de cerca de 35 anos de idade. Esta ia à frente da menina, falava alguma coisa com feirantes, homens que por ali conversavam e seguia andando com a menina. Ela não quis deixar a menina dar entrevista, nem respondeu falando, apenas fez um gesto para mim que não deixaria a menina falar»
>
> *(Diário de campo – Feira Manaus Moderna às 4h (madrugada) – maio de 2009)*

Não havia nada velado para ser descoberto nesta situação. A mulher fora acompanhada, durante um tempo, antes de se pedir para falar com a menina. Ela andava pelos corredores e falava com alguns homens que estavam sentados, conversando nos boxes. Eles olhavam, ouviam e ela continuava andando. Procurou-se, aproximar-se em algum momento, para ouvi-la, porém houve necessidade de se recuar, face aos olhares dos feirantes. Ficou evidente que a criança era naquele momento uma "mercadoria" a ser "alocada".

A criança permaneceu absolutamente calada quando me aproximei. Não havia por parte dela nenhum tipo de reação. Ao abordar a mulher, olhei para a criança, mas ela não tinha uma expressão que pudesse ser descrita. Naquele momento fora explicando a intenção do diálogo, mas ela não se importou e mostrou-se não acreditar, afinal, era de madrugada.

Diante desta cena, aflorou-se um sentimento horrível, de sofrimento, frente à impossibilidade de não poder denunciar aquela situação e principalmente o sentimento de impotência por não poder interferir na situação daquela criança.

Vale dizer que sobre esta Feira Manaus Moderna, eventualmente saem notícias nos jornais da cidade de operações realizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdih) com resgate de crianças que estão sendo agenciadas por adultos.

A presença, da pesquisadora nas feiras, de madrugada não poderia ser constante como fora feita em outros turnos. Por todos os problemas de segurança que isto acarretaria. Mas algumas indagações permaneceriam até o "fim" deste perambular, o sujeito que se torna coisificado através do corpo. Um sujeito coisificado, "alocado" é um sujeito violentado. O silêncio da menina e a falta de expressão lembrou Marilena Chauí (1999) que disse: "a violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos".

Neste contexto de exploração sexual do gênero feminino, vale dizer que os feirantes posteriormente nas conversas informais afirmam que a exploração sexual nas feiras ocorre também com meninos. Porém, isto fica camuflado. Somente os feirantes sabem como isso acontece.

5.2 Sentimentos e aspirações

Manuel Pinto e Sarmento (1997) chamam atenção de uma reflexão sobre os trajetos de vida das crianças. Algumas acreditam no futuro e o associam à escola e ao estudo como garantia deste futuro. “Os contextos sociais geram as possibilidades de construção de trajectos de vida” (p. 273).

Há um processo de subjetivação determinado por contextos sociais, culturais e históricos que fazem com que, inseridas em contextos de exclusão social, sejam reduzidas suas possibilidades de autonomia enquanto atores, mas, ao mesmo tempo, como dizem Manuel Pinto e Sarmento (1997, p. 273), “é nessas margens limitadas de autonomia, que se encontra a pluralização das existências individuais, e a própria possibilidade de ruptura com o contexto gerador”.

As aspirações destas crianças estão relacionadas à experiência do trabalho intenso. A riqueza desta experiência está numa esperança. Ao mesmo tempo, numa construção de uma autonomia para mudar um futuro, já que o presente é de “labor”.

Estas observações e conversas com as crianças evidenciaram isto, a riqueza de uma experiência. Não somente por causa do trabalho, mas porque elas conseguem neste cotidiano desenhar um aprendizado e “aspirar”. Isto como pesquisadora foi espantoso, admirável e peculiar. Na verdade estas crianças marcam o lugar da infância não “ideologizada”, “fantasiada” e que está num imaginário social, mas que não é a infância de todas as crianças. Assim, na trajetória da pesquisa, procurou-se privilegiar uma escuta sobre um “tipo de diálogo” em que as crianças constroem sobre a vida e apresentam um sentido de pertença.

5.2.1 Silêncios

Uma questão fulcral na observação que se dava no momento das respostas pelas crianças era que em muitas vezes havia “um olhar triste” que não poderia ser registrado

> «Observei às crianças extremamente tristes e saí da feira com o coração apertado».
>
> *(Diário de campo – Manaus Moderna [sábado] - Julho de 2004)*

Em cada perambular reafirma-se a consciência que todo o conhecimento que se tem sobre o trabalho das crianças é ainda muito pouco. As crianças trabalham muito e não há como negar. Portanto, falar sobre criança sem considerar suas intensas atividades seria propagar ou descrever uma falsa imagem e/ou simplificar excessivamente.

Neste caminho, muitas crianças silenciaram. A pobreza se apresenta de maneira triste. Diante de não saber o que fazer na vida, com poucas opções, talvez a pior seria falar do que faz para sobreviver. "O mito da 'cultura da pobreza', segundo a qual os pobres não melhoram suas condições de vida porque não querem, desfaz-se, sempre na dura frieza das evidências, empíricas e históricas" (Abranches, 1998, p.16).

Assim, as crianças colaboravam para apontar outros pensares: não é somente falar dos "sem discurso" que interessa, mas compreender as lógicas deste engendramento, no qual se encontram as demandas das crianças trabalhadoras, e de onde são construídas sua imagem.

5.2.2 Indignação

Algumas crianças mostravam-se indignadas com a exploração que sofriam. Tinham consciência da necessidade de encontrar uma solução para isto. O fato de terem ficado interessadas nesta pesquisa relacionava-se com o momento que encontraram para desabafar, ainda que rapidamente, sobre o assunto e também por acreditarem num resultado desta pesquisa e de um retorno de alguma maneira. Claro que isto é uma inferência da pesquisadora." Os conflitos e problemas da cotidianidade remetem a soluções conflitivas que se sobrepõem às soluções reais, quando estas são ou parecem impossíveis. Assim os problemas e a procura de uma solução transpõem o limiar do imaginário" (Lefebvre, 1991, p.98).

Nas feiras, na voz de uma menina, o outro mundo ainda não é possível, as crianças ainda vivem para trabalhar:

«Evelyn: O que você pensa sobre o trabalho infantil?

Criança: *Eu penso que eles exploram muito. Assim, ao invés deles darem trabalho, ao invés de eles trabalharem, eles mandam os filhos, como eu já vi muito por aí pelo centro, muita gente explorando. Pois, é, quando eu passei no centro assim, uma vez eu vi um cara, dava bombom pras crianças e depois ele se*

escondia e mandava as crianças venderem e as pessoas ficavam com pena e aí quando acabava, ele pegava, puxava a orelha das crianças e dizia pra passar todo o dinheiro. Aí as crianças pegavam passavam todo o dinheiro pra ele e iam de volta e iam novamente. Ele tava muito errado, porque ao invés de ele trabalhar, ele tava mandando as crianças trabalhar.

Evelyn: Qual é a tua idade?

Criança: *Tenho 18 anos*

Evelyn: O que tu pensas sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus?

Criança: *Isto aí eu não sei ti explicar não. »*

(Diário de campo – Feira do Produtor - maio de 2009)

5.3 Representações

5.3.1 Representações das Crianças

Há pontos de referências onde as crianças muitas vezes parecem se sustentar. Porém, ficou sempre muito claro durante o caminho da pesquisa que as crianças ao construírem sua subjetividade neste falar sobre o seu trabalho tinham um repertório de vivência imensa, que seria impossível de a pesquisadora dar conta. Isto porque há um distanciamento entre a realidade da criança e a realidade da pesquisadora, naquilo que realizam.

As crianças ao responderem as perguntas de modo informal reconheciam a complexidade onde estavam inseridas. Isto é demonstrado por suas respostas. Por outro lado a pesquisa evidencia que mesmo na tentativa de interpretar suas representações estaria sempre distanciada do saber das crianças.

Há nos ditos das crianças uma demonstração de que elas têm uma atitude aberta sobre o mundo, um interesse de ação diante da vida e do trabalho. Por outro lado,percebe-se reconfiguração da vivência no trabalho e na relação com o mundo. Ainda que muitas vezes reproduzam os "dizeres dos adultos", sobre o trabalho, sobre as ruas, sobre o mal, as múltiplas respostas das crianças também demonstravam a multiplicidade de uma compreensão da vida que "jorra" na prática da intensidade do trabalho da criança nas feiras.

Feira é lugar de trabalho, de dureza. Nota-se que não é somente na escola que a consciência social é exercitada, isto ocorre também nas crianças e adolescentes que ali perambulam para trabalhar.

Nas notas seguintes de campo, aparecem as representações das crianças a partir dos seguintes temas: sobre o trabalho, sobre quem trabalha, sobre os direitos, sobre a escola e a educação e o posicionamento destas sobre a infância, estes temas foram analisados em conjunto, tendo em vista as dificuldades de separá-los a partir das vozes das crianças.

Pode-se ver na seguinte nota de campo, em entrevista gravada com um adolescente de 16 anos:

> *«Eu trabalho com o meu pai e minha família desde faz 9 anos vai completar os 10 anos. Desde pequeno eu trabalhei em feira não só aqui em Manaus como em Porto Velho também que nós somos de São Paulo, a gente veio aqui mais pra trabalho, entende? Eu comecei a trabalhar com 7 anos com meu avô, mas sempre eu estudei, eu nunca deixei meus estudos e eu ajudo meu pai até hoje. Agora eu trabalho sempre com meu pai. Eu saí da casa dos meus pais, tenho minha família com apenas 16 anos. Eu trabalho pra ele, não só no trabalho infantil desde pequeno, mas sempre eu quis isso pra mim, entende? Ao invés de ficar na rua se envolvendo no mundo das drogas eu preferi ajudar meu pai, a construir o meu futuro e assumo o governo da minha vida.»*
>
> *(Diário de campo – Feira do Produtor - 2009)*

O sentido atribuído ao trabalho é incorporado a partir de uma rotina de anos. Há um discurso construído a partir de valores como a responsabilidade, a solidariedade familiar, o não envolvimento com as drogas. Este discurso fortalece uma ideologia sobre a importância do trabalho das crianças. O trabalho aparece como um benefício e uma possibilidade para a construção da autonomia.

O trabalho precoce aparece como um valor para o menino e para a família. Não há percepção do trabalho como uma atividade ruim porque, segundo ele, está associada ao estudo.

É evidenciado que a consciência social crítica nas condições de trabalho vai depender de cada história do sujeito. A construção de identidades sociais ocorre por meio de uma educação para os Direitos Humanos que as crianças e adolescentes vão adquirindo também na escola da vida, nas condições de trabalho e na família.

As crianças também demonstram resiliência para resistir às mudanças, para não se tornarem vítimas, para superar a própria vulnerabilidade a que o mundo do trabalho as expõem.

Fora perguntado ao mesmo adolescente o que ele pensava sobre o trabalho infantil e ele mesmo respondeu:

> «Adolescente: *Eu acho errado o trabalho infantil, porque a criança deve se divertir tem tempo pra tudo. E chega certa idade ela vai ter que trabalhar, mas isso não convém que ela venha a trabalhar tão cedo, perdendo sua infância. Perdendo sua escola, porque o futuro da criança tá na escola. Né? É o futuro que garante a pessoa o estudo. Tendo um bom estudo consegue um bom emprego. Se a pessoa tem um trabalho infantil ela perde essa oportunidade fica muito difícil pra ela no futuro.*
>
> Evelyn: Você acha que você perdeu esta oportunidade?
>
> Adolescente: *Eu acho que não perdi esta oportunidade, porque eu estudo, eu trabalho, sou responsável. Trabalho com meus pais, eu tenho o apoio de todo mundo, desde pequeno assim, mas eu não perdi minha infância não.»*
>
> *(Diário de campo – Feira do Produtor - 2009)*

As informações contidas neste depoimento permitiram analisar que a criança valoriza a ludicidade nos tempos de infância e que se este tempo for utilizado com o trabalho precoce atrapalha o seu tempo de diversão. Por outro lado, a criança está associada ao "ser aluno". Sendo "alguém" e com o futuro garantido na vida ao ir para a escola. Há uma circularidade na medida em que o apoio da família no trabalho incentiva uma espécie de direcionamento, boa conduta e organização na vida e no mundo do trabalho.

As horas iam passando e o movimento com a chegada dos feirantes e compradores já se tornava mais intenso. Antes de começar as perguntas e gravá-las, se explicava sobre o trabalho e se perguntava quem desejava participar. Assim, entre outras crianças encontrou-se um que aceitou ser entrevistado e pode-se verificar qual a interpretação social sobre o que é uma criança e o que esta pode ou não fazer. É o que uma criança de 13 anos afirmou na seguinte nota de campo sobre o trabalho:

> «Como é teu nome? *Mateus.* O que você pensa sobre o trabalho de crianças? Qual é a sua opinião? (silêncio...) Você tem uma opinião sobre isso? (silêncio...) Não tem opinião? (silêncio...) Você acha que é bom ou não as crianças trabalharem*? Acho muito bom.* E por que achas muito bom*? Para ajudar os pais, ao invés de estar nas ruas né?Ajudar os pais. Eu venho trabalhar para ajudar o meu tio aqui né?* Então, criança trabalhar é bom para ajudar os pais?
>
> Evelyn: Tem várias crianças que trabalham nas feiras. Crianças, adolescentes. Qual é a tua opinião sobre o trabalho das crianças nas feiras?

Tem gente que explora. As crianças fazem trabalhos forçados, fora do horário, são exploradas.

Evelyn: Então tu achas complicado? Tu achas errado isso? Responde com gestos afirmando.

Evelyn: Quando é assim né? Você entende que o trabalho das crianças é errado quando é exploração. Você estuda? *Sim.* E qual é o ano? *7º ano.* De manhã, de tarde? *De tarde.»*

(Diário de campo - Madrugada – Feira Manaus-Moderna- maio de 2009)

As crianças muitas vezes revelaram sua participação no mundo do trabalho como importante porque ajudava a família. Esta criança, por exemplo, estava de madrugada na feira e não se sabe o que ela entende como trabalho forçado fora do horário. Mas sabe distinguir casos de exploração.

As crianças que trabalham nas feiras e ainda durante a madrugada são capazes de posicionar-se, não são passivas. Sabem sê-lo quando necessário, pelo modo cerceador do adulto, ou pela insegurança e proibição do seu trabalho. Por outro lado, pouco podem falar de futuro, já que mal podem viver o presente e seus desafios. Assim mesmo, ainda são invisíveis no cotidiano da cidade, já que, "o mundo da madrugada" não pertence a todos. Em geral, as pessoas dormem neste turno. Portanto, sem representação permanecem estas crianças trabalhando, mas sem identidade constituída enquanto trabalhadoras das feiras. Ainda que algumas sejam exploradas, poucas serão vistas.

Como se pode ver na seguinte nota de campo:

«Evelyn: O que você pensa sobre o trabalho das crianças? Qual a tua opinião? As crianças devem trabalhar*?*

Acho que não, né? É melhor estudar. Mas é melhor trabalhar do que tá na rua roubando.

E qual é a tua opinião sobre o trabalho das crianças nas feiras em Manaus? *Tem muita criança trabalhando nas feiras, ajudando os pais, ou não ajudando (silêncio...).* Qual é a tua opinião sobre isso? (*Silêncio...)* Tu vês as crianças trabalhando nas feiras e o que tu pensas sobre isso? *(Silêncio...)*

Evelyn: Ele olhava para os adultos. Como se não soubesse o que era para dizer.

Evelyn: Ele já deu a opinião dele, agora é a tua, pode dizer. Não sabes dizer*?(*Gestos, afirmando que não sabia dizer*)* Tu estudas? *Eu tava estudando, mas parei.* Que escola? *(Silêncio...)* Que bairro? *(Silêncio...) Eu não tava estudando aqui não, numa comunidade.* Os adultos foram saindo e fiquei

> sozinha com a criança. Tu paraste por quê? *Parei por causa da minha vó que era muita chata.*
>
> Evelyn: Fiquei sozinha com ele. Sim, e agora o que tu pensas sobre o trabalho infantil? É bom ou não? Como é que é*?Bom, não é. Mas ganha um dinheirinho.* Este dinheiro é pra ti ou para ajudar teus pais? *Dou metade e fico com outra.* E ganha muito?*20 reais por dia.* Tu trabalhas de que horas a que horas? *Chego duas horas da madrugada e saio 7 da manhã. Muito obrigada.»*
>
> *(Diário de campo – Madrugada – Manaus-Moderna maio de 2009)*

A criança se posiciona quando sente liberdade e revela os processos desiguais de socialização pelo qual passa a infância empobrecida das feiras de Manaus. Revela o que pensa sobre o seu trabalho, impressiona pela maneira objetiva com a qual é capaz de tratar a atividade que realiza. Esta criança trabalha mais de 5 horas por madrugada, na medida em que se deve contar o seu deslocamento para a feira que, com certeza, é distante.

Ao se referir ao adulto já ter dado sua opinião, justifica-se diante da dificuldade em ter que abordar a criança, rodeada por adultos. Foi necessário solicitar ao responsável pela criança e, então, um dos homens se prontificou. Assim, fora apresentada a intenção da pesquisa. Neste momento muitos homens assistiam à "cena", como um teatro. Alguns ficavam curiosos. O gravador causava certo "frenesi" nas pessoas. Dava a conotação de ser uma reportagem e eles gostavam dessa situação. O feirante opinou sobre o trabalho infantil.

O gravador e a brincadeira...

Neste dia houve um interesse em falar. Todos queriam brincar um pouco com o gravador. Mas brincando, tímidos mostraram a caricatura do trabalho nas feiras.

> «Quantos anos você tem*? 14 anos.* Qual é o seu nome*?Lúcio.*
>
> O que você pensa sobre o trabalho infantil*?* Qual é a sua opinião sobre as crianças trabalharem? *(silêncio...).* Não sabes*? Não sei responder.*
>
> Como você vê o trabalho infantil nas feiras*? (silêncio...)*
>
> Tens uma opinião sobre isso*?*
>
> Tu trabalhas*?*
>
> Tens uma opinião sobre o teu trabalho*?*
>
> *Acha bom.*

Acha bom por quê?

Acho normal.

Achas normal, achas bom*?*

Você trabalha desde que idade*?*

Dos 13 anos.

Está sendo bom para você. Você estuda*?*

Estudo. Que horário*? À tarde. (Silêncio...)*

Muito bem, então.

Muito obrigada.»

(Diário de campo – Feira do Produtor – maio de 2009)

A criança demonstra claramente que o trabalho faz parte da vida. Isto demonstra que não há como negar que participa da sociedade e do mundo do trabalho como outro trabalhador adulto. O mito social de que as crianças se distinguem dos adultos pelo fato de não trabalharem cai por terra nas feiras investigadas. As próprias crianças desmistificam isso.

O gravador virou um brinquedo para as crianças trabalhadoras-perambulantes. Elas riam, queriam ouvir as vozes. Achavam interessante.Notava-se a alegria nestas crianças misturada à seriedade daquilo que falavam sobre o seu trabalho.

Estas crianças pertencem a uma história antes de se pertencerem. Como se vê na seguinte nota de campo:

«Muitas pessoas trabalham porque o pai e a mãe não têm condições de sustentar os filhos aí. As pessoas quer se vestir, calçar, suas melhoras, aí as crianças vão começar a trabalhar, a partir dos 13, 14.

Tu começaste com que idade*?(Evelyn)*

Eu comecei com 12 anos já.

Como é que tu vês o trabalho infantil nas feiras? (Evelyn)

É um trabalho puxado. Eu tiro por mim, eu trabalho aqui desde as 6 horas e chego em casa 8 horas da noite. Com 14 anos a pessoas trabalhar quase 24 horas, das 6 da manhã, às 8 da noite. Acho complicado.

Como é teu nome? *(Evelyn) Roberto.* Muito obrigada Roberto[49] (Evelyn).»

(Diário de campo – Feira do Produtor)

[49] As pessoas viram o gravador e tiveram vontade de participar das gravações. Algumas pediram para ouvir a gravação depois. Gostavam muito. Era como uma brincadeira.

O contexto das feiras proporciona um tipo de participação das crianças. Em cada momento se invadia o espaço público, onde estavam as crianças a trabalhar isso podia ser percebido. Assim, o poder e voz das crianças eram expressos da maneira como "sentiam" seus pensamentos. Afirma-se isto, porque acredita-se que as crianças não somente expressam o que sentem, são capazes de sentir seus pensamentos. Aqui, usamos de palavras para reafirmar a intensidade das crianças e de como é difícil para nós adultos capturarmos as complexas formas, nas quais se apresentam seus modos de participar.

Ressalta-se aqui, que por muitas vezes, o silêncio das crianças foi uma forma de participação legítima da cultura manauara, a desconfiança. Exigiria um tempo para a construção desta confiança e não seria possível, já que nem sempre a mesma criança estaria no mesmo lugar da feira, no dia seguinte ou na outra madrugada. Outras vezes revelava a dificuldade de falar sobre o seu próprio fazer. Também fora compreendendo como um modo de relação de poder, compreendendo poder como relação, apreendeu-se que a criança encontra seus modos de participar silenciando com a pesquisadora. Infere-se que compartilhar poderes com as crianças é também desafiador, enquanto adulta-pesquisadora, inserida numa sociedade hierárquica.

5.3.2 Conselheiros Tutelares

O Relatório Estatístico, a partir das entrevistas formais estruturadas realizadas com os Conselheiros Tutelares:

Quanto à análise dos resultados das estatísticas dos Conselheiros Tutelares tem-se a seguinte distribuição: Dos Conselheiros Tutelares que participaram das entrevistas, 15% são a favor do trabalho infantil. Outros 70% contra e 15% parcialmente contra.

Distribuição segundo a freqüência de Conselheiros Tutelares que são a favor /contra ou parcialmente contra o Trabalho Infantil | Manaus – AM			
Conselheiros Tutelares	**Freqüência**	**Porcentagem**	**Porcentagem acumulada**
Contra 1	14	70,00%	70,00%
A Favor 2	3	15,00%	85,00%
Parcialmente Contra 3	3	15,00%	100,00%
Total	20	100,00%	100,00%

Quadro 16 - Distribuição segundo a freqüência de Conselheiros Tutelares que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.

CONSELHEIROS TUTELARES A FAVOR/CONTRA O TRABALHO INFANTIL

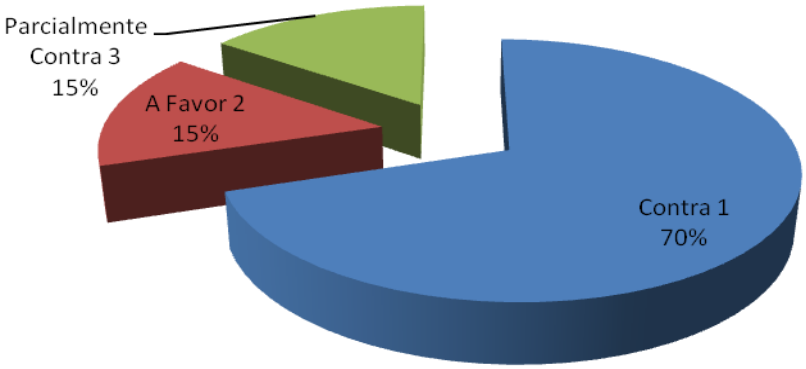


Gráfico 9 - Distribuição segundo a freqüência de Conselheiros Tutelares que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.

Nos gráficos e quadro abaixo estão as respostas sobre o que os Conselheiros Tutelares pensam sobre o trabalho infantil e especificamente sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus.

As respostas dos Conselheiros Tutelares estão divididas em temas: sobre o trabalho, sobre quem trabalha, sobre o direito e sobre a infância.

MOTIVOS DOS CONSELHEIROS TUTELARES CONTRA/PARCIALMENTE CONTRA O TRABALHO INFANTIL

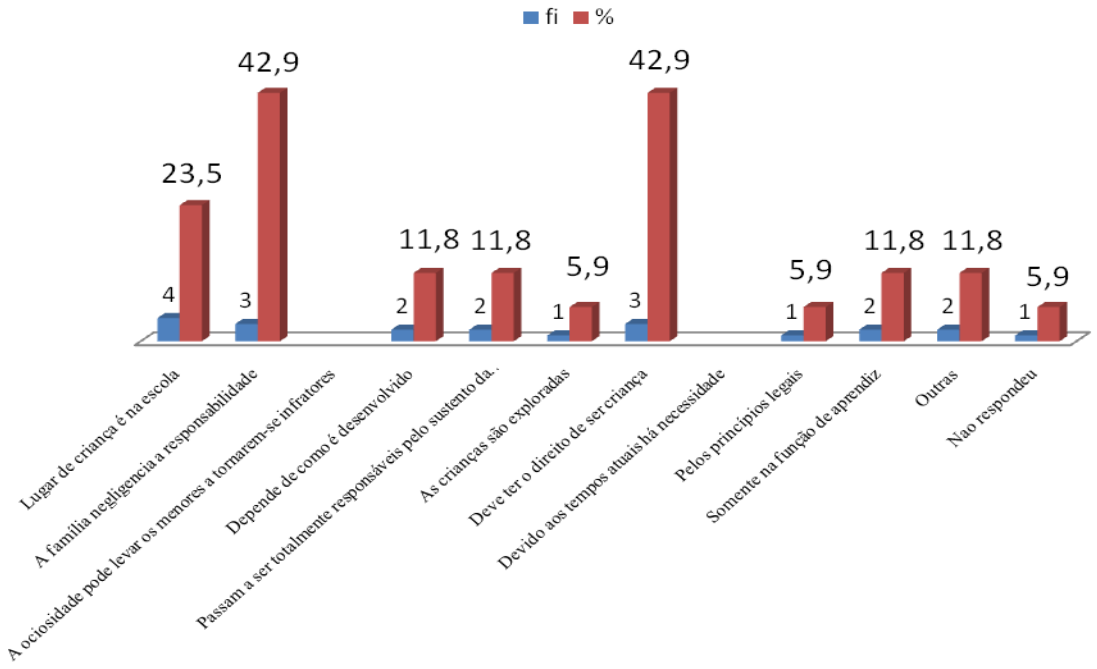


Gráfico 10 – Motivos dos Conselheiros Tutelares Contra/Parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.

MOTIVOS DOS CONSELHEIROS TUTELARES A FAVOR DO TRABALHO INFANTIL

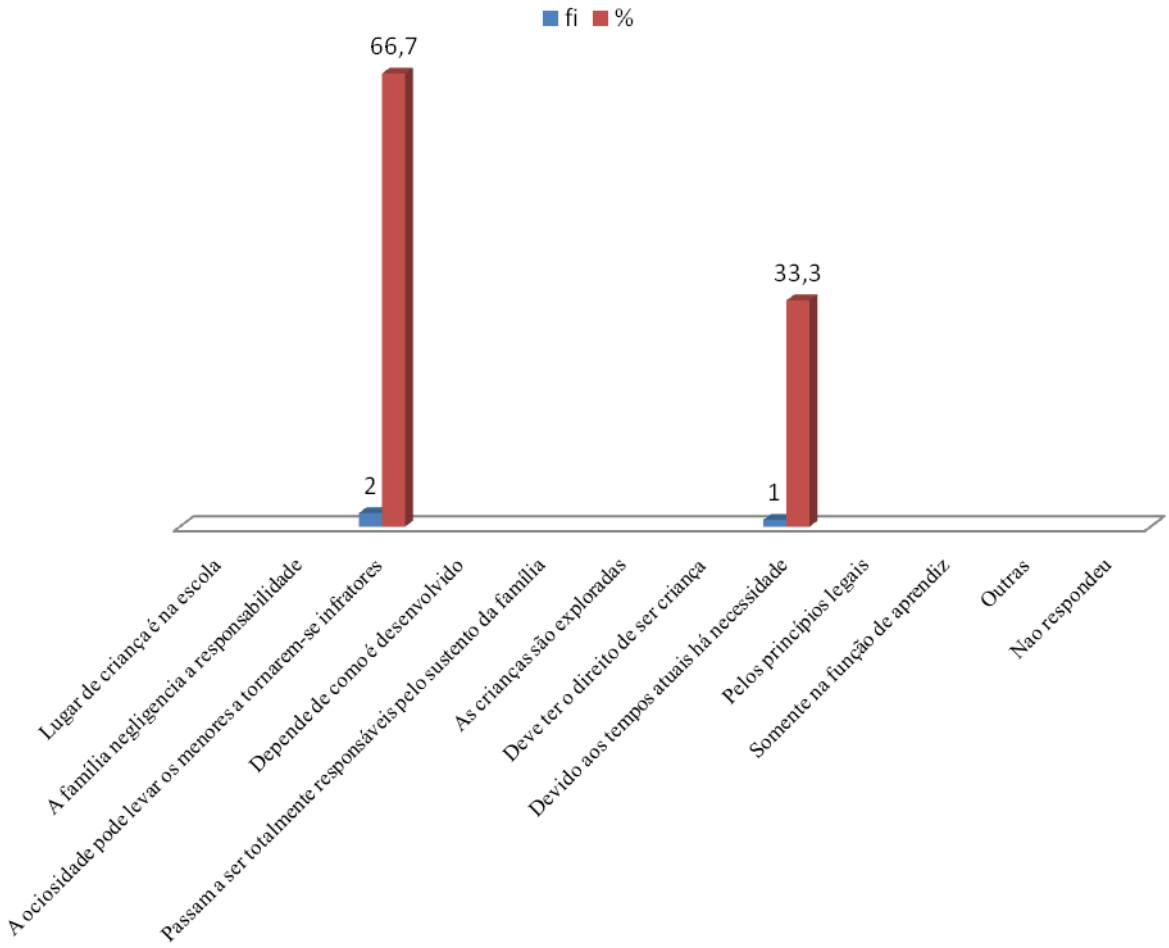


Gráfico 11 – Motivos dos Conselheiros Tutelares a favor do trabalho infantil, Manaus-Am.

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O QUE O CONSELHEIRO TUTELAR PENSA SOBRE O TRABALHO INFANTIL NAS FEIRAS DE MANAUS – AM

O que pensa sobre trabalho infantil (n = 20)	f_i	%
É um reflexo da falta de aplicação da lei, execução e fiscalização das políticas públicas	4	20,0
Elimina o sonho de ser criança	1	5,0
Lugar de criança é na escola	1	5,0
Não encontramos trabalho infantil nas feiras, apenas de mendicância	1	5,0
O trabalho infantil da criança já é exploração	1	5,0
Passam a ser totalmente responsáveis pelo sustento da família	1	5,0
Outras	8	40,0
Não respondeu	3	15,0

Quadro 17 - Distribuição segundo o que o Conselheiro Tutelar pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus – Am

5.3.2.1 Sobre o Trabalho

Quanto a resposta: **“O trabalho infantil da criança já é exploração”**

O percentual que assim respondeu foi de 5,0%. Aqui todo trabalho infantil é exploração. Portanto o trabalho nas feiras é considerado errado.

Quanto a resposta: **“Depende de como é desenvolvido”**

Dos Conselheiros Tutelares, 11,8% foram parcialmente contra o trabalho infantil, porque segundo eles(as), a criança pode trabalhar, mas com menos esforço que o adulto. Com hora para estudar e brincar. É importante trabalhar para ganhar responsabilidade, mas não pode ser massacrada com o trabalho. A exploração do trabalho infantil para estes Conselheiros(as) é um problema que deve ser combatido. Se as famílias precisam é importante que a criança saiba disso e portanto deverá participar ajudando com o seu trabalho, mas não sendo explorada.

Urge uma reflexão mais aprofundada sobre o trabalho infantil em cada representação dos Conselheiros Tutelares, pois estão defendo algumas formas de trabalho infantil.

Sabe-se que as crianças estão imersas no mundo do trabalho. Mas, por outro lado na norma moderna excluídas do seu universo, enquanto atividade econômica, como um dos sinais distintivos da condição adulta (Almeida, 2009, p. 94), o que nas feiras aparece como marca das dimensões sociais, nas quais as crianças estão inseridas. Marca que não pode ser negada nesta etnografia. Desta maneira está presente neste discurso dos Conselheiros Tutelares a necessidade do trabalho, da criança a partir de uma complexidade que não pode ser esquecida. Daí ser preciso pensar o trabalho infantil, a partir de novos debates sobre o espaço político do trabalho, como um espaço, um lugar em que a criança não pode ser negada enquanto trabalhadora-perambulante. Isto quer dizer que este debate é importante na medida em que retira o trabalho da criança da invisibilidade ou da trivialidade. Não adianta negar o trabalho da criança e nem torná-lo trivial sem perceber suas implicações.

Por outro lado, não adianta negar as verdades a respeito da infância e suas problemáticas, negando ou tornando invisível o que as crianças pensam sobre o mundo, porque:

> As crianças concretas não foram nem são sujeitos da gestação de seus lugares, de suas imagens e de suas verdades. São um produto de processos de administração simbólica idealizado de fora. Com esta visão da infância foram construídas verdades históricas e imaginários sociais sobre ela. Foram construídos saberes, instituições, didáticas, pedagogias e pedagogos e estratégias de gestão da infância. (Arroyo, 2008, p. 125).

Quanto a resposta: **"Não encontramos trabalho infantil nas feiras, apenas de mendicância".**

O percentual que assim respondeu foi de 5,0%. Aqui o trabalho de juntar restos de frutas nas feiras não foi considerado trabalho. Segundo estes as crianças só faziam isto. Aqui ignora-se as crianças vendedoras, as crianças que cuidam dos carros, as crianças que carregam peso para os adultos.

Neste aspecto os Conselheiros Tutelares afirmam que as crianças perambulantes-trabalhadoras fazem nas feiras é mendicância. Mendigar, portanto, seria sair pedindo esmola. E esmola é alguma coisa dada por alguém por caridade a uma pessoa pobre de onde não se espera retribuição. Estes Conselheiros Tutelares negam o trabalho das crianças. A visibilidade social das crianças ganha expressão somente como mendicância, portanto enquanto pobre pedinte.

Destaca-se que o tempo em que a pesquisadora dispôs para a coleta de dados, no contato freqüente na feira, por um longo período, possibilitou chegar à constatação de que a presença das crianças na feira destina-se realmente ao trabalho. Portanto, é necessário saber que: "O trabalho é uma construção social, está referido a um contexto histórico, a uma cultura concreta, a umas experiências e a um modo de vida dos sujeitos, assim como a um sistema de relações simbólicas que se desenvolvem em seu entorno" (Alonso, 1999, p.213).

Verificou-se, portanto, que mesmo que as crianças peçam verduras, frutas, etc., estas crianças saem de casa com o objetivo de trabalhar naquele dia. Como qualquer trabalhador precisam chegar ao final do dia com alguma garantia para a sobrevivência delas/e ou da família.

5.3.2.2 Sobre quem trabalha

Quanto a resposta: **“As crianças são exploradas”.**

O trabalho infantil aparece como de exploração, no qual as crianças não trabalham de maneira saudável. Segundo estes Conselheiros Tutelares o trabalho das crianças é exaustivo, não permite se desenvolverem enquanto crianças.

É importante aqui salientar que em Manaus ocorre a exploração de muitas crianças, especialmente meninas no trabalho doméstico, estas são trazidas do interior do Amazonas para ter uma vida melhor e são exploradas nas casas de família, nas atividades domésticas, o que não é objeto deste estudo, mas que aponta sobre a exploração de meninas e meninos nas feiras onde trabalham, sem direitos. Paralelamente a isso, outras crianças podem viver uma infância diferenciada, com direito a lazer, à boa alimentação, à segurança e à educação de todas as maneiras.

Quanto a resposta: **“ Somente na função de aprendiz”**

Neste aspecto, somente na função de aprendiz, para 11,8% de Conselheiros Tutelares a opinião era de que seria preciso cumprir a Lei. Na condição de aprendiz é bom que a criança trabalhe e desenvolva uma atividade.

Para esclarecimento, é preciso pontuar que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente no Artigo 60 “É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14. Nova redação dada, conforme Emenda Constitucional no 20 de 16 de dezembro de 1998”.

No Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente intitulado: Do direito à profissionalização e à Proteção no trabalho, em seu Artigo 62 é dito o seguinte: “Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor”.

Quanto a resposta: **“Passam a ser totalmente responsáveis pelo sustento da família”.**

O percentual de 11,8% de Conselheiros Tutelares afirmaram ser contra o trabalho infantil. Segundo a constatação dos Conselheiros Tutelares muitas vezes os pais não querem

mais fazer nada. Inclusive muitos ficam em casa dormindo e mandam os filhos(as) cedo para a rua. Esta questão também foi apontada nas conversas com os feirantes. Muitos pais ficavam no bar bebendo e a criança trabalhando. Algumas mães, ficavam em casa, sem profissão, sem estudo e sem possibilidade de renda, mandavam seus filhos(as) trabalhar.

O percentual que respondeu foi de 5,0% afirmando que o trabalho infantil nas feiras era errado porque as crianças passam a ser responsáveis pelo sustento total da família. Invertem-se os papéis. A criança passa a ser a provedora.

Quanto a resposta: **"Devido aos tempos atuais há necessidade"**

O percentual de 33,3% dos Conselheiros Tutelares responderam desta maneira sendo a favor do trabalho infantil.

Estes Conselheiros alegaram que a vida estava muito difícil, não havia como evitar que a crianças trabalhassem. Os pais não podiam oferecer o que precisavam. Assim, seria melhor que elas ajudessem trabalhando. Não havia como negar a realidade. Quem não precisa não manda seus filhos(as) trabalharem, mas quem precisa o faz dessa forma.

5.3.2.3 Sobre o direito

Quanto a resposta: **"Deve ter o direito de ser criança"**

Neste aspecto: Deve ter o direito de ser criança, dos Conselheiros 42,9%, assim responderam e se posicionaram contra o trabalho infantil.

O trabalho da criança priva a criança da possibilidade destas brincarem. Segundo eles(as), esta é uma fase importante e ninguém deveria privá-las deste direito. As crianças devem ter o tempo delas para elas em prol delas mesmas, usado para a imaginação e criatividade. Este direito pertence a elas, ninguém pode retirá-lo.

Quanto a resposta: **"Pelos princípios legais"**

Neste aspecto: pelos princípios legais, assim responderam 5,9% dos Conselheiros Tutelares que se apresentaram parcialmente contra o trabalho infantil.

Para estes Conselheiros, a Lei (o ECA) afirma que a criança e o adolescente não deve trabalhar, portanto é preciso cumprir o que é determinado. No entanto, ressaltavam que em algumas situações de pobreza não haveria como impedi-las de trabalhar. Era preciso verificar cada situação para que não se cometesse injustiça com os pais, que já vivem uma condição de pobreza e de exclusão social. Muitas vezes "o trocadinho"que a criança ganha faz uma enorme diferença na vida da família. Assim se posicionaram alguns desses Conselheiros.

Quanto a resposta: **"É um reflexo da falta de aplicação da lei, execução e fiscalização das políticas públicas"**

Dos Conselheiros Tutelares 20% assim responderam. A Lei não é aplicada de maneira efetiva nas feiras. Afirmaram que a criação da Lei (o ECA) foi um avanço, no entanto a falta de execução e fiscalização nos lugares onde o trabalho infantil é freqüente faz com que não diminua o índice desta atividade.

Outras respostas contra o trabalho infantil foram dadas pelos Conselheiros Tutelares num percentual de 11,8%.

Houve um percentual de 5,9% dos Conselheiros que deixaram esta questão sobre o trabalho infantil em branco.

Em relação ao trabalho infantil, nas feiras, 40% destes Conselheiros Tutelares deram outras respostas. O percentual de 15% não respondeu sobre esta questão.

O que se percebe em toda a análise é que as ações são construídas a partir das práticas sociais e se evidenciam nas representações de maneira distinta e às vezes, contraditória como se observou neste trabalho. São as experiências e necessidades desses atores que permitem determinadas elaborações sobre o trabalho das crianças.

Deste modo, os micro-territórios das feiras nos permitem perceber tipos de linguagens que surgem para uma possível interpretação e intervenção nesta realidade. Portanto, as dimensões que surgem a partir das respostas das crianças, a respeito do trabalho e as representações dos adultos trazem consigo um conjunto de possibilidades analíticas sobre os vários contextos onde estas crianças vivem sua infância e a imagem que vai sendo construída a partir disto. Assim, compreende-se que os sentidos que vão aparecendo, são múltiplos e tentou-se analisar a partir desta multiplicidade.

5.3.2.4 Sobre a escola e sobre a educação

Quanto a resposta: **"Lugar de criança é na escola"**

Quanto a este aspecto, em relação ao trabalho infantil 23,5% dos Conselheiros(as) se posicionaram contra o trabalho infantil. Deixam claro a importância da escola para a vida da criança. A escola como o lugar da aprendizagem, o lugar da preparação para um futuro melhor. O trabalho infantil segundo estes Conselheiros(as), prejudicaria este período importante e fundamental para a vida da criança. Outra questão que se destacou foi a percepção de que na escola as crianças aprendem coisas boas para a vida.

A criança não deveria trabalhar nas feiras, somente estudar, o percentual que assim respondeu foi de 5,0% . Esta fase é a da aprendizagem, não se pode desperdiçar. Os Conselheiros problematizam o trabalho em contraposição aos estudos. Há uma tentativa de um desenho de uma sociedade diferente para as crianças. Aparece um desejo de que a criança-aluno (a) ganhe espaço preponderante. Evidencia-se a proteção das crianças, onde o seu lugar é a escola, por isso os Conselheiros afirmam que o lugar da criança é na escola.

Percebeu-se que os conselheiros procuraram separar os dois mundos: educação e trabalho. A escola aparece como aquela que faz a triagem no mundo da vida da criança, representaram-na como vantagem.

5.3.2.5 Sobre a Infância

Quanto a resposta: **"A ociosidade pode levar os menores a tornarem-se infratores"**

Neste aspecto: a ociosidade pode levar os menores a tornarem-se infratores, afirmaram os Conselheiros Tutelares 66,7% a favor do trabalho infantil. A idéia de "menor infrator" está relacionada à ociosidade. O ócio aparece como algo negativo, como impossibilitador de aprendizagens. Tornar-se "menor infrator", decorre da falta de trabalho, da preguiça, da moleza, da malandragem. Não há "ócio criativo"para [50]as crianças pobres. Elas precisam trabalhar para preencherem o tempo.

[50] Idéia do sociólogo italiano Domenico Di Masi na obra O ócio criativo.

Quanto a resposta: **“Apaga o sonho de ser criança”**

Neste aspecto o percentual que assim respondeu foi de 5,0%. A criança não deve trabalhar nas feiras, porque a infância é uma oportunidade única na vida. Talvez o melhor momento da vida seja este, portanto o trabalho só atrapalharia este momento mágico.

Quanto a resposta: **“A família negligencia a responsabilidade”**

Neste ponto: a família negligencia a responsabilidade, dos Conselheiros Tutelares 42,9% se posicionaram contra o trabalho infantil por esta razão.

Estes Conselheiros(as) tinham a percepção de que os pais passavam a responsabilidade que seria deles para as crianças. Muitos apontaram para o fato de que muitas mães ficam do outro lado da rua e mandavam seus filhos(as) trabalharem juntando frutas e verduras das bancas dos feirantes. Vale dizer que durante a pesquisa, por muitas vezes, os feirantes apontavam para que a pesquisadora fosse olhar algumas mães que supostamente estariam agindo desta forma.

Durante os dias em que frenqüentava a feira foi possível presenciar “mães” mandando seus filhos(as) entrarem nas feiras para apanhar produtos. Assim havia um amontoado de pessoas com crianças ao redor das feiras reunidos, esperando a possibilidade de levarem algo para casa ao final do dia.

Muitos feirantes afirmaram que juntavam suas sobras e separavam-na, para doá-las às crianças, ou se houvesse tentativa de furto, por meio da doação haveria uma lição, por parte dos feirantes, de que esta prática não deveria ocorrer.

5.3.3 Os feirantes

O Relatório Estatístico, a partir das entrevistas formais estruturadas realizadas com os Feirantes:

Do relatório estatístico, a partir das entrevistas com os feirantes, ressalta-se para análise alguns resultados que foram considerados relevantes: Em relação ao trabalho infantil, 40,2% responderam que são a favor. Foram contra 47,9, e o foram parcialmente contra 12%. Apesar do índice alto de feirantes a favor, pode-se afirmar a partir dos que foram contra, que a

imagem da infância aparece como impregnada de sentimentos em relação às crianças como aquelas que devem ter direitos, deveres e proteção.

Distribuição segundo a freqüência de feirantes que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am			
Feirantes	**Freqüência**	**Porcentagem**	**Porcentagem acumulada**
Contra 1	56	47,90%	47,90%
A favor 2	47	40,20%	88,00%
Parcialmente Contra 3	14	12,00%	100,00%
Total	117	100,00%	100,00%

Quadro 18 - Distribuição segundo a freqüência de feirantes que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.

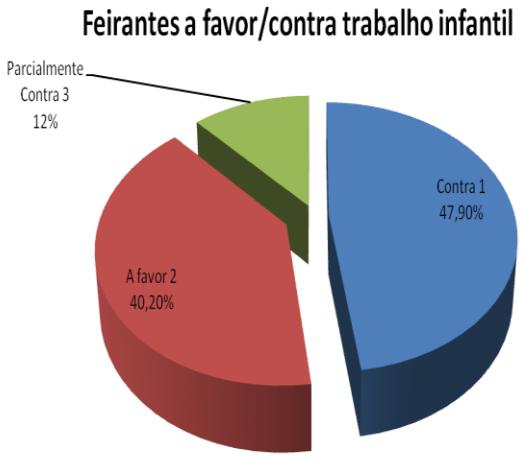


Gráfico 11 - Distribuição segundo a freqüência de feirantes que são a favor/ contra ou parcialmente contra o trabalho infantil, Manaus-Am.

As concepções fundamentam uma imagem de infância que vai sendo construída. Desta maneira, pode-se afirmar que ao tentar compreender como se organiza, como se concebe a infância em um determinado período, dá-nos a possibilidade maior de se entender a dinâmica do processo. Assim, pode-se compreender como é construída esta imagem da infância retratada pelas crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares, nestas feiras.

As experiências das crianças, e mais especificamente das crianças pobres trabalhadoras das feiras em Manaus, apontarão para uma imagem de infância intrínseca tanto nas crianças que se posicionam sobre seu trabalho, ou naquelas crianças que calam sem vontade de dizer, porém neste calar-se dizem muito. E ainda, neste caso, os feirantes e Conselheiros Tutelares com seu posicionamentos a respeito do trabalho infantil.

Por outro lado, 40,2% dos feirantes se posicionaram a favor do trabalho infantil e não pareceram percebê-lo como algo contingente, nas entrevistas deixavam transparecer que seria um trabalho a ser perpetuado pelas gerações pobres seguintes. Como se a realidade fosse tão difícil para a criança pobre trabalhadora, a qual que só teria esta alternativa. Busca-se as palavras de Benjamin (2006) quando afirma que: "As resistências que a modernidade oferece ao ímpeto produtivo natural do homem são desproporcionadas às suas forças. Compreende-se que ele vá enfraquecendo e busque refúgio na morte" (p. 77). Como pesquisadora, compara-se, neste estudo,com a morte da esperança.

Na fragmentação de tudo, como a Modernidade impôs, encontra-se inspirada em Max Weber que traçou o quadro desta Modernidade, na qual a sociologia toma como objeto de análise, e pode-se afirmar o 'desencantamento do mundo' apontado por este sociólogo. A denúncia, a civilização e a barbárie, na qual segundo Weber (1920/ 1970) o progresso vai deixando seu cadáver. Assim, Weber analisa a Modernidade a partir das esferas de valor. É o momento dos recortes, da fragmentação, nele se encontra o mundo sem magia e sem aura.

Estas crianças, estes feirantes, revelam um heroísmo diante da vida. Assim, pode-se afirmar com Benjamin que "O herói é o verdadeiro sujeito dessa modernidade, e isso significa que viver a modernidade exige uma constituição heróica" (Benjamin, 2006, p. 75).

Nos gráficos e quadro abaixo estão as respostas sobre o que os feirantes pensam sobre o trabalho infantil e especificamente sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus.

As respostas dos feirantes estão divididas em temas: sobre o trabalho, sobre quem trabalha, sobre o direito e sobre a infância.

MOTIVOS DOS FEIRANTES A FAVOR DO TRABALHO INFANTIL

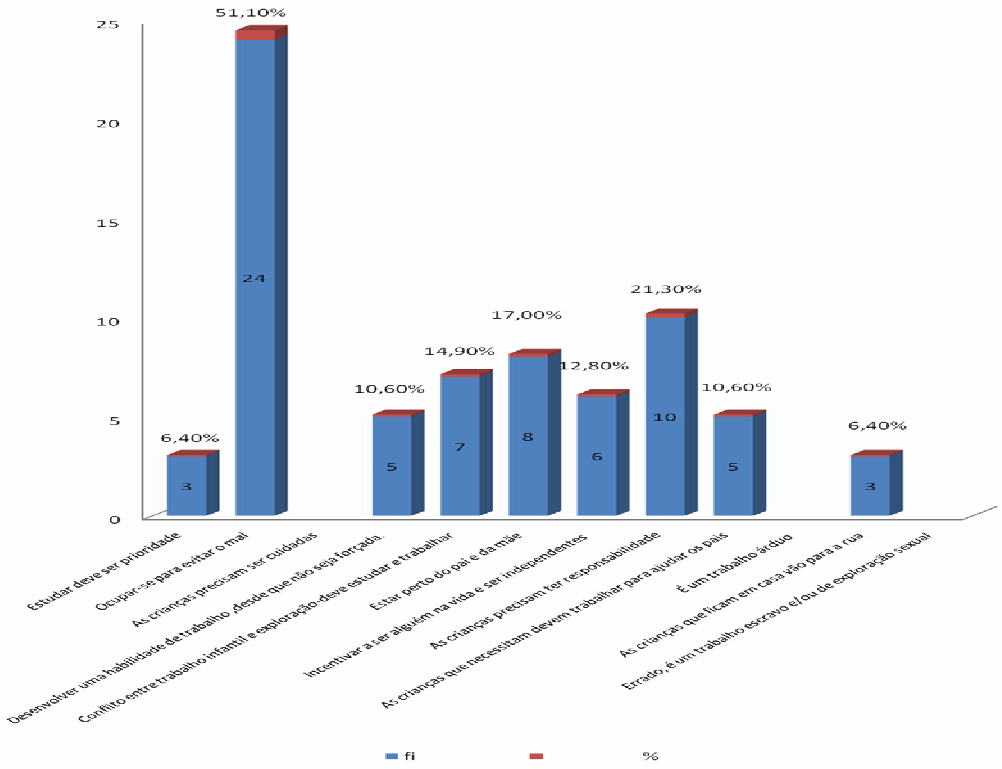


Gráfico 13 – Motivos dos feirantes a favor do trabalho infantil.

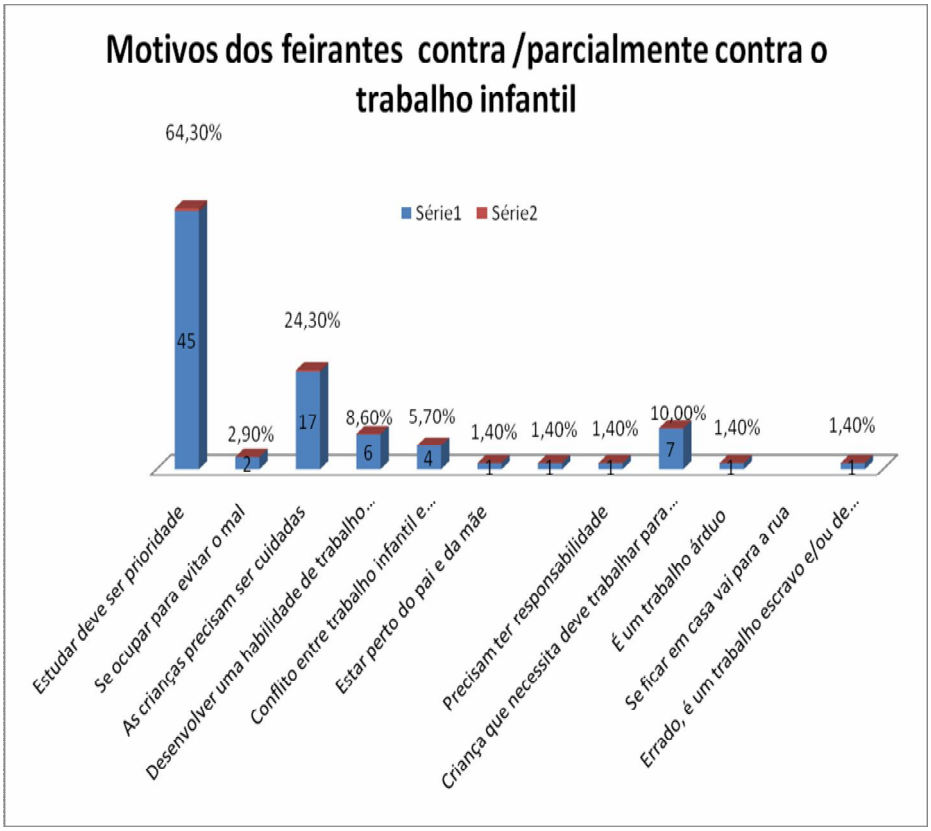


Gráfico 14 – Motivos dos Feirantes Contra/ Parcialmente Contra o Trabalho Infantil.

DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O QUE O FEIRANTE PENSA SOBRE O TRABALHO INFANTIL NAS FEIRAS DE MANAUS - AM.

O que pensa sobre trabalho infantil (n = 117)	f_i	%
A feira é desorganizada, não é segura, aprendem a roubar e a usar drogas	39	33,3
Errado, é um trabalho escravo e /ou de exploração sexual	22	18,8
É a necessidade que faz isso, a família não tem condições	17	14,5
Quando acompanhados dos pais não há problema a presença das crianças	17	14,5
Acho normal	17	14,5
Não vejo trabalho das crianças nas feiras	9	7,7
É um trabalho árduo	6	5,1
Nas feiras, as crianças vão ganhando seu dinheiro honestamente	5	4,3
Trabalhar é melhor que estar na rua	5	4,3
O trabalho na feira atrapalha o tempo livre na sua infância	5	4,3
Não é trabalho é sobrevivência ou costume	3	2,6
O trabalho nas feiras, mesmo quando na companhia dos pais é errado	2	1,7
Ocupar-se para evitar o mal	1	0,9

Quadro 19 - Distribuição segundo o que o feirante pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus - AM.

5.3.3.1 Sobre o trabalho

Quanto a resposta: **"Desenvolver uma habilidade de trabalho, desde que não seja forçada"**

Em relação à necessidade das crianças desenvolverem uma habilidade de trabalho desde que não seja forçada, 10,6% dos feirantes responderam, sendo a favor dessa situação**.**

O trabalho infantil, para muitos feirantes, é culturalmente aceito. Eles afirmam que a criança deve desenvolver uma habilidade de trabalho desde que este não seja forçado. Para muitos é uma questão de honra ensinar um tipo de trabalho para a criança, cuja necessidade passa a ser uma busca pela subsistência. Quando o trabalho ocorre em família tem o lugar de

socializar a vida e as dificuldades do mundo e a própria sobrevivência. Quanto maior a necessidade, mas o trabalho infantil precoce aparecia nas "falas" como uma atividade natural. Os saberes dos feirantes emergem e são alimentados pelas experiências de trabalho e se adequam às "leis de sobrevivência". Estas representações sobre o trabalho das crianças circulam como valores e criam estereótipos sobre a importância da criança desenvolver uma habilidade.

Se a criança poderá ou não escolher o tipo de trabalho que quiser para ser desenvolvido será outra questão que merece ser analisada. A criança não poderá ser improdutiva, há uma idéia de que o trabalho desenvolve uma habilidade que "dá frutos" para o presente. "O trabalho infantil é não só um elemento de subsistência na economia familiar, como possui um valor socializador em si: trata-se de uma virtude, uma disciplina, uma ética que se incute, se enaltece e de que se precisa para fabricar o adulto" (Pinto, 1998, citado por Ana Nunes de Almeida, 2009, p. 99).

Não há referência à promoção de direitos humanos porque estes feirantes não entendem o ofício da criança como algo errado. Daí percebe-se que as representações sobre o trabalho infantil são veículos e valores fundamentais para se compreender o trabalho infantil nestas feiras. Por outro lado, o fato destas crianças pertencerem a uma determinada classe social, caracterizada como pobre, infere-se que nem todos os pais exploram as crianças. O que estes feirantes parecem colocar em jogo é o trabalho como capaz de socializar e garantir a subsistência.

No entanto, 8,6% dos feirantes são contra o trabalho nesta perspectiva.

Vê-se, nesta resposta, uma questão subjetiva que envolve as crenças pessoais a respeito do mundo do trabalho e da inserção da criança precocemente neste ambiente. Esta questão faz parte de um massacre ideológico a respeito do trabalho. As ideologias a respeito do trabalho dominam e alienam as diversas concepções de mundo. Deste modo, retira os direitos das crianças. O trabalho está sendo colocado por estes feirantes como possibilidade de desenvolver uma habilidade, como se não existissem outras formas para que isto ocorra.

A ideologia do trabalho aparece como formadora. O mais interessante é que isto sugere um antagonismo em relação a pensar a imagem de infância. O lugar dos sonhos da infância, das brincadeiras poderá desaparecer. Portanto, o aprender a brincar como uma necessidade premente da infância desaparece, no mundo da criança "pobre". Deste modo, as

condições para que alteridade apareça também não vão fazer parte deste "desenvolvimento de uma habilidade", da qual os feirantes ressaltaram.

O antagonismo consiste, exatamente, no modo de conceber as crianças. O brincar como direito e como aquilo que constitui o sujeito fica somente para aquelas crianças com condições melhores financeiras. Os feirantes apenas falavam do desenvolvimento de uma habilidade e não tocaram nesta questão do brincar nesta resposta. Esta inferência é da própria pesquisadora.

A lógica que justifica o trabalho das crianças é sempre a lógica da divisão de classes, a lógica de uma infância dos pais no trabalho, elas aparecem como a única alternativa.

Quanto a resposta: **"Conflito entre trabalho infantil e exploração – devem estudar e trabalhar"**

Dos que pensam existir um conflito entre trabalho infantil e exploração e que as crianças devem estudar e trabalhar 14,9% foram a favor.

O trabalho infantil aparece como uma atividade na vida da criança. Estes feirantes vêem a importância da criança entrar no mercado de trabalho mais cedo. O trabalho é apontado como valor cultural. No entanto, apresentam a exploração do trabalho infantil como um problema. Durante a pesquisa, muitas vezes, discordavam entre si sobre o assunto. A imagem da infância por meio da criança trabalhadora nas feiras vai sendo paulatinamente evidenciada. Estes feirantes partilham códigos sociais distintos, ainda que trabalhem nos mesmo lugares. Infere-se que são influenciados por uma gama de noções sobre a infância disseminada na cidade, que difere da percepção apresentada pelas crianças que se encontram trabalhando, no mesmo ambiente.

O estudo e o trabalho para as crianças poderá, segundo eles, ser aceitável e indicado. O valor econômico do trabalho passa a ganhar força na fala dos entrevistados. No entanto, os que são contra o trabalho infantil apontam como injusto a ajuda das crianças na economia doméstica.

Alguns feirantes compreendem a importância de trabalhar e estudar. O trabalho só é considerado negativo quando vem acompanhado de exploração da criança. Fora isso as crianças deveriam trabalhar e estudar.

> Trabalho é aqui entendido no seu sentido mais amplo: uma actividade manual ou intelectual, específica, regular, que exige esforço e disciplina individuais para atingir um objectivo, dispêndio de tempo, e da qual as crianças retiram tanto meios de existência que legitimam a sua condição infantil aos olhos dos adultos, como meios de subsistência económica para si ou para a família. (Almeida, 2009, p. 104).

Os feirantes falam a partir de onde estão. Sabem dos efeitos nefastos da pobreza em suas famílias. Reconhecem uma pobreza instaurada que não pode ser negada. Procuram lutar com o trabalho por uma nova vida. Mas, no entanto, sabe-se que: "Ao invés de 'natural', a pobreza é gerada pela opção de desenvolvimento econômico-social adotado. Não se trata, portanto, de algo circunstancial, mas do horizonte que a maioria da população pode vislumbrar para o futuro de seus filhos". (Sposati, 1998, p. 21).

Estes feirantes apresentaram representações sobre o trabalho infantil que também são pressupostos da Sociologia da Infância em relação à criança, disto se pode inferir que estas crianças das quais eles se referem não são iguais as outras crianças da cidade, e que as crianças não são todas iguais. Há muitas crianças na cidade de Manaus que com certeza não precisarão estudar e trabalhar e principalmente nas feiras. Portanto a expressão de saber dos feirantes também demonstra que no trabalho nas feiras através das relações sociais que se estabelecem com e pelo trabalho das crianças torna visível as desigualdades sociais na cidade.

Quanto a resposta: **"Incentivar a ser alguém na vida e ser independentes"**

O trabalho como um incentivo para que a criança pudesse ser alguém na vida e ser independentes aparece com 12,8% favorável e 1,4% contra esta idéia.

O trabalho neste ponto aparece como legitimado para que a criança possa "ser alguém na vida". Portanto, há um paradoxo, pois para que um dia alguém seja alguém, é preciso que este alguém não seja alguém hoje. Isto aponta para a incompletude da criança até a fase adulta.

Os feirantes, em alguns momentos, parecem negar a criança enquanto criança. Está implícita uma exigência social perante a criança que deve ser preparada para um futuro. Vê-se que a criança poderá ser "alguém na vida". O trabalho infantil é esta possibilidade, ou seja, na interpretação deles, o trabalho poderá garantir à criança sua inserção na "vida" social. É parte integrante de uma rotina da existência que poderá promover a criança ao mundo do adulto e ao status de uma independência.

A idéia que se faz presente é que o tempo deve ser ocupado. Consiste numa esperança utópica e até mesmo ideológica de que o trabalho proporcionará melhores possibilidades de vida para todas as pessoas e que o esforço individual também é garantia para um futuro melhor e mais igualitário. Sabe-se que estas questões são muito mais complexas, envolvem uma espécie de "trama mundial", na qual o que é certo são as incertezas. Portanto, em relação à infância e ao trabalho infantil das crianças, o futuro não lhes é assim tão garantido. Daí as reflexões, hoje, sobre a globalização do risco social. Como coloca Pedro Hespanha (2002b, p.164):

> As estatísticas mundiais mostram que as desigualdades na distribuição da riqueza estão a reforçar-se e que, apesar da intensificação dos fluxos mundiais de capital e de trabalho, da extensão dos mercados, da globalização das políticas e dos progressos nas comunicações, as oportunidades para melhorar os padrões de vida são cada vez mais inacessíveis à maioria da população.

Entende-se que as crianças sofrem de maneiras diferentes os efeitos perversos da globalização. São exploradas pelo trabalho infantil, estão inseridas num quadro estatístico mundial de vítimas dos sofrimentos humanos, devastações, desnutrição, doenças, multiplicadoras da pobreza em série e violência em todas as suas formas. Desta maneira estão no mundo da cegueira como mostra José Saramago (1995, p.311): "Queres que te diga o que penso? Diz. Penso que não cegamos, Penso que estamos cegos, cegos que vêem, cegos que, vendo não vêem".

Quanto a resposta: **"É um trabalho árduo"**

Compreendendo o trabalho de crianças com um trabalho árduo 1,4% de feirantes foram contra o trabalho infantil. Ainda que a primeira pergunta estava relacionada ao trabalho infantil, de maneira geral, o feirante, posicionava-se contra neste local. Reconhece-se que este é o campo de seu conhecimento de trabalho.

Estes feirantes comentavam da dureza do trabalho infantil nas feiras, que este seria com certeza prejudicial às crianças. Era um trabalho com uma jornada de trabalho muito intensa e isto é além do que as crianças deveriam suportar.

Para eles, nas conversas tidas por ocasião da resposta às entrevistas, o trabalho exaustivo colocava às crianças em situações além de suas forças, tirando-lhes a saúde e a liberdade. A pressão física do trabalho nas feiras só prejudicaria o desenvolvimento das crianças.

Quando os feirantes afirmaram que o trabalho infantil era árduo, entende-se que não é um trabalho isolado da classe trabalhadora (dos adultos). As crianças sempre fizeram parte da exploração da classe trabalhadora pobre. Ricardo Antunes (1995) afirma que toda esta crise no mundo do trabalho afetou tanto a forma de ser da classe trabalhadora como a sua esfera subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações práticas concretas. As crianças não estão fora do quadro de exclusão a que também são submetidas as suas famílias, isto porque: "O desenvolvimento de uma economia verdadeiramente global, através de um aumento dramático do comércio e do investimento internacional durante as duas últimas décadas, é claramente significativo para os direitos humanos" (Hegarthy & Leonard, 1999, p. 234).

Acredita-se que ao se afirmar que o trabalho infantil é árduo, entende-se que não é somente uma exploração da criança pelo adulto, mas também faz parte de um engendramento muito mais amplo da falta de consciência da família em relação às crianças e aos seus direitos. Neste sentido, concorda-se com Maurício Roberto da Silva quando diz: "Na esteira dessa reflexão, urge destacar que, a exploração do trabalho infantil, fruto da ação destrutiva do capitalismo neoliberal, faz parte do processo de acumulação flexível da globalização da economia e, consecutivamente, da reestruturação produtiva do mundo do trabalho" (Silva, 2007, p. 62).

Portanto, a problemática do mundo do trabalho é também e principalmente a conseqüência da intensificação e superexploração do trabalho com a expansão dos níveis de trabalho infantil no mundo (Antunes, 1995)

O trabalho, nas feiras, segundo 5,1% dos feirantes, é considerado como árduo para as crianças. Ressaltou-se que um adulto tem mais força, portanto agüenta o trabalho, já a criança poderá adoecer em pouco tempo, tanto por carregar peso, como por trabalhar em horários que não são apropriados. Por outro lado, fica sujeito ao cansaço proporcional ao sentido por um adulto. Desta maneira, o trabalho nas feiras segundo estes feirantes é inviável para crianças.

Quanto a resposta: **"Errado, é um trabalho escravo e /ou de exploração sexual"**

Outra constatação que apareceu foi que o trabalho infantil é errado, porque é um trabalho escravo e de exploração sexual, 1,4% responderam desta maneira.

A vivência destes feirantes no trabalho permite que eles se posicionem desta maneira. Neste quesito apareceu o trabalho infantil como exploração, no sentido de ser um trabalho escravo e também porque a criança pode ficar vulnerável à exploração sexual. Na verdade, os feirantes ressaltam o trabalho infantil como de exploração sexual das crianças. Nas conversas, muitos afirmam o assédio constante vivido pelas crianças que perambulam para trabalhar, tanto meninos como meninas. Neste aspecto, pontua-se o trabalho específico de exploração sexual infantil. Como inclusive é apontada na descrição no período da madrugada na Feira Manaus Moderna.

Este trabalho de exploração sexual direcionado às crianças apontado pelos feirantes, é parte de uma situação em Manaus, que não apenas se encontra nas feiras, mas ressalta-se que este recorte poderá apontar para outros espaços de reflexão e para posteriores pesquisas sobre este contexto. Vale dizer que ao perguntar sobre o trabalho infantil, estes feirantes apontam para a situação nas feiras. A pergunta foi feita de maneira geral sobre o trabalho infantil. Isto explica que cada um se pronunciou a partir de sua vivência

Estes feirantes apontaram a vulnerabilidade das crianças no trabalho. Acrescentaram uma palavra que parecia esquecida por muitos quando falavam sobre o trabalho infantil de exploração, ou seja, a escravidão. Sobre a exploração sexual de crianças, Manuel Castells afirma que:

> Do lado da oferta, a pobreza e a crise da instituição familiar fornecem a matéria-prima. A ligação entre a oferta e a procura normalmente é efectuada pelas redes da economia do crime global, que controlam boa parte da prostituição em todo o mundo e tentam sempre descobrir novas linhas de produtos e mercados mais lucrativos. (Castells, 2003, p.196).

Evidente que Manuel Castells (2003) está apontando para uma sociedade em rede, na qual a necessidade acaba por gerar lucros para pequenos grupos. No entanto, neste estudo não se fez um estudo para abarcar esta questão ou se está presente nas feiras, enquanto "redes de exploração sexual com crianças, mas evidenciou-se por parte de alguns feirantes uma representação sobre o trabalho infantil enquanto lugar da "escravidão" e portanto, um trabalho considerado vergonhoso, porque faz com que seja desvalorizado na medida em que não pagam às crianças o que pagariam a um adulto. Por outro lado, a "escravidão" foi também

representada como exploração sexual das meninas e meninos nas feiras. Imagina-se que as respostas dos feirantes sejam baseadas no senso comum, no entanto sabe-se que a Convenção de Escravidão de 1926 declarou: "A Escravidão é o estado ou condição da pessoa sobre a qual se exerce um ou todos os poderes ligados aos direitos de propriedade".

Mesmo no senso comum, supostamente desconhecedores desta Convenção tão antiga estes feirantes associam o trabalho das crianças como errado, porque é de escravidão e/ou de exploração sexual. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos reza: "Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas".

As notícias dos principais jornais da cidade expõem as representações destes feirantes sobre o trabalho das crianças como se vê a seguir:

FLAGRANTE SITUAÇÃO DE RISCO

Crianças agenciadas na Manaus Moderna

Operação realizada na orla fluvial de Manaus resgatou, ontem à tarde, onze crianças e adolescentes em situação de risco. Elas se encontravam em situação de trabalho infantil e exploração sexual. PÁGINA A7

Fotos: Ione Moreno/Umuarama

Quatro crianças, com idades entre 4 e 11 anos, e sete adolescentes com idades entre 12 e 16 anos, foram encaminhadas para a Central de Resgates

Imagem 10 – Jornal A Critica **Fotos:** Ione Moreno (2008, Julho 26). Crianças Agenciadas na Manaus Moderna. Capa.

Nas feiras e no mundo a exploração sexual das crianças aparece como um mecanismo gerador de pobreza e de exclusão social, como afirma Manuel Castells (2003, p.199):

> No cerne da exploração infantil encontram-se os mecanismos geradores de pobreza e exclusão social em todo o mundo, desde a África subsaariana até os Estados Unidos da América. Com as crianças na pobreza e com países e regiões inteiras excluídas dos mais importantes circuitos de riqueza, poder e informação, o desmantelamento das estruturas familiares rompe a última barreira de defesa das crianças.

Respostas sobre o que pensa o feirante sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus[51]

O percentual de 18,8% dos feirantes responderam que o trabalho infantil nas feiras é errado, porque é um trabalho escravo e/ou de exploração sexual. Estes feirantes de maneira ousada, radicalizaram o pensamento sobre a questão. Assim, problematizam o trabalho infantil e os esquemas que acabam por legitimá-lo nas feiras: um tipo de escravidão e/ou de exploração. Os feirantes não se posicionaram de forma neutra. A maneira como responderam também demonstravam uma atitude de denúncia perante o cotidiano. Demonstravam uma tentativa de superação da alienação própria do senso comum, nas feiras ou na cidade, como uma crítica libertadora.

Estes feirantes demonstraram as condições de possibilidade do dizer, levaram a sério a pesquisa. Muitos perceberam a possibilidade como o único momento para denunciar. Articulavam a fala e a denúncia. A qual poderia ser salvadora "das crianças nas feiras". Esta talvez seja a riqueza simbólica do dizer de cada feirante aqui representado. A crítica aparece como um processo de problematização da realidade, ou seja, aparece como uma variante do trabalho infantil, como a prostituição infantil. O corpo das crianças seriam "alugados"como um imóvel, um objeto, por tempo, para satisfazer as necessidades sexuais de alguns.

Em todas as feiras onde a etnografia foi realizada, os feirantes apontavam para esta problemática. E, ainda vale repetir, que diziam, que onde mais se encontraria este problema seria na Feira Manaus Moderna.

Quanto a resposta: **"Acho normal"**

[51] Verificar tabela nos anexos

Um percentual de 14,5 % dos feirantes responderam que achavam normal o trabalho das crianças nas feiras de Manaus.

Alguns feirantes compreendem o trabalho da criança como normal e como qualquer outro trabalho. Não fizeram distinção entre crianças e adulto trabalhando e nem distinguiram tipos de atividades que as crianças poderiam ou não desempenhar. Pareciam acostumar-se com o trabalho infantil nas feiras. Ou porque talvez se utilizavam da mão- de- obra da criança ou porque seria esta a forma de compreensão do mundo do trabalho. Ao responderem de alguma maneira queriam se posicionar diante da Lei (ECA) que proíbe o trabalho da criança.

Em geral, suas histórias apareceram nas conversas, sempre marcadas por trabalho infantil. A outra idéia que se fez sempre presente era a coisificação da criança pobre, fazendo parte das maneiras sutis da sociedade explorar e retirar os direitos das crianças.

Por outro lado, pode-se problematizar esta questão reconhecendo que as questões culturais são demarcadas nas condições de classe a que cada criança pertence e se organizam em torno das tentativas de sobrevivência. Verificou-se que as questões de socialização, pelo trabalho são fundantes através do trabalho e da exploração dos espaços pelas crianças.

> ... é comum que a atividade de aprender, ou as atividades que permitem a aprendizagem, não sejam também atividades separadas e realizadas em um lugar específico dedicado somente às crianças ou aos aprendizes. Aprender e ensinar fazem parte do mesmo contexto social de ação onde ocorrem as atividades da vida cotidiana da comunidade, e no qual os sujeitos se inserem de forma diferenciada em função das suas possibilidades de participação e dos seus objetivos. (Gomes, 2008, p. 88).

Quanto a resposta: **“Não vejo trabalho das crianças nas feiras”**

A negação do trabalho infantil nas feiras veio com a resposta de 7,7 % dos feirantes, dessa maneira: “Não vejo trabalho das crianças nas feiras**”.** Ao serem entrevistados fizeram questão de negar o que viam. Muitos ficaram com medo que a pesquisadora fosse fiscal da Prefeitura e isso ficava nítido não só nas suas respostas como maneira pela qual respondiam: desconfiados, meio sem graça, preocupados. Alguns destes, quase queriam se livrar da pesquisadora. Embora tenham aceitado participar da entrevista, depois ficaram com certo receio. Evidente, que isto foi a percepção que se teve, mas não implica uma generalização.

A negação do trabalho infantil nas feiras parece ser uma tentativa de ignorar o que vêem enquanto exploração: Nega-se a participação ativa das crianças no trabalho nas feiras

que inclusive é estimulada pelos adultos; nega-se com isso o tempo programado de trabalho das crianças sobrecarregadas em um cotidiano árduo. Este negar da presença das crianças por parte dos feirantes é também um fenômeno social a ser investigado, levando em conta, que as crianças trabalhadoras nas feiras de Manaus são presença diária e necessária para os adultos, para as famílias que deste trabalho se utilizam.

Quanto a resposta: **"Não é trabalho é sobrevivência ou costume"**

"Não é trabalho, é sobrevivência ou costume", 2,6% dos feirantes enfatizaram esta situação. Para eles, era apenas um modo de sobreviver. Para poder comer, beber e vestir-se, a criança teria que trabalhar nas feiras. Não havia saída. Mas, ao mesmo tempo, isto era apenas o que tinham que fazer. Trabalho seria outra coisa. Poderia ser uma troca da força de trabalho por um dinheiro. Neste caso, as crianças precisariam continuar vivendo, então iam para as feiras para conseguir o que precisam em cada dia.

Por outro lado, alegavam que a lei da sobrevivência fazia com que muitas ficassem acostumadas a ir para as feiras. Era lá que conseguiam o que queriam, portanto continuariam neste espaço, conhecido por elas, por todo o tempo de sua infância.

Neste quesito os feirantes negam que a atividade da criança perambulante nas feiras seja trabalho, ou seja, aquilo que faz parte da sobrevivência não é considerado trabalho. Os feirantes acabam por desconhecer teoricamente as contradições do sistema capitalista gerador de um processo de desigualdade social e econômico devastador, mas no entanto conseguem colocar um distanciamento entre aquilo que poderia ser chamado de trabalho e o que é simplesmente uma questão de sobrevivência.

Há de se ressaltar que mesmo que nesta tese se considere trabalho as atividades desenvolvidas pelas crianças nas feiras, estes feirantes acabam por apontar um saber que é o que caracteriza a divisão estrutural e desumana à que são submetidas as crianças pobres.

5.3.3.2 Sobre quem trabalha

Quanto a resposta: **"Estar perto do pai e da mãe"**

Alguns feirantes entendiam que as crianças só deveriam trabalhar se estivessem perto do pai e da mãe. Deste índice temos 17,0% que afirmaram ser a favor do trabalho, somente nestas condições e 1,4% nem nestas condições.

Segundo estes feirantes tudo estaria tranqüilo e seguro para as crianças se os pais estivessem por perto. Com isso, a crianças iriam aprendendo o manejo do trabalho. O trabalho da criança desta maneira é apresentado como algo natural na visão daqueles feirantes. De certa maneira, a atividade do trabalho pela criança, pode ser contínua se estiverem perto do pai ou da mãe. As crianças devem aprender os códigos do mundo do trabalho a partir da convivência no trabalho com o pai ou a mãe. O trabalho aparece aqui como "norma": as crianças devem trabalhar. Os demais feirantes descartaram o "dever" das crianças trabalharem.

Quanto a resposta: **"Se ficar em casa vai para a rua"**

Dos feirantes, 6,4% disseram que eram a favor do trabalho infantil, porque se as crianças ficassem em casa iriam para a rua.

A rua para estes feirantes é lugar de aprender o que não presta. Os pais pobres não teriam com quem deixar suas crianças. O fato de não haver creches o suficiente na cidade para acolher as crianças menos favorecidas, colaboram para que as crianças em casa, diziam os pais: "fazerem o que quiserem". Livres, vão para as ruas.

A rua aparece com sentido pejorativo: lugar da maldade, das drogas, do aprendizado para o furto, etc. Estas crianças deixam de circular nas feiras para circular nas ruas, isso, segundo estes feirantes seria muito mais prejudicial. O sentido de rua como o direito de ir e vir, o direito a liberdade perde sua força entre estes feirantes. Isto indica que há várias vivências possíveis nas ruas.

A rua, como espaço de sociabilidade, de resgate à diversidade, da possibilidade da experiência estética, da contraposição ao espaço privado e de suas normas inscritas até nas "paredes", perde também seu sentido. Aqui, rua é lugar da maldade, lugar do poder, da posse, da influência. Lugar da violência. Deixa de ser o lugar do fluxo despretencioso, para ser o lugar de uma "escola" sem paredes, a "escola da vivência e da experiência para o 'mal'".

Dos feirantes que responderam que é a necessidade que faz a criança trabalhar nas feiras, porque a família não tem condições para o sustento, foram 14,5%%. Isto demonstra o

grande desafio de compreender uma imagem de infância construída a partir da necessidade da criança e da família.

Tornar o trabalho da criança "natural" ou "normal", a partir da necessidade poderá ser uma armadilha ideológica que escamoteia um processo de exploração que se evidencia na cidade e no mundo. Somente uma atitude de construção contra-ideológica poderá sobrepor-se a processos opressores das crianças pobres. Por outro lado não se pode negar o trabalho e nem a necessidade. Seria preciso um processo de luta contra uma violência simbólica que faz calar toda divergência sobre as questões do trabalho e sobre as desigualdades sociais a que são submetidas as famílias.

As condições históricas, no "reino da necessidade", parecem conspirar contra a necessidade de melhores condições de vida, fazendo parecer que as questões políticas da cidade estão desvinculadas das problemáticas mundiais em torno dos direitos humanos. Isto poderá apontar para um tipo de conformismo que se generaliza no encontro das subjetividades.

Quanto a resposta: **"Precisam ter responsabilidade"**

Os feirantes também responderam que eram a favor do trabalho infantil, porque as crianças precisam aprender a ter responsabilidade. Portanto 21,3% foram a favor e 1,4 contra ou parcialmente contra.

A responsabilidade está relacionada apenas ao trabalho. Esta resposta parece instituir também uma forma de relação com o trabalho, uma tentativa de padronizar o pensamento sobre o trabalho. Por outro lado, sendo o trabalho infantil importante para o aprendizado da responsabilidade poderá lhe sobrar pouco tempo para o lazer. Tempo em que a criança possa optar por outras atividades que lhe permitam outras aprendizagens. O Artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU diz o seguinte: "Toda criança tem o direito ao descanso e ao lazer, e a participar de atividades de jogo e recreação, apropriadas à sua idade, e a participar livremente da vida cultural e das artes".

Nas brincadeiras, a criança também poderá aprender a ter responsabilidade, aprender a escolher, a aceitar as regras do jogo. Mas à criança pobre sempre lhe resta o trabalho. Por falta de oportunidades, as crianças fazem parte de um conceito dicotômico a respeito do

trabalho, o qual passa a ser aceitável para aquelas crianças que precisam trabalhar para ajudar a família ou para suprir suas próprias necessidades.

O mito social a respeito do trabalho desenvolvido pelas crianças neste estudo também é desfeito, pois os feirantes entendem que o trabalho está ligado a responsabilidade. Somente 1,4% são contra ou parcialmente contra.

A representação que se tem sobre o trabalho, enquanto caminho para adquirir responsabilidade, considera o trabalho como valor cultural e como alternativa e contribuição para o desenvolvimento da criança. Ao contrário da legislação brasileira que procura interditar o trabalho infantil e suas formas de exploração, por considerar que causa danos emocionais, físicos, morais, sociais e intelectuais à criança.

Ao partir do contexto de onde os feirantes exprimem sua opinião sabe-se que muitas vezes a única alternativa para as famílias é o trabalho infantil perante, as complicadas situações de vida. O trabalho infantil deve ser analisado a partir de problemáticas mais amplas do contexto social e mundial. Por outro lado, o aprendizado da responsabilidade parece excluir o fato de que a criança também aprende brincando. A criança que brinca está se relacionando com o mundo que a cerca e o reinterpreta. As atividades livres para as crianças também parecem ser cerceadas no "mundo pobre".

De qualquer maneira, sabe-se que além das especificidades culturais a serem analisadas, as relações de poder estabelecidas acabam por incorporar prematuramente a criança no mundo do trabalho. Portanto, as crianças segundo alguns feirantes devem dedicar sua energia ao aprendizado do trabalho para que possam valorizar os meios necessários à vida e à sobrevivência

Respostas sobre o que pensa o feirante a respeito de quem trabalha nas feiras de Manaus

Quanto a resposta: **"Se ocupar para evitar o mal"**

Dos feirantes que responderam que as crianças devem se ocupar para evitar o mal foram 51,1%, e 2,9% são contra o trabalho infantil.

Dos que responderam que as crianças deveriam se ocupar nas feiras com o trabalho para evitarem o mal foram 0,9% dos feirantes.

Quanto a resposta: **"Se estiverem com os pais não há problema"**

A respeito dos feirantes que responderam que o trabalho infantil nas feiras na companhia dos pais não haveria problemas, foram 14,5%. Estes diziam que a proteção dos pais garantiria a ajuda das crianças no orçamento e no aprendizado sobre a vida e sobre o mundo do trabalho, por parte dessas crianças. Fica evidente que outras questões importantes para o desenvolvimento das crianças não são levados em consideração. As questões da infância não são discutidas, porque o referencial de onde os feirantes partem é o trabalho e a segurança da companhia dos pais. A lei da sobrevivência na dinâmica de sua provisoriedade não distingue os sentidos que vão sendo inscritos na história dessas crianças. Este é o mundo desencantado do trabalho, no reino da necessidade, na luta pela sobrevivência, a criança ficará reduzida à sua única saída: trabalhar e aprender a trabalhar.

Quanto a resposta: **"É melhor do que estar na rua"**

Na estatística 4,3% dos feirantes responderam que é melhor a criança trabalhar nas feiras do que estar na rua. Aqui o valor do trabalho também é fundamentado no escape das "maldades" da "rua". O trabalho é a única alternativa para que a criança permaneça no "bem", porque os feirantes alegaram que se elas(es) estivessem na rua, seria a perdição destas crianças.

Quanto a resposta: **"A feira é desorganizada, não é segura, aprendem a roubar e usar drogas"**

Para 33% dos feirantes a feira é desorganizada, não é segura, as crianças aprendem a roubar e a usar drogas neste ambiente.

O desafio ético das crianças que perambulam para trabalham ou trabalham para perambular é reinventar suas próprias normas diante do espaço desorganizado das feiras, apontado pelos feirantes. São espaços de complexidade em meio a simplicidade de vivências

dessas práticas socias permissivas ou não. As crianças são capazes de reconstruir as formas de sobrevivência todos os dias.

A hostilidade do espaço aparece como um desafio quase sem escolha pelas crianças, em muitos momentos. Neste espaço, os feirantes apontam a insegurança. As feiras são os lugares onde tudo acontece, onde as crianças que ali perambulam são diferenciadas pelo que fazem. Mas de maneira estranha, aparece nos discursos uma identidade atribuída àquelas crianças como se participassem de uma mesma infância na sociedade de Manaus.

Estas crianças das feiras aprenderam a ler um outro mundo, o mundo desconhecido por muitos da cidade de Manaus. No meio dessa desorganização, apontada pelos feirantes, o mundo conhecido é como um caminho de passagem. De paisagens pouco encantadoras.

A falta de segurança também é um fator relevante no trabalho infantil, nas feiras de Manaus. Nestes espaços, as crianças não encontram uma política urbana humanizada para que elas possam perambular. As feiras não parecem ser a partir das respostas dos feirantes, espaços de boa convivências. Por outro lado, aqui se defende que todas as feiras poderiam ser um espaço de cultura. Todo espaço, como lugar de cultura, deveria ter o mínimo de segurança para seus freqüentadores e trabalhadores.

Outra questão apontada pelos feirantes é o aprendizado. No trabalho das feiras as crianças aprendem: mas aprendem também, segundo estes feirantes, a roubar e a usar drogas. Como toda interpretação é contextual, os feirantes sinalizam o problema como algo muito próximo deles. Apontam para uma interpretação do mundo do trabalho infantil nas feiras como atividade desumanizante e aqui não apontam ambiguidade, suas respostas refletem uma reflexão crítica do contexto desvinculada da idéia de necessidade.

Quanto a resposta: **“Aqui vão ganhando seu dinheiro honestamente”**

“Aqui vão ganhando seu dinheiro honestamente”, o percentual foi de 4,3% dos feirantes que deram esta resposta ao trabalho das crianças. O trabalho nas feiras é identificado como critério de separação para um suposto “caminho” da desonestidade. Criança que trabalha é considerada criança honesta. Aprendem também a ganhar seu dinheiro. Encontra-se em jogo duas relações importantes para estes feirantes: o ganho do dinheiro e a virtude da honestidade.

Culturalmente poderá estar arraigado a idéia de que as crianças que não trabalham podem se tornar viciadas em drogas, aprender a roubar, para terem o que querem, etc. Outra crença silenciosa e falaciosa é que se as crianças trabalharem tornar-se-ão mais espertas para o mundo do trabalho.

Estas falácias surgem porque estão fundadas e fundamentadas num saber sobre crianças, desenvolvido historicamente nas classes pobres, como um saber social. Portanto, estes significados sobre o trabalho infantil são ideológicos e vão ganhando força nas feiras.

Quanto a resposta: **"Atrapalha o tempo livre na sua infância"**

"Atrapalha o tempo livre na sua infância", 4,3% dos feirantes responderam desta maneira. Os feirantes alegavam sobre a importância da criança brincar, aprender brincando, descobrir o mundo através das brincadeiras de correr com os outros colegas, portanto o trabalho só tiraria todo este momento de fantasia da criança.

Quanto a resposta: **"Mesmo com os pais é errado"**

"Mesmo com os pais é errado", 1,7% dos feirantes afirmaram ser errado as crianças estarem nas feiras. Estes compreendem que a feira não é lugar de trabalho para as crianças.

5.3.3.3 Sobre a escola/educação

Quanto a resposta: **"Estudar deve ser prioridade"**

Em relação aos motivos pelos quais os feirantes são contra é o fato de que estudar deve ser prioridade, 64,3% assim responderam.

Aqui parece haver uma distinção entre estudo e trabalho. Os feirantes compreendem que as crianças não devem trabalhar e só devem estudar. Na verdade infere-se que eles entendem que o estudo não é trabalho, de outro modo a aprendizagem não participa da economia.

Dos feirantes entrevistados, 6,4% responderam que são a favor do trabalho infantil, no entanto, estudar deve ser a prioridade**.**

5.3.3.4 Sobre a Infância

Quanto a resposta: **“As crianças precisam ser cuidadas”**

Dos feirantes que responderam, 24,3% apontaram para a necessidade das crianças precisarem ser cuidadas.

Esta idéia dos feirantes está também na construção moderna da infância que procurou separar o mundo dos adultos das crianças e permitiu criar medidas de proteção para elas. No entanto, não deram conta de fazer as crianças se tornarem autônomas, pelo contrário, tornaram-nas mais vulneráveis num sistema hierárquico paternalista que as diminui, confirmando uma vulnerabilidade estrutural que as faz vítimas constantes de abusos e das piores formas de trabalho infantil. Ou seja, de modo paradoxal, têm-se alargado medidas de proteção e de cuidados com as crianças, mas por outro lado aumenta esta situação vulnerável que não garante às crianças o efetivo exercício de seus direitos.

Quanto a resposta: **“Criança que necessitam devem trabalhar para ajudar aos pais”**

Neste aspecto: As crianças se necessitam devem trabalhar para ajudar os pais, 10,6% pensam desta maneira. Esta resposta demonstra uma questão importante sobre a ideologia hegemônica, na qual os pobres devem ser responsáveis por seu sustento; nela os direitos das crianças nem se quer são mencionados.

Esta leitura de mundo, a respeito da criança pobre trabalhadora, demonstra uma imagem construída a respeito de infância que desconsidera as dimensões da sociabilidade e da corporeidade tão significativas para este período. Há crianças que necessitam, e assim, “contaminadas” pela necessidade, trabalham. Não decidiram ser pobres e também não vão decidir sobre o trabalho. Este é o princípio. O desmonte dos seus direitos fica invisível aos olhos do senso comum. Aliás, neste estudo seus direitos não são se quer mencionados. Por isso, é fundamental desconstruir, desocultar as ideologias que violentam e impõem uma primazia que incorpora um valor: o valor do trabalho das crianças pobres, das crianças que necessitam.

As crianças pobres, invisíveis, “recebem” aplausos quando assim compreendem a lógica da necessidade. O que faz lembrar Benjamin (2006, p. 76) quando disse: “Aquilo que o

assalariado executa no trabalho diário é nada mais nada menos do que aquilo que, na Antiguidade, trazia aplausos e glória ao gladiador".

Por isto, a análise dos efeitos da globalização precisa ser um dos temas centrais da Sociologia da Infância para que a visão estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente seja estabelecida com estratégias concretas. Para que as crianças tenham seus direitos garantidos no plano das práticas sociais. Para que a sociedade civil possa reconhecer estes direitos, para que a Convenção dos Direitos da Criança ratificada em 1989 pela Assembléia das Nações Unidas possa fazer com que as crianças tenham sua identidade reconhecida.

Com a globalização têm-se o impacto da falta de políticas urbanas que pensem o espaço público como espaços para as crianças e com as crianças. As crianças trabalhadoras-perambulantes das feiras se misturam ao lixo urbano. Lixo, enquanto dejetos, lixo, da invisibilidade, lixo dos mini-quartos de papelões encontrados na Feira Manaus Moderna. Assim como dizia Walter Benjamin: "Os poetas encontram o lixo da sociedade nas suas ruas, e é também ele lhes fornece a sua matéria heróica" (Benjamin, 2006, p. 81).

A partir de todo este contexto, ora apresentado, qual seria a ética da modernidade? O lucro. Assim, o sentimento de infância que nasce com a Modernidade causa espanto na medida em que a fragmentação das políticas e ausência de participação das crianças torna-se inexistente. O paradoxo da infância que produz seus direitos e, no entanto, não pode participar. Esta prática está sempre no nível da retórica, são lhes restringidos seus direitos. Mas "a ciência da modernidade nasceu da esmagadora ambição de conquistar a Natureza e subordiná-la às necessidades humanas" (Bauman, 1999, p. 48). O problema é saber de quem vai ser o usufruto. Estas crianças são consumidoras de quase nada. Mas, no entanto são consumidas pelo trabalho mergulhadas em um tempo disforme.

Estas crianças que necessitam trabalhar precisam optar por um tipo de horizonte e o trabalho acaba por oferecer o limite da fragilidade, no enfrentamento com a existência, com a vida pobre e com os descaminhos desafiadores das feiras. Mas, como precisam trabalhar devem optar pelo horizonte da honestidade.

Portanto, as crianças e as tensões sociais pelas quais precisam passar enquanto trabalhadoras-perambulantes, perambulantes-trabalhadoras, têm sua condição de infância desconsiderada. A exemplo disso, não se apontaria sobre a necessidade da ludicidade, apenas apontar-se-ia as trocas corriqueiras do cotidiano ditas pelos feirantes nas conversas rápidas tidas as quais apareceram como tipos ou modalidades de exploração: isto aqui, por um prato

de comida, ou isto aqui, por um vale transporte e assim vale a continuidade pela imaginação. Sem falar da conseqüência psicológica para estas crianças e para a apropriação dos valores.

Outra questão interessante foi a percepção das balizas etárias nas feiras são diferentes da posição hegemônica fora destas em relação à categoria geracional infância. A definição de quando alguém ainda é criança é analisado de acordo com a necessidade social. Neste sentido, a infância moderna não atinge todas as crianças. Pelo menos em alguns aspectos, não atingiu as perambulantes nas feiras de Manaus.

A criança que necessita deve trabalhar para ajudar aos pais, 10,6% dos feirantes pensam desta maneira e 10,0% são contra.

Os feirantes ora consideravam que as crianças deveriam trabalhar para ajudar os pais para complementar a renda familiar e aprender a valorizar o trabalho; ora compreendiam que a responsabilidade do sustento da família nunca deveria vir do trabalho das crianças, afinal, ela não havia pedido para nascer.

5.4 Práticas Sociais

Assim, foram encontradas nas feiras crianças que olhavam para os adultos sem saber o que responder. Em dúvida sobre o que poderiam ou não falar à pesquisadora. O modo de ser e estar no mundo por parte destas crianças revela uma tentativa de sobrevivência perante o adulto e perante o mundo. Por outro lado, apropriam-se de uma sagacidade necessária aos cuidados que precisam ter com o "mundo" dos adultos. "Mundo" este que não cabem determinados vacilos. Assim nos revela Manuela Ferreira sobre a capacidade relacional da criança da criança, quando afirma:

> Com efeito, as crianças, revelando dispor de um capital relacional e social decorrente da sua interacção com vários outros grupos sociais e tendo aprendido e desenvolvido competências de interpretação e avaliação crítica selectiva, são extremamente cuidadosas no que dizem acerca de si mesmas, sabendo que o que é permitido numa audiência pode ser proibido noutra, sabendo, muito bem, portanto, o que é conveniente ou não revelar. (Ferreira, 2002, p. 159).

Foram encontradas crianças que entendem que trabalham porque os pais não têm condições de sustentá-los. Foram vistas crianças dormindo no chão da feira, como se vê na seguinte nota de campo:

> «Havia uma criança de aproximadamente 4 anos dormindo em cima de uns plásticos numa banca de verduras»
>
> *(Diário de campo – Feira do Coroado - Julho de 2004)*

No perambular, pode-se perceber as estratégias de sobrevivência das crianças muito presentes também no mundo dos adultos. Como na seguinte nota de Campo:

> «Encontrei duas meninas. Primeiramente uma de uns nove anos de idade aproximadamente. Ela estava com um saquinho na mão. Fui acompanhando o seu percurso. Depois, reparei melhor ela tinha uma cebola na mão. Andava rapidamente pelos vagões da feira. Até que ela encontrou outra menina de mais ou menos 13 anos. Também com um saquinho na mão. Pararam perto de uma banca que vendia batata doce e a pequena disfarçava. Sentou no chão para arrumar a cebola no saquinho. Elas perceberam que eu estava olhando e disfarçaram. Não pude me aproximar, achei melhor assim»
>
> *(Diário de campo – Feira Manaus Moderna - Maio de 2007)*

As crianças observadas demonstraram que sabiam explorar as circunstâncias de modo estratégico. Suas estratégias demonstram a criação de artifícios lógicos de confrontos diante da realidade e capacidade de resistir às dificuldades que se lhes apresentam, desenvolvendo modos de sobrevivência. Nisto, evidenciam-se jogos de solidariedade mútua que demonstram

> ... que o que sobressai das ações sociais entre crianças é um conjunto progressivamente organizado e sistematizado de valores e critérios próprios de saberes, saberes-fazer, saberes-estar e saberes-sentir que, aprendidos e usados como conhecimentos e competências sociais para poderem participar no seu mundo social como crianças, são (re) produzidos num quadro de relações sociais locais, estável e durável. (Ferreira, 2008, p. 146)

O que parecia ficar claro é que as crianças são capazes de desenvolver estratégias para sobreviver às críticas do mundo adulto e desenvolvem uma independência com ardis que parecem julgar necessários no mundo do trabalho- perambulante.

Por outro lado, as crianças neste estudo não falam verbalmente com a investigadora, no entanto sua comunicação é nítida no olhar, nos gestos disfarçantes de suas ações. Assim, o trabalho da investigação, enquanto escuta ativa e interpretativa, dá visibilidade para um tipo de narrativa que vai surgindo a respeito do que fazem neste local. Ainda que haja uma lacuna sempre presente entre o silêncio, as ações, os olhares, o fazer das crianças e a interpretação do que se quer ver naquele momento, até porque estas crianças, deste registro de campo, não puderam ser informadas do porquê da observação, pois em vários momentos do perambular nas feiras isso não era possível devido ao ar de desconfiança muito próprio da cultura manauara em relação ao outro.

Síntese

As dimensões: Ofício, Sentimentos e Aspirações, Representações e Práticas Sociais analisadas na perspectiva da Sociologia da Infância, permitem perceber que as crianças enquanto atores sociais competentes são fundamentais para os estudos da criança. Assim, centrar-se no que as crianças pensam, sentem e fazem é um exercício que pretende retirá-las da invisibilidade, considerá-las como sujeitos de direitos.

As categorias analisadas sobre o trabalho infantil, nestas feiras, tais como: comércio e exploração sexual evidenciam a dimensão do problema das crianças. O combate às piores formas do trabalho infantil deverá significar intervir para a promoção dos direitos e do bem-estar das crianças que trabalham.

O silêncio das crianças durante as entrevistas levanta questionamentos importantes a respeito dos trajetos de vida de seu sofrimento. Por outro lado, sua indignação em relação à injustiça na qual estão inseridas demonstra uma realidade multifacetada que reflete a exclusão social, a pobreza e a naturalização de um tipo de violência.

As representações das crianças, sobre o trabalho, sobre quem trabalha, sobre direitos, sobre escola/educação e sobre a infância demonstram a capacidade de reação das crianças diante da vida e do trabalho. Por outro lado, as representações dos Conselheiros tutelares e Feirantes favorecem uma importante reflexão sobre políticas públicas que sejam efetivas na luta pelos direitos fundamentais das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo possibilitou-nos afirmar que a infância é um fenômeno complexo e que requer da sociedade uma reflexão aprofundada sobre a garantia de seus direitos. As crianças perambulantes-trabalhadoras-trabalhadoras-perambulantes nas feiras investigadas buscam em suas trajetórias maneiras de sobreviver na estrutura que lhes é imposta pelo sistema capitalista. Por outro lado, por meio das vozes das crianças foi possível perceber o quanto suas formas próprias de interpretação do trabalho garantem a estas a legitimidade no seu falar enquanto membros da sociedade e como atores sociais plenos.

A tese sobre a imagem da infância nas feiras em Manaus é sustentada a partir do problema de pesquisa que procurou investigar qual a imagem construída da infância que circula nas feiras e em que medida isso torna o trabalho infantil natural nas práticas sociais nestes lugares. Esta investigação e análise foram realizadas a partir de um estudo etnográfico das crianças trabalhadoras em algumas feiras e mercado na cidade de Manaus, além das representações dos feirantes e Conselheiros Tutelares.

Os argumentos que sustentam a defesa da tese aqui apresentada desmembram-se nos capítulos do trabalho. No primeiro capítulo fez-se um breve resgate histórico da cidade de Manaus, local onde foi realizada a pesquisa. Assim, o que foi chamado de paisagens do campo de pesquisa foi sendo descrito por meio deste resgate histórico, da localização da cidade, sendo agregadas informações do IBGE sobre a população, área territorial, composição e mobilidade social, situação educacional e sobre o trabalho infantil segundo dados de 2008. Neste capítulo a descrição do espaço das feiras possibilitou a compreensão crítica de como a imagem da infância nestas feiras vai se construindo através dos sentidos dados na rede de relações estabelecidas pelas crianças que ali trabalham e por seus modos de interferências no espaço. Por outro lado, apontou-se que a pobreza ficou evidenciada em suas múltiplas dimensões na construção do espaço geográfico caracterizando uma exclusão produzida. E são nestes espaços que as crianças-perambulantes-trabalhadoras-trabalhadoras-perambulantes constroem suas histórias.

No segundo capítulo, procurou-se resgatar a imagem da infância no decorrer da história, deste modo, ressaltou-se a contribuição dos conhecimentos sobre a infância, por meio da psicologia do desenvolvimento, da antropologia, da filosofia, da sociologia, destacando a questão da socialização, a importância dos clássicos Durkheim, Max Weber e Karl Marx e do interacionismo simbólico como uma contribuição para a concepção social de criança, em relação a cidadania, ao conceito de trabalho, ao trabalho infantil e especialmente nos estudos

da sociologia da infância, os quais serviram de norteador para o objeto apresentado neste estudo.

No terceiro Capítulo a ênfase foi no percurso da pesquisa, a partir de um olhar etnográfico sobre o trabalho das crianças-perambulantes-trabalhadoras-trabalhadoras-perambulantes em algumas feiras e mercado em Manaus. Ancora-se em abordagens qualitativas e quantitativas, a partir de um procedimento hermenêutico que resgata os saberes: das crianças trabalhadoras, dos feirantes e dos Conselheiros Tutelares envolvidos na investigação.

No quarto Capítulo, a perspectiva foi de tentar compreender os direitos e a relação com as crianças. Constatou-se a negação dos direitos fundamentais à criança, considerando que a investigação apontou para as piores formas de trabalho infantil nas feiras de Manaus e que estas fazem parte de uma violência social revelada a partir da imagem da infância estudada nas feiras escolhidas.

No quinto Capítulo, fez-se uma análise a partir de temáticas ressaltadas pelas Crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares com o respaldo teórico da Sociologia da Infância. Foram analisadas as Categorias: comércio, exploração sexual, silêncios e indignações. Buscou-se compreender as dimensões: ofício, sentimentos e aspirações, e as representações das crianças, feirantes e Conselheiros Tutelares, e as práticas sociais evidenciadas nestas feiras. Das entrevistas alguns temas surgiram que favoreceram a problematização do contexto vivido. Estes temas foram: Crianças que trabalham sozinhas e com a família, o trabalho, quem trabalha, os direitos, a escola/educação e a infância.

Considerando a complexidade do objeto de pesquisa, sua conclusão exige um melhor detalhamento no aprofundamento da análise. Isto significa estabelecer recortes epistemológicos aqui apresentados nos subtítulos que se seguem:

- O trabalho das crianças nas feiras como prática social.
- A “naturalização” do trabalho como prática simbólica.
- As políticas de inclusão/exclusão das crianças e suas implicações nos cotidianos infantis.
- A pesquisa com crianças, suas responsabilidades sociais.

O trabalho das crianças nas feiras como prática social.

Os lugares construídos pelas crianças trabalhadoras nas feiras de Manaus foram revelados por meio de seus posicionamentos sobre o trabalho infantil. Estas participações das crianças na investigação revelaram um cotidiano brutalizado vivido e relacionado a um contexto de pobreza. Deste modo, as práticas sociais nestas feiras permitem uma reflexão sobre uma necessidade local e global contra as formas de exploração das crianças.

Há um desafio de verdadeiramente considerar as crianças enquanto sujeitos ativos nos seus mundos de vida. E assim, a partir das análises da Sociologia da Infância, refletir criticamente sobre a ideologia hegemônica sobre a infância em Manaus. Há necessidade de uma ruptura epistemológica no conhecimento sobre a infância e sobre as crianças. As crianças são capazes de todas as formas de expressão, com uma racionalidade que lhes é própria. Trabalham em múltiplas tarefas, seja nas feiras, na escola, nas ruas. E esta ideologia hegemônica de uma não-infância ou de uma incompletude até a fase adulta é uma contradição com a força e persistência destas crianças trabalhadoras.

As crianças são sujeitos ativos e o seu trabalho não pode ser negado e tornado invisível, considerando que estas trabalham como adultos. Desta maneira o mito social de que a criança é diferente do adulto porque esta não trabalha, é insustentável. As crianças trabalhadoras das feiras de Manaus fazem parte da esfera da produção e do mundo trabalho quer se aceite ou não esta questão, isto é um fato.

Examinou-se que as crianças trabalhadoras resistem à realidade da dureza do trabalho muitas vezes de maneira lúdica. Participam com seu trabalho com a responsabilidade compartilhada ao "mundo dos adultos". Modificam a própria percepção do ambiente, são construtoras de cultura.

Ao compreender isto, é importante reconhecer esta participação social no mundo do trabalho e ao mesmo tempo analisar este lugar onde as crianças se projetam perambulando, muitas vezes negligenciadas, abandonadas, mau-tratadas, inseridas no risco social. Portanto, o trabalho das crianças como prática social sinaliza o quanto estas encontram-se em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

É preciso levar em conta que a infância é historicamente construída, daí os impactos sobre esta construção. Muitas vezes à criança é negado todos os seus direitos. Principalmente os de participação que exigirá a construção de uma autonomia, a qual necessita ganhar debate

na sociedade. Significa que cada criança deverá ter condições para praticar seus direitos. Não basta conhecê-los, é preciso que sejam diluídos nas práticas cotidianas, nas feiras, nas escolas, em casa, enfim, na sociedade. Nesta investigação, reafirmou-se o lugar ocupado por elas crianças e pelos adolescentes pobres nesta cidade de Manaus.

Assim, a preocupação com e pelas crianças é fundamental. Pela sua segurança, pelo seu bem-estar, pela sua educação e principalmente pela garantia em ouvir as suas "vozes", para saber o que pensam e o que sentem, o que querem da cidade de Manaus, considerando-as como atores sociais plenos.

Todo este panorama de compreensão sobre o mundo do trabalho levou à compreensão de como as crianças recebem e interagem com o cotidiano. A validez do conhecimento das crianças é fundamental para a construção de uma luta social pelas e com as crianças. A articulação deste conhecimento das crianças que vivem em condições desfavoráveis aponta para alternativas de superação na medida em que possam ser vistas. Sem ouvi-las, sem permitir que a riqueza do pensamento destas venha à tona é muito mais complicado que se vizualizem soluções locais para estes problemas.

Percebe-se que o mundo dessas crianças trabalhadoras demonstra, com clareza, o agravamento da injustiça social. As crianças que estão nas feiras são concretas. São sujeitos concretos, com uma cultura de pertença, por isso é necessário observar para perceber a vida dessas crianças e compreender o significado do trabalho em suas vidas, aprendendo a fertilizar suas competências para participar. Ao mesmo tempo, assimilar esta participação, através de sua voz. Reconhecendo que é uma voz que pode dialogar e dizer tudo o que quer dizer, levando-se em consideração que o que está em causa e o que deve sempre estar em causa é a vida das crianças.

A violência oculta do trabalho infantil se naturaliza na ditadura do mercado, na ditadura da sobrevivência, contra a dignidade da pessoa humana, na medida em que se explora e se inviabiliza a vivência cotidiana dos direitos das crianças.

Muitas vezes a luta pela sobrevivência, por parte destas crianças, conduzem-nas ao círculo da pobreza, dos sem teto, sem comida, sem educação. Daí a emergência da palavra da criança, uma vez reconhecida como pessoa poderá ter a oportunidade de participar, de libertar-se de uma condição de "coisa". Assim, a criança desenvolverá um tipo de saber que se evidencia por meio de sua alteridade, pois aprender a respeitar o conhecimento da criança sobre o seu fazer é uma atitude política.

É importante ampliar a visão de cidadania e de participação da criança como exercício. Isto só será possível por meio da mobilização da sociedade civil em criar espaços de escuta das vozes das crianças

Sem a consciência local e cultural dessa necessidade, tornar-se-á impossível pensar em mudanças efetivas voltadas para a situação das crianças nas feiras de Manaus. Qualquer mudança e perspectiva de mobilização social para o processo de construção de autonomia das crianças, que com certeza passará por um processo educativo, exigirá a apropriação, a apreensão do contexto cultural local onde a criança está inserida. Se toda gênese traz no seu bojo a destruição, é crucial começar as mudanças por meio de políticas públicas efetivas, nas quais o processo educativo possa manter as virtudes nascentes das crianças que perambulam, porque trabalham ou perambulam para trabalhar ou até quem sabe trabalham para perambular numa espécie de um jogo que faz parte da vida de cada uma.

A "naturalização" do trabalho como prática simbólica.

Nas feiras investigadas as práticas sociais que naturalizam o trabalho das crianças revelaram-se como um campo fértil para a investigação. As crianças produzem suas condições sociais de existência ao perambularem para trabalhar e os adultos também desenvolvem práticas que se diluem nas interações sociais com estas crianças.

O trabalho das crianças nestas feiras também aparece como práticas sociais familiares, em muitos casos estas têm como papel constituinte o cuidado de ensinar aos filhos um oficio, mas há muitas crianças que trabalham sozinhas. Por outro lado, o trabalho se constitui uma fonte indispensável para a manutenção da vida, como uma atividade econômica essencial.

Há uma cultura da violência quando estão presentes as piores formas de trabalho infantil, como por exemplo a exploração sexual. Observou-se que as crianças sofrem a desigualdade de gênero e a erotização infantil. Na mesma sociedade, onde as outras crianças dormem durante a madrugada e o cenário imaginário da família é a criança, por outro lado nas feiras, a exploração sexual comercial de crianças aparece como uma forma de manifestação de violência na cidade.

Na análise feita no Capítulo V, a partir da nota de campo, sobre a exploração sexual de uma criança através do trabalho, verificou-se um tipo de "cativeiro". Aquela criança cativa em

sua infância com certeza é apenas um exemplo de muitas outras cativas no mundo do sexo. A opressão do gênero é visível e as formas de poder exercidas por uma mulher citada na nota de campo deste estudo, é o retrato da violência contra as crianças no espaço público. Mas, a violência é uma construção histórica. Neste momento, revela-se a imagem que vai sendo construída da infância neste lugar.

É crucial perguntar qual o papel da menina mulher no mundo do trabalho, já que a situação desta criança não se pode negar e das tantas outras que não são assediadas sexualmente, mas poderão ser vítimas desta questão a qualquer momento, considerando a vulnerabilidade do seu perambular. Apresentando-se como desafio recuperar a identidade destas crianças e defender a sua causa na busca por justiça.

Verificou-se a possibilidade de destacar algumas dimensões simbólicas destas práticas sociais como por exemplo:

- Nos silêncios das crianças, os ecos de vozes alheias de dominação se evidenciam.

- Aquilo que as crianças realizam pelo seu trabalho, traz em seu bôjo uma dimensão política, porque não se pode deixar de discutir as relações de poder intrínsecas nestes tipos de atividades desenvolvidas pelas crianças. Seja juntando restos das caixas de frutas e legumes que vão sendo carregadas, seja pedindo os "restos" de alimentos dos feirantes, seja vendendo sacolas, seja cuidando dos carros estacionados nas feiras, a criança enfrenta as dificuldades intrínsecas na dominação dos adultos, pela manipulação dos adultos.

- Percebe-se que os feirantes se encontram em um dilema na questão do trabalho infantil, o que é natural pode ser o que seja necessário à sobrevivência.

- Percebeu a apreensão da cultura machista. Meninos e meninas trabalham perambulando nas feiras, ou perambulam trabalhando. As meninas, em geral são vistas como um perigo no lugar, pois são seres sexualmente potenciais, os meninos como ladrões em potenciais e também drogados.

- Dos que defendem o trabalho das crianças nas feiras ficou demonstrado uma espécie de hegemonia da miséria, na qual, há uma defesa pelo trabalho da criança em condições adversas ao seu desenvolvimento. O trabalho que conforme a nota de campo estava sendo realizado à noite, por exemplo, é um trabalho perigoso para a segurança física da criança, para o seu desenvolvimento pleno. São atividades chamadas de informais urbanas

que tornam as crianças expostas a muitos riscos. Esta situação não permite o reconhecimento do empregador e, portanto, há muita dificuldade em responsabilizá-lo pela exploração do trabalho do menor.

- A negação e o silêncio a respeito do trabalho das crianças também apareceram na pesquisa. Assim, conclui-se que se é possível afirmar que as situações trazem uma ideologia e nos arrastam é também possível afirmar que o silêncio, muitas vezes, compactua com esta ideologia de dominação e é um fator coadjuvante neste regime de dominação tirânica, imposto, pela degradação do ser humano a partir do sistema capitalista.

- Nas falas dos entrevistados também foi possível perceber os impactos que o contexto urbano, o trabalho, a violência, ainda que muitas vezes simbólica, causam na produção de subjetividades.

- As crianças estão vivendo sua infância neste espaço, onde a organização é feita pelo adulto. Por outro lado, dentro desse espaço, há novos espaços construídos pelas crianças para a sua permanência, enquanto trabalhadora, e para sua sobrevivência diária. Nesta investigação, desde o início, foi tornando-se claro que uma das ocupações dos espaços pelas crianças seria a condição de perambulante. Não falta impessoalidade neste lugar construído no espaço. Percebe-se pelo diálogo com as crianças a marca de sua presença. A forma como vão se construindo pouco a pouco, enquanto sujeitos analisantes da vida e da existência no mundo trabalho.

O impacto do trabalho das crianças nas feiras também aparece no momento que elas apresentam uma solidariedade com seus pais e responsáveis para estarem neste local. Ora de madrugada, numa jornada pesadíssima de trabalho, ora pela manhã, à tarde ou durante à noite. Compromissadas com uma responsabilidade ética diante da vida e outras existências as crianças enfrentam seu dia- a- dia.

As políticas de inclusão/exclusão das crianças e suas implicações nos cotidianos infantis.

A tese evidenciou várias dimensões da exclusão social, que se apresentaram de inúmeras maneiras, desde a falta de acesso às oportunidades oferecidas a estas crianças pobres a falta de cidadania na medida em que não participam plenamente da sociedade.

1- A dimensão da perda da dignidade.

Muitas crianças destas feiras enquanto partícipes de uma classe social diferenciada e discriminada são banalizadas enquanto sujeitos de direitos. Constatou-se que as crianças perambulantes-trabalhadoras carregam peso na proporção dos adultos, são persuadidas à prostituição, andam sujas, roubam, juntam restos, acumulam responsabilidades para a sua sobrevivência como se fossem inerentes a sua natureza.

A dignidade se relaciona com o respeito, portanto, o fato da exploração do trabalho infantil ocorrer com as crianças pobres, caracteriza-se a imposição de uma visão de mundo antidemocrática e alienante, onde estas crianças passam a fazer parte de um modo de compreender a infância moldada pelo próprio sistema e suas relações com a pobreza. A criança pobre e trabalhadora passa a ser objeto de um sistema e enquanto sujeito de direitos torna-se invisível. As desigualdades sociais e econômicas fazem com que os efeitos da exclusão sejam mais acentuados e em conseqüência a infância pobre é vivida de maneira absolutamente diferente aos outros tipos de infância

A tese constatou que há uma falta do reconhecimento de um valor que permita a auto-realização das crianças trabalhadoras, na medida em que seus direitos sejam efetivos e a ações destas possam ser verdadeiramente livres. Sem aqui, defender-se nenhum tipo de exploração do trabalho das crianças.

2-A dimensão da discriminação.

A tensão entre pobreza e o pertencimento a uma classe social, a um grupo geracional diferenciado, torna visível que as crianças que ali trabalham e "perambulam" para trabalhar não têm as mesmas condições de existência material que as outras crianças, as quais, por não necessitarem de estar ali, vivem com muito mais saúde, com mais tempo para brincar de freqüentar uma boa escola, ter roupas limpas, uma casa para aconchegar a vida, um espaço de construção cultural.

A exclusão social se exprime no cotidiano destas crianças no modo como interagem com a sociedade em geral. A imagem de infância construída hegemônicamente não condiz com a realidade identificada, nas feiras pesquisadas, nos diversos turnos de trabalho, nas crianças observadas, o que predomina é a tentativa constante de sobrevivência. Na verdade, a opção pelo trabalho pode ser analisada como uma imposição das próprias circunstâncias.A criança faz a opção pela imposição que tem. Crianças "sem desejos" em busca do "pão nosso de cada dia". São massacradas pela rotina brutalizada das feiras e do trabalho. Fica tudo tão natural nas feiras: criança, lixo e comida.

3- A dimensão da invisibilidade.

Esta invisibilidade da criança está relacionada a questões estruturais da exclusão social. Nesta tese constatou-se, por meio da observação, uma pobreza repetida, uma infância abandonada, ocultada, obnubilada pela naturalidade da ocultação, pelo velado cotidiano repetitivo dos anos que passam.

Estas crianças não apresentam compulsões pelo consumo, não há tempo. O tempo é o da sobrevivência. Sobrevivência andante, perambulante, nos corredores das feiras.

As feiras tornaram-se os territórios de exclusão. É o espaço do alimento, do suprimento, mas é o da escassez. Nas feiras, as crianças e muitos feirantes vivem uma relação desigual com a própria cidade. Desigual, porque muitas crianças vivem trabalhando-perambulando nas feiras, sem estudar; desigual, porque muitas crianças vivem perambulando-trabalhando nas feiras como a única saída para o sustento de suas famílias; desigual, porque muitas dormem nos papelões (principalmente, na Manaus-Moderna); desigual porque as crianças são submetidas a toda espécie de autoritarismo, inclusive o de exploração sexual

4- A dimensão da falta de possibilidade de criar projetos.

As crianças que não são respeitadas em sua natureza biológica, portanto enquanto ser humano, necessitam de afetos, como seres pensantes, capazes de representar e projetar no exterior, portanto como produtoras de culturas, vão perdendo as perspectivas da vida, por falta de acesso aos mecanismos que promovem o desenvolvimento humano.

O status de saúde da criança que trabalha nas feiras é ocultado. É importante o confronto com essa realidade. A sociedade sabe, porém ninguém quer confrontar-se e ir até o fim. Este problema das crianças trabalhando nas feiras é de todos. Há uma síndrome de ausência de humanidade camuflada em um transbordamento como excesso do dizer sobre a infância por meio das várias mídias.

Percebe-se, neste perambular das crianças, um trabalho que institui a perda do sentido da experiência das crianças resultante da vida coletiva. As crianças nas feiras não aprenderam somente a falar e a andar, aprendem a perambular para sobreviver. O tempo de trabalho é explorável e o silêncio proposital da falta de fiscalização parece fazer parte das engrenagens do capital. É a recusa dos direitos humanos para com as crianças trabalhadoras das feiras. Estas crianças submetem-se às relações de trabalho nas suas mais variadas formas, um tipo de escravidão. Inclusive trabalho de prostituição, absolutamente degradante para crianças. O

trabalho infantil, neste caso e em outros, não é somente conseqüência da pobreza, é financiador desta condição.

Diante disso, os espaços das feiras representam uma dualidade: as melhores verduras, os melhores legumes, vendidos para toda a cidade ser suprida de alimentação saudável e a precariedade da qualidade de vida das crianças perambulantes-trabalhadoras e dos feirantes que não trabalham em espaços higienizados. A paisagem, especialmente da Feira Manaus Moderna representa as relações entre homem e natureza, porque a feira localiza-se na frente do rio, o qual em silêncio, contempla as mais diversas formas de desigualdades sociais. O espaço é público, impregnado de um cheiro forte de resistência à vida, à cidade de Manaus. Mas para sentir, para ver, é preciso a indignação de todos, pela luta concreta de solidariedade, de subjetividades que devem se "contaminar" com a possibilidade de mudança para a emancipação social.

5- A dimensão da falta de acesso à informação.

Sem a consolidação dos direitos da criança é impossível sinalizar políticas inclusivas efetivas. A inclusão só é possível na medida em que a ação dos sujeitos sejam levadas em consideração e que estes possam participar. As crianças possuem competências que se exprimem por várias maneiras e isto precisa ser levado em consideração para que elas assumam atitude crítica em relação à exploração do trabalho em suas piores formas.

A exclusão social escamoteia o acesso à informação negando a estas crianças o reconhecimento de suas potencialidades de participação social. É preciso que se apresentem estratégias por parte do Poder Público, da comunidade, dos partidos políticos, das igrejas, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais e outros, para que a resistência encontrada pelas crianças na luta pela sobrevivência se transforme na luta por uma transformação daquela realidade.

Múltiplos atores sociais, inclusive o empresarial que se faz presente nos arredores destas feiras, não aparecem de modo significativo na luta pela organização de um novo espaço.

Há a banalização da desigualdade social; há a banalização da tentativa de participação da criança no mundo dos negócios, para a sobrevivência destas e de suas famílias. Seria inclusive absolutamente razoável de se colocar em discussão no momento em que o desmantelamento dos direitos sociais e econômicos das famílias se faz presente no mundo do capital. Não para defender a exploração das piores formas do trabalho infantil, mas para

colocar em evidência o debate sobre a imagem da criança trabalhadora- perambulante nas feiras, objetivando-se o destaque que as crianças também pensam, também objetivam, também sonham, também podem ter esperanças, ainda que seja de uma alimentação para cada dia de sobrevivência. E, mais, fazer emergir um debate que não favoreça apenas a filantropia nas feiras, mas que provoque e impulsione o Poder Público à responsabilidade de criar uma cultura de cidadania naquele lugar com as crianças, adolescentes e a comunidade. A luta não pode ser somente de um ator social, deve ser de todos. A luta e a resistência devem ser coletivas. É necessário colocar a infância no centro dos debates.

Ao se dar visibilidade à Infância em Manaus, o enfrentamento da triste realidade de crianças e adolescentes em relação a todas as formas de exploração e abandono deve-se favorecer um processo de consciência-ação na realidade.

A pesquisa com crianças, suas responsabilidades sociais.

Um dos grandes desafios desta tese foi como reposicionar as crianças como sujeitos de direitos num contexto de exclusão, sem descaracterizar o trabalho realizado por estas. Conflito não resolvido dado que considerou-se que os fatores da exclusão social estão associados às dimensões em que ela se exprime. Por isto, é importante que se discuta a presença das crianças na esfera pública, na qual as crianças estão trabalhando-perambulando. Suas "vozes" podem indicar uma possibilidade que se abra para uma contra-hegemonia à invisibilidade da infância e é uma maneira de na esfera pública as crianças se manifestarem, ainda que timidamente, politicamente sendo capazes de influenciar as relações de poder que ali se estabelecem.

A imagem da infância da criança trabalhadora nas feiras de Manaus é naturalizada pelas omissões, posturas no cotidiano das feiras. Existem violências que são culturais, que se estabelecem entre nós de maneira excludente. Não são mágicas, são acertos que se vão fazendo no cotidiano das práticas.

A pesquisa com as crianças acaba por demonstrar que estamos diante de um paradigma "falido" a partir de um conceito de uma imagem de infância ideal, que não condiz com o "rosto" dos efeitos do processo de globalização no campo da infância. Por outro lado, é preciso uma modificação paradigmática em relação ao que se continua perpetuando no nível teórico a respeito da infância. Uma espécie de tentativa de desmonte de um simulacro deste

paradigma cristalizado, como se todas as crianças pudessem viver a "homogeneização" da infância. O que se sabe é que para muitas dessas crianças a sua infância é subtraída em grande proporção.

Portanto, o aprendizado, após esta pesquisa, confirmou que é preciso desvelar a injustiça do trabalho infantil nas feiras sem obnubilar a estética criadora da infância.

As idiossincrasias do mundo adulto muitas vezes tornam a infância invisível. É no estudo da alteridade da infância, pelas ações das crianças que se pretende humanizar as coisas, sentir a vida, sentir a feira. Aprendendo a perceber o trabalho e as emoções das crianças; dessas crianças arrojadas nas feiras. Crianças que são capazes de formularem interpretações sobre a sociedade em que vivem, que podem dissimular em alguns momentos para tentar escapar das críticas e coerções do mundo adulto.

As crianças demonstraram autoformação para a vida. Ainda que seja uma utopia a totalidade desta, não se pode negar em seus discursos e vivências esta potencialidade e capacidade de criação diante de um cotidiano brutal e na maioria das vezes hostil a tudo que se pode compreender como infância. A autoformação destas crianças encontra-se marcada por discriminação e exclusão, no entanto, são capazes de auto-superar-se para sobreviver.

Assim, pode-se afirmar que estas crianças perambulantes das feiras em Manaus são arquitetas do cotidiano para a sobrevivência. Arquitetas da sobrevivência que, ora, parecem dispersas, ora perambulantes-dispersas no entanto, capazes de criação. Com capacidade também de representar seus pares, isto demonstrado pelas crianças em entrevistas e que se manifestaram durante a pesquisa.

As crianças também demonstraram uma capacidade de desconstruir seus contextos, enquanto detentoras de potencialidade. Estas parecem se repensar o tempo inteiro. Como arquitetas da sobrevivência trazem um pressuposto epistemológico sobre o seu trabalho: simplesmente perambulam e trabalham, simplesmente trabalham e perambulam. Acrescentam ao seu cotidiano somente o que precisam para viver ou sobreviver, naquele dia.

Apontam para aqueles que fazem a leitura do cotidiano para uma reconstrução de saberes sobre estas crianças contribuindo com suas falas e silêncio-perambulante. Com elas, não se relativiza, com elas se garantiu a discussão sobre vários aspectos abordados nesta pesquisa.

As crianças, além de muitos saberes, trazem para o cotidiano saberes diferenciados. Tratam das questões de subsistência e de sobrevivência com a simplicidade necessária para

continuar. Este talvez seja o maior diferencial que carregam em seus ombros, além da sabedoria que expressam com a alegria de vencedores. Crianças que são rápidas no seu perambular para trabalhar sem suplantarem o refletido; crianças que vivenciam o mal-estar dos tempos presentes, mas não sucumbem à vida; criam mecanismos estratégicos para continuarem. Ainda, são capazes de construir uma rotina camarada entre as crianças (Corsaro, 1997), com habilidades importantes para escrever a própria história.

As crianças investigadas nas feiras de Manaus confirmaram em suas entrevistas e dizeres o ato epistemológico apontado por Boaventura Santos (2005, p. 104) "fazer com que o conhecimento científico se transforme num novo senso comum. Para isso é preciso, contra o saber, criar saberes e, conta os saberes, contra-saberes". Assim, são as crianças da feira para além da ciência, para além do senso comum, capazes de criar novas possibilidades; Empurram a vida para o outro lado, recriam a realidade.

As crianças resistem, mas não estão nas estatísticas seus modos de resistência e de estratégias. Foge a estas estatísticas, também, a emoção das crianças, seus olhos "espertos" enigmáticos e "puros". "Puros" não por não terem o que dizer, ou por serem inocentes diante do mundo, mas porque no lúdico imaginário escrevem a poesia do cotidiano, silenciada e ocultada. Embora acredite que a poesia escrita por elas possa desabrochar um "novo devir". Isto, na medida em que possibilitam uma investigação ou investigações científicas que possam garantir o entendimento de que toda ciência deve render-se à vida, no momento em que abre espaços para os conhecimentos das experiências das crianças. No dizer de Boaventura Santos (2008) faz-se necessário o reconhecimento de uma sociologia das ausências, dos discriminados, dos esquecidos, dos abandonados, para transformá-las em preenchimento. Vive-se, de acordo com este autor, uma desqualificação de determinadas realidades.

A concreticidade existencial das crianças trabalhadoras permite captar que estas crianças parecem viver outro tempo, que participam dos modos de sobrevivência do momento histórico em que estão inseridas. Portanto, estas crianças aprendem a dialogar com a realidade do presente de maneira singular. Sua experiência existencial não aponta para a velocidade própria das outras crianças que vivenciam sua infância nos condomínios, estudando nas melhores escolas da cidade. É a velocidade do presente; velocidade necessária para o seu perambular: seja juntando as frutas que caem das caixas que os adultos carregam, seja carregando caixas, cachos de banana para os adultos, ou vendendo produtos no seu

perambular nestas feiras. Os sentidos de suas existências vão se completando no presente, no trabalho e na invisibilidade imposta por esta sociedade.

Resistem à violência do cotidiano com suas estratégias combinadas e calculadas. Nota-se que as crianças passam ali quase invisíveis. São "apenas" crianças. Mas vê-se mesmo assim a cultura de pares no criativo modo de perambular para conseguir o que precisam.

Por outro lado, vê-se a criança ensinando por meio de uma "ecologia de saberes[52]". Elas são contra o trabalho de exploração, mas entendem que ajudar um parente durante a madrugada não tem problema. Verifica-se que a criança constrói um tipo de conhecimento sobre a vida.

Evidenciou-se que o trabalho intenso das crianças em todos os turnos desvela a grande contradição de um suposto cuidado que se diz ter pela criança na cidade. Reconheceu-se que muitas crianças são esquecidas no que fazem e no que pensam sobre a vida e que seus direitos constantemente vêm sendo violados, visualizou-se muitas crianças solitárias e desrespeitadas em suas singularidades.

Recomendações finais.

Tendo em vista a análise aqui apresentada, decorrente do estudo desenvolvido, pode-se recomendar:

Políticas públicas mais efetivas para a infância, especialmente para as crianças perambulantes-trabalhadoras destas feiras. Não se devem buscar apenas melhorias, mas soluções concretas. As ações isoladas não resolvem, mas ajudam, porém, não bastam. É preciso uma mudança das práticas coletivas por meio de uma solidariedade coletiva, reconhecendo que as crianças estão envolvidas num entorno complicado. Enquanto não se resolver os problemas das feiras de Manaus, estas crianças vão crescendo vítimas de pedofilia, prostituição, exploração do trabalho infantil, doenças, envolvimento com as drogas, etc.

Que as Instituições Públicas que trabalhem com a infância possam buscar criar estratégias concretas para as crianças e adolescentes dessa cidade, construindo o

[52] Termo utilizado por Boaventura Santos

reconhecimento e o valor dos Direitos das Crianças. O objetivo prioritário do Estado deve ser oferecer as condições necessárias para a vida das crianças e adolescentes.

Que estas Instituições priorizem iniciativas locais que apresentem projetos com uma lógica de prevenção e intervenção, onde as políticas urbanas sejam verdadeiramente humanizadas e pensadas a partir das singularidades das crianças. E que sejam consideradas a opinião das crianças na (re) construção dos espaços da cidade (neste caso, das feiras). Salientando a importância do enfrentamento da barbárie que são as piores formas do trabalho infantil.

Que a sociedade civil organizada, o Estado, a Prefeitura, as famílias, os feirantes, os Conselheiros Tutelares e demais autoridades da cidade não silenciem diante do problema das piores formas de trabalho infantil evidenciadas neste estudo através de uma imagem da infância trabalhadora nestas feiras e possam construir projetos de participação com as crianças e para as crianças, a partir das crianças. Sabendo que qualquer política pública para a inclusão social da infância implicará em pensar nas dimensões para mudanças estruturais que devem ser discutidas em larga e pequena escala.

Para dar fechamento a este estudo, recomenda-se uma escola que seja capaz de acolher em seu cotidiano as crianças que trabalham, não com intuito de pensar a legitimação do trabalho infantil, mas de não perpetuar um espaço escolar de exclusão social para estas crianças. Uma escola; mais crítica, alegre, acolhedora, destruidora de enganos e massificações ideológicas. Não-somente a escola, outros espaços para que a cidade possibilite processos de construção de aprendizagem para a criança, nos quais as crianças possam continuar com a capacidade de admiração diante da vida, da realidade.

Por fim, constatou-se que as crianças trabalhadoras-perambulantes, perambulantes trabalhadoras destas feiras se solidarizam com a vida, com a resistência. Representam a resistência e ao mesmo tempo paradoxalmente a evidência da exclusão globalizante, na medida em que lhes sonegam os seus direitos e na maioria das vezes ignoram sua presença neste local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS[53]

A

ACUÑA-ALFARO, J. (2009). La prescripción de la democracia para impulsar el desarrollo humano: el caso latinoamericano. In: **Procesos políticos y democracia en América Latina y el Caribe**. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, 11(21), 140-170.

ABRANCHES, S. H. (1998). Política Social e Combate à Pobreza: A teoria da prática, **in Política Social e Combate à Pobreza** (4a.ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ALBORNOZ, Suzana. (1994). **O que é trabalho?** (p. 131) São Paulo: Ed. Brasiliense.

ALENCAR, A. (1985). **São Raimundo dos meus amores**. Manaus, Am.

ALMEIDA, A. N. (2009). **Para uma Sociologia da Infância**. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação (p.19). Colecção Breve Sociologia. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

ALMEIDA, A. N. (2009). **Para uma Sociologia da Infância**. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação (p.115). Colecção Breve Sociologia. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.

ALMEIDA, A. N. (2009). **Para uma Sociologia da Infância**. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação. Colecção Breve Sociologia. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.

ALONSO, L. E. (1999). **Trabajo y ciudadanía**. Estudios sobre la crisis de la sociedade salarial.Editorial Trotta. Fundación 1 de Mayo.

ANDRADE, C. D. (1994). **Boitempo** (3a.ed, Vol. 2). Rio de Janeiro Record.

ANDRADE, M. **Manaus:** Ruas, fachadas e varandas. Manaus, Ontem e Hoje; Biblioteca Municipal.

[53] De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

ANTONACCIO, G. (1997). **Entidades e Monumentos do Amazonas:** Fundação – história - Importância. Universidade do Amazonas.

ANTUNES, R.(1995). **Adeus ao trabalho**. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (2a. ed.). São Paulo: Cortez Editora da Unicamp.

ARIÈS, P. (1981) **História Social da Criança e da Família** (D. Flaksman trad., 2a. ed.). Rio de Janeiro: ZAHAR.

ARROYO, M. G. (2008). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. (M. Sarmento & M. C. S. Gouvea, Orgs., p.125). Petrópolis, RJ: Vozes. Coleção Ciências da Educação.

B

BACHELARD, G. (1996). A Noção do Obstáculo Epistemológico. In: **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto.

BAKHTIN, M. (1999). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (9a.ed.). São Paulo: Hucitec.

BARRETO, Theo da Rocha. (2005). **A Precarização como Homogeneização "*Sui Generis*" na Fomação dos "Sem Emprego"**: **um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados na RMS – no final do século XX.** Dissertação de Mestrado. Salvador: FFCH/UFBA.

BATISTA, A. S., & CODO, W. (1999). A centralidade de gestão. In: W. CODO (Coord). **Educação**: carinho e trabalho. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. (p.183-189). Petrópolis: Vozes, Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia do Trabalho.

BAUDELAIRE, C. **Obras escolhidas**. Um poeta na Época do Capitalismo Avançado.

BAUER, M. W., & AARTS, B. (2002). A construção do corpo: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: **Pesquisa qualitativa com textos e som: manual prático**. (3a.ed.). Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes.

BAUMAN, Z. (1999). **Modernidade e ambivalência** (p. 48). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BAUMAN, Z. (1999). **Globalização**: as consequências humanas (M. Penchel, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAUMAN, Z. (2005). **Vidas desperdiçadas** (C. A. Medeiros, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAUMAN, Z. (2007). **Vida Liquida** (C. A. Medeiros, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BECK, U., GIDDENS, A., & LASH, S. (2000). **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. (M. A. Augusto, trad.). Celta Editora. Oieras - Portugal.

BELLONI, M. L. (2007, janeiro/junho). Infância, Mídias e Educação: Revisitando o conceito de socialização. In: D. C. Carvalho, J. Quinteiro & M. I. Serrão. **Dossiê Infância, Educação e escola**, 25(1), 58.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Enciclopédia LBL. (A. Candeias, trad.). Livros do Brasil. Lisboa.

BENJAMIN, Walter. (1983). O Narrador. In: W. BENJAMIN, T. W. A. HORKHEIMER & J. HARBERMAS. **Textos Escolhidos** (J. L. Grünnewald et al., trad., 2a. ed., pp.59-60). São Paulo: Abril Cultural.

BENJAMIN, Walter. (2006). **A modernidade**. (J. Barreto - Assírio & Alvim, trads., p.77).

BLUMER, H. (1969/1982). **El interaccionismo simbolico: perspectiva y metodo**. Barcelona: Hora.

BOGDAN, R., & BIKLEN, S. (1994). **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora.

BONDÍA, J. L. (2002, Jan/Fev/Mar/Abr). Universidade de Barcelona, Espanha. (J. W. Geraldi, trad.). Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística. Revista Brasileira de Educação, (19).

BOUDON, R. (1990). **Os métodos em sociologia**. Edições Rolim - Coleção Prisma: Lisboa.

BOURDIEU, P. F. (1989). **O poder simbólico**. Memória e sociedade. (F. Tomaz, trad., 2a. ed.) DIFEL. Lisboa.

BORDIEU, P. F. (1930/1996). **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**, Trad. Mariza Corrêa- Campinas, SP: Papirus, edição 7a.

BOURDIEU, P. F. (1997). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes.

BORDIEU, P. B. (1998). **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes.

BORDIEU, P. B. (1998/2005). **A economia das trocas simbólicas**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, São Paulo, Coleção Estudos; 20/dirigida por J. Guinsburg.

BRANDÃO, C. R. (Org.) (1999). **Repensando a Pesquisa Participante**. (3a.ed.). São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, C. R., & STRECK, D. R. (Orgs.) (2006). **Pesquisa Participante**: A partilha do saber. (pp. 8; 31). São Paulo: Idéias & Letras.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (2001). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. (3a.ed.). Brasília: Câmara dos Deputados.

BUCKINGHAM, D. **Infância em mudança, media em mudança:** Novas agendas para a Investigação sobre cultura mediática das crianças. Universidade de Londres. Inglaterra. (Policopiado)

C

CARVALHO, E. A. (2003). Educação para o Século XXI. In: **Polifônicas Idéias: por uma ciência aberta**. (pp. 69-72). Porto Alegre: Sulinas.

MÉLICH, J. C. (2000). A memória de Auschwitz: O sentido antropológico dos Direitos Humanos. In: A. D. Carvalho (Org.). **A educação e os limites dos direitos humanos:** Ensaios de filosofia da educação. Portugal: Porto Editora. Coleção Mundo de Saberes 26. Universidade Autónoma de Barcelona.

CASAS, F. (2006). **Infância y representaciones sociales. Política y Sociedad** (Vol. 43 n. 1, pp. 27-42). Universidad de Girona. Instituto de Investigaciones sobre Calidad de Vida.

CASTELLS, M. (2003). **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** (A. Figueiredo & R. Espanha, trad., J. M. P. Oliveira & G. L. Cardoso, coord., Vol. III – O Fim do Milênio). Serviço de Educação. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian

CERTEAU, M. (1998). **A invenção do cotidiano**: Morar, cozinhar/ A infância como construção social (E. F. Alvez & L. E. Orth, trad., 2a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. (2000). **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. (E. F. Alves, trad., 5a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

CHAUÍ, M. (1989, outubro/novembro/dezembro) **HOME**, Revista Teoria e Debate. (8).

CHAUÍ, M. (1999, 14 março) **Uma ideologia perversa**. Folha de São Paulo, Caderno Mais!.

CORDOVIL, M. I. (Coord.). (2001). **Actas da Conferencia Internacional sobre Politicas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil na Europa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CORSARO, W. A. (1997). **The Sociology of Childhood**. Thousand Oaks, Pine Forge Press.

CORSARO, W. A. **Acção colectiva e agência nas culturas de pares de crianças pequenas**. Traduzido e Revisado por Manuela Ferreira. (Policopiado).

D

DAMIANI, A. L., & FANI, A. C. (Org.) (2007). A Geografia na Sala de Aula. In: **A Geografia e a Construção da Cidadania** (8a.ed, p.52). São Paulo: Contexto.

DEL PRIORE, M. (Org.) (2004). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: M. Del Priore, **História das crianças no Brasil** (p.84) São Paulo: Contexto.

DELEUZE, G. (1992). Controle e Devir. In: **Conversações (1972 – 1990)**. (P. P. Pelbart, trad.). Rio de Janeiro: Editora 34

DERMARTINI, Z. B., FARIA, A. L., & PRADO, P. D. (Orgs). (2005). **Por uma cultura da Infância**. São Paulo: Autores Associados.

DUBAR, C (2005). A Socialização. A Construção das Identidades Sociais e Profissionais. São Paulo: Martins Fontes.

DURKHEIM, É. (2001). **Sociologia, educação e moral**. (E. Santos, trad., 2a. ed.). Rés-Editora. Biblioteca de Sociologia.

DURKHEIM, É. (1893/2004). **Da divisão do trabalho social**. (Eduardo Brandão, trad., 2a. ed.), São Paulo, Martins Fontes.

DURKHEIM, É. (1995). **A evolução Pedagógica**. Porto Alegre; Artes Médicas.

DURKHEIM, É. (1995) **As regras do método sociológico**. (Ed. Nacional, trad. 15a. ed. de Maria Isaura Pereira de Queriroz), São Paulo: (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciência Sociais. v. 44), p. 11.

F

FERNANDES, N. (2009). **Infância, Direitos e Participação, e Representações, Práticas e Poderes**, Edições Afrontamento, p. 109.

FERREIRA, M. M. M. (2002). Os estranhos sabores da perplexidade numa etnografia com crianças em Jardim de Infância. In: T. H. CARIA, **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. (832 ed.) Edições Afrontamento. Coleção Biblioteca das Ciências do Homem. Antropologia 7.

FERREIRA, M. M. M. (2008). "Branco demasiado"... ou reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerta da pesquisa com crianças. In: M. SARMENTO & M. C. S. GOUVEA (Org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. (p. 146). Petrópolis, RJ: Vozes.

FONT, J. (2004). Partipación ciudadana y decisiones públicas: conceptos, experiências y metologías. In: A. ZICCARDI (Coord), **Participación ciudadana y políticas sociales en el ámbito local**. México, UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, Consejo Mexicano de Ciencias Sociales, Instituto Nacional de Desarrollo Social.

FOUCAULT, M. (1993). **Vigiar e Punir**. (ed. Original 1975, p.277) Petrópolis: Vozes.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. (22a. ed., p.58) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa (p.87). São Paulo: Paz e Terra.

FREYRE, G. (2002). **Casa–grande & senzala.** Edição crítica. (G. Giucci, E. R. Larreta & E. N. Fonseca, coord.). Madri, Barcelona La Habana, Lisboa; Paria; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX.

FREYRE, G. (n.d.). **Sobrados e Mucambos**: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano (p.128). Coleção Livros do Brasil. Lisboa. Tomo I.

FREITAS, Marcos (org.). (2001). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora.

G

GADOTTI, M. (2001), **História das idéias pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Ática.

GAMBOA, Silvio Sánchez. (2007). Quantidade - Qualidade para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: S. S. GAMBOA. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos.

GASKELL, George. (2002). Entrevistas Individuais e Grupais. In: **Pesquisa qualitativa com textos e som: manual prático**. (P. A. Guareschi, trad., 3a. ed., p.72). Petrópolis, RJ: Vozes.

GEERTZ, Clifford. (1989). **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

GHEDIN, E., FRANCO, M. A. S., & PIMENTA, S. G. (Org.). (2006). **Pesquisa em Educação**: Alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Loyola.

GHEDIN, E., & SANTORO, M. A. (2008). **Questões de medos na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez.

GIDDENS, A. (1998). **A Sociologia Política de Durkheim,** In: Política, Sociologia e teoria, 2ª ed., p. 131, São Paulo: UNESP.

GIDDENS, A. (2001). **Modernidade e identidade pessoal**. (2a. ed.). (M. V. Almeida, trad.). Celta Editora.

GIDDENS, A. (2002). **O mundo na era da globalização**. (S Barata, trad.). Editorial Presença. Lisboa.

GIDDENS, A. (2004). **Sociologia**. (A. Figueiredo, A. P. Duarte, C. Silva, P. Matos & V. Gil, trad., J. M. Sobral, rev. científica, 4.ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

GIDDENS, A. (2005). **As Consequências da Modernidade**. (L. Machado & M. M. Rocha, trad., 4.ed.). Portugal: Celta Editora.

GIDDENS, A. (2005). **Capitalismo e moderna teoria social**. (Editorial Presença - Lisboa, trad., 6.ed.).

GOMES, A. M. R. (2008). **Outras crianças, outras infâncias?** Estudos da Infância: educação e práticas sociais. (M. Sarmento & M. C. S. Gouvea, orgs., p.88). Petrópolis, RJ: Vozes. Coleção Ciências Sociais da Educação.

GRAMSCI, A. (1984). **Concepção Dialética da história**. 5ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 21. In: NORONHA, E. L. (2005) A formação do Intelectual Orgânico em Gramsci: Uma alternativa para as classes subalternas. Manaus: BK Editora, p.49.

H

HESPANHA, P. (2002). In: B. S. SANTOS (Org). **A globalização e as ciências sociais**. (2a. ed.). São Paulo: Cortez.

HESPANHA, P. (2002). **Globalização: fatalidade ou Utopia**. IN: B. S. SANTOS (Org.). Mal-estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social. (p. 164). Edições Afrontamento. Colecção: A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização.

HEGARTHY, Â., & LEONARD, S. (1999) **Direitos do Homem**. Uma agenda para o século XXI. Instituto Piaget.

I

ITURRA, R. (1997). **O imaginário das crianças**. **Os silêncios da cultural oral**. Fim do Século Edições Ltda. Lisboa.

K

KRAMER, S. (1992). **A política do pré-escolar no Brasil**. A arte do disfarce. (4a. ed., vol.3) Cortez Editora São Paulo. Coleção Biblioteca da Educação. Série 1. Escola.

L

LANKSHEAR, C., & KNOBEL, M. (2008). **Pesquisa pedagógica**: Do projeto a implementação. (M. F. Lopes, trad.). Porto Alegre: Artmed.

LEE, R. M. (2000). **Métodos não interferentes em pesquisa social**. (E. Feitas trad.). GRADIVA.

LEFEBVRE, H. (1991). **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno.** Editora Ática.

LEVINAS, E. (1970). **Totalidade e infinito. (**J. P. Ribeiro, trad., p.27). Lisboa: Edições 70.

LIEBEL, M. (2006). **Los movimmientos de los niños y niñas trabajadores. Un enfoque desde la sociologia**. Política y Sociedade, 43(1), 105 – 123.

LOPES, J. J. M., & VASCONCELLOS, T. (2005). **Geografia da Infância**: reflexões sobre uma área de pesquisa (p.39). Juiz de Fora: FEME.

LOUREIRO, A. J. (1900). Livros: A Belle, p. 182-210; Síntese do estado do Amazonas. Manaus- Amazonas. p. 249-284; Tempos de esperança. p. 09-13.

LUKÁCS, G. (2004). **Ontologia del ser social: el trabajo.** (p. 81) Buenos Aires:Herramienta.

M

MACEDO, R. S. (2002). **A Etnopesquisa crítica e multireferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCHI, R. C., & SARMENTO, M. J. (no prelo). **A radicalização da infância na segunda modernidade:** para uma sociologia da infância critica. Configurações, 2007.

MARCILIO, M. L. (2003) A roda dos expostos e a criança abandonada na Historia do Brasil 1726-1950. In: M. C. FREITAS (Org.). **Historia Social da Infância no Brasil**. (5.ed., pp.53-79). São Paulo: Cortez.

MARKERT, W. (1994). Conceitos de formação do homem como manifestação da razão burguesa: a relação entre educação, propriedade de progresso técnico. In: W. Market (Org.). **Teorias de Educação do Iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito**. Contribuições para uma teoria crítica da formação do homem. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 17-18

MARX, K. (1990). **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol. I. Livro I: O processo de Produção do capital. Editorial Avante. Direitos de tradução em Língua Portuguesa. Edições Progresso. Lisboa, Moscovo.

MARX, K. (1883/1974). **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**, Editor Victor Civita, Coleção Os Pensadores Abril Cultural – São Paulo.

MARTINEZ MIGUÉLEZ, M. (1998). **La investigación cualitativa etnográfica en educación: Manual teórico-practico**. (3a. ed.). México: Trillas. (reimp.2000).

MEAD, M. **O conflito de gerações**. Publicações Dom Quixote. (M. B. Costa, trad.). Lisboa.

MEAD, G. H. (1934/1982). **Espiritu, persona y sociedad**: **desde el punto de vista del condutismo social**. Barcelona: Paidos.

MENESES, J. G. C. (2004). Os profissionais da Educação Básica. In: **Educação Básica:** Políticas, Legislação e Gestão. Leituras. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.

MESQUITA, O. M. (1987). Manaus: História e Arquitetura -1852-1910. Universidade do Amazonas.

MICHEL, M. H. (2005). **Metodologia e Pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas.

MONTANDON, C. **Sociologia da Infância**: Balanço dos Trabalhos em Língua Inglesa. Faculte de Psychologie ET dês Scieces de l´Éducation, Université de Genève. (Policopiado)

MONTEIRO, M. Y. (1969). Editora Metro Cúbico. Fundação de Manaus.

MONTEIRO, A. R. (2002). **A revolução dos direitos das crianças**. Campo das Letras Editores, S.A. Porto.

MORIN, E. (1990). **Introdução ao pensamento complexo**. (2a. ed., 177p.). Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-8245-82-3. Do original Introduction à la pensée complexe, Paris: ESF éditeur.

MULLER, F., REDIN, M. M., & REDIN, E. (Org.). (2007). **Infâncias**: cidades e escolas amigas das crianças (p.15). Porto Alegre: Mediação.

N

NOGUEIRA, M. A. (1993) **Educação, saber, produção em Marx e Engels**, 2ª ed. São Paulo: Cortez, Karl. Marx, Résolutions Du premier congrès de LÁIT, ind Ouervres 1. Paris, Gallimard, Bibliothèque de La Pléiade, 1965, pp.1466-7.

NORONHA, E. L. (2005) **A formação do Intelectual Orgânico em Gramsci: Uma alternativa para as classes subalternas**. Manaus: BK Editora, p.49.

NÓVOA, A. Relação escola-sociedade: novas respostas para um velho problema. In: SERBINO, Raquel V. (org.) **Formação de Professores**. São Paulo: UNESP, 1998.

O

OACKLEY, A.. **Mulheres e crianças em primeiro e últimos lugares**: paralelismo e diferenças entre estudos de crianças e de mulheres. Institut of Education. London. (Policopiado)

ORTIZ, R. (1993b). **Sociologia**, São Paulo: Ática.

P

PESAVENTO, S. J. (2003). **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica.

PHILLIPS JR. John, L. (1977). **Teoria de Piaget sobre as origens do intelecto**. Universidade Aberta. Sociocultura. Lisboa.

PIAGET, J. (1994). **O juízo moral na criança** (2a. ed.). São Paulo: Summus

PIMENTA, S. G. (2005). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. (4a. ed.) textos de Edson Nascimento...[et. al.]; (S. G. Pimenta, org.). São Paulo: Cortez. Saberes da docência.

PINTO, M., & SARMENTO, M. J. (Coords) (1997). **As crianças contextos e identidades.** Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança.

PINTO, M., & SARMENTO, M. J. (Coords.). (1997). As crianças contextos e identidades. In: M. Pinto & M. J. Sarmento. **As crianças e a infância delimitando conceitos, delimitando o campo**. Colecção Infans. Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho. pp. 07 – 30.

PINTO, M., & SARMENTO, M. J. (Coords) (1997). As crianças contextos e identidades. In: **A escola e o trabalho em tempos cruzados.** Colecção Infans. Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho. pp. 265 – 293.

PINTO, M., & SARMENTO, M. J. (Coords) (1997). As crianças contextos e identidades. In: **A infância como construção social.** Colecção Infans. Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho. pp. 31 – 73.

PONTES, C. (2005). **Crianças em noticia**: A construção da importância pelo discurso jornalístico (1970 - 2000). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

PROUT, A. (2004). **O Futuro da Infância**: Caminhando para estudos da criança interdisciplinares. University of Stirling – United Kingdom. (Policopiado).

Q

QUIVY, R & CAMPENHOUDT, L. V. (1992). **Manual de Investigação em Ciências Sociais. (**J. M. Marques & M. A. Mendes, trad., R. Santos, rev. científica). Departamento de Sociologia Universidade Nova de Lisboa: GRADIVA.

QVORTRUP, J. (1995). Infância na Europa: novo campo de pesquisa. In: **Crescer na Europa**: Horizontes actuais dos Estudos sobre a Infância e a Juventude. Nova York: Walter de Gruyter. (Policopiado).

R

RAMOS, F. P. (2004). A história trágico-marítimo das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: M. DEL PRIORE (Org.), **História das crianças no Brasil**. (pp. 19-54) São Paulo: Contexto.

REDIN, E., MARTINS, M., & MULLER, F. (Orgs.). (2007). Infância: cidades e escolas amigas das crianças. In: M. R. SILVA, **Trabalho Infantil ou exploração do trabalho infantil.** Porto Alegre: Mediação.

ROEGIERS, Jean-Marie K. X. (1993). **Metodologia da Recolha de Dados Fundamentos dos Métodos de Observação de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos**. (C. A. Brito, trad., p.24). Portugal: Lisboa. Coleção Epistemologia e Sociedade – Instituto Piaget.

RODRIGUES, A. T. (2007) **Sociologia da Educação,** 6. ed., Rio de Janeiro: lamparina, p. 69.

S

SANÉ, P. (2004). Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos In: M. J. Noleto & J. Werthein, **Pobreza e desigualdade no Brasil**: traçando caminhos para a inclusão social. (p.29) Brasília: UNESCO.

SANTOS, B. S. (1988). **Um discurso sobre a ciência na transição para uma ciência pós-moderna.** Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, Vol. 2, no 2, p. 46-71.

SANTOS, B. S. (1998). **Reinventar a democracia**. Lisboa: Fundação Mário Soares, Gradiva.

SANTOS, B. S. (2000). **A Crítica da Razão Indolente, contra o Desperdício da Experiência**. Porto: Afrontamento. Também publicado no Brasil: SANTOS, Boaventura de Souza (2000). A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S. (2001). Globalização fatalidade ou utopia?. In: B. S. Santos, **Os processos da globalização**. Porto: Afrontamento.

SANTOS, B. S. (Org). (2002). **A globalização e as ciências sociais**. (2a. ed.) São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S. (2002). Globalização: fatalidade ou utopia. In: **Os processos da globalização**. Edições Afrontamento. Colecção: A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização.

SANTOS, B. S. (2004). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S. (2005). **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. (10a. ed.) São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S. (2008). **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. (2a.ed., Vol. 4) São Paulo: Cortez. Coleção para um novo senso comum.

SANTOS FILHO, J. C., & GAMBOA S. S. (Org.). (2002). Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: J. C. Santos Filho & S. S. Gamboa, **Pesquisa educacional**: Quantidade - qualidade. (5a. ed.). São Paulo: Cortez. (Policopiado)

SANTOS, M. A. C. (2004). Criança e criminalidade no início do século. In: M. DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil** (p.218). São Paulo: Contexto.

SANTOS, M. (1988). **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel.

SARAMAGO, J. (1995). **Ensaio sobre a cegueira**. Lisboa: Caminho.

SARMENTO, M. J., & PINTO, M. (Coords.). (1999). **Saberes sobre as crianças para uma bibliografia sobre a Infância e as crianças em Portugal** (1974-1998, p.19). Universidade do Minho Centro de Estudos da Criança, Braga – Portugal: Editora de Abel António Bezerra.

SARMENTO, M. J. (2002). O trabalho infantil como mau-trato In: Machado, Carla e Gonçalves, Rui Abrunhosa (Coords.), **Violência e Vítimas de Crimes.** (vol.2) Coimbra: Quarteto.

SARMENTO, M. J. (2003a). O que cabe na mão - Proposições para uma política integrada In: D. Rodrigues (Org.), **Perspectivas sobre a Inclusão da Educação à Sociedade.** Porto: Porto.

SARMENTO, M. J. (2003). O Estudo de caso etnográfico em educação. In: N. Zago, M. P. Carvalho & R. A. T. Vilela (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação (p. 163). Rio de Janeiro: DP&A.

SARMENTO, M. J. **Essa criança que se desdobra**. Pátio Educação Infantil. Ano II n. 6, dez. 2004/ mar. 2005.

SARMENTO, M. J. (2005). Trabalho Infantil em Portugal: Controvérsias e realidades. In: C. Vieira et.al. **Ensaios sobre o Comportamento Humano – Do diagnostico à intervenção**: Contributos Nacionais e Internacionais (pp.95-116). Coimbra: Almedina.

SARMENTO, M. J. (no prelo) (2006). "Visibilidade social e estudo da infância" In: V. Vasconcellos & M. J. Sarmento (Orgs.), **"(In) visibilidade da Infância"**. Rio de Janeiro: Vozes.

SARMENTO, M. J. (2008). Sociologia da Infância: Correntes e Confluências. In: M. J. Sarmento & M. C. S. Gouvea (Orgs.), **Estudos da Infância**: Educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes.

SARMENTO, M., & GOUVEA, M. C. S. (Orgs.). (2008). **Estudos da infância: educação e práticas sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes. Coleção Ciências Sociais da Educação.

SILVA, M.C., **Solidariedade e Exclusão Social**: objecto, problema e Solidariedade e exclusão social. Braga - Universidade do Minho, Instituo de Ciências Sociais (Policopiado).

SILVA, M.C., **Uma sociedade sem exclusão social? Mas que sociedade? -** Universidade do Minho, Instituo de Ciências Sociais (Policopiado).

SOARES, L. T. R., & SADER, E. (Org). (2003). **O Desastre Social** – [os porquês da desordem mundial]. Rio de Janeiro: Record.

SOARES, N. F. (1997). **As crianças contextos e identidades**. (M. Pinto & M. J. Sarmento, coords.). Colecção Infans. Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho. - no texto: Direitos da criança: utopia ou realidade?

SPOSATI, A. O.. (1998). **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez.

T

TURA, M. L. R. (2003). A observação do cotidiano escolar. In: N. Zago, M. P. Carvalho & R. A. T. Vilela (Orgs.), **Itinerário de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A.

V

VASCONCELOS, V. M. R. (2007). **Infância Invisível**. In: M. J. Sarmento, Saberes e Práticas da Inclusão. Brasília: Ed. Junqueira, p.35.

W

WAKSLER, F. (1991) Studying children: phenomenological insights, in F. Waksler, ed., *Studying the Social Worlds of Children: Sociological Readings*, Falmer Press, London (60-69).

WEBER, M. (2002). **Ensaios de Sociologia**, LTC, Edições 5.

WEBER, M. (1970). **Conceitos sociológicos fundamentais**. Nova Biblioteca 70. Edições 70. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal.

WINTERBERGER, H. **Infância y ciudadanía**: El orden generacioal Del Estado de Bienestar. Política y Sociedad. Universidade de Viena. Áustria. 43 (1), 81-103.

WOLTON, D. (2004). **Pensar a comunicação**. (Z. L. Adghirni, trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

REFERENCIA DE DOCUMENTO DE ACESSO EXCLUSIVO EM MEIO ELETRÔNICO

A Herança Sociológica (2002), Maria Drosila Vasconcellos, http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf, Recuperado em 20 de janeiro de 2011.

Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Modernidade, Incerteza e Risco. Recuperado em 20 de janeiro de 2011, de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ed11bbfe4_1.pdf

Alguns destaques do texto **Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil**. Recuperado em 03 de janeiro de 2009, de http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1117

Artigo 265 de João Luís Almeida Machado, 2006. Recuperado em 18 de janeiro de 2006, de http://www.planetaeducaçao.com.br/novo/impresso.asp?

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Recuperado em 15 fev 2007, de http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php

Encontro com Milton Santos: Por uma outra globalização. Recuperado em 28 de março de 2009, de http://www.youtube.com/watch?v=wMJ8m8gk8vs.

Gerações e Alteridade: Interrogações a Partir da Sociologia Infantil. Acessado em: 19 de março de 2007, de http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf

IBGE, **Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares** - POF 2002/2003.
 Recuperado em 05 de fevereiro de 2009, de http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1

Informações e Histórico do Bairro Alvorada. Recuperado em 23 de fevereiro de 2009, de http//portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=307

Informações e Histórico do Bairro Cidade Nova. Recuperado em 23 de fevereiro de 2009, de http//portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=357

Informações e Histórico do Bairro Compensa. Recuperado em 12 de fevereiro de 2009, de http//pt.wikipedia.org/wiki/Compensa

Informações e Histórico do Bairro Jorge Teixeira. Recuperado em 20 fev 2009, de http//portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=506

Informações e Histórico do Bairro Parque Dez de Novembro. Recuperado em 23 de fevereiro de 2009, de http//portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=514

KASSOUF, A. L., ALMEIDA, A. N., PONTILI, R. M., & RODRIGUES, F. A. **Análise das políticas e programas sociais no Brasil**. Brasília, OIT / Programa IPEC América do

Sul, 2004. 108 p. Recuperado em 12 de março de 2009, de http://white.oit.org.pe/ipec/documentos/politicas_sociales_brasil.pdf

KOHL, M. **Documentário:** "Vygotsky". Recuperado em 06 de agosto de 2009, de http://estudarpsicologianaweb.blogspot.com/2011/03/teoria-do-desenvolvimento-de-vygotsky.html.

Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado em 14 de novembro de 2008, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Manifesto Comunista (1848), **Karl Heinrich Marx** (1818-1883), **Friedrich Engels** (1820-1895), Edição Ridendo Castigat Mores, Versão para eBook: eBooksBrasil.com, Fonte Digital RocketEdition de 1999 a partir de html em: www.jahr.org, Recuperado em 15 de janeiro de 2010.

MARCHI, R. C. O "ofício de aluno" e o "ofício de criança": articulações entre a sociologia da educação e a sociologia da infância. Universidade Regional de Blumenau (FURB), Brasil. Recuperado em 10 de julho de 2010 de http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v23n1/v23n1a09.pdf

PONTES, C. **Televisão para criança**: O direito à diferença. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, 1998. Recuperado em 03 de fevereiro de 2007, de http://comedu.blogspot.com

RAMIREZ , F. O. Reconstitución de La infância. Extensión de La condición de persona y ciudadano. Revista de Educación. 294:197-220. Recuperado em 19 de julho de 2009 de http://www.rieoei.org/oeivirt/rie01a07.htm

SILVA, M.C., Uma sociedade sem exclusão social? Mas que sociedade? - Universidade do Minho, Instituo de Ciências Sociais. Recuperado em 20 de fevereiro de 2011 de http://www.ipfp.pt/cdrom/Pain%E9is%20Dial%F3gicos/Painel%20B%20-20Sociedade%20sem%20exclus%E3o/manuelcarlossilva.pdf

SIROTA, R. **Emergência de uma sociologia da Infancia**: Evolução do objecto e do olhar (N. L. de Rezende, Trad.) Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p.7 -31, mar., 2001. Recuperado em 15 de janeiro de 2008, de http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf

TOMÁS, C. **A infância num contexto da globalização: Que riscos?** Recuperado em 20 de fevereiro de 2011, de http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/asas.pdf

UGARTE, P. S. (2004). ¿Qué participación para cuál democracia?. In: A. Ziccardi (Coord.), **Participación ciudadana y políticas sociales en el ámbito local**. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Sociales, Consejo Mexicano de Ciencias Sociales, Instituto Nacional de Desarrollo Socia. Recuperado em 04 de setembro de 2008, de http://www.iis.unam.mx/pub_elect/zic/salazar-ugarte.pdf

Recuperado em 17 de setembro de 09, de http://www.cdc.gov/epiinfo

Recuperado em 20 de agosto de 2009, de http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/ artugiAZ.php?idAz=497>

Recuperado em 07 de junho de 2006, de http://pt.Wikipédia.org/Wiki/Gr%C3%A9cia_Antiga-Atenas

Recuperado em 12 de fevereiro de 2009, de http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=130260#

Recuperado em 20 de fevereiro de 2011, de http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=6653

Recuperado em 20 de fevereiro de 2011, de http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=1000

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM AS CRIANÇAS

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Você estuda?
4. O que você pensa sobre o trabalho infantil?
5. O que você pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus?

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM OS CONSELHEIROS TUTELARES

Sou professora da Universidade do Estado do Amazonas, Doutoranda em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho em Portugal no Instituto de Estudos da Criança, e estou fazendo uma pesquisa sobre o trabalho infantil nas principais feiras de Manaus. Para êxito do meu trabalho gostaria que gentilmente e voluntariamente respondesse as seguintes questões:

Perguntas direcionadas aos Conselheiros Tutelares de cada região de Manaus.

Idade:_____

Sexo: _____

Zona de atuação em Manaus: _____

Tempo de experiência no Conselho Tutelar: _____

Você tem filhos(as)? _____

Você é a favor ou contra o trabalho infantil?_____

1-Contra 2- a favor 3- parciamente

Por que?_____

_____

O que você pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus?_____

_____

ANEXO C

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO COM OS FEIRANTES

Sou professora da Universidade do Estado do Amazonas, Doutoranda em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho em Portugal no Instituto de Estudos da Criança, e estou fazendo uma pesquisa sobre o trabalho infantil nas principais feiras de Manaus. Para êxito do meu trabalho gostaria que gentilmente e voluntariamente respondesse as seguintes questões:

Perguntas direcionadas aos feirantes:

Zona da Feira:_____

Seu Grau de Instrução:_____

Qual a sua idade?

menos de 21 ( )

21 – 30 ( )

31 – 40 ( )

41 – 50 ( )

51 – 60 ( )

Mais de 60 ( )

Idade:_____

Sexo:_____

Tempo em que trabalha nas feiras:_____

Você tem filhos(as)?_____

Você é a favor ou contra o trabalho infantil?

1-Contra 2- a favor 3- parcialmente

Por que?_____

O que você pensa sobre o trabalho infantil nas feiras de Manaus?

_____

ANEXO D
EXPERIÊNCIAS EM PORTUGAL

Nesta investigação também se utilizou dos documentos da Conferência Internacional, que são as Atas das sessões temáticas e debates realizados em Lisboa em 2001, com o propósito de resumir as principais idéias sobre as políticas de combate à exploração do trabalho infantil na Europa. Além de resumir os propósitos de estudos baseados em documentos que se destina a construir 'interpretações' para identificar ou construir os 'significados', ou para desenvolver uma postura 'normativa' sobre uma questão, ou mesmo para promover achados substantivos sobre o mundo (Lankshear, 2008, p. 105).

O objetivo da sistematização da experiência em Portugal foi o de demonstrar as discussões que estão sendo feitas no mundo a respeito do trabalho infantil, compreendendo que a temática sobre a exploração do trabalho infantil é uma questão mundial. A preocupação da pesquisa foi realizada nas feiras de Manaus, foi a de compreender este fenômeno crescente que, ao mesmo tempo que se faz em âmbito local, é um problema global.

No primeiro momento, visitou-se em 2007 as Instituições onde Portugal luta por meio de intervenções contra as piores formas de trabalho infantil. Num segundo momento, foi realizada uma breve observação numa destas intervenções, durante algumas semanas, que aqui apenas se registrou o que foi considerado importante para a aprendizagem sobre o "olhar" e "ouvir" as crianças e como fundamental para a formação enquanto pesquisadora. Num terceiro momento, foram sistematizados os pronunciamentos realizados pelos participantes na Conferência Internacional em Lisboa em 2001 e intitulada de: Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil na Europa.

As visitas:

Visitou-se a Confederação Nacional de Acção Sobre Trabalho Infantil (CNASTI). Esta é uma associação privada, sem fins lucrativos, que reúune organizações ligadas à ação católica, ao movimento sindical e à sociedade civil. O objetivo é combater o trabalho infantil de exploração e apoiar a formação da criança, com vista ao seu futuro.

Surgiu, enquanto constituição jurídica em abril de 1994, foi publicada em D.R. 150 III Série de 01 de julho de 1994. Teve como estratégias de trabalho campanhas de sensibilização e informação que envolvem as questões da exploração do trabalho infantil, dinamização das Assembléias de Crianças, dos Encontros de Reflexão, da animação de rua, de palestras,

Conferências e/ou colóquios; sinalização de situações de exploração de trabalho infantil, por meio de um serviço anônimo ao público em geral, de denúncia e encaminhamento de casos concretos de crianças que trabalham; colaboração com Universidades e outras Instituições de Educação, nomeadamente, na realização de estudos; participação em debates e conferências e na orientação de estágios; trabalho em rede com organizações internacionais, em particular com as ONG's ligadas à Marcha Global contra o trabalho infantil; parcerias com Instituições governamentais e não-governamentais que realizam trabalhos nesta área; centro de documentação sobre a temática do trabalho infantil, contendo documentos, dossiês de imprensa, bibliografia especializada, trabalhos acadêmicos e outros.

Na ocasião da visita foi entregue à pesquisadora o Plano de Ação e atividades da CNASTI para o ano de 2007 que tinha como título: "Renovar a acção contra a exploração infantil e promover o sucesso na escola".

Entre as prioridades da CNASTI para 2007 estava: combater o trabalho infantil nas suas diversas formas; procurar novas formas de intervenção contra o abandono escolar; promover a participação de todos os associados nas actividades da CNASTI; promover a estabilidade econômica da CNASTI; incentivar a adesão de novos associados individuais e colectivos à CNASTI; participação em eventos e actividades cujos objectivos sejam compatíveis com os da CNASTI.

A CNASTI também prepara boletins e os divulga, tendo por título: "Para além do pôr do sol". Estes boletins evidenciam os problemas das crianças trabalhadoras em Portugal e em algumas partes do mundo. Considera-se ser importante para o conhecimento das temáticas ao longo dos anos acerca das crianças aquilo que se tratou em alguns destes boletins, sintetizados em seguida:

- 2002 - 46 mil crianças trabalhando em Portugal neste período. Aumento do trabalho infantil no País entre 1998 a 2001.

A comemoração do dia mundial da criança no dia 1 de junho. A CNASTI dirige uma mensagem pública sobre o sofrimento das crianças mais pobres e esquecidas.

- 2003 - IV Assembléia de Crianças: "O trabalho infantil no meio rural, visto pelas crianças". Cerca de 60 crianças de todo o país, incluindo as ilhas dos Açores e representantes da Espanha, Itália, Alemanha e Romênia, debateram durante 3 dias aspectos ligados ao trabalho infantil no meio rural.

- A ilusão da escola gratuita em Portugal- Crianças entre a escola e o trabalho.

- Insucesso escolar e más condições sociais levam ao trabalho infantil.

- O trabalho infantil é uma realidade marcante na generalidade dos países da Europa, ainda que tome diferentes formas e dimensões, conforme o grau de desenvolvimento atingido em cada um dos países ele existe e tem-se agravado nos últimos tempos.

- 2004 - A CNASTI assinalou no dia 30 de outubro, em Braga, o décimo aniversário da sua constituição por escritura pública.

Torna-se mais oneroso aos governos uma criança trabalhar do que estudar. Um estudo da OIT - Organização Internacional do Trabalho revelou que é possível colocar um fim na exploração de mão-de-obra infantil, se os governos investirem a sério numa educação universal até o ano de 2020.

- Congresso Mundial de Crianças contra o Trabalho Infantil realizado em Florença (Itália) intitulado: "Somos o presente; a nossa voz é o futuro".

- 2005 - Comércio justo - um meio para combater o trabalho infantil. Quando compramos, de onde vem o que temos na mão, quem o produziu, em que condições? Quando elegemos, o que sabemos das suas políticas comerciais e sociais? Quando investimos não em rostos mas em números ou imagens, o que está por detrás, o que provoca esse investimento?

Tráfico de crianças, um crime contra a humanidade.

- 2006 - CNASTI assume ser necessário reforçar o combate ao trabalho infantil em todas as frentes.

- Em todo o mundo aumenta a escalada de violência contra as crianças.

- Campanha Global pela Educação: Todas as crianças precisam de um professor.

- Plano de Acção e actividades da CNASTI para o ano de 2006: "Agir contra todas as formas de exploração infantil e insucesso e abandono escolar".

Outra visita realizada foi à Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (ADCL), com sede na freguesia de S. Torcato em Guimarães, foi constituída em 11 de janeiro de 1994. Em 14 de maio de 1996, esta Associação adquire o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, com o objetivo de cooperar com as comunidades locais na realização dos seus objetivos de desenvolvimento social e cultural.

Os espaços de ação da ADCL:

1. Sede da Associação - Funcionam aqui serviços administrativos da ADCL e alguns serviços de apoio logístico às atividades desenvolvidas no terreno.

2. Hemeroteca/ Centro de Recursos - é neste espaço que se encontram sediadas as coordenações de outros projetos sazonais. As atividades neste local aqui procuram incentivar e apelar à participação da comunidade, promovendo ações educativas e de convívio entre os participantes e utentes da ADCL. Realizam-se várias festas temáticas, ações de sensibilização e informação, visitas, passeios, colóquios, entre outros.

3. Centros de Atividades nos Tempos Livres - Desenvolvem atividades de animação sociocultural e educativa, visando ao apoio lúdico e pedagógico, às crianças bem como a mobilização e envolvimento dos jovens e famílias em dinâmicas de caráter comunitário.

4. Centro Comunitário/ Casa da Infância – Neste local estão sediados os seguintes projetos: Ludominas; Animação Infantil, Gabinete de Apoio Psicossocial, Gabinete de Apoio Pedagógico; Apoio Domiciliário a Idosos; Famílias de risco/ Projeto Des (Envolver) e Projeto Pontes.

5. Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens - Este espaço constitui-se, pois, como um espaço alternativo de acolhimento a menores que procura fugir às lógicas institucionais, facultando a um grupo de oito crianças a possibilidade de serem encaminhadas para uma casa pequena, onde a lógica familiar é, tanto quanto possível, preservada, com a particularidade de receber no mesmo espaço jovens de ambos os sexos, evitando, desta forma, a separação entre irmãos, à semelhança do que acontece em outros espaços de acolhimento.

6. Centro de Educação/Formação - Os projetos dirigidos são para:

- Ativos com baixos níveis de qualificação escolar e/ ou profissional;
- Desempregados de longa duração;
- Formadores e Técnicos;
- Jovens à procura do 1º emprego;
- Jovens que abandonaram o sistema educativo;
- Públicos socialmente desfavorecidos.

Objetivos do Centro de Formação:

- Generalizar os níveis básicos de escolaridade a toda a população;

- Garantir a igualdade de oportunidades de educação e formação a todos os cidadãos;

- Construir respostas adequadas para determinados grupos sociais que, por variados motivos, têm dificuldade na deslocação regular e assídua às escolas ou a outros espaços físicos educativos.

Tipologias de Formação:

- Planos Integrados de educação e Formação;

- Cursos de Reciclagem, Atualização e aperfeiçoamento;

- Curso de Educação e Formação de adultos;

- Curso de Educação e Formação.

7. Empresa de Inserção Com trato- comidas, tratamento de roupas e outros serviços de apoio à comunidade. Esta empresa procura desenvolver competências profissionais e relacionais.

Metodologia de Intervenção: A construção de programas é feita a partir das necessidades sentidas no terreno, por meio de um constante trabalho de pesquisa e de percepção das necessidades. A lógica dos projetos é de participação e de investigação-ação. Procura contribuir para a promoção do desenvolvimento integrado e da luta contra a exclusão social e a pobreza.

E ainda a visita ao PEETI, Programa para Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil criado pela Resolução do conselho de Ministros no 37/2004 de 20 de março que sucede ao plano para eliminação do trabalho Infantil (PEETI) como uma estrutura de projeto para funcionar na dependência do Ministério do Trabalho e da solidariedade Social, e desenvolve, entre outras medidas, o Programa de Integrado de Educação e Formação - PIEF.

Os objetivos do PEETI são: dinamizar e coordenar ações de divulgação e de informação sobre a promoção e proteção dos direitos dos menores junto aos pais e encarregados de educação, dos estabelecimentos de educação e de ensino, dos empregadores e da opinião pública em geral, com vista à prevenção da exploração do trabalho infantil;

Estabelecer acordos de cooperação institucional com outras entidades, designadamente as autarquias locais, sempre que o diagnóstico das necessidades das crianças e dos jovens em

risco justifique a execução de ações conjuntas para a prevenção da exploração do trabalho infantil;

Desenvolver ações específicas de prevenção da exploração de trabalho infantil nas formas consideradas intoleráveis pela Convenção nº 182 da OIT;

Divulgar as medidas educativas e formativas promovidas, realizadas ou apoiadas pelos organismos dos Ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social, nomeadamente os Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF), em todas as regiões onde o diagnóstico de necessidades das crianças e jovens em risco o justifique;

Dinamizar e coordenar a constituição de parcerias locais que progressivamente assumam a responsabilidade pela coordenação e execução das respostas consideradas necessárias para a proteção de crianças e jovens em perigo e para a prevenção da exploração do trabalho infantil;

Dar visibilidade às boas práticas e promover o intercâmbio de experiências, designadamente através de página da Internet, meios de comunicação social, jornais escolares e de um boletim informativo bimestral, destinado à comunidade, aos pais e encarregados de educação, aos estabelecimentos de educação e de ensino e aos parceiros institucionais e privados;

Promover a articulação com os serviços inspectivos do Ministério do Trabalho e da solidariedade, assim como os serviços inspectivos de outros ministérios, nomeadamente a Inspecção-Geral da Educação, na identificação de situações de exploração de trabalho infantil.

O PEETI tem como destinatários: menores em situação de abandono escolar, sem terem concluído a escolaridade obrigatória; menores que se encontrem em risco de inserção precoce no mercado de trabalho; menores encontrados em situação efetiva de exploração de trabalho infantil.

Na visita ao PEETI, soube-se de uma das suas intervenções com crianças de etnia cigana na cidade de Braga. Assim, resolveu-se freqüentar as aulas destas crianças a partir da autorização da Instituição e do Professor Dr. Sarmento, o orientador desta pesquisa. Foi registrada parte desta experiência aqui, por compreender a importância desta observação para a minha formação enquanto pesquisadora. E ainda, especificamente do trabalho infantil, que é também o trabalho que se faz na escola.

Optou-se por não deixar o registro na íntegra, no entanto, foi considerado fundamental apresentar alguns pormenores que se desvelaram, a partir da observação durante o período em que as aulas foram frequentadas. Portanto, esta breve observação etnográfica é de uma das intervenções do programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), que tem dentre outras competências "divulgar as medidas educativas e formativas promovidas, realizadas ou apoiadas pelos organismos dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho nomeadamente os Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF), em todas as regiões onde o diagnóstico de necessidades das crianças e jovens em risco o justifique".[54]

O PETI procura contribuir com propostas para a eliminação de situações de exclusão social. E uma das intervenções é na área da educação, buscando conhecer a realidade das comunidades ciganas, para pela formação favorecer a possível inserção sócio-profissional dos ciganos. Este conhecimento, por meio das crianças tem lidado com o desafio cultural daqueles que apontam para uma coesão familiar extraordinária, pela da preservação da família e são proclamadores do amor à liberdade (os ciganos).

O grande desafio, que estava por vir seria o de "tentar compreender a partir da compreensão do outro". Neste caso, uma observação de inspiração etnográfica "olhando o olhar das crianças ciganas", em relação ao trabalho escolar.

Sabe-se que as comunidades ciganas fazem parte dos processos de exclusão social de discriminação social. Por outro lado, a comunidade cigana demonstra uma resistência aos processos de uma perspectiva individualista de um sistema globalizante. Estas comunidades buscam partilhar os significados da sua cultura com os seus pares, ampliando a sua força, com padrões rotineiros de ação e luta. Isso é feito em comunidade. As contingências deste cotidiano de resistência é demonstrado nas tentativas diárias de sobrepujar as determinações impostas pela hostilidade ao diferente que o espaço da cidade impõe.

Em síntese objetivou-se:

A idéia da observação de inspiração etnográfica seria por meio da autorização da coordenação, professores e professoras, alunos e alunas, procurar compreender qual era o olhar da criança em relação ao trabalho de maneira geral e ao trabalho escolar realizado a partir deste projeto.

[54] Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. Medidas Políticas e Legislativas 2003 a 2006.

Desta maneira, a observação de inspiração etnográfica poderia possibilitar o estudo pela observação direta pelas formas costumeiras de viver de um grupo, poderia favorecer a compreensão deste foco, a que se propôs a observar neste estudo. O público alvo desta pesquisa foram os adolescentes do 3º Ciclo de uma sala do projeto. De 18 adolescentes somente 2 alunos não eram da etnia cigana. [55]

O aprendizado, enquanto pesquisadora:

Ao lidar com outra cultura o estranhamento é sempre presente.

- Logo na primeira reunião fora informada de uma briga de um pai com sua mulher, e este atirou e acertou no filho. Deste modo, o filho ficou em estado grave no hospital, porém não chegou a óbito. Assim, a etnia cigana fez uma mega-festa.Isto foi narrado pelos professores, para justificar também que alguns não iriam assistir às aulas durante estes dias de festa.

- Houve uma menina que chegou para assistir aula, no entanto, não quis ficar porque a turma estava só com meninos.

- A sala era organizada em forma de um grande quadrado. A mesa das professoras ficava bem na frente do quadrado aberto.

Houve um casamento entre os ciganos (casamento foi no Porto durou em média de 3 a 5 dias.). Sabe-se que na cultura cigana é na família que está o seu suporte e apoio para a vida. Com pouco convívio entre eles nota-se a força familiar enquanto proteção, solidariedade, apoio que solidifica diariamente suas relações. O casamento é uma festa fundamental, na medida em que os laços familiares tornam-se sempre mais fortes.[56] A aula começou. Depois de algum tempo os meninos falaram e as meninas falaram sobre a possibilidade de ir ao casamento.

Demonstra-se claramente que o trabalho escolar não oculta e nem abafa a necessidade de falar dos interesses individuais e da própria autonomia individual que é clarificada ainda que em sala de aula.

[55] Durante toda a descrição refiro-me a estes adolescentes como crianças. Optei por não fazer esta distinção. Os nomes aqui citados são fictícios e foram escolhidos por eles. Para eles e elas, esta escolha pareceu-me uma diversão.

[56] Verificar quanto a isso Montenegro, Mirna (2003), **Aprendendo com ciganos. Processos de Ecoformação**, Lisboa: Colecção Educa. Pereira Ventura, Maria da Conceição de Sousa**. A experiência da criança cigana no jardim de infância.** Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância. Universidade do Minho.

- Neste dia cinco alunos estão em classe. Eles vêm muito arrumados com gel nos cabelos, casacos limpos. As meninas não apareceram, dizem que é porque faleceu uma pessoa no dia anterior.

Uma perspectiva interessante de abordar as características socioeconômicas e culturais da minoria étnica cigana é fazê-lo a partir do "luto", já que este permite reflectir a sua organização familiar e social, o seu sistema político e econômico, a sua religião, o culto dos mortos e a própria lei cigana. Dá-nos a possibilidade de, por um lado, traduzir uma compreensão dos problemas de sobrevivência de um modo de vida, nas suas dimensões culturais, sociais e económicas e, por outro, analisar o confronto que se estabelece entre a cultura cigana e a racionalidade própria da sociedade capitalista. (Pinto, 2003, p. 187)

Vale dizer que a cultura cigana procura viver plenamente seus rituais. Isto quer dizer, que na tristeza ou na alegria há uma busca ou mesmo uma noção de pertença ao grupo absolutamente considerável. Neste sentido pode-se dizer que a maneira de participação, resistência, jogos discursivos enquanto brincadeiras revelam no trabalho da sala de aula a apreensão dos seus valores, desta maneira de ser própria da etnia. *Os alunos e alunas brincam o tempo inteiro com tudo.* "O brincar é condição da aprendizagem e, desde logo, da aprendizagem da sociabilidade" (Sarmento, 2004, p. 26).

É importante salientar que a construção curricular dá-se também neste tipo de participação e no modo de como estes alunos e alunas organizam e (des)organizam o espaço da sala de aula a seu favor. Ou seja, brincando a construção e o desenvolvimento do currículo ocorre neste tipo de trabalho.

A saga da "criança desordenada" é, afinal, o ritual quotidiano de todas as crianças na sua interpretação do mundo, transpondo-o, contra todos os determinismos e contra todas as pretensões de subordinação a controlo total, para uma ordem habitável. Ordem essa que também se exprime no modo peculiar de organização do tempo. (Sarmento, 2004, p. 27)

- No intervalo, duas alunas indagaram-me se eu sabia dançar o samba e me convidaram a dançar. Eu disse que não sabia, para evitar ter que dizer que não iria. Elas lamentaram e começaram a dançar suas danças. Como estavam eufóricas querendo chamar minha atenção, resolvi pedir que elas dançassem o Flamenco. Adoraram e começaram a dançar.

É necessário pensar se o trabalho escolar permite uma educação, a partir de uma experiência estética criadora das crianças. Isto porque o trabalho escolar deve levar em conta

as ressignificações do real. Estas crianças demonstravam a capacidade de comunicar através do corpo, alegrias, novos e antigos saberes inscritos na cultura e na experiência corporal naquele momento na forma de apresentação e como uma maneira de aproximação.

O Sociólogo Jens Qvortrup (1995),destaca num dos seus textos sobre a infância na Europa, nos paradoxos entre os níveis individuais e estruturais em relação à atitude dos adultos perante a infância. "Os adultos atribuem geralmente às escolas um papel importante na sociedade, mas não se reconhece como válida a contribuição das crianças na produção de conhecimentos".

Foram feitas duas perguntas para serem respondidas, por escrito pelos alunos e alunas e registradas suas respostas como objeto de reflexão destas tensões e ambigüidades deste cotidiano na sala de aula do 3º Ciclo deste projeto e do que compreendem por trabalho.

O que é trabalho para você?

Escreva como você se sente quando está nesta sala de aula?

Assim os alunos respondem:

"Trabalho é uma profissão".

"Sinto-me contente quando estou a estudar". (Fernando Rocha)

"O trabalho é uma profissão".

*"Sinto-me bem, porque gosto de estar aqui". (*Florinda)

"Uma profissão".

*Sinto-me bem" (*Maria Laurinda)

"É uma profissão".

"Sinto-me bem e gosto de trabalhar".(Berdi)

Estas crianças de etnia cigana vivenciam o que fazem na escola como um trabalho e um desenvolvimento para a vida. Portanto, demonstram uma construção identitária. "O

trabalho é habitualmente valorizado pelo sentido de identidade social estável que oferece" (Giddens, 2004, p. 377). Este sentido também é partilhado pelo grupo social a que pertencem estas crianças.

"*O trabalho pra mim é uma profissão".*

"Sinto-me bem e gosto de trabalhar às vezes". (Rui)

Mesmo quando as condições de trabalho são relativamente desagradáveis e as tarefas a realizar monótonas, o trabalho tende a ser um elemento estruturante na constituição psicológica das pessoas e no ciclo das suas actividades diárias. (Giddens, 2004, p. 377)

Estas crianças valorizam o que fazem por sentirem-se integradas com o sentido que lhes é dado pelo grupo social do qual pertencem e pela experiência e aprendizado que passam a ter para a vida.

"*O trabalho serve para ganhar dinheiro".*

"O trabalho é muito cansativo".

"Espero que acabe logo a aula. Porque eu não gosto da escola" (Filomeno).

"Para mim trabalho é uma forma de poder sustentar a família e poder ter melhores condições de vida".

"Quando estou nas aulas sinto que estou a adquirir novos conhecimentos, novas línguas e novas culturas. E por isso aconselho a todas as pessoas que continuem a estudar porque hoje sem estudos não somos ninguém no dia de amanhã". (Lá Full)

Segundo Sacristán (2003), a escolarização constituiu-se por uma promessa de vida futura, para qual a preparação, o trabalho escolar enquanto exercício disciplinado é fundamental. A idéia é a criança e o adolescente para o futuro. Futuro este que não chegou da forma como foi anunciado.

"O trabalho para mim é bastante importante para conseguir obter os meus objectivos".

"*Eu sinto-me bem porque conheço toda a gente da turma". (Kuxy)*

A resposta destas crianças demonstra que estas incorporam a identidade do trabalho escolar como necessário à sociabilidade e ao cumprimento dos objetivos planejados para a vida. "O ambiente de trabalho possibilita a criação de laços de amizade e a oportunidade de partilhar actividades com os outros" (Giddens, 2004, p. 377).

"O trabalho para mim é uma forma de sair da miséria de alimentos a minha família..."

"Eu acho que neste projecto tentam ajudar algumas pessoas a aprender "nós".

"Eu quando venho por aqui, sinto-me bem". (Pedro)

"O trabalho para mim é bastante importante, porque com o trabalho aprendemos a ser uma nova pessoa. Eu chamo a isto trabalho,porque é aqui que nós aprendemos e desenvolvemos imenso".

"Eu me sinto bem por estar aqui". (Davi)

"*O trabalho é uma profissão".*

"*Sinto-me bem"*. (Feliz Berta)

Esta experiência registrada neste momento de modo absolutamente pontual demonstrou a importância de como pesquisadora e professora devem observar questões culturais, valores e representações que as crianças trazem que não devem ser banalizados pelos adultos. Além disto, a convicção de que as crianças por meio de seus códigos de comunicação com seus pares evidenciam o caráter fundamental de um aprofundamento sobre a alteridade

Ser eu é, para além de toda individualização que se pode ter de um sistema de referências, possuir a identidade como conteúdo. O eu não é um ser que se mantém sempre o

mesmo, mas o ser cujo existir consiste em identificar-se, em reencontrar a sua identidade. Através de tudo o que lhe acontece. É a identidade por excelência, a obra original da identificação. (Levinas, 1970, p. 24)

As crianças são capazes de construir novos caminhos de reflexão para as nossas práticas mesmo nestas tensões e ambigüidades que elaboram. É preciso não só boas intenções, mas aprender e apreender a captar os sentidos elaborados e as expectativas que vão surgindo inclusive nestes sentidos múltiplos de compreensão do trabalho.

A Conferência em Lisboa:

Em 01, 02 e 03 de fevereiro de 2001, aconteceu a Conferência Internacional sobre Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil em Lisboa, seguiu-se daí a publicação das Atas das sessões temáticas e debates daquele evento. Estas se constituem numa contribuição importante para a contínua reflexão sobre as piores formas do trabalho infantil e estratégias de eliminação deste flagelo.

Após a leitura e análise destes documentos, segue-se um resumo significativo para esta pesquisa, considerando a experiência que Portugal tem tido nessa ordem. Considera-se este resumo de suma importância na medida em que todos os esforços para eliminar a exploração do trabalho infantil devem ser global para que o mundo seja também o mundo das crianças.O documento não foi resumido na íntegra, algumas falas ficaram de fora por opção da pesquisadora, apenas para que o texto ficasse mais conciso.

A questão do trabalho infantil, quando as crianças são submetidas a atividades inaceitáveis, insalubres, expostas à exploração sexual dos doentes e aproveitadores, à pedofilia, ao tráfico, ao recrutamento de crianças e adolescentes para conflitos armados, coloca-se enquanto análise crítica de um enfoque para a conscientização, no sentido, consciência-ação em relação a esta visível problemática que envolve o mundo do trabalho.

Frans Roselaers, Diretor do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), considerou que a aprovação de uma nova Convenção Internacional do Trabalho em 1999, constituiu-se um avanço nessa dinâmica de ação contra o trabalho infantil no mundo. Salientou a importância dessa Conferência em Lisboa, enquanto testemunho do firme compromisso assumido pelos Governos, Organizações patronais e de trabalhadores, Organizações não-governamentais, que continuariam na luta com objetivo de reduzir e eliminar as injustiças de que são alvo as crianças.

O documento salienta que a exploração do trabalho infantil é uma prática que viola os direitos e os padrões mínimos da sociedade.

Na cerimônia de abertura foi ressaltada a importância da Europa cumprir o investimento de formação das crianças para que o futuro destas não seja hipotecado. Isso foi discursado por causa do progresso. Primeiro, é preciso reconhecer que o problema existe.

A Conferência Internacional foi representada institucionalmente pelo PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração do trabalho Infantil) que tem desempenhado um papel importantíssimo nesta luta, com os parceiros sociais, as ONG'S e o Governo na monitorização e desenvolvimento das políticas.

Dividiu-se o combate ao trabalho infantil, nos seguintes domínios: "educação e sensibilização do público, acompanhamento e (re) inserção dos jovens, com recurso dos Planos Integrados de Educação e Formação (PIEF'S) e Fiscalização e repressão, nos casos em que o trabalho infantil é detectado.

Em 1995[57], a Cimeira da Dinamarca para o Desenvolvimento Social a Nível Mundial, definiu o trabalho infantil como uma das formas de abuso a serem eliminadas.

Desde 1990, a OIT começou a trabalhar no Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil- IPEC. Em 1999- a ratificação unânime da Convenção para abolir as Piores Formas de Trabalho Infantil.A Convenção no 180 da OIT foi a Convenção mais rapidamente ratificada. Na história da *OIT* e de acordo com o documento já existem mais de 60 ratificações.

A Convenção mostra como cada um pode atuar em direção ao objetivo global da eliminação do trabalho infantil. Segundo, o reconhecimento de que é errado pensar no trabalho infantil como uma questão do terceiro mundo. Outra parte preocupante salientada foi a globalização, pois o tráfico e a exploração de pessoas vulneráveis, muitas delas, acontece nos países globalizados. O turismo sexual é outro problema a combater.

As normas internacionais do trabalho não dizem que as crianças não devem trabalhar em nenhuma circunstância. O requisito é que o trabalho não possa interferir com a educação, prejudicar a saúde, ou, de qualquer outra forma, comprometer o bem- estar da criança.

Hans Kruger, ressaltou a importância do Conselho da Europa, fundado em 1949, que tem como objetivos principais proteger e promover Democracias pluralistas, os Direitos

[57] Kari Tapiola

Humanos e uma Legislação, tendo como instrumento legal a Convenção Européia dos Direitos Humanos de 1950.

A Carta Social Européia Revista entrou em vigor em 1999 e proibiu todas as formas de trabalho infantil, abaixo da idade de 15 anos, são exceções: os trabalhos leves que possam ser desempenhados sem prejudicar a saúde, a moral ou a educação das crianças.

Para melhor entendimento do documento e do evento em Lisboa com as considerações de grandes nomes internacionais sobre a temática política de combate à exploração do trabalho infantil na Europa, segue-se um quadro com o País, autoridade que se posicionou e as principais questões levantadas sobre a questão.

Tema: Causas, conseqüências e diversidade de situações de trabalho infantil.	
Pais/ Autoridade	**Principais questões levantadas**
Dorman, professor do Evergreen State College (EUA)	Recapitulou historicamente a situação da criança na Europa demonstrando que nenhuma época foi dourada para a criança. As crianças sempre trabalharam e o seu trabalho foi essencial para a maior parte das sociedades. Muitas crianças ficaram afetadas fisicamente e moralmente em conseqüência do trabalho que executavam. Os pais muitas vezes as exploravam e as maltratavam. Assim como os seus mestres. Com a Revolução Industrial afirmou que os abusos foram ainda piores. No período Moderno as crianças não estão protegidas do trabalho. Procurou salientar que os mecanismos legais não estão a funcionar de acordo com a intenção do que foram elaborados. Há necessidade de saber qual deverá ser o verdadeiro papel econômico das crianças e procurar determinar o trabalho apropriado para as crianças, os tipos de atividades que servem os seus

	interesses comuns enquanto sociedade. E a pergunta é o que a Europa está tentando evitar quando enfrenta o trabalho infantil explorador? A primeira preocupação é pelas crianças em si mesmas, pela sua segurança, pelo seu bem-estar e pelo seu futuro. Segundo, com o papel que o trabalho infantil representa nos mercados de trabalho de adultos, porque o abuso do trabalho infantil pode afetar também os trabalhadores adultos. E analisar que o trabalho infantil é uma questão crucial para o total desenvolvimento econômico e social das sociedades. Então é fundamental assegurar as crianças o desenvolvimento intelectual, social e cultural. As crianças não devem ser fisicamente postas em perigo pelo trabalho que fazem. Existe também a ameaça a oportunidade educacional da criança, e deve-se fazer uma análise em que medida mais opções educacionais as nossas crianças são oferecidas. Ressalta a responsabilidade de garantir o acesso a cuidadosa regulamentação do trabalho infantil e outras políticas econômicas e sociais. Referiu-se à ameaça que o trabalho desajustado à criança pode constituir para a sua capacidade de crescer e se desenvolver e à ameaça as experiências saudáveis da infância. Há preocupação com a exploração das crianças com os efeitos do trabalho infantil sobre os adultos, é desapropriado que as crianças tomem o lugar dos adultos. As crianças não deveriam trabalhar em vez dos seus pais.

	O setor de serviços parece ser a principal atração das crianças. Por serviços entende-se uma categoria ampla, abrangendo as indústrias de turismo e restauração, trabalho nos escritórios, restaurantes de fast-food entre outros. No setor agrícola, a participação das crianças no trabalho é comum, principalmente na produção. Na construção também é fácil encontrar crianças. Nestes trabalhos as crianças entram facilmente e podem sair facilmente. O trabalho perigoso é sempre um problema na sociedade. As crianças tendem a ter taxas de acidentes mais elevadas. Na agricultura, na construção, no trabalho doméstico e a lavoura. As crianças pertencentes a minorias étnicas são descriminadas e sofrem exploração, como exemplo na Europa, as crianças ciganas. A prostituição infantil é outra problemática. Há provas de que um terço ou mais vem da Europa Ocidental. Conclui sua palestra dizendo que era preciso reconstruir os sistemas de regulação para obter melhor informação sobre a dimensão do trabalho infantil.
Alfredo Bruto da Costa - Professor da Universidade Católica Portuguesa	Afirmou que a criança é sujeito de direitos, mas precisa da defesa dos seus direitos mediada pelo tutor, que de modo geral, são os pais. Muitas vezes esse se torna agente promotor da negação do direito, quando, por exemplo, os pais põem os filhos para trabalhar. O empregador quer trabalho barato e sem compromissos. Paradoxalmente, este direito da criança passa à categoria dever, que o

	estado se sente no direito de impor. Neste caso, a criança não é livre de renunciar ao seu direito. Causas do trabalho infantil a partir dos pais: ganância, valorização do proveito imediato, não valorização da educação como fonte de realização e de sucesso pessoal dos filhos, situação de pobreza ou mesmo de miséria. Também apontou, sobre o tipo de ensino que a escola oferece, dizendo que não basta a garantia formal das condições de acesso, mas é preciso que sejam asseguradas as condições de sucesso. É preciso combater a pobreza ou miséria em que vivem as famílias. O cumprimento da lei que proíbe o trabalho infantil deverá ser eficazmente fiscalizado e as sanções deverão respeitar o princípio da proporcionalidade.
Ay E Ule Çaglar - Perita consultora do IPEC	Afirmou que da experiência com a OIT/IPEC as lições que podem ser retiradas é que as medidas de reabilitação podem baixar os perigos enfrentados pelas crianças que trabalham e que medidas preventivas eficazes podem reduzir a extensão do trabalho infantil. Para isso, é preciso de um conjunto de recursos e esforços globais. Trabalho de rua como uma das piores formas de trabalho infantil - A Convenção da OIT nº 182 define as formas de trabalho infantil que são conforme o Artigo 3 “Todas as formas de escravatura ou práticas semelhantes à escravatura tal como a venda e tráfico de crianças, trabalhos forçados ou obrigatórios, obrigação de cativeiro e servidão ou, inclusive, o recrutamento forçado de crianças para participar em conflitos armados; o

	uso, procura ou oferta de uma criança para prostituição, produção de pornografia ou espetáculos pornográficos, o uso, procura ou oferta de uma criança para atividades ilícitas, em especial para a produção e tráfico de drogas, trabalho que pela sua natureza ou circunstância em que é desempenhado, é passível de danificar a saúde, segurança ou moral das crianças. Cada país, depois de consultar as associações de empregadores e trabalhadores e outras partes interessadas, deve decidir que tipo de trabalho são perigosos e precisam ser identificados. A Convenção não especifica o trabalho de rua como uma das piores formas de trabalho infantil, mas há razões fortes para o considerá-lo. Pois as atividades abusivas, a prostituição, drogas e tráfico de crianças, colocam estas crianças vulneráveis a inúmeros tipos de abuso sexual por parte de adultos, grupos marginais de crianças mais velhas e alcoólicas ou drogados que vivem na rua. O trabalho priva as crianças de tempo e de oportunidade para o seu desenvolvimento na fase mais crítica da vida. Entre as causas subjacentes estão: Pobreza-para as famílias a educação é um investimento de longo prazo enquanto que o emprego produz um benefício imediato. O trabalho infantil não pode ser estudado isolado da educação. O consumismo foi outro fator apontado relacionado com o trabalho infantil. A

	posse de novos bens de consumo é símbolo de estatuto social e para as crianças adquirirem esses símbolos as crianças podem recorrer a todas as formas de trabalho, inclusive a prostituição. Prevenção do trabalho infantil através da educação, deveria prever à educação formal e informal. É preciso que haja estratégias de apoio escolar para que as crianças continuem na escola e progridam. É preciso projetos de reabilitação com atividades extracurriculares, como música, teatro e desporto. Reveste-se também de grande importância a prestação de apoio às famílias.
Debate	
Pais/ Autoridade	**Principais questões levantadas**
Gabriela Battaini-Dragoni. Diretora dos Assuntos Sociais e da Saúde	Abriu o debate perguntando se por acaso o IPEC se ocupa de programas com o que se pode fazer com as mulheres, enquanto mães, de modo a refrear e diminuir esta situação.
Frans Roselaers- Diretor do Programa Internacional para eliminação do trabalho infantil (IPEC)	Salientou que os programas do IPEC investem nas mulheres, nas mães e acredita que esse investimento reverte em melhoria da educação e em menos trabalho infantil, assim como tratar os problemas do trabalho infantil doméstico.
Manuel Pereira Cardoso- Diretor adjunto do Plano para eliminação do trabalho infantil (PEETI)	Afirmou que não há estudos credíveis e não há estudos em quantidade suficiente para encontrar políticas comuns a respeito do trabalho infantil. É preciso implementar políticas de resposta social, correspondendo às necessidades das

	famílias dos menores que estão em abandono escolar e em trabalho infantil. Mas o problema do trabalho infantil não é só o consumismo.
Irena Kowalska (Polônia)	É importante educar os filhos pelo trabalho. E o trabalho de casa é fundamental. Há um conflito entre trabalho leve e trabalho pesado. A outra questão é o que se entende por crianças de rua? É preciso educar os pais porque eles são responsáveis pelos seus filhos.
Ay Eule Çaglar- Perita Consultora do IPEC.	Afirmou que a OIT/IPEC distingue Work e labour. Se a criança trabalha umas horas por semana ou durante parte das férias para ajudar a mãe, chama-se isso de Work e a OIT/IPEC não está contra. Labour são os casos em que a criança trabalha para conseguir as suas necessidades básicas como casa, abrigo e comida.
Alfredo Bruto da Costa- Professor da Universidade Católica Portuguesa	Explica que o primeiro ponto é que o trabalho infantil é um problema social, as causas estão na sociedade e, portanto requer mudanças sociais. O segundo ponto é que não podemos resolver o problema da pobreza sem também incluirmos nele o problema do trabalho infantil.
Peter Dorman- Professor da Evergreen State College (EUA)	Diz que temos experiências de situações de abuso e exploração envolvendo crianças trabalhadoras, mesmo em sociedades onde essas crianças têm o conforto material que, pensávamos, as protegeria contra esta questão. Segundo a existência de informação adequada ajuda nos progressos com relação a questão. O objetivo não é eliminar a atividade econômica dos jovens, e sim, transformá-la em saudável para eles e produtiva para todas as

	sociedades. Eliminando o caráter de exploração ou abuso e substituí-la por algo que é positivo e benéfico.

Tema: Políticas desenvolvidas pelos governos de diversos países participantes, no combate à exploração do trabalho infantil	
Pais/ Autoridade	**Principais questões levantadas**
Paulo Bárcia- Conselheiro para os Assuntos do Trabalho e do Emprego da Missão Permanente de Portugal em Genebra- Moderador	Conselheiro para os Assuntos do Trabalho e do Emprego da Missão Permanente de Portugal em Genebra, desenvolvendo o tema Políticas desenvolvidas pelos governos de diversos países participantes, no combate à exploração do trabalho infantil, ressaltou as 250 milhões de crianças (de 5 a 14 anos) que no mundo trabalham para ganhar a vida.
Didier Garnier(Chargé de Mission Bit do Ministére de l'emploi et de la solidarité (França)	Afirmou que o trabalho infantil na França é proibido antes da escolaridade obrigatória, ou seja, antes dos 16 anos. As formas clássicas do trabalho infantil: um fenômeno conhecido de dimensões limitadas. Há quatro setores de atividade que reagrupam mais de metade dos jovens trabalhadores na França; as indústrias agrícolas e alimentares, a construção, o comércio e a reparação automóvel, a hotelaria e restauração. A França tem um quadro jurídico bem identificado, no entanto a desvios constatados. Para os aprendizes promessas de contratação não cumpridas, a duração do trabalho, a proibição do trabalho noturno, a falta de cursos teóricos, os pais aceitam que o aprendiz não seja

	remunerado na totalidade, efetuam trabalhos perigosos, casos de violência física, verbal e de assédio sexual. Para estágios em empresas sob estatuto escolar, enquadramento insuficiente das formações, horários abusivos, condições de segurança não respeitadas, tarefas não conformes ao diploma preparado. Para as crianças que trabalham em espetáculos, moda e publicidade. Emprego sem consentimento nem autorização individual, sociedades de casting sem licença nem consentimento que prometem um press - book financiado pelos interessados a um preço elevado, emprego em condições não conforme às do pedido de autorização, dificuldade de controle nos circos itinerantes. A constatação das formas de exploração do trabalho infantil. Os "estágios selvagens" na empresa, gratificação inferior a 30% do salário mínimo. O trabalho "dissimulado, o número de infrações é fraco, 10 autos em 3 anos, 18 infrações por ano relativas ao trabalho dissimulado respeitante a jovens no setor agrícola. A exploração doméstica das crianças são meninas encaminhadas a partir do seu país de origem e que entram em França com documentos falsos ou inscritas no passaporte da família ou da pessoa encarregue de as trazer. As crianças são obrigadas a cumprir tarefas domésticas e tomar conta de crianças. É lhes privado todo o acesso à educação.

	Dispositivos de intervenção a reordenar: Melhorar o conhecimento da realidade do trabalho infantil; Respeitar os dispositivos existentes; Completar o quadro jurídico
Sandra Rubini Ufficio-Affari Internazionali, Ministero Lavoro e Previdenza Sociale (Itália)	As crianças são utilizadas em três tipos de trabalho: trabalho ocasional, trabalho de verão ou sazonal, trabalho contínuo. No Sul da Itália existe uma correlação entre o trabalho infantil e o rendimento familiar, e entre o trabalho infantil e o absentismo escolar. As crianças são utilizadas como criados, empregados de supermercados, no setor agrícola, etc. Em 1998, foi assinada a Carta de compromissos e a escola foi considerada como o centro de promoção cultural e social no território com as seguintes funções: Introduzir atividades suplementares que provoquem o interesse dos alunos; prever formas flexíveis de regresso à escola nos casos de trabalho infantil; programar intervenções rápidas, não apenas em relação aos abandonos, mas também para as situações de risco; abrir a escola à cultura do trabalho, fazendo do trabalho uma componente da experiência de formação; introduzir estímulos ou sanções com vista a favorecer o regresso à escola dos alunos que já a abandonaram. Em Itália, a protecção do trabalho infantil têm um alcance Constitucional (art.31). Esta carta constitucional prescreve no art.37 que 'a República protege o trabalho dos menores através de leis específicas e garante-lhes, à paridade de trabalho, o direito à igualdade de remuneração'.

	Legislação Em Itália, a proteção das crianças e a regulamentação do trabalho infantil têm um alcance Constitucional (art.31). [...] a carta constitucional prescreve no art.37 que "a República protege i trabalho dos menores através de leis específicas e garante-lhes, à paridade de trabalho, o direito à igualdade de remuneração" [...]. Os fenómenos de exploração do trabalho dos menores dizem respeito, em geral, a todos os menores de 18 anos. A legislação italiana distingue, no entanto, os menores de 15 anos e os jovens com idade compreendida entre os 15 e is 18 anos, Aos primeiros é proibido exercer qualquer trabalho; para os segundos foram previstas medidas de proteção da sua integridade psico-fisica e o seu desenvolvimento do mundo do trabalho. [...] revista e inovada devido à adopção dos actos legislativos n°s 345 e 262 de 4 de Agosto de 1999 *e 18 de Agosto de 2000* [...] Estas disposições, em conformidade com o espírito da legislação contida na Lei n° 977/67, têm um carácter profundamente inovador uma vez que têm por objectivo adaptar gradualmente a situação profissional dos jovens menores de 18 anos aos padrões europeus, privilegiar a instrução, assegurar a inserção profissional pela formação, considerando que uma experiência de trabalho apropriada pode contribuir para preparar os jovens

	para a sua vida profissional e social de adultos promover a melhoria do meio de trabalho garantindo uma melhor proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores menores, considerados como grupos de risco particularmente sensíveis. A regulamentação do trabalho dos menores pode sintetizar-se nalguns pontos fundamentais: 1) Idade de acesso ao trabalho e obrigação de formação; 2) Condições de trabalho e visitas médicas; 3) Segurança no trabalho; 4) Sanções; A nova legislação introduz uma importante inovação quanto à idade mínima de admissão ao trabalho. O Acto legislativo 345/99 afirma o princípio de a idade mínima de admissão ao trabalho não poder ser nunca inferior aos 15 anos feitos, estando, para além disso, subordinada ao cumprimento do período de instrução obrigatória. Reiterando a interdição do trabalho infantil, a Lei n° 977/1967 reformulada, prevê, que o emprego de crianças e adolescentes nas actividades profissionais de carácter cultural, artístico, desportivo ou publicitário e no espetáculo deve ser primeiramente autorizado pelas competentes Direcções Provinciais do Trabalho, no plano territorial. A nova legislação mantém a interdição do trabalho noturno para os menores de 18 anos, sendo a única exceção – na condição do menos ter

	pelo menos 16 anos – um caso de força maior que entrave o funcionamento da empresa. Neste caso, o menor tem direito a um período de descanso compensatório, a gozar nas três semanas imediatas para além do pagamento das horas suplementares.
KERSTIN ROSENQVIST HELDLER Special Adviser of the Ministry of Industry, Employment and Communication (Suécia)	TRABALHO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO SUECA SOBRE O AMBIENTE DE TRABALHO O Decreto sobre o Ambiente de Trabalho entrou em vigor em 1978, substituindo o anterior Decreto de Protecção dos Trabalhadores de 1949. O Decreto sobre o Ambiente de Trabalho tem um capitulo especialmente dedicado aos menores, por exemplo, jovens com idade inferior a 18 anos. O trabalho infantil é uma questão de grande interesse para o Governo da Suécia. O DESPACHO SOBRE DISPOSIÇÕES DE MENORES DE 1996 Consequentemente, a maioria dos jovens na Suécia não entra no mundo permanente do trabalho antes dos 18 anos. Embora a regra principal do Despacho disponha que o trabalho não é permitido antes dos 16 anos ou quando a escolaridade obrigatória está completa, há exceções para tarefas simples e não perigosas. É feita exceção para das às crianças e aos jovens a oportunidade de contatarem o mundo do trabalho durante as férias, antese durante o ultimo nível da escolaridade obrigatória.

	CRIANÇAS E TRABALHO NA EUROPA, UM RELATORIO DO CONSELHO DA EUROPA Publicado em 1996, na Suécia, crianças entre 13 e 16 anos desempenham varias tarefas leves durante períodos curtos para ganharem algum dinheiro de bolso. No Verão, as crianças podem trabalhar em parques municipais, fazer tarefas leves de jardinagem e tomar conta de crianças. Um estudo feito alguns anos antes mostra que cerca de um terço das crianças trabalhava em tempo parcial durante as férias e principalmente no sector de serviços. Um terço desses trabalhava também durante o período escolar. Os jovens desempenham trabalhos em todos os sectores mas predominantemente no comércio, restaurantes, escritórios e lojas. Não há muita necessidade do contributo do trabalho das crianças nas empresas familiares para a sua subsistência. O principal propósito é o desejo de ter algum dinheiro extra para comprar equipamentos caros, por exemplo, bicicletas de montanha, patins em linha, equipamento para skate, roupas caras, etc., ou para ter dinheiro extra para gastar durante uma viagem de férias.
Debate	
Pais/ Autoridade	**Principais questões levantadas**
PAULO BÁRCIA - CONSELHEIRO PARA ASSUNTOS DO TRABALHO E DO EMPREGO DA MISSÃO	Para aqueles que conhecem bem a Convenção n° 182 da OIT ela comporta quatro tipos de piores formas de trabalho infantil: o primeiro diz respeito ao trabalho escravo, o

PERMANENTE DE PORTUGAL EM GENEBRA	segundo diz respeito à utilização de crianças no quadro da exploração da prostituição e pornografia, o terceiro diz respeito à utilização de crianças nos tráficos ilegais e ilícitos no âmbito do trafico de droga e finalmente, o trabalho em condições particularmente duras.
Maria De Jesus Barroso Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa Moderadora|	Esta luta contra a exploração do trabalho infantil é também [...] duas faces do mesmo objectivo de modernidade, emancipação e cidadania. Eu não me refiro somente à exploração sexual. A Declaração Universal dos Direitos da Criança considera até os 18 anos que se é criança, o que não impede que elas sejam alistadas no exército, muitas vezes à força, é verdade, nalguns países menos desenvolvidos. Para não falar, claro, nas regiões subsariana e noutras em que até são vendidas. E sabemos, aliás, que os países mais desenvolvidos vendem armas à medida dos braços das crianças, o que é revoltante e inaceitável. Há países muito desenvolvidos e ricos que aceitam – eu já tenho tido a ocasião de o denunciar em varias situações e em vários lugares – os produtos são fabricados pelas mãozinhas das crianças de cinco, seis e sete anos, tapetes e outros produtos.
Mariana Basuc General State Inspector, Labour Inspection (Roménia)	ESTRUTURA LEGAL A Roménia ratificou um determinado número de normas internacionais sobre os direitos de proteção das crianças e jovens; a Convenção da

	OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre Menores (n° 138/1973), ratificada em 1975; a Convenção da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (n°182/1999), ratificada em 2000; a Carta Social Europeia, ratificada em 1999. O direito à proteção das crianças e dos jovens está estipulado na lei fundamental, a Constituição. De acordo com o clausulado do Artigo 45/1990 da Constituição Romena, as crianças e os jovens gozam de proteção especial na prossecução dos seus direitos e as normas de proteção social estão estabelecidas por lei. É proibida a exploração de menores, o seu emprego em actividades que possam ser prejudiciais à sua saúde, à sua moral ou que ponha em risco as suas vidas e o seu normal desenvolvimento. NATUREZA E DIMENSÃO DO FENÓMENO DO TRABALHO INFANTIL A legislação romena determina sanções, e mesmo supressão dos direitos parentais, e aplicação de medidas de proteção especiais para as crianças, quando o pai/mãe abusam dele/dela ou apresentam negligência no desempenho dos seus deveres parentais. Entre as suas obrigações está também estipulada a obrigação de garantir a educação da criança. Em 2000, a Agência Nacional para a Protecção dos Direitos das Crianças (NAPCR) iniciou, com o apoio do Banco Mundial e da Organização Mundial de Saúde, em estudo com o objectivo de obter informações sobre a incidência

	de crianças abusadas/negligenciadas, no sentido de elaborar um sistema de prevenção e intervenção. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DE PROTECÇÃO À CRIANÇA ESTABELECIDOS NO PROGRAMA DO GOVERNO PARA 2001-2004 Consideramos que a família tem de se inserir nas actividades sociais. Por conseguinte, todos os programas de assistência social serão subordinados a este objectivo e perspectivarão: ➢ Incrementar o papel da família na sociedade; ➢ Diminuir, consideravelmente, o número de famílias pobres ou mono-parentais. Para atingirmos este objetivo serão tomadas diversas medidas tendentes a implementar um sistema de proteção à família, realmente eficaz, baseadas numa metodologia centrada na reforma de todo o sector da proteção social.
Filiz Anik Head of Child Labour Unit, Chief Labour Inspector, Ministry of Labour and Social Security (Turquia)	PROGRAMAS E MEDIDAS CONTRA O TRABALHO INFANTIL NA TURQUIA A Constituição da República da Turquia consagra que: "Ninguém deve prestar serviços desajustados à sua idade, sexo e capacidade. Menores, mulheres e pessoas com deficiências físicas devem ter proteção especial relativamente às condições de trabalho". Existem muitos outros documentos na legislação relativos ao emprego de crianças: a Lei Laboral proíbe o emprego de menores de 15 anos, salvaguardando que a partir

	dos 13 ou 14 anos podem desenvolver trabalhos leves a tempo parcial, desde que freqüentem a escola ou estejam em formação vocacional. Embora a idade mínima de admissão ao trabalho seja 15 anos, - sendo 18 anos para trabalhos pesados e perigosos -, na prática muitas crianças trabalham na Turquia, porque as famílias necessitam do seu contributo suplementar para o rendimento comum. Para além de factores económicos, há também factores culturais e sociais, entre outros. Um sistema paralelo emprega rapazes com salários baixos. As raparigas raramente são vistas a trabalhar em público, mas muitas não vão à escola para trabalhar em artesanato, especialmente nas áreas rurais. A maior parte do trabalho infantil ocorre nas áreas rurais e está muitas vezes associado com a actividade económica tradicional da família, nomeadamente na agricultura ou criação de gado, sendo comum famílias inteiras trabalharem em conjunto na época de colheitas. O Governo reconhece a gravidade da questão do trabalho infantil e trabalha com a OIT para documentar a sua extensão no país e encontrar soluções. O trabalho infantil na Turquia, é sobretudo utilizado em empresas de pequena dimensão. Muitas das indústrias em que trabalham são pequenas e pouco regulamentadas e o trabalho expõe-nas a um vasto conjunto de riscos. Apesar da legislação existente, as crianças ainda trabalham, com ou sem o estatuto de aprendizes, com maquinaria não protegida,

	bancadas de trabalho desajustadas e ambientes em que podem existir substâncias químicas nocivas e explosivas. Estão, portanto, expostas a riscos inaceitáveis e, por não terem ainda completado o seu desenvolvimento físico e mental, os riscos que enfrentam podem ter sobre eles efeitos piores do que nos adultos submetidos ao mesmo ambiente. As crianças trabalham nestes estabelecimentos durante longas horas e com salários baixos, em tarefas que não são adequadas ao seu desenvolvimento físico e mental, nem aos seus níveis de conhecimento. Más condições sanitárias, equipamento protector inadequado ou inexistente, espaço de trabalho desapropriado ou maquinas obsoletas, tudo contribui para pôr as crianças em risco. Existem também riscos industriais específicos, como seja a exposição a matérias e produtos tóxicos. AS CONCLUSÕES FINAIS DA REUNIÃO FORAM AS SEGUINTES: Macromedidas: ➢ Igualdade de distribuição da riqueza. ➢ Redução do desemprego de adultos. ➢ Aplicação de leis eficazes de ensino, saúde e bem-estar social. Micromedidas: ➢ Identificar os sectores onde se pode aceitar ou não o trabalho de crianças entre os 15 e os 18 anos; definir e fazer cumprir legislação

	regulamentadora das condições de trabalho nesses sectores. ➢ Melhoria do estatuto social e económico das crianças trabalhadoras e abolição efectiva do trabalho infantil. ➢ Reconhecendo o facto de que o trabalho infantil não pode ser imediatamente erradicado, deve haver um desenvolvimento de esforços para melhorar as condições de trabalho e aliviar o sofrimento das crianças trabalhadoras. ➢ Coordenação central da distribuição das tarefas e responsabilidades entre as instituições relacionadas com o fenómeno. CONSELHO DE INSPECÇÃO DO TRABALHO Inicialmente, a lei era seguida muito rigidamente – se fosse descoberto trabalho infantil, as crianças eram retiradas do local de trabalho. Devido ao entendimento de que a eliminação do trabalho infantil não é um objectivo realista a curto prazo, tem sido seguida uma abordagem diferente desde há três anos. Os inspectores centram-se agora na melhoria das condições de trabalho e na deslocação das crianças para situações de trabalho menos nocivas. [...] Estritamente regulamentar para o exame dos perigos enfrentados pelas crianças, e desenvolvem as capacidades de comunicação dos inspectores, de forma a que possam trabalhar mais eficazmente junto de patrões, supervisores, pais e crianças.

DEBATE	
MARIA EMÍLIA REIS – CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES (CGTP)	O problema não é da legislação, é da clandestinidade, é do trabalho escondido, é da pobreza e é do abandono e do insucesso escolar, é das políticas sociais.
	TEMA 3: O caso português – quantificação, caracterização do trabalho infantil e medidas adoptadas no combate à sua exploração
Manuel Pereira Cardoso Director-Adjunto do Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) | **Moderador**	É mesmo o essencial do nosso programa. A questão não está, como muitas vezes pensamos, apenas em proteger mais as crianças; a questão não esta apenas em dar-lhes um pouco mais de escola, uma escola melhor ou outras condições sociais melhores. A questão está, fundamentalmente, desde, o início em considerarmos a criança como criança, como direito a um tempo de ser criança. Não estamos apenas a preparar o futuro, em que muitas vezes pensamos, estamos obrigados a permitir à criança que seja criança no tempo que tem de se criança, isto é, no tempo que tem de ser "menino". E isto é exatamente importante quando analisarmos os direitos humanos, e concretamente os direitos das crianças, à luz desta perspectiva. "A minha hora veio mais cedo, o destino é fatal, a culpa não foi da fábrica". Francisco José. Tinha ido para a fábrica e ficou debaixo do monta-cargas. A família é extremamente pobre, este

	Francisco José ganhava seis mil escudos por mês e era o único sustento da família, em 1985. Justamente em 1986, movimentos ligados à Igreja Católica e aos Sindicatos denunciaram, na mensagem de Natal, o trabalho infantil, pela primeira vez, publicamente. O desenvolvimento destes movimentos veio a dar origem, em 1990, à primeira organização não-governamental preocupada com as questões do trabalho infantil – a CNASTI – Confederação de Acção Nacional sobre o Trabalho Infantil.
José António Sousa Filho Coordenador do Sistema de Informação de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil (SIETI)	Considerou-se como prioritário a qualificação e caracterização do fenómeno, assim como a criação de um sistema de informação estatístico, permanente que possa ser o suporte da decisão e da tomada de medidas de natureza operacional. "Quantificação e Caracterização do Trabalho Infantil em Portugal" com base em metodologias rigorosas e adequadas a tal fim. Para o efeito, foi solicitada a colaboração da Organização Internacional do Trabalho e foi criando em 1998 um Grupo de Trabalho para a elaboração do projecto nos termos anteriores definidos. CONCEITO E DEFINIÇÕES DE TRABALHO INFANTIL Assim, e decorrente da prática da OIT, o conceito utilizado no referido estudo remete para o trabalho infantil enquanto "todas as actividades

	desenvolvidas por crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos que se considera ter efeitos negativos na saúde, educação e normal desenvolvimento da criança". ➢ Os efeitos negativos na saúde compreendem o facto de a atividade desenvolvida originar situações de doença, acidentes, problemas crónicos e impedir o desenvolvimento físico normal; ➢ Na educação significa prejudicar a assiduidade escolar e/ou aproveitamento escolar; No normal desenvolvimento da criança remete para situações da inexistência de tempos livres e inviabilização da possibilidade de desenvolver actividades sociais, recreativas, culturais ou desportivas. SÍNTESE E PRINCIPAIS CONCLUSOES DO INQUÉRITO ÀS ESCOLAS Pretendeu-se ainda saber: a) Como é percepcionada a realidade escolar por parte de menores que exercem uma actividade económica? b) Será que os alunos que trabalham têm mais dificuldades de adaptação e integração no sistema de ensino formal? c) As perspectivas escolares futuras ficam comprometidas com o desenvolvimento de uma actividade económica?

	A IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS DE COMPORTAMENTO NA ESCOLA ENTRE OS MENOS QUE TRABALHAM E OS MENORES QUE NÃO TRABALHAM. Um Inquérito aos Menores. Com este questionário pretendeu-se apurar a relação do menos com a escola, o ambiente extra escolar, alguns aspectos relacionados com a actividade económica (para aqueles que a desenvolveram) e, finalmente, as perspectivas futuras dos menores. Um Inquérito aos Professores. Com este questionário pretendeu-se apurar se existia conhecimento do desenvolvimento de uma actividade económica e de que forma essa actividade influenciou o comportamento escolar do aluno, nas suas diferentes vertentes. Um Inquérito ao Conselho Executivo. Este inquérito visou à indicação das condições da escola (físicas e ao nível dos recursos humanos), bem como à caracterização de alguns aspectos gerais do trabalho infantil na escola e na região.
Catalina Pestana Directora do Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI)	O PEETI de que se tem falado nesta sala, durante o primeiro dia de trabalho, é o **Plano Para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil**. Em 1998 quando foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n°75/98, foi muito importante para nós introduzir a palavra

	"exploração". Tem o PEETI como objectivo fundamental eliminar em Portugal todas as formas de exploração do trabalho infantil. Instituir bolsas de formação para as situações em que a causa do trabalho infantil seja a carência económica da família. Não permitiremos que em Portugal qualquer criança continue a ter de trabalhar para prover o seu sustendo e o da família. Primeiro pressuposto: o trabalho das crianças é aprender, mas numa escola inclusiva onde os saberes conceptuais sejam tão valorizados como as áreas das expressões ou as competências sociais manuais. Nós todos, na Europa, temos ainda sistemas educativos que valorizam prioritariamente as pessoas do pescoço para cima, e os humanos são um todo, um todo que só é plenamente potenciado quando e tomado na sua globalidade. Segundo pressuposto: o trabalho é um valor. O trabalho é um bem precioso que, no terceiro milénio, terá de ser bem partilhado, como a água para chegar para todos. A exploração de qualquer pessoa através do trabalho é um crime, sempre. E se essa pessoa é uma criança é um crime contra toda sociedade. Daí, a nossa grande preocupação em distinguir trabalho de exploração do trabalho. As crianças que estão na escola também trabalham e se não trabalham é porque a escola não funciona. Portanto, acho grave que se tome uma postura reducionista de condenar o trabalho das crianças. As crianças aprendem a

	crescer e a ser gente, trabalhando dentro das suas possibilidades de trabalhar, o que deve acontecer aprendendo: aprendendo coisas, aprendendo a ser gente, aprendendo valores, desenvolvendo competências. Terceiro pressuposto: o trabalho infantil não pode continuar a ser percepcionado em Portugal como um flagelo nacional ao qual os governos têm que dar resposta. Cada um de nós é pessoalmente responsável pela prevenção da exploração do trabalho infantil. Baixo auto-conceito acarreta baixo rendimento escolar. Porque enquanto à escola chegam os meus netos e os vossos filhos, a saber consultar a *Internet*, há outros meninos que nunca mexeram num lápis. Eles não chegam à escola em igualdade de circunstancias e por mais esforços que a escola faça, em muitos casos não consegue ultrapassar essas diferenças. Porque a escola ainda não foi capaz – eu sou professora e é da minha escola que eu falo -, de valorizar competências. Baixo rendimento escolar seguido de insucesso escolar e seguido de abandono escolar precoce, este é um dos percursos típicos da criança que é encontrada em situação de trabalho infantil. Se uma criança trabalhou numa fábrica de móveis durante dois anos até ser encontrada, como é que se pode fazer tábua rasa do que ela aprendeu durante esse tempo da sua vida? É, portanto, feita uma avaliação diagnóstica de competência e o curriculum que é concebido para aquela criança,

	quer em remos teóricos, quem em termos técnico-praticos, é concebido individualmente e a partir do seu nível de competências teóricas e praticas. Porque aquele tempo da sua vida foi um tempo determinante, amargo nalguns aspectos, mas dói um tempo de aprendizagem.
Mario Pinto Presidente do Conselho Nacional Contra a Exploração do Trabalho Infantil (CNCETI)	De entre as organizações não-governamentais, refiro a CNASTI, que é uma Confederação Nacional sobre as Acções para o Trabalho Infantil que engloba varias associações e movimentos. Mas, além, da CNASTI, o Instituto de Apoio à Criança, a União das Misericórdias, a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e a Casa Pia
	TEMA 4: O papel da lei e da inspecção do trabalho no combate à exploração do trabalho infantil
Maria Josefina Leitão Subdirectora-Geral das Condições de Trabalho (DGCT)	A LEGISLAÇÃO SOBRE ADMISSAO DE MENORES AO TRABALHO E AO EMPREGO De acordo com a lei, não podem ser admitidos ao prestar trabalho, subordinado ou autónomo, os menos que não tenham completados dezasseis anos de idade. Existe, no entanto, uma situação em que crianças com menos de dezasseis anos podem prestar trabalho. Referimo-nos aos menores que já tenham concluído os nove anos de escolaridade obrigatória, o que pode ocorrer aos quinze anos e, em casos muito excepcionais, aos catorze. Efectivamente, estes menores podem prestar trabalhos leves, desde que disponham de

	autorização escrita de seus representantes legais. Assim não podem ser considerados trabalhos leves aqueles que, pela natureza das tarefas ou pelas condições específicas em que são realizadas, sejam susceptíveis de prejudicar a sua segurança, saúde, assiduidade escolar, a sua participação em programas de orientação ou de formação e sua capacidade para beneficiar da instrução ministrada. Não podem igualmente ser considerados trabalhos leves os que de algum modo possam prejudicar o desenvolvimento físico, psíquico ou moral da criança.
Inácio Mota da Silva Inspector-Geral do Trabalho (IGT)	Na visão dos inspectores de trabalho – em resultado da nossa experiência – há alguns factores fundamentais, sem os quais a acção da Inspeção do Trabalho e, porventura, também a acção da rede de prevenção mais global que deve actuar em torno deste fenómeno, que não consegue ultrapassar as formas de exploração do trabalho infantil. Estes factores passam, designadamente, por: ➢ Uma clara **vontade política** dos governos de desenvolverem políticas de mudança sustentáveis. ➢ A da **transparência** com que todas as organizações. É preciso conhecer os fenómenos. ➢ Uma **informação credível**. ➢ A constituição de **redes de trabalho**. ➢ **Novos instrumentos preventivos**.

	DEBATE
Francisco Carvalho	A multidimensionalidade desta problemática, a sua complexidade, diversificação.
	TEMA 5: O papel dos parceiros sociais e da sociedade civil no combate à exploração do trabalho infantil, em Portugal.
José Silva Lopes Presidente do Conselho Económico e Social **| Moderador**	Nós sabemos que esse combate envolve varias dimensões: culturais, do ensino, econômicas, sociais. Sabemos que, por causa da sua complexidade, ele não pode ser só tarefa do governo e da administração pública, e que é necessário o envolvimento de cidadãos e de organizações como as que acabei de referir.
Marcelino Pena Costa Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)	As nossas crianças precisam de uma escola democrática que as respeite, uma escola inclusiva, onde o aprender experencial e o sentido do trabalho são os grandes motores da escola de formação. E sobretudo, que pelo menos no ensino básico, deixem as crianças brincar e ser crianças enquanto aprendem. Outras formas de exploração crescem diariamente ao lado de todos nós: a pornografia, a prostituição, o tráfico de droga e a criminalidade juvenil.
João Proença União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Em primeiro lugar, está ligado à situação econômica e social, ao desemprego e à pobreza. Se luta por uma melhor proteção social,

	que seja capaz de proteger os trabalhadores e as suas famílias em situações de desemprego ou doença. Há uma terceira área fundamental que é a área da cultura e da educação. É importante definir melhor o que são trabalhos leves. É sobretudo necessário atacar a grande questão do trabalho domiciliário de o modo de fiscalizar. Por fim, tudo aquilo que tem a ver com o combate à exclusão. O combate à exclusão passa, cada vez mais, por rendimentos garantidos e por acturar ao nível da inserção e ao nível do acompanhamento de situações familiares. Será a dimensão integração uma das de mais difícil abordagem, envolvendo particularmente as instituições ligadas ao emprego e à formação.
Matilde Sirgado Instituto de Apoio à Criança (IAC)	Instituto de Apoio à Criança, que é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos. Temos ainda como estratégia de intervenção, a utilização de uma unidade móvel, com o objectivo de dinamizar actividades lúdico-pedagógicas, defendendo o direito de brincar, o direito da intervenção ser cada vez mais ajustado à realidade e às necessidades daqueles jovens. A funcionar um Centro de Emergência. "escola de Rua". 1. Crianças e jovens que passam a maior parte do tempo na rua, mais propriamente em locais atractivos: zonas comerciais e locais de

	diversão; não apresentam ainda comportamentos considerados de delinqüência, podendo, no entanto, alguns deles cometeram alguns furtos; a maioria mantém os laços com a família, regressando à noite a casa. 2. Crianças e jovens que já podem considerar como delinqüentes, apresentando comportamentos agressivos e sinais de violência; a maioria rompeu os laços familiares e alguns vivem mesmo na rua. 3. Crianças e jovens que se incluem no grupo das que se dedicam às consideradas "piores formas de trabalho infantil" (convenção n°182), nomeadamente: prostituição, tráfico de estupefacientes, mendicidade, entre outras (com idade até 18 anos). Os locais de preferência dos jovens são as zonas de diversão e de comida.
	TEMA 6: O papel dos parceiros sociais e da sociedade civil no combate à exploração do trabalho infantil, na Europa.
Heitor Salgueiro União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa (UNICE)	A questão do trabalho infantil, bem se pode dizer, foi objecto de normas jurídicas quase desde o nascimento do Direito do Trabalho, e ganhou particular importância no seguimento das importantes alterações tecnológicas verificadas na segunda metade do século XIX, em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América. Naturalmente que em certos casos, mormente quando estejam em causa processos educativos ou formativos que associem a formação

	à pratica real em contexto de trabalho, ou certas funções que não interfiram negativamente no desenvolvimento psíquico e físico das crianças, o trabalho por parte de jovens merece valoração positiva, até como meio de melhorar a posterior integração plena no mundo do trabalho. Ainda no plano mundial interessará notar que a OIE, em 1998, publicou um "Manual dos empregadores sobre o trabalho das crianças.

O Documento de Lisboa evidencia a problemática do trabalho infantil em Portugal e no mundo. Destaca-se alguns pontos:

- O fato de que a criança sempre trabalhou;
- É preciso ter informações mais precisas sobre o trabalho infantil;
- A miséria nas famílias é um fator preponderante;
- O trabalho infantil não pode ser estudado isolado da educação;
- A importância do investimento nas mães.

O Documento demonstra as desigualdades sociais latentes em relação às crianças em Portugal e no mundo. O trabalho infantil de exploração está relacionado com outras temáticas paralelas como a importância da escola, a pobreza das famílias, a violência e o descaso do Poder Público em investimentos mais acirrados na questão.

ANEXO E

FOTO DE SATÉLITE DO MERCADO ADOLPHO LISBOA

ANEXO F

FOTO DE SATÉLITE DA FEIRA DO COROADO

ANEXO G

FOTO DO INTERIOR DA FEIRA MANAUS MODERNA

ANEXO H

IMAGEM DA REPORTAGEM: BLITZ RESGATA 11 NA MANAUS MODERNA

Fonte – Jornal A Critica **Fotos:** Ione Moreno (2008, Julho 26). Blitz resgata 11 na Manaus Moderna.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Blitz resgata 11 na Manaus Moderna

De acordo informações da Semdhi, todas foram encontradas em situação de trabalho infantil e exploração sexual. Mulher é suspeita de agenciamento

Onze crianças e adolescentes em situação de risco foram resgatadas durante uma operação realizada na tarde de ontem na orla fluvial da Manaus Moderna, pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos (Semdih), Conselhos Tutelares, Central de Resgate e a Delegacia Especializada em Apurações de atos Infracionais (Deai).

Segundo o secretário municipal de Direitos Humanos, Jorge Guimarães, foram resgatadas quatro crianças com idades entre 4 e 11 anos e sete adolescentes com idades entre 12 e 16 anos, todas em situação de trabalho infantil e exploração sexual.

Elas foram encaminhadas para a Central de Resgates onde passaram por atendimento psicossocial e de enfermagem. Algumas já haviam passado pela Central por ter sido encontradas na mesma situação.

Durante a operação trabalhadores do local denunciaram uma mulher conhecida por eles pelo nome de Marinalva. Segundo os trabalhadores, a mulher construiu com madeira, plástico e papelão uma espécie de quarto que funcionava como motel, onde ela explorava sexualmente crianças e adolescentes.

A polícia localizou a casa e no interior da mesma foram encontradas três crianças com idade entre sete a dez anos, que estavam vestindo apenas roupas de banho. Segundo o secretário elas conseguiram fugir. Uma delas escapou se jogando no rio. Não há informações do fumo que ela tomou. As outras correram e se esconderam entre as barracas.

Segundo Guimarães trabalhadores do local disseram que as crianças eram exploradas sexualmente por Marinalva, assim como duas adolescentes que foram recolhidas quando vendiam balas na área do porto.

Guimarães disse que as duas estavam armadas com facs e tentaram agredir os policiais. Elas foram detidas e levadas para a delegacia da Criança e do Adolescente Infrator. A polícia conseguiu localizar Marinalva e esta foi intimada a comparecer à delegacia para prestar esclarecimento.

Os pais dos adolescentes também serão notificados para comparecerem a Central de Resgate e explicar o motivo dos filhos ter sido encontrados naquela situação.

O secretário disse que recebeu várias informações dos trabalhadores da área do porto da Manaus Moderna de que, durante a noite crianças e adolescentes são exploradas sexualmente.

De acordo Guimarães serão realizadas outras operações com objetivo de combater a exploração sexual e o trabalho infantil na área portuária de Manaus. A operação de ontem foi a segunda realizada esse ano. "Nós estamos preparando para coibir a exploração sexual dos nossos adolescentes e crianças", disse o secretário.

Divulgação

Semdhi informou que vai intensificar monitoramento da área portuária

Busca rápida

População pode ajudar, diz Semdhi

Jorge Guimarães disse que essas abordagens fazem parte de uma série de atividades planejadas para serem executadas com a polícia e conselhos tutelares. O secretário convoca a população para colaborar no combate à exploração sexual e ao trabalho infanto-juvenil na cidade de Manaus.

p. A7.

ANEXO I

IMAGEM DA REPORTAGEM: RISCOS NAS FEIRAS

Saúde pública >>

Risco nas feiras

Nenhum dos mercados e feiras municipais atendem a padrões de higiene e saúde da vigilância sanitária e expõem a população

PRISCILA MESQUITA
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

Feiras livres itinerantes em bairros

Fregueses e vendedores são alvos

Fonte – Jornal A Critica (Priscila Mesquita) **Fotos:** Antonio Menezes (2009, Julho 06).Saúde Pública» Riscos nas Feiras. p. A9.

ANEXO J

TABELA: DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO OS MOTIVOS DOS FEIRANTES QUE SÃO CONTRA OU A FAVOR DO TRABALHO INFANTIL NA CIDADE DE MANAUS | AM

Motivos	**Trabalho infantil**			
	A favor (n = 47)		Contra/Parcialmente contra (n = 70)	
	f_i	%	f_i	%
Estudar deve ser prioridade	3	6,4	45	64,3
Se ocupar para evitar o mal	24	51,1	2	2,9
As crianças precisam ser cuidadas	-	-	17	24,3
Desenvolver uma habilidade de trabalho, desde que não seja forçada	5	10,6	6	8,6
Conflito entre trabalho infantil e exploração – deve estudar e trabalhar	7	14,9	4	5,7
Estar perto do pai e da mãe	8	17,0	1	1,4
Incentivar a ser alguém na vida e ser independentes	6	12,8	1	1,4
Precisam ter responsabilidade	10	21,3	1	1,4
Criança que necessita deve trabalhar para ajudar aos pais	5	10,6	7	10,0
Ë um trabalho árduo	-	-	1	1,4
Se ficar em casa vai para a rua	3	6,4	-	-
Errado, é um trabalho escravo e /ou de exploração sexual	-	-	1	1,4

ANEXO L

TABELA: DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO OS MOTIVOS DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE QUEM É CONTRA OU A FAVOR DO TRABALHO INFANTIL NA CIDADE DE MANAUS | AM

Motivos	**Trabalho infantil**			
	A favor (n = 3)		Contra/Parcialmente contra (n = 17)	
	f_i	%	f_i	%
Lugar de criança é na escola	-	-	4	23,5
A família negligencia a responsabilidade	-	-	3	42,9
A ociosidade pode levar os menores a tornarem-se infratores	2	66,7	-	-
Depende de como é desenvolvido	-	-	2	11,8
Passam a ser totalmente responsáveis pelo sustento da família	-	-	2	11,8
As crianças são exploradas	-	-	1	5,9
Deve ter o direito de ser criança	-	-	3	42,9
Devido aos tempos atuais há necessidade	1	33,3	-	-
Pelos princípios legais	-	-	1	5,9
Somente na função de aprendiz	-	-	2	11,8
Outras	-	-	2	11,8
Não respondeu	-	-	1	5,9

ANEXO M

TABELA: SEMAGA | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PREFEITURA DE MANAUS
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento- SEMAGA
Núcleo de Mercados e Feiras - NUMEF

FEIRAS E MERCADOS

ZONA LESTE

Nº	FEIRAS	ENDEREÇO	PEIXE	CARNE	FRANGO	FRUTAS / VERDURAS	LANCHE	DIVERSOS
1	FEIRA COM. DO CEASA	PORTO DO CEASA - DIST. INDUSTRIAL	21	0	0	7	23	12
2	FEIRA COM. 11 DE OUTUBRO	ESTRADA DO ALEIXO - BAIRRO ZUMBI I	29	10	2	23	4	60
3	FEIRA COM. GRANDE VITORIA	RUA IRAQUE - GRANDE VITORIA	10	3	0	7	4	11
4	FEIRA COM. JESUS ME DEU	RUA ALECRIM	4	2	0	7	5	5
5	FEIRA COM. UNIÃO JORGE TEIXEIRA	AV. PENETRAÇÃO - JORG. TEXIERA 4º ETP.	10	8	1	11	12	25
6	FEIRA MUN. ARMANDO MENDES	AV. PERIMETRAL - ARMANDO MENDES	15	9	1	25	9	54
7	FEIRA MUN. COBERTA JORGE TEXEIRA	AV. PENETRAÇÃO - JORGE TEIXEIRA 1º ETP.	9	7	0	13	27	66
8	FEIRA MUN. CONQUISTA	AV. PENETRAÇÃO - GRANDE VITORIA	15	2	0	14	21	40
9	FEIRA MUN. NOVA ESPERANÇA	COLÔNIA ANTONIO ALEIXO - ALEIXO	5	3	1	6	2	10
10	FEIRA MUN. PROD. ZONA LESTE	AV. GRANDE CIRCULAR - JORGE TEIXEIRA	9	9	2	42	34	67
11	FEIRA COM. PURAQUEQUARA	RUA SANTA LUZIA - PURAQUEQUARA	11	0	0	3	0	0
12	FEIRA COM. DO MUTIRÃO	MUTIRÃO	3	1	1	48	36	60
13	FEIRA MUN. SÃO JOSÉ II	RUA 01 - SÃO JOSÉ II	26	9	1	11	32	80
14	FEIRA MUN. COROADO	AV. ALAMEDA COSME FERREIRA - COROADO	8	2	0	23	47	13

ZONA NORTE

Nº	FEIRAS	ENDEREÇO	PEIXE	CARNE	FRANGO	FRUTAS / VERDURAS	LANCHE	DIVERSOS
1	FEIRA MUN. NOVA CIDADE	NOVA CIDADE	5	3	0	16	7	16
2	FEIRA COM. CIDADE NOVA I	AV. NOEL NUTLES - CIDADE NOVA	5	4	2	3	22	22
3	FEIRA COM. DO OSWALDO FROTA	AV. H CONJ. AMÉRICO MEDEIROS	10	1	0	12	10	14
4	FEIRA COM. FRANCISCA MENDES II	RUA 83, S/Nº QD. 105 - CJ FCª. MENDES II	3	2	0	7	3	23
5	FEIRA COM. MONTE DAS OLIVEIRAS	AV. 22 DE FEVEREIRO - MONTE DAS OLIVEIRAS	12	1	0	5	8	13
6	FEIRA COM. MONTE PASCOAL	RUA SÃO LOURENÇO Nº 471 - MONTE PASCOAL	7	7	0	8	19	39
7	FEIRA MUN. MUNDO NOVO	RUA 07 CJ. MUNDO NOVO - CIDADE NOVA	5		0	2	11	39
8	FEIRA COM. SANDRA MARIA	RUA MAÇARICO - CIDADE NOVA	4	1	1	3	9	22
9	FEIRA COM. SANTA ETELVINA	AV. 7 DE MAIO - SANTA ETELVINA	7	3	0	10	11	44
10	FEIRA COM. RIO SOLIMÕES	AV. CAMPOS SALES - EST. SANTA ETELVINA	1	5	0	6	7	71

PREFEITURA DE MANAUS
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento- SEMAGA
Núcleo de Mercados e Feiras - NUMEF

FEIRAS E MERCADOS

ZONA OESTE

Nº	FEIRAS	ENDEREÇO	PEIXE	CARNE	FRANGO	FRUTAS / VERDURAS	LANCHE	DIVERSOS
1	FEIRA COM. LIRIO DO VALE II	LIRIO DO VALE	2	2	0	3	7	8
2	FEIRA MODELO DA COMPENSA	RUA SÃO PEDRO - COMPENSA	27	10	7	30	73	184
3	FEIRA MUN. DO QUARENTÃO	AV. SÃO PEDRO - COMPENSA II	10	0	2	15	18	33
4	FEIRA MUN. JARDIM DOS BARÉS	RUA JD, BOTÂNICO - JD. DOS BARÉS	10	2	0	10	4	27
5	FEIRA MUN. SÃO JORGE	RUA 1º DE MAIO - SÃO JORGE	15	13	0	15	8	27
6	FEIRA MUNICIPAL DA GLORIA	RUA VITORIA Nº 294 - GLORIA	4	1	0	5	0	2
7	FEIRA PROD. SANTO ANTONIO	RUA SÃO JOSÉ - ST. ANTÔNIO	10	15	7	43	71	148
8	MERCADO MUN. ARAÚJO LIMA	RUA SÃO BENTO - GLÓRIA	9	10	1	22	10	33
9	MINI SHOPPING - NAC	AV. SÃO PEDRO - COMPENSA	0	0	0	0	9	132

CENTRO-OESTE

Nº	FEIRAS	ENDEREÇO	PEIXE	CARNE	FRANGO	FRUTAS / VERDURAS	LANCHE	DIVERSOS
1	FEIRA MUN. ALVORADA I CEASA	RUA 04 C/ AV. B - ALVORADA I	41	41	1	79	22	87
2	FEIRA MUN. ALVORADA II	RUA 08 - ALVORADA II	29	5	1	11	5	16
3	FEIRA MUN. BAIRRO DA PAZ	AV. ESPERANÇA - BAIRRO DA PAZ	5	1	0	2	7	8
4	FEIRA MUN. JOÃO SENA	RUA 07 - ALVORADA I	15	6	0	5	5	11

ZONA CENTRO-SUL

Nº	FEIRAS	ENDEREÇO	PEIXE	CARNE	FRANGO	FRUTAS / VERDURAS	LANCHE	DIVERSOS
1	FEIRA MUNICIPAL PQ. 10	RUA DO COMÉRCIO - PQ. 10	1	1	1	10	3	15
2	MERCADO MUNICIPAL DORVAL PORTO	AV. DJ. BATISTA	6	10	1	12	13	42

PREFEITURA DE MANAUS
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento- SEMAGA
Núcleo de Mercados e Feiras - NUMEF

FEIRAS E MERCADOS

ZONA SUL

Nº	FEIRAS	ENDEREÇO	PEIXE	CARNE	FRANGO	FRUTAS / VERDURAS	LANCHE	DIVERSOS
1	FEIRA COM. LIVRE DA JAPIINLANDIA	JAPIINLANDIA	6		2	13	5	86
2	FEIRA MUN. DA JAPIINLANDIA	RUA PORTUGAL - JAIINLANDIA	18	15	0	12	14	52
3	FEIRA MUN. JAPIIM I	RUA GAL. RODRIGO OTAVIO - JAPIIM	7	19	9	13	20	48
4	FEIRA MUN. DO 40	RUA ALAN KARDEK C/ DR. EDILSON - IG. 40	3	1	0	3	11	21
5	FEIRA MUN. DA RAIZ	RUA DELFIM DE SOUZA - RAIZ	8	5	0	5	15	33
6	FEIRA MUN. DA BANANA	RUA PEDRO BOTELHO - CENTRO	0	0	0	87	14	20
7	FEIRA MUN. DA BETÂNIA	AV. ADALBERTO VALE - BETÂNIA	31	10	9	46	33	63
8	FEIRA MUN. POLIVALENTE	RUA JAPIIM	5	8	0	8	12	23
9	FEIRA MUN. DA MAUÉS	RUA MAUÉS - CACHOEIRINHA	10	4	1	10	24	73
10	FEIRA MUN. SÃO FRANCISCO	RUA GENERAL CARNEIRO - SÃO FRANCISCO	8	4	0	17	3	29
11	MERCADO MUN. ADOLPHO LISBOA	RUA DOS BARÉS - CENTRO	46	33	0	27	17	129
12	MERCADO MUN. CARNEIRO DA MOTA	RUA SÃO BENEDITO - MOR. DA LIBERDADE	7	3	0	12	11	30
13	MERCADO MUN. JORGE DE MORAES	RUA LEOLPOLDO PERES - EDUCANDOS	1	0	1	2	4	12
14	MERCADO MUN. MAXIMINO CORREA	RUA EMILIO MOREIRA - PÇA. 14	2	5	0	6	17	13
15	MERCADO MUN. SENADOR CUNHA MELO	AV. CONSTANTINO NERY - CENTRO	10	5	4	9	24	40
16	MERCADO MUN. WALTER RAYOL	AV. 07 DE SETEMBRO - CACHOEIRINHA	42	29	7	55	63	88
17	FEIRA MUN. DA PANAIR	RUA BENTO JOSÉ DE LIMA - COL. OL. MACHADO	140	49	4	219	91	250
18	FEIRA MUN. MANAUS MODERNA	RUA BARÃO DE SÃO DOMINGOS - CENTRO	103	57	6	496	86	212

FEIRAS VOLANTES

Nº	FEIRAS	ENDEREÇO	PEIXE	CARNE	FRANGO	FRUTAS / VERDURAS	LANCHE	DIVERSOS
1	FEIRA MUNICIPAL PREFEITO I	APARECIDA (TERÇA-FEIRA)	20	7	4	38	13	133
2	FEIRA MUNICIPAL PREFEITO II	ELDORADO (QUARTA-FEIRA)	3	4	2	3	9	14

PREFEITURA DE MANAUS
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento- SEMAGA
Núcleo de Mercados e Feiras - NUMEF

FEIRAS E MERCADOS

TOTAL DE FEIRAS	
ZONA LESTE	14
ZONA NORTE	8
ZONA OESTE	9
ZONA CENTRO OESTE	4
ZONA CENTRO SUL	2
ZONA SUL	18
FEIRAS VOLANTE	2
TOTAL GERAL	57

Manaus, 14 de julho de 2008